

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JESUS MARMANILLO PEREIRA

**ENGAJAMENTO MILITANTE E "LUTA PELA MORADIA" EM SÃO LUÍS
ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

São Luís - MA

2011

JESUS MARMANILLO PEREIRA

**ENGAJAMENTO MILITANTE E "LUTA PELA MORADIA" EM SÃO LUÍS ENTRE
AS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a. Dra. Eliana Tavares dos Reis

São Luís - MA

2011

PEREIRA, Jesus Marmanillo
Engajamento militante e luta pela moradia em
São Luís entre as décadas de 1970 e 1980/ Jesus Marmanillo Pereira. – 2010
199f.

Impresso por computador (Fotocópia)

Orientadora: Eliana Tavares dos Reis.

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2010.

1. Moradia- Conflitos- São Luís-MA 2. Moradia-
Ação Coletiva –Trajetórias Individuais I. Título
CDU 316.48:643(812.1)

JESUS MARMANILLO PEREIRA

**ENGAJAMENTO MILITANTE E "LUTA PELA MORADIA" EM SÃO
LUÍS ANOS 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal do Maranhão para obtenção do Grau de
Mestre em Ciências Sociais

Aprovada em / /

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSO/UFMA)
(Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (PPGS/UFRGS)

Prof. Dr. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSO/UFMA)

Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas prá ir, duas prá voltar
Hoje depois dele pronto
Olho prá cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
"Tu tá aí admirado?
Ou tá querendo roubar?"
Meu domingo tá perdido
Vou prá casa entristecido
Dá vontade de beber
E prá aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer...

Lucio Barbosa

AGRADECIMENTOS

A Deus pela experiência adquirida;

A minha querida família, nas pessoas de Jéssica Camila, Sonia Maria, Jesus Evilio, Tia Nalva, minha Avó Alzira e meu grande amor, Danielle de Jesus Souza Fonseca;

Aos grandes amigos Franklin e Beth, pelo companheirismo expresso em todas as palavras de apoio, na leitura atenta e no tempo dedicado a esse trabalho;

A meus amigos, Andrei, Marvin, Danielson, Rodrigo, Paulo, Pedro Jorge e Nailson, pela amizade que perdura por distâncias e tempos que marcam o itinerário de minha vida;

A minha adorável turma do mestrado, em especial a Raissa, Débora, Carla Lobato e Bruno Leonardo;

Aos professores do mestrado, em especial a Maristela, Sandra, Marcelo e Artleth;

Ao professor Igor Gastal, pelas importantes contribuições tanto na disciplina de epistemologia quanto na qualificação, e ao professor Sergio E. Pereira Martins pelas riquíssimas contribuições feitas durante a qualificação;

Ao Laboratório de Estudos de Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), pela aproximação com importantes teorias e com companheiros como o Diogo Gualhardo e Elthon Aragão;

A professora Eliana Tavares dos Reis, por ter investido tempo e esforços junto na pesquisa, desde os tempos do melhoramento do projeto;

Aos professores Marcelo Kunrath e Igor Gastal, por terem aceitado participar da banca de defesa desse trabalho;

A CAPES, cujo financiamento foi fundamental em todos os aspectos.

RESUMO

Essa dissertação versa sobre os movimentos de defesa da moradia em São Luís, entendendo-os enquanto construção social de uma causa legítima, em processo de consagração estatal, relacionada às décadas de 1970 e 1980. Buscou apreender como os principais conflitos, atores, categorias e discursos envolvidos em torno da “questão da moradia” caracterizaram um processo social que só pode ser entendido por uma lógica relacional que considere tanto, as principais características sociais e históricas das décadas analisadas quanto, às alianças e disputas existentes entre agentes do mesmo ou de diferentes estratos sociais, localizados no referido contexto.

Dessa forma o engajamento militante foi problematizado na perspectiva da estrutura de oportunidades, assim buscamos relacionar as trajetórias individuais dos principais porta-vozes com contexto histórico e também, com alguns repertórios acionados e discursos, acionados pelos agentes. Para tanto articulamos um referencial teórico da sociologia histórica e da Sociologia reflexiva com dados, coletados por meio de pesquisas arquivísticas e entrevistas e analisados por meio dos métodos sociográfico, iconográfico e comparativo.

Palavras-chave: Conflitos, Ação coletiva, Trajetórias

RÉSUMÉ

Cette dissertation parle sur les manifestations de défense de l'habitation dans São Luís, les comprenant comme la construction sociale d'une cause légitime, dans un procès de consécration dans l'état. Rapportée aux décennies de 1970 et 1980. Cherché à comprendre comment les principaux conflits, acteurs, catégories et discours rapportés à la question « du logement » ont caractérisé un procès social qui peut seulement être compris par une logique relationnelle qui considère, non seulement les principales caractéristiques sociales et historiques des décennies analysées, mais encore les alliances et disputes existant parmi les agents ou du même ou des différents extraits sociaux situés dans le texte référé.

Comme ça l'engagement militant est devenu un problème dans la perspective de la structure des opportunités, ainsi cherchons rapporter les trajectoires individuelles des principaux porteurs avec un contexte historique et aussi, avec quelques répertoires actionnés et discours actionnés pour les agents. Pour ça articulons un référentiel théorique de la sociologie historique et de la sociologie réflexive avec informations collectées à travers de recherches des archives et interviews à travers de méthodes sociographiques, iconographiques et comparatives.

Mots-clés: conflits, l'action collective, trajectoires individuelles

LISTA DE SIGLAS

AMPBL	- Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade
ASP	- Associação da Saúde da Periferia
AMZA	- Amazônia Mineração S.A
APRUMA	- Associação Professores Universitários do Maranhão
BNH	- Banco Nacional de Habitação
CCN	- Centro de Cultura Negra
CETEMA	- Centro de Teologia do Maranhão
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
COHAB	- Companhia <i>de</i> Habitação
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CJP	- Comissão Justiça e Paz
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CURA	- Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada
CEMAR	- Companhia Energética do Maranhão
CELAN	- Conselho Episcopal Latino Americana
CURA	- Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada
DOPS-MA	- Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
FETAPE	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco
FUMBESMA	- Federação de União de Moradores de Bairros do Estado do Maranhão
FASE	- Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
ITERMA	- Instituto de Terras do Maranhão
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCC	- Movimento Comunitário Cristão
MDFP-MA	- Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
PROMORAR	- Programa de Erradicação de Favelas
PDS	- Partido Democrático Social
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDT	- Partido Democrata trabalhista
PT	- Partido dos Trabalhadores
ONG	- Organizações Não Governamental
SURPLAN	- Superintendência de Planejamento
SUCARP	- Superintendência de Melhoramentos, a Urbanismo da Capital
SMDH	- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SMDDH	- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
TELMA	- Telecomunicações do Maranhão
TLO	- Tribuna da Luta Operária
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E MAPA

Quadro 1 -	Jornais Consultados	20
Quadro 2 -	Entrevistas	26
Quadro 3 -	Fontes Gerais	28
Quadro 4 -	Termos Nativos e Institucionalização	38
Quadro 5 -	Possibilidades de obtenção recursos e reivindicar	63
Quadro 6 -	ONGS e suas características gerais	79
Quadro 7 -	Mapeamento dos Principais Confrontos	122
Quadro 8 -	Manchetes Jornalísticas: relações e versões sobre o conflito	150
Quadro 9 -	Origens dos Militantes	157
Quadro 10 -	Profissão dos pais	158
Quadro 11 -	Escolaridade dos pais	159
Quadro 12 -	Escolaridade dos Militantes	159
Quadro 13 -	Deslocamentos por espaços de Socialização	160
Mapa 1 -	Principais locais de Conflito	46
Gráfico1 -	Assentamentos Espontâneos	48
Gráfico 2 -	Relações entre as populações das áreas afetadas e entidades	73

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	-Montagem com recortes de títulos de manchetes	39
Ilustração 2	- Propaganda do Governo Castelo	42
Ilustração 3	- Coroadinho	49
Ilustração 4	- Liberdade	49
Ilustração 5	- População economicamente ativa e tipos de atividades exercidas em São Luís-1987.	50
Ilustração 6	- Conflito pelo solo urbano no Coroadinho	53
Ilustração 7	- Equipe Capeta	54
Ilustração 8	- Guerra pelas Terras: tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo	55
Ilustração 9	- PROMORAR não é aceito pelo Povo.	59
Ilustração 10	- Violência na Floresta	60
Ilustração 11	- Violência na Floresta	60
Ilustração 12	- Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade	94
Ilustração 13	- Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade	94
Ilustração 14	- Solicitação de equipamento feita por membros do MDFP-MA	98
Ilustração 15	- Trechos de ata de reunião do MDFP-MA 1982	99
Ilustração 16	- Trechos de ata de reunião do MDFP-MA 1982	106
Ilustração 17	- Onde o pobre vai Morar?	109
Ilustração 18	- Encontro de Entidades	110
Ilustração 19	- Violência em ação de despejo	115
Ilustração 20	- Violência em ação de despejo	115
Ilustração 21	- Conflito no São Bernardo	115
Ilustração 22	- Depoimento sobre despejo	119
Ilustração 23	- Utilização de Bandeiras	124
Ilustração 24	- Utilização de Facões	124
Ilustração 25	- Posicionamento do Acerbispo do Maranhão	127
Ilustração 26	- Abaixo assinado de moradores da Areinha	128
Ilustração 27	- Panfleto do MDFP-MA	131
Ilustração 28	- Panfletos da FASE	132
Ilustração 29	- Panfleto do DCE	132
Ilustração 30	- Poema sobre problema da Moradia	137
Ilustração 31	- Panfleto de chamada para reunião	138
Ilustração 32	- Ordem de serviço para jornal do MDFP-MA	139
Ilustração 33	- Passeata no centro de São Luís.	142
Ilustração 34	- Declaração de Despejo	154
Ilustração 35	- Relatório de atividades de semestre sabático	173

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Considerações Iniciais e Fontes Utilizadas.....	15
Abordagens Histórica e Relacional.....	29
Sobre as Noções Nativas: Invasão, Famílias, Moradia e Habitação.....	36
Organização do trabalho.....	43
 Capítulo I – Caracterização histórica e social de São Luís durante a década de 1970-1980.....	 45
 Capítulo II – Atores e oportunidades: uma análise do processo de institucionalização e de afirmação da “Luta Por Moradia”.....	 61
2.1 As Associações de Bairro: espaços privilegiados de intervenção.....	63
2.2 A atuação das Comunidades Eclesiásticas de Base nos conflitos.....	71
2.3 ONGs : Investimentos, Assessorias e Gratificações.....	78
2.4 Liberdade: análise de um caso de institucionalização de uma Associação de Moradores.....	86
 Capítulo III – Estratégias de mobilização coletiva e repertórios de confronto.....	 103
3.1 Encontros e confrontos.....	104
3.2 Os Conflitos e ativação dos Repertórios.....	115
3.3 A produção de panfletos.....	130
3.4 A realização de passeatas.....	140
3.5 Sá Viana: disputas, interesses e as múltiplas dimensões da “luta”.....	145
 Capítulo IV –Trajetórias e Atuação: Quem eram os militantes?.....	 157
4.1 Militância e Assessoria Sindical.....	162
4.2 Militância e Comunidades Eclesiásticas de Base.....	165
4.3 Militância Popular e Reafirmação pelas Origens.....	169
4.4 Militância e Pesquisa Acadêmica.....	172
 Em busca de uma síntese.....	 175
Referências	
Anexos	

INTRODUÇÃO

Esse estudo propõe uma investigação sobre a emergência dos movimentos de reivindicação por moradia e sua afirmação como uma “causa” legítima em São Luís-Maranhão. Procurou-se examinar os mecanismos que interferem num processo em que determinados problemas adquirem características e soluções coletivas, principalmente, graças à atuação de agentes (especialistas) que podem buscar a conquista de reconhecimento (da causa e do seu papel de porta-voz) pelas instâncias estatais. Tal abordagem também pode ser entendida como um processo de institucionalização, já que implica na compreensão de como um problema particular, singular se torna, por meio de um trabalho coletivo de agentes, num problema social em público.

Há uma preocupação em analisar os movimentos de reivindicação por moradia no que concerne à conjuntura histórica na qual se inserem e aos repertórios de atuação mobilizados pelos agentes envolvidos. Trata-se de buscar a intervenção de determinados agentes (individuais e coletivos), que lançam mão de determinadas habilidades; propriedades sociais; determinados trunfos, trânsito por diversos domínios sociais e interagem entre si, intervindo politicamente nas conjunturas estudadas.

O recorte do universo empírico é a capital do Maranhão, São Luís, entre as décadas 1970 e 1980. A escolha do período é justificada pela importância do contexto do “regime militar” para o processo de formação de porta-vozes que se manifestavam em nome de determinadas “bandeiras de luta” ou “palavras de ordem” e que depois se afirmaram em diferentes domínios sociais¹. Para tanto, tomou-se tal contexto enquanto *estrutura de oportunidades*, ou seja, dimensões da *luta política* nas quais os organizadores utilizam o confronto para a exploração de oportunidades políticas, como a criação de identidades coletivas, reunião de pessoas em organizações e mobilização contra oponentes poderosos (TARROW, 2009). Tais pontos podem encorajar as pessoas a aderirem à militância e desenvolverem determinados repertórios de mobilização.

Nessa perspectiva, considerou-se a análise de Reis (2008), quando observa que uma série de condicionantes históricos e sociais pode colaborar para que agentes adentrem e se mantenham na prática militante. Combinando a análise das propriedades sociais e

¹ Seguem-se as perspectivas de Coradini (2003) e Reis (2007).

motivações que levam à entrada dos agentes na política com o estudo de carreiras, a autora busca apreender as mutações e transfigurações das modalidades de intervenção política efetivadas pelos agentes.

Buscou-se entender quais os condicionantes sociais e históricos que engendraram situações propícias à inserção de agentes de diferentes domínios sociais, no engajamento comum na reivindicação da “moradia”, e também os repertórios de ação ativados pelos mesmos. Tentou-se construir um quadro explicativo que evidencie as características gerais do contexto local e de algumas lideranças importantes que atuaram na defesa da moradia em São Luís-MA. Associado a este fato buscou-se compreender quais dinâmicas e lógicas sociais resultaram no engajamento de agentes de diferentes domínios sociais em torno de uma questão comum – a reivindicação por “moradia.”

Um dos pressupostos básicos que impulsionou a investigação dessa temática fundamenta-se no fato de que, antes de 1980, não existia nessa capital um “movimento social” reconhecido que erguesse a moradia como bandeira de reivindicação, enquanto que, no final dessa década já havia mais de 14 organizações em torno dessa causa.

Considerações Iniciais e Fontes Utilizadas

O presente estudo possui um caráter *experimental* (LAHIRE, 2004), já que os principais pontos estruturadores na pesquisa - delimitação do objeto de estudo e o esquema analítico - foram sendo testados, reelaborados e pensados com cautela, evitando assim uma *sociologia das ideias* ou, tão pouco, transformar e experiência vivida e observada em uma *sociologia espontânea* (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2004).

Dessa forma, um primeiro passo foi problematizar a própria ideia de “reivindicação por moradia”, fazendo o exercício de abstração proposto por Bachelard (1996) e assim, fugindo de explicações pautadas nas características evidentes e pitorescas.

Ao longo desse estudo percebeu-se que o termo “moradia” foi verbalizado em situações específicas, com data e local “marcado”, sinalizando um tipo de visão de mundo de determinados agentes vinculados ao exercício da área jurídica e que concebiam a moradia

enquanto direito. Contrariamente, o termo “invasão” é muito mais suscitado entre empresários ou pessoas que desejavam atribuir um sentido econômico para a terra e possuíam uma visão de propriedade privada que sinalizava um ideal liberal do direito à propriedade.

Nesse sentido, Bourdieu (2002) pondera que, as ciências sociais lidam com realidades já classificadas e nomeadas, portadoras de nomes próprios e comuns, títulos, signos e siglas. Portanto, ela deve tomar como objeto as operações sociais de *nomeação* e os ritos de instituição através dos quais elas se realizam, bem como os efeitos dessas classificações no mundo social e os processos de disputa social por classificações legítimas.

Essas primeiras terminologias já sinalizavam um processo de disputa entre princípios de classificação do mundo social, sendo categorias que serviam como critério de classificação dos indivíduos no espaço social. Sobre esse ponto, Lenoir (1996) afirma que tais critérios estão associados ao aparecimento de instituições e agentes especializados que encontram nessas definições a força motriz e o fundamento de sua atividade. Seguindo essa perspectiva, tentou-se entender alguns agentes e instituições envolvidos numa problemática social específica, atentando para os momentos de sua inserção na militância e para os repertórios e relações desenvolvidas no processo de mobilização e engajamento.

Tal esforço de construção de um problema sociológico veio acompanhado de outro desafio, que foi o processo de transformação de uma experiência vivida em objeto sociológico, isto é, como transformar uma experiência de quase dois anos de engajamento em uma entidade² relacionada a alguns de meus entrevistados em algo que pudesse ser objetivado através do processo de construção do problema sociológico? Para responder tal pergunta, considerou-se a indicação de Bourdieu (1988) quando explica que não se entra na sociologia sem romper com as aderências e adesões por meio das quais pertencemos a grupos, sem renunciar às crenças desse pertencimento ou qualquer outro laço de filiação.

A partir de uma auto-reflexão foi possível perceber que aquele papel caracterizou-se muito mais como o de um porta-voz visando uma suposta autoridade acadêmica. A segunda proposta seria a de exercer o papel de um cientista social preocupado em investigar as condições sociais de produção de discursos, lideranças e ações coletivas. Nesse aspecto, considerou-se que “deixar impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais

² Entre 2005 e 2007 participei de atividades da SMDH-Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, entre as quais destaco: elaboração de relatórios, participação em caravanas de promoção de direitos humanos em cidades afastadas da capital e mutirões em unidades prisionais, onde coletava informações sobre as condições de vida na prisão.

ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas um instrumento daquilo que ele quer pensar” (BOURDIEU, 2004).

Deve-se salientar que a experiência vivida anteriormente possibilitou certas facilidades, como o acesso a determinadas informações e arquivos pessoais. Contudo, a grande barreira era fazer com que os próprios códigos e comportamentos compartilhados não fizessem desse trabalho apenas mais um canal de expressão de determinado grupo de agentes.

Outro problema de ordem metodológica diz respeito à delimitação empírica do objeto de estudo. Em grande parte dos trabalhos de natureza monográfica há uma forte tendência a determinar o recorte empírico por meio do recorte geográfico do local onde se desenvolve o fenômeno social estudado. Nesse âmbito, torna-se comum observar títulos que seguem uma mesma construção: fenômeno estudado e local ou fenômeno estudado, local e período. Apesar dessa pesquisa também entrar no bojo desse tipo de apresentação, a lógica de construção do objeto pautou-se primeiramente na observação das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos em determinadas dinâmicas de interação e conflito.

Observou-se que agentes de localidades distintas estabeleciam relações e experiências, tornando a compreensão das relações sociais vinculadas à reivindicação por terrenos e casas algo difícil de ser recortado geograficamente. Sobre a relação entre sociabilidade e localização geográfica, Haesbaet (2009) percebe que é possível, por meio das redes de solidariedade e também do capitalismo contemporâneo, movimentar fluxos de informação que possuem a capacidade de quebrar as definições de fronteiras espaciais, caracterizando assim um tipo de desterritorialização, o que implica dizer que, a relação entre a sociabilidade desenvolvida pelos agentes e sua respectiva localização espacial não ocorre de forma sincrônica, nem necessariamente dentro de limites físicos definidos.

Autores como Santos (2006a) consideram que, tanto as *redes* quanto um avanço no *meio técnico científico* seriam pontos fundamentais no processo de reprodução do espaço, uma vez que possibilitam o maior fluxo e conectividade de informações, que entre outras coisas, garantem poder e domínio do homem sobre o espaço geográfico. Vale ressaltar que, por rede tem-se uma ideia de conexão entre pontos, e por meio técnico científico entendem os recursos e produções humanas que visam estabelecer essas conexões entre homens, localizados em diferentes espaços, transpondo assim quaisquer barreiras físicas e naturais.

Com raciocínio próximo, podemos observar que, no estudo sobre a construção do movimento de reivindicação por moradia, o papel das redes e de *estruturas conectivas*, como

jornais e associações, produziram uma complexificação e aumento no número de agentes e relações sociais implicados no trabalho social de construção de um movimento de reivindicação. Do mesmo modo, aqueles elementos produziram uma dispersão geográfica desses agentes por diversos bairros da capital, o que inviabiliza a precisão na delimitação de um recorte geográfico.

Sobre o problema da delimitação de movimentos sociais em relação às localidades determinadas, Tarrow (2009) percebe que alguns estudos iniciais, como o do geógrafo Andrew Charlesworth, possuíam facilidade em identificar localidades e atores devido ao seu menor alcance. Significa que, o poder de difusão por meio das *redes e estruturas conectivas* como jornais e associações possuíam, naquele caso, um alcance bem menor, o que facilitava uma delimitação exata dos atores e locais geográficos. Tal pesquisa só foi possível por envolver uma categoria social particular vivendo num espaço territorial limitado e que desenvolvia laços corporativos e de confiança que limitavam a capacidade de expansão para outros locais. (IDEN,2009)

Estando em uma situação em que os agentes de uma determinada área também atuavam em outras áreas, nossa delimitação não se deteve a um bairro específico ou local. Buscamos diversas situações, ocorridas em vários pontos da cidade, cujo laço comum era a reivindicação por moradia e serviços urbanos básicos, procurando entender as relações estabelecidas entre agentes em encontros, passeatas e ações coletivas.

Uma das consequências na observação de um fenômeno abrangente foi o grande número de fontes de pesquisa exploradas na realização desse estudo, justamente no momento em que não se pode contar com o riquíssimo material da hemeroteca da biblioteca pública Benedito Leite. A mesma permanece interditada, por questões de falta de segurança na estrutura, há aproximadamente dois anos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que parte da pesquisa de campo foi, inicialmente, de natureza arquivística e se ateve sobre alguns materiais específicos como os arquivos da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), da Arquidiocese de São Luís, Arquivo Público Estadual, na sede do Jornal Pequeno e Associação Saúde da Periferia, sendo rotineiras minhas caminhadas pelas ruas estreitas de grande parte da região central e histórica de São Luís. Dessa empreitada obteve-se uma boa documentação, produzida na década de 1980 e composta de cinquenta recortes relacionados às situações de violência, 4 relatórios referentes a encontros organizados por agentes militantes do direito a moradia,

panfletos, 3 atas de reuniões do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão(MDFP-MA) e 1 relatório de trabalho de campo realizado pela SMDH no bairro do Anjo da Guarda.

Essas primeiras fontes foram importantes para a compreensão do contexto histórico ludovicense durante a década de 1980. Através das mesmas foram reunidas informações sobre os conflitos relacionados à posse e permanência de famílias em terrenos que eram reivindicados por empresas, por órgãos do governo ou por pessoas que se diziam proprietários dos mesmos. Por meio dessas, foi possível delinear a partir das fontes quais eram as principais entidades envolvidas no assessoramento das famílias e entender um pouco dos fatores que influenciaram no crescimento urbano de São Luís.

Grosso modo, a pesquisa documental também foi realizada, de forma intensa, entre dezembro de 2009 e março de 2010. Primeiramente, priorizou-se a busca de jornais que relatassem as situações de conflito e disputa por terrenos em São Luís. Tal escolha foi orientada pelo fato de em tais situações ser possível identificar com mais facilidade pontos de ação coletiva.

Diante da impossibilidade de consultar o acervo da hemeroteca da biblioteca Benedito Leite, uma solução alternativa foi a de buscar as fontes diretamente em algumas gráficas jornalísticas, em meu próprio acervo de reportagens transcritas (alimentado em 2008) e em outros acervos, menores, de reportagens recortadas³.

Obteve-se sucesso com o jornal local chamado “O Jornal Pequeno”. Apesar de não possuir condições para a recepção de pesquisadores, apresentou um funcionário bastante atencioso e prestativo ao presente estudo. Tendo que dividir o espaço com as máquinas gráficas e necessitando de paciência para aguardar o momento em que o funcionário estivesse disponível para buscar os livros com os exemplares das edições antigas, realizou-se por longas tardes o que se pode chamar de “um trabalho de formiguinha”.

Dessa busca obteve-se 51 recortes de seis empresas jornalísticas diferentes (ver quadro 01), direta ou indiretamente relacionados às situações de conflito por terrenos em São Luís, que compreendiam acontecimentos ocorridos entre 1977 e 1989. Dessas fontes, foram

³ Uma consequência desse tipo de pesquisa, diz respeito à ausência de paginação das fontes obtidas por meio de recortes. Contudo as referências do dia, mês e ano, podem fornecer a localização da edição publicada e conseqüentemente, fornecer a localização da fonte.

analisados os textos, buscando informações sobre o contexto, nomes das lideranças envolvidas e repertórios ativados nos momento de conflito. Através dos recortes, capturou-se imagens fotográficas que forneciam boas informações sobre as situações de confronto.

Nome do Jornal	Nº de recortes
Estado do Maranhão	20
O Imparcial	6
O Jornal Pequeno	17
Folha do Maranhão	4
Jornal de Hoje	3
Diário do Povo	1

Quadro 1 – Jornais Consultados

Sobre essas fontes, pode-se dizer que os três primeiros jornais da tabela ocupam, atualmente, respectivamente as 1º, 2º e 3º posição em número de tiragens diárias, fato que deve ter influenciado na maior aquisição dessas fontes.

“O Estado do Maranhão” foi novo nome dado ao “Jornal do dia”⁴, após o mesmo ter sido comprado pelo senador José Sarney e o poeta Bandeira Tribuzzi em 1973. Contudo, esse último morre em 1977 deixando todo o controle do jornal para o outro sócio. Em maio de 1973 é publicada a primeira edição do “O Estado do Maranhão”, veículo de comunicação que, entre outras coisas, pode ser caracterizado por ser o de maior tiragem, cerca de 12 a 17mil tiragens diárias; por ser o primeiro do estado a imprimir cores nas páginas e também por ser bem associado aos “interesses políticos” de seu proprietário.

⁴ O Jornal do dia circulou pela primeira vez em 8 de março de 1953 contudo em 1959 foi adquirido pelo político em empresário Alberto Wady Chanes Aboud, justamente por esse ser o sócio que detem a maior parte das ações da Empresa Jaguar LTDA, um instituição com o objetivo de “explorar o ramo do comércio de serviços gráficos e correlatos. Segundo COSTA (2008b:4) Alberto Wady Chanes Aboud era de uma família de empresários libaneses que chegaram à São Luís no início do século XX. As empresas da família englobavam uma companhia de navegação fluvial, usinas de extração de óleo, algodão e beneficiamento de arroz. Aboud entrou no ramo da imprensa por pura conveniência política, pois julgava que para executar um projeto político e alcançar a vida pública precisava de um veículo de comunicação. Por isso, negociou com Alexandre Costa a compra do *Jornal do Dia*. Porém, mesmo antes de comprar o jornal elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1958 e em 1962 entrou para a Câmara Federal pelo PSD, partido do então chefe político do Maranhão, Victorino Freire. Alberto Aboud ficou no PSD até 1965, quando foi apoiar o candidato das Oposições Coligadas⁷ para o governo do estado, José Sarney – esse apoio se materializou, entre outras coisas, com a colocação do *Jornal do Dia* à disposição da campanha de José Sarney.

O Jornal Imparcial (Empresa Pacotilha Ltda.) localizado na Rua Assis Chateaubriand, s/n, Renascença II, foi fundado em 1º de maio de 1926 pelo jornalista João Pires Ferreira e em 1944 foi inserido no grupo nacional dos Diários Associados, projeto de comunicação desenvolvido por Assis Chateaubriand. Tal inserção deve ser relacionada ao fato de esse jornal ser o 2º maior de São Luís, com uma média de 9000 exemplares publicados diariamente. Em relação aos outros jornais existentes em São Luís, o corpo editorial desse se afirmava enquanto autônomo e independente de influência políticas. Segundo o jornalista, diretor e presidente desse Jornal, Pedro Freire,

O jornal já era o mais respeitado na época, pela sua proposta editorial. Há interpretação de que jornais de capitais pequenas não sobrevivem muito tempo. Provamos que não é verdade. Não somos atrelados a grupos políticos, nem dependemos deles para sobrevivência. Vivemos da comunicação e no nosso quadro de dirigentes não temos nenhum político, só profissionais da área. (<http://www.oimparcial.com.br/84anos/?p=73> acessado em 2 de dezembro de 2010 as 15:40)

Embora os agentes dessa instituição se auto definissem pela valorização da imparcialidade, não se pode perder de vista que os estudos de Pereira (2010) apontam que tal jornal contribuía com atividades integralistas, por meio da divulgação de reuniões, textos, matérias e anúncios de livros integralistas.

De forma semelhante ao corpo editorial do jornal “O Imparcial”, o “Jornal Pequeno”, dizia-se desvinculado de ligações partidárias. Segundo o histórico fornecido no site do mesmo,

Em 29 de maio de 1951, o Jornal Pequeno foi lançado em São Luis pelo jornalista José de Ribamar Bogéa, num momento em que todos os órgãos de imprensa do Estado, de uma forma ou de outra, achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos. Circulavam à época no Maranhão os jornais "O Combate", "Jornal do Povo", "Tribuna", dos partidos de oposição; "O Imparcial" e "O Globo", do grupo "Diários Associados"; "Diário de São Luís" e "Diário Popular", de roupagem abertamente governista, comandados pelo grupo do então senador Vitorino Freire. (<http://www.jornalpequeno.com.br/2005/3/14/Pagina12.htm> em 2 de dezembro de 2010 as 16:05)

Diferentemente dos outros dois veículos de comunicação, que estavam associados a grandes grupos, O Estado do Maranhão ao Sistema Mirante de Comunicação e O Imparcial ao grupo nacional dos Diários Associados e depois ao Sistema Difusora de Comunicação, a linha editorial do Jornal Pequeno o definia pela sua “associação direta com o povo”. Segundo o jornalista Alberico Carneiro, pertencente ao grupo editorial do mesmo,

tal veículo de comunicação era um jornal essencialmente popular, prático, de preço acessível ao bolso do “povão”, com linguagem simples, direta, que conseguia mesclar vida, morte e renascimento, tragédia e comédia, sofrimento, futebol e carnaval, dor e humor (CARNEIRO Apud COSTA, 2008c, p. 5). Com essas características O Jornal Pequeno” buscava legitimar o próprio codinome “Órgão das multidões”.

Além de caracterizar uma fonte de informações, os jornais também estão inseridos numa lógica de disputa que nos alerta para um cuidado bem maior sobre as informações obtidas. De modo geral, estas empresas, associadas a determinados stratos sociais, buscavam construir uma identidade e estética própria, em relação aos concorrentes, ponto esse que pode influenciar na forma de escrita, na omissão ou ênfase dada a determinados fatos ocorridos na época.

De forma mais instrumental percebeu-se que os jornais funcionavam como canais de ataques políticos, denúncias, sendo recorrentes, de modo geral, críticas contra órgãos públicos como a Superintendência de Melhoramentos, a Urbanismo da Capital (SUCARP), Superintendência de Planejamento (SUPLAN) e também contra juízes, coronéis e grileiros. Eram verdadeiras *arenas de disputas entre mediadores* (WOLF, 2003), isto é, locais nos quais agentes com determinadas habilidades poderiam falar em nome de determinados grupos, ou seja, eram diretamente responsáveis pela visibilidade das disputas e existência das mesmas.

Entre outras possibilidades, os canais de publicização aqui analisados, podem ser focados através da ação de certos agentes que expressavam posicionamentos políticos⁵. Além de posicionamentos sociais e políticos expressos nos recortes, outro recurso utilizado foi a iconografia, especialmente, as imagens relacionadas ao tema aqui abordado. Considerando que a técnica fotográfica de assimilação “do real” apresenta uma relação com as concepções que o fotógrafo tem da situação registrada, nesse ponto, “o registro visual documenta [...] a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo assim, em suas imagens [...]” (KOSSOY, 2001, p.43)⁶. Mesmo não explorando essa dimensão da produção de imagens fotográficas (o que exigiria outro trabalho), é importante levar em conta que, sendo o produto de um determinado tempo, a

⁵ Ressaltam-se alguns aspectos fundamentais propostos por Weber (2008) para a elaboração de uma agenda de pesquisa sociológica sobre a imprensa. Nesse sentido a problematização do jornal enquanto empresa capitalista peculiar, a forma de elaboração da informação e seus resultados etc.

⁶ Uma questão geralmente tratada é a análise iconográfica e iconológica dessa fonte, ou seja, o detalhamento sistemático da imagem em seus elementos icônicos formativos- valorizando o aspecto literal e descritivo, e contextualizando historicamente o fragmento visual, refletindo-o em seu conteúdo e sentido (Kossoy, 2001).

iconografia constitui uma rica fonte fornecendo informações pertinentes à pesquisa, principalmente no que diz respeito à forma de apresentação dos conflitos em voga.

Outra fonte de informações foi obtida através de pesquisa de campo no Arquivo Público Estadual do Maranhão, de onde se obteve quatro relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA), a respeito de encontros realizados pelos militantes que atuavam nos movimentos de reivindicação em nome da “moradia”. Tais relatórios permitiram identificar as pessoas que participavam dos encontros, quem os organizava, quais os temas abordados e quais eram as entidades envolvidas. No mesmo arquivo da DOPS-MA teve-se acesso às fichas nominais de pessoas consideradas “subversivas”, obtendo-se o nome de nove⁷ pessoas. Contudo, isso não significou muito, já que muitos deles não se encontravam mais em São Luís. Eram pessoas de outros estados como São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, que se deslocaram para São Luís durante o período militar, atuaram na Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e depois retornavam aos seus locais de origem.

Outra parte da pesquisa foi realizada nos arquivos⁸ de algumas organizações⁹ como a Comissão Justiça e Paz (CJP), a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e nos arquivos pessoais de uma ex-militante do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP-MA). Nessas investidas em campo teve-se contato com relatórios de atividades de algumas entidades, onde foi possível visualizar um pouco das formas de atuação e das relações entre as entidades, nas regiões onde ocorreram as tensões por terra. Obteve-se também, panfletos de denúncia ou que conclamavam as pessoas ao

⁷Entre eles conseguimos localizar **Marcos Alexandre Kowarick**, que era formado em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (1979), trabalhou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1996-2008) e atualmente, vive no Rio de Janeiro e faz mestrado em Desenvolvimento Ambiental na Universidade de Brasília. **Antonio Carlos Bastos Mattos** formou-se em agronomia na USP em 1979 trabalhou na FASE entre 1981 e 1984, e desde 2001 é Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). **José Bartolomeu Cavalcante** é economista e em 2007 foi coordenador da secretaria de desenvolvimento territorial e combate a pobreza rural. Atualmente vive no Ceará, onde é secretário de Agricultura do Estado. **José Maximiano Sodré** que era membro do Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil e um dos coordenadores do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão, já havia falecido. O Padre **Xavier Gilles de Maupeou d'Ableiges** que atuava nas CEBS e inclusive foi homenageado pelos “moradores” da Vila padre Xavier por conta de sua atuação nos conflitos daquele bairro, atualmente é bispo da Diocese da cidade de VIANA-MA.

⁸ Na busca de compreensão dessas organizações por meio dos documentos produzidos pelas mesmas, considerou-se o argumento de Bloch (2001) que afirmava que “tudo que o homem diz e escreve tudo o que ele toca pode e deve informar sobre ele, ou seja, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito dos deuses - sua presença ou ausência nos arquivos dependem de causas humanas que não devem escapar a análise.

⁹ A lista de com os perfis das principais organizações relacionadas à pesquisa, encontra-se no anexo II

engajamento nos movimentos e relatos de moradores que se consideravam vítimas da polícia durante as ações de expropriação, além do estatuto do MDFP-MA.

No entanto, houve certa dificuldade ao se tentar identificar as principais lideranças dessas entidades. Dos primeiros 9 nomes obtidos, por meio das fichas nominais da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), 1 já havia falecido e 8 moravam ou estavam trabalhando em outros estados, o que trouxe certo medo e decepção, pois se aposta na relevância da realização de entrevistas para uma boa apreensão do processo de construção social de algumas lideranças envolvidas na dinâmica investigada.

Onde estão os militantes? Durante algum tempo essa pergunta causou certo incômodo e, após exaurir as fontes documentais em busca dos agentes que ficaram na cidade, optou-se por buscar informações junto aos antigos colegas da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Desse contato, surgiram algumas pistas que guiaram esse estudo para a Associação da Saúde na Periferia, local cujos agentes salientavam a importância de outros agentes pertencentes ao diretório do Partido Comunista do Brasil (PC do B-MA) e ex-políticos do Partido Democrata trabalhista (PDT-MA). Nesses diretórios partidários, foram indicadas duas lideranças oriundas dos bairros da Liberdade. Através de uma colega que trabalhava na secretária da Comissão Justiça e Paz, obteve-se também a indicação de uma deputada estadual do Partido dos Trabalhadores (PT-MA), já com a coordenação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão conseguiu-se o contato de duas professoras universitárias.

Todo esse processo de busca de informações foi caracterizado por constantes negociações, onde me utilizei de alguns vínculos como: a minha aproximação com os membros da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; aproximação com amigos ou familiares de alguns militantes e também de papéis sociais que poderiam ser enfatizados de acordo com a situação, aluno, pesquisador, ex- militante.

Nesse sentido, Bourdieu (2007) considera que por mais que a pesquisa científica se diferencie das experiências comuns (ela objetiva a obtenção do conhecimento) essa continua sendo, antes de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros) sobre os resultados. Quanto a realização de entrevistas, o autor explica que é preciso entender esse instrumento enquanto relação social, o que significa pensar os

efeitos da entrevista, os estímulos dados e provocados e a forma como os entrevistados se relacionam com a situação.¹⁰

Ao problematizar a relação entrevistador-entrevistado enquanto relação social gera-se a necessidade de problematização, comparação e contextualização das informações fornecidas, ou seja, analisa-se não apenas os agentes em suas relações sociais, mas também suas produções e registros a respeito do problema estudado. Tendo sempre em mente que os discursos sobre si e a narrativa de vida variam, tanto em forma quanto em conteúdo, conforme a qualidade social do mercado no qual serão apresentados (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, a própria atividade de pesquisa contribui na determinação da forma e conteúdo do discurso recolhido.

Como observa Pollack (1989), o nível individual no trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Assim, foi importante não tomar o indivíduo por meio de um tipo de *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 2004), ou seja, uma ilusão de identidade coerente específica associada a uma trajetória entendida por meio de acontecimentos sucessivos que dão sentido à existência do indivíduo, substancializado através de documentos, nome próprio, assinatura. Nessa discussão, Alberti (2000) enfatiza que:

A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo – elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais freqüente. (ALBERTI, 2000, p.2)

Dessa forma, minhas entrevistas possuíram um caráter biográfico do qual se buscou extrair informações que auxiliassem na compreensão dos condicionantes sociais para o engajamento em conflitos socialmente relevantes na construção social de um militante. Considerou-se então, variáveis como nível de escolaridade, origem familiar, participação em grupos estudantis, religiosos, sindicais etc. A busca de tais informações esteve diretamente vinculado a uma perspectiva de pesquisa sociográfica, através do qual tentou-se analisar as

¹⁰ O mercado dos bens lingüísticos e simbólicos que se institui por ocasião a entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os lingüísticos, dos quais estão dotados. (BOURDIEU, 2007. P. 695)

trajetórias e como essas podiam ser associadas aos posicionamentos e formas de intervenção desses agentes. Além disso, as entrevistas também são extremamente importantes para se entender as percepções dos agentes sobre os eventos e como eles próprios justificam a sua participação neles e, por esse intermédio, contribuem para a construção do problema social como um causa socialmente relevante. Tal orientação teórica contribuiu para se tentar observar como alguns agentes se deslocavam entre os espaços da militância, da universidade, da religiosidade, da política, como eles compunham seus trunfos de intervenção valorizados e desigualmente distribuídos nessas inscrições e especialmente como esses recursos foram mobilizados nos confrontos com “inimigos” e na defesa de uma “causa” comuns.

No quadro 2 serão apresentadas algumas características da entrevistas realizadas¹¹. Como será possível notar, foram realizadas em pouco mais de 1 mês, havendo situações de realização de duas entrevistas por dia, como foram os casos das entrevistas realizadas no dia 30 de março, quando foi necessário o deslocamento da residência de um entrevistado, pelo período da manhã, e para o local de trabalho de outro, onde permaneci até o período da tarde. Para obter esse resultado, não foram poucas as ligações telefônicas, de forma que, muitas vezes tivemos que ligar para filhos, amigos e até mesmo clubes de onde os entrevistados eram sócios, a fim de obter o contato dos entrevistados.

Entrevistados	Vinculações	Datas das entrevistas	Locais onde foram realizadas	Tempo das entrevistas
Entrevistado 1	SMDH	3/03/2010	SMDH	51:48
Entrevistado 2	PC do B	04/03/2010	ASP	43:15
Entrevistado3	MDF	09/03/2010	Liberdade e Fórum popular pela Moradia	37:13
Entrevistado4	ASP	11/03/2010	ASP	60:04
Entrevistado5	ASP/UFMA	13/03/2010	Resid. do entrevistado	49:18
Entrevistado 6	PDT SMDH	15/032010	Loja de Propriedade do Entrevistado	57:17
Entrevistado7	Ex Coordenador do MDF	20/032010	Liberdade	58:50
Entrevistado 8	PDT /PT advogado	30/03/2010	Resid. do entrevistado	58:47
Entrevistado9	CJP, Deputada	30/03/2010	Assembléia Legislativa	30:55
Entrevistado10	UFMA /CJP	06/04/2010	Pós graduação em Políticas Públicas - UFMA	14:11

Quadro 2 – Entrevistas

¹¹ A lista, de entrevistados com os respectivos perfis, encontra-se no anexo I

Das entrevistas, foram extraídos dois dados importantes. Primeiro, que apesar dos dez entrevistados possuírem uma militância comum na “reivindicação por moradia”, após a década de 1980, nove trilharam diferentes caminhos, ocupando outras funções, sendo que apenas um permaneceu na militância por moradia, ainda que de forma tímida. O segundo ponto é que a forma como eles referiram-se a uns e omitiram outros indicava uma rede de relações sociais estabelecida anteriormente. Sobre essa segunda observação cabe salientar que o espaço de interação funciona como uma espécie de mercado lingüístico, que tem características conjunturais cujos princípios definem um tipo de espaço pré-construído. Para compreender o que não pode ser dito é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui (BOURDIEU, 2004). Em outras palavras, foi necessário conhecer minimamente as relações entre os entrevistados, para não correr o risco de lançar informações que pudessem prejudicar a obtenção de informações, durante as entrevistas. Com exceção de duas tentativas frustradas, onde os entrevistados não demonstraram receptividade com o meu contato, as indicações fornecidas pelos primeiros entrevistados nos possibilitou, quase sempre, contato direto com outros informantes. Outra forma complementar, de localizar de possíveis entrevistados, deu-se por meio da consulta e acompanhamento nos jornais e relatórios, oriundos da Delegação de Ordem Política Social (DOPS-MA). Por esse meio, não apenas localizou-se, como também obteve-se uma aproximação maior com um entrevistado, que se demonstrou satisfeito de ter o nome registrado naquela instituição.

Evitando caracterizar-se enquanto um *porta-voz* ou instrumento de consagração de algumas fontes que compunham meu objeto de estudo, uma alternativa foi uma *objetivação participante* (BOURDIEU, 2004) através da qual percebeu-se que, aparentemente, os agentes disputavam entre si uma posição e uma versão oficial a respeito da “luta por moradia”. Nesse contexto, tentei, em algumas situações, abstrair minha posição social de culturalmente menos favorecido para posicionar-me enquanto observador de uma relação na qual fiz parte.

Uma forma de não fugir do tema, e obter as informações necessárias ao conhecimento dos condicionantes sociais que possibilitaram a inserção desses agentes a militância na “luta por moradia”, foi através de um roteiro de entrevista composto de três partes: A primeira parte considerava grosso modo, as informações referentes à origem familiar, educação dos pais e avôs, nível de escolaridade, naturalidade, profissão, etc, em seguida, se essa família teve algum tipo de engajamento político, estudantil, social, religioso e cultural entre as décadas de 1960 e 1980, se acompanhou ou participou dos debates sobre a

“questão da moradia” no Maranhão entre as décadas de 1970 e 1980 e, por fim sobre a preparação para as mobilizações. Na terceira parte, foram consideradas as informações sobre os aliados e rivais, sobre a participação atual dos entrevistados, em sindicatos, partidos políticos, na “causa da moradia”, etc.

É importante dizer que, por diversos fatores que incluem pressa dos entrevistados, pouco tempo disponível e o próprio desejo de não falar (ou fugir do assunto), nem sempre se seguiu sistematicamente o roteiro. Dessa forma, algumas informações foram complementadas por meio de outras fontes, como jornais, revistas, etc. Primeiramente, as entrevistas foram realizadas com um MP3 player e depois transcritas e sistematizadas, de forma que favorecessem a produção e análise das trajetórias sociais dos agentes.

A diversidade de locais percorridos indica também diferentes vinculações profissionais, desde ONGs, bairros periféricos, universidade, Assembléia Legislativa e residências em bairros nobres da capital. É bom ressaltar que a entrevista mais curta teve aproximadamente 14 minutos, e a mais longa cerca de 60 minutos. Nos casos de entrevistas de curta duração, buscou-se mais informações dos agentes através de publicações dos mesmos, dos currículos cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), em reportagens jornalísticas e por meio de conversas informais. Embora os entrevistados fossem de diferentes domínios sociais e tivessem diferentes formas de atuação profissional, apresentaram um ponto comum: a inserção na militância por moradia durante a década de 1980.

De forma geral, obteve-se em campo oito tipos de fontes, como é possível visualizar no quadro abaixo. Influenciados pelo referencial teórico da sociologia reflexiva, tentamos não seguir nenhum tipo de monoteísmo metodológico, nem tão pouco houve uma pretensão de utilização de todas as fontes coletadas, uma vez que a produção desse texto não foi exclusivamente pautada em um trabalho empírico.

Fontes	Nº	Origem
Recortes de jornais	50	Arquivo Público e Pessoal
Encontros registrados no DOPS	6	DOPS
Relatórios de atividades de associações ou ONGs	3	SMDH, MDF, FASE
Atas de reuniões de Associações ou Movimentos	6	MDF_MA
Panfletos	11	ASP, MDF
Entrevistas	10	
Relatos de moradores	3	Sá Viana
Estatuto do movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados	1	Arquivo Pessoal

Quadro 3 – Fontes Gerais

Por fim, vale salientar que consideramos a exibição de uma pesquisa como algo contrário a um show, que busca apresentar um resultado final de forma pronta e acabada. Nessa perspectiva, consideramos a importância da crítica e do erro no processo de produção de conhecimento (BOURDIEU, 2002).

Abordagens Histórica e Relacional

Considerou-se os estudos de Silva (2002), quando demonstra que para analisar o movimento social enquanto *ator coletivo* é necessário seguir três procedimentos importantes: primeiramente transpor a face visível dos atores, o que significa superar a forma como são apreendidos pelo conhecimento cotidiano e quais as relações os constituem enquanto tal; segundo, seria adotar uma abordagem diacrônica processual que percebe a dinâmica das relações sociais, e por fim, evitar determinismos na relação indivíduo- sociedade, ou seja, não valorizar unicamente a estrutura nem tão pouco apenas o indivíduo.

Para tanto, o viés teórico que orientou a pesquisa em campo e a análise dos dados foi pensado, de modo geral, com base em duas perspectivas. Primeiramente com uma tradição sociológica norte-americana, construída com base na sociologia histórica de Max Weber. Nesse sentido, autores como Bertrand Badie e Pierre Birnbaum (1994, p. 187) defendem que “la sociologia histórica recurre a la aplicación de um método establecido por Max Weber, pero que el maestro alemán había utilizado tan solo parcialmente para analizar el Estado”.

Tal perspectiva tomou força nos anos de 1970 e significou uma forte crítica ao modelo funcionalista da sociologia parsoniana e ruptura com um tipo de Sociologia etnocêntrica, principalmente em relação aos países de terceiro mundo. Sobre a emergência da sociologia histórica, Loic Wacquant e Craig Jackson Calhoun (1991,p.83) esclarecem:

A Sociologia Histórica teve origem no descrédito, inseparavelmente científico e político que as transformações do pós-guerra e os conflitos sociopolíticos dos anos 60 infligiram às teorias da modernização e ao evolucionismo funcionalista de Parsons e Eisenstadt, que até então reinavam absolutos sobre a macrosociologia anglo-americana. Encorajada pela reabilitação da tradição de Max Weber e Tocqueville, uma nova geração de jovens pesquisadores encontrou no método histórico comparativo o meio não apenas de neutralizar, tornando visíveis os vezos ideológicos e etnocêntricos das disciplinas, mas também de escapar à posição estéril

da teoria suprema e do empirismo abstrato denunciada já em 1959 por C.Wright Mills. Essa geração se precipitou na trilha dos trabalhos pioneiros de Barrington Moore, Reinhard Bendix, Charles Tilly, Gerhard Lenski e Immanuel Wallerstein.

Dessa forma, Tilly (1996) enfatiza que um programa de trabalho para analistas políticos não-europeus não é aplicar mecanicamente os modelos europeus, mas examinar os tipos de causas e efeitos que produziram coisas diferentes em outras áreas do mundo.

Buscou-se considerar esses elementos contextuais na análise de uma situação particular, sem abrir mão de entender as repercussões desses sobre os agentes e do papel dos agentes na produção dos mesmos. Para tanto, utilizou-se a noção de *estrutura de oportunidades*, conceito relacionado a uma abordagem política sobre os movimentos sociais cujo foco é centrado, especialmente, nas condições de luta política (TARROW, 2009).

Essa perspectiva prioriza a elaboração de modelos que expliquem o processo de mobilização política enquanto processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação (ALONSO, 2009, p.4). Para os teóricos da *estrutura de oportunidades*, tais mobilizações são associadas aos confrontos políticos que surgem como reação às mudanças nas oportunidades e restrições políticas de alguns agentes que reagem a incentivos materiais, ideológicos, partidários ou baseados no grupo (IBIDEM, 2009). Tais mudanças (incentivos ou constrangimentos), ao balizarem as ações dos insurgentes, caracterizam um contexto de *estrutura de oportunidades* que são favoráveis não apenas à inserção de novos agentes no confronto, mas também à constituição de movimentos sociais. Mobilizações que ocorrem, sobretudo, quando são articuladas redes sociais, estruturas conectivas, quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com opositores mais poderosos. (Ibidem, 2009)

Essa abordagem, também conhecida como *contentious politics* considera indissociável a relação entre política institucional e conflitualidade, desenvolvidas fora e contra as instituições. Nesse sentido, Silva (2010) enfatiza que

Os autores da *contentious politics* enfatizam a necessidade de analisar as interdependências entre os repertórios de ação desenvolvidos pelos atores contestadores e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas, rejeitando a possibilidade de uma efetiva explicação daqueles repertórios sem situá-los no interior da configuração político-institucional da qual se originam. (SILVA,2010,P.5)

Nessa perspectiva, as noções de *ação coletiva de confronto* e *repertórios* foram fundamentais para esse estudo, que pretende analisar o movimento de reivindicação por moradia. Principalmente porque se tratam de movimentos coletivos de enfrentamento contra aquilo que Tarrow (2009) chama de órgãos estruturalmente mais poderosos. Para esse autor:

A ação coletiva torna-se confronto político quando é empregada por pessoas que não tem acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira profundamente a desafiar os outros ou as outras autoridades (TARROW, 2009:19).

A *ação coletiva de confronto* caracteriza a base dos movimentos sociais, pois, constitui-se na maioria das vezes, como único recurso que as “pessoas comuns” têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. No entanto, antes de ser empregada no confronto, a *ação coletiva* só adquire existência mediante três requisitos importantes. São eles: a constituição de desafios coletivos; a excitação das redes sociais em objetivos comuns e a construção de solidariedades através de estruturas de ligação (IBIDEM, 2009).

Para a presente pesquisa, é importante analisar justamente quando todos esses aspectos acima assumem forma de repertórios, ou seja, uma maneira pela qual as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados, acionando um conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e desenvolvidas através de um processo de escolha (IBIDEM, 2009). Por meio dessa noção, se tentou apreender algumas modalidades de intervenção desenvolvidas na reivindicação por moradia, como os debates, as matérias jornalísticas, as passeatas, a produção de panfletos e as situações de enfrentamento com agentes do estado. Tais modalidades caracterizaram-se enquanto ponto de partida para a compreensão das ações coletivas e desse movimento social. Através das mesmas buscou-se um conhecimento aprofundamento a fim de perceber os *capitais* acionados, relações sociais e hierarquias estabelecidas nessas ações políticas.

Considerou-se o conceito de *repertório* tanto de forma estrutural quanto cultural, ou seja, tanto como fruto de determinadas condições quanto como forma de *saber fazer*. Tal conceito envolve não somente o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito, mas também o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam dentro de um contexto de mobilização de recursos (IBIDEM, 2009).

Do mesmo modo, examinou-se o trânsito dos agentes pelos diferentes espaços e a ativação de relações informais e/ou institucionais, a partir da consideração das noções de *rede*

e *mediação* como elementos imprescindíveis de estímulo à contestação política nesse momento (McADAM, 2004; DIANI, 1997). Sobretudo, procurou-se relacionar as inserções dos agentes em movimentos de contestação aos seus perfis sociais e investimentos militantes, políticos e profissionais (REIS, 2008a e 2008b). Outra noção importante na análise dessas relações entre agentes foi a de *rede política* (MOURA e SILVA, 2008) cuja potencialidade focaliza as relações entre os atores, possibilitando uma perspectiva que rompe as fronteiras institucionais e apreende como atores posicionados em contextos institucionais distintos, relacionam-se conjuntamente em determinado setor de política pública.

Associada a essa perspectiva, considerou-se a crítica de Michel Dobry (1988) quando percebe que nem o valor, nem a eficácia dos recursos políticos podem ser tomados como apartados das relações deles com os contextos sociais onde se inscrevem as mobilizações, sobretudo no que se refere às crises políticas¹². Antes de prosseguir é importante ressaltar que a noção de *crise política* trabalhada por Dobry (1988), diferentemente da ideia binária de oposição entre rotina e estabilidade, fundamenta-se numa noção de conjuntura fluida, caracterizada por dinâmicas sociais e jogos táticos estruturalmente definidos.

Como percebe Reis (2007), é importante salientar que a ideia de fluidez e plasticidade trabalhada por Dobry foi pensada para uma sociedade que conta com a constituição de setores autônomos, institucionalizados e interdependentes e que, nessas situações, estão descaracterizados ou vulneráveis. Essa autora percebe que, para o tratamento das intervenções militantes e engajadas nas dinâmicas periféricas, é preciso e considerar que os aspectos relativos à fluidez política observadas por Dobry para as situações de crise não são excepcionais, mas rotineiros. Isso porque essas dinâmicas são caracterizadas historicamente por baixa objetivação das relações e esferas sociais, pela coexistência de princípios formais e informais de transações entre agentes e também por não possuírem obstáculos institucionais para a inserção dos indivíduos em domínios sociais diferentes (Idem, 2007).

Para Reis (2007) a ideia de *crise política* pode ser utilizada para caracterizar o período de entrada dos agentes no ativismo político, raciocínio que pode ser combinado com a noção de *estrutura de oportunidades* (TARROW, 2009), já que ambas operam com aspectos

¹² Segundo Bertrand Badie (1987), Michel Dobry constrói seu próprio caminho no campo da sociologia da ação, considerando os efeitos da estrutura e sem cair num individualismo metodológico radical.

conjunturais que exercem influência importante (estímulos ou reprovações) para a compreensão da inserção dos agentes no confronto político.

Tais condições e oportunidades podem ser inseridas em dinâmicas históricas consideradas como *configurações* singulares, com vistas a afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o “indivíduo” e a “sociedade” fossem antagônicos e diferentes (ELIAS, 2008). Neste caso, adotamos a ideia de interdependência associada à noção de *configuração*, para o tratamento dos fatores que motivaram os engajamentos dos agentes e movimentos investigados, considerando tanto os aspectos das experiências de vida de cada um quanto os condicionantes mais gerais das suas inserções e posicionamentos.

Em perspectiva próxima, considerou-se a definição do *campo de possibilidades* (SILVA, 2004) no qual é possível diferenciar dois tipos de elementos: os que caracterizam o contexto da ação, ou seja, aqueles externos e formados pelo campo no qual o ator está inserido; e as relações internas, caracterizadas nos recursos materiais, simbólicos, cognitivos e quaisquer outros acumulados pelo ator na trajetória dele e que podem ser mobilizados na realização de projeto do mesmo. (IBIDEM, 2004). Assim como as *configurações*, o *campo de possibilidades* também deve ser pensado em relação à dinâmica histórica e social do grupo, no qual o indivíduo faz parte.

Como já foi mencionado antes, a documentação histórica¹³ não possibilitou grande aproximação com os agentes envolvidos na construção de uma “questão por moradia”, sendo necessário outro tipo de pesquisa de campo, então constituído por entrevistas, para que fosse possível apreender mais informações sobre os contextos sociais de alguns agentes e como isso poderia influenciar na ativação de determinados recursos.

Seguindo outra perspectiva e nível de análise, considerou-se a contribuição de Pierre Bourdieu (2004) quando percebe que a razão de ser de uma instituição e seus efeitos sociais não estão na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim, no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função de interesses associados a diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as vontades, definições e redefinições. Através dessa perspectiva, buscou-se romper com algum tipo de *ilusão teleológica* e atribuição de caráter heroicizante aos militantes¹⁴.

¹⁴Grosso modo é importante ressaltar que Elias (1994) faz uma distinção entre dois tipos de história, aquela tradicional, centrada no indivíduo e grande heróis da história e uma que visa entender as condições sociais de

Em outras palavras, apesar das fontes fornecerem informações conjunturais e sobre os agentes, foi necessário trabalhar, no sentido de inter-relacionar esses dados, buscando localizar registros de posicionamentos e disputas que por fim acarretaram em uma ideia naturalizada de “luta por moradia como causa legítima”.

Destaca-se que os agentes possuem papel fundamental dentro do esquema analítico proposto nesse trabalho, seja na relação com outros ou em relação à estrutura de oportunidades, é importante entender as características sociais e as motivações das pessoas que se engajavam nas atividades relacionadas à “reivindicação por moradia”. Nesse sentido, as entrevistas significaram entre outras coisas, a possibilidade de se detectar algumas dessas características e concepções.

Nessa orientação, construiu-se, através das entrevistas, dez trajetórias de agentes pertencentes a diferentes domínios sociais, origens, atuações profissionais e níveis de escolarização. Embora cada um possuísse características distintas, todos detinham em comum a atuação junto às reivindicações por moradia em São Luís. Essas trajetórias foram relacionadas aos condicionantes sociais da ação coletiva, visando relacionar repertórios coletivos e individuais por meio de um contexto histórico específico e de determinadas características sociais dos agentes.

Neste caso, a noção de *capital militante* e sua relação com as modalidades de intervenção política auxiliaram a análise das trajetórias, possibilitando perceber o processo de acumulação de determinadas habilidades favoráveis para as tomadas de posição nos embates pela imposição de determinadas ideias de “direitos” e “princípios” relacionados à “moradia”, e dos seus porta-vozes autorizados.

O *capital militante* é caracterizado por MATONTI e POUPEAU (2006) como um conjunto de recursos fundados nos aprendizados, competências e práticas (ou *metier*) militantes. Abrange o que os autores chamam de *savoir faire* ou um conjunto de saberes que marcam as formas de agir e intervir no mundo social. Como indica Reis (2009), os autores sublinham que:

O processo de aquisição do capital militante pode iniciar no âmbito familiar, mediante a socialização com valores e práticas relacionados às concepções de mundo, de política e de sociedade, que constituem a própria gênese de uma disposição para a intervenção na realidade. (REIS, 2009, p.109).

construção dos indivíduos, por meio da compreensão da sociedade, ou seja, o processo de construção do indivíduo ou individualização.

Somado ao processo de aquisição de *capital militante* ao longo dos trajetos percorridos pelos agentes e sua ativação desde o momento de entrada no *confronto político*, tem-se igualmente as motivações herdadas ou adquiridas para a participação em confrontos, como os que serão analisados nesse trabalho. Essas são atualizadas nas diferentes inserções e relações que os agentes desenvolvem em determinados grupos de reivindicação e nos demais meios sociais em que eles circulam.

Ao relacionar o processo de acumulação de capital militante com determinadas modalidades de intervenção privilegiadas pelos agentes e disposições para a atuação política, Reis (2008) considera três possibilidades que não são excludentes. A *contestação*, que se define como mobilização coletiva conjuntural e situacional de combate a um inimigo comum e com reivindicações compartilhadas; o *militantismo* que, grosso modo, está associado à ideia de dedicação sistemática a uma “causa” ou organização que recebe investimentos e fornece retribuições aos agentes investidores; e o *engajamento*, que remete a uma ideia de disposição ética – algumas vezes necessária para a existência dos dois tipos modalidades anteriores (REIS, 2008 p.109-110).

Para analisar as modalidades de intervenção e o capital militante é preciso considerar as *gratificações do militantismo*¹⁵. Essa ideia remete à aquisição de alguma retribuição ou gratificação, material ou simbólica, que garantem que os agentes se dediquem a uma causa ou organização e obtenham contrapartidas dessa dedicação. Além de quase sempre estar em questão a convicção de que estão contribuindo para uma “causa justa”, no caso da “luta por moradia” também percebemos que os agentes, que investiam recursos nessa mesma, poderiam obter determinadas vantagens como prestígio, respeito profissional e trunfos importantes que poderiam ser acionados em outras *arenas de disputa*.

Enfim, há aqui o exercício de seguir algumas indicações feitas Phélippeau(2001) quando enfatiza que nos estudos *elisianos*, uma questão importante é que, a análise das condições de emergência de um agrupamento não pode ser confundida com a marcha linear dessas unidades rumo a um grau elevado de perfeição. Para esse autor, analisar

¹⁵ Ao analisar partidos enquanto instituições econômicas dotadas de hierarquias, cuja lógica de disputa por posto é associada a retribuições materiais, Daniel Gaxie (1977) percebe também a existência de gratificações simbólicas- como prestígio, honra, poder- e que essas mesmas também permitem compreender algumas características morfológicas dos partidos. Tais postos seriam preenchidos por agentes movidos por motivações ideológicas, por meio da patronagem e por remuneração financeira. (IBIDEM, 1977:8).

as condições de emergência de um agrupamento significa realizar um exame minucioso das dificuldades e conflitos vividos pelas pessoas inseridas nas relações sociais fundamentais para a existência das formações sociais.

Nesse perspectiva, considerou-se os referidos momentos, principalmente no que concerne às configurações existentes, as disputas, as alianças existentes entre os agentes, assim como o trânsito dos mesmos por diferentes domínios sociais e o significado disso em termos de modalidades de intervenção

Sobre as Noções Nativas: invasão, famílias, moradia e habitação

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a dificuldade de se fazer determinadas referências utilizando categorias tão carregadas de significados sociais e políticos. Por esse motivo, o objetivo nesse momento é somente situar algumas delas e tentar justificar algumas escolhas sabendo que seria necessário um trabalho muito mais cuidadoso de análise dos fatores históricos e sociais que incidem na construção das mesmas e dos múltiplos sentidos que elas podem assumir em diferentes contextos e dinâmicas de competição.

Por se tratar de conflitos que ocorreram nos períodos iniciais da década de 1960, acredita-se ser mais prudente utilizar o termo “área” para fazer referência às regiões ou territórios que estavam em disputa naquele período. Isso porque se trata de um momento inicial de chegada dos primeiros contingentes populacionais, quando o espaço ainda não havia sido institucionalizado segundo a lógica do planejamento urbano que classifica os “bairros”¹⁶. Quando o foco foi voltado mais diretamente à década de 1980, pode-se utilizar o consagrado termo “bairro” para denominar às mesmas áreas. Nesse caso, procurou-se examiná-los com base na imbricação entre as características sociais dos “moradores” e na maneira como esses passam a caracterizar o espaço.

Foram designados como “migrantes” as populações que chegaram primeiramente nessas “áreas” e que estiveram relacionadas ao processo de formação dos bairros ludovicenses. O termo “migração” foi utilizado no sentido de deslocamento de pessoas entre

¹⁶ Trata-se de uma idéia de *reprodução social* do espaço encontrada em autores importantes da geografia (Lefebvre, 1999; Carlos, 2001)

regiões e lugares, em busca de determinados objetivos, que como tal, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico. Tais pessoas, ao se instalarem em diferentes áreas da capital e ao conquistarem determinadas reivindicações relacionadas ao suporte (necessidades e assistências) sistematizadas por determinados porta-vozes e importantes para a permanência no local, passaram paulatinamente, a conquistar o estatuto de “moradores”.

Ao consultar 21 recortes jornalísticos dos jornais O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno e O Imparcial, percebeu-se que o termo “invasão” apareceu 11 vezes, “habitação” 1 vez, “palafitas” 16 vezes e “ocupação” 1 vez. Notou-se que não havia uma especificidade de linguagem para cada veículo e que, numa mesma reportagem, apareciam uma ou mais termos. Nos dois primeiros jornais havia uma preponderância do termo “invasão”.

Considerando a relevância das observações de Bourdieu (2008), quando percebe a importância de tratar as relações sociais como relações de comunicação que implicam no conhecimento e reconhecimento de determinados grupos, por meio das relações de poder estabelecidas entre os locutores desses mesmos, acredita-se que a utilização dos termos: habitação, palafitas, moradia e ocupação espontânea representaram determinados posicionamentos dentro de uma arena de disputa.

Se pudéssemos voltar até a década de 1980 e experimentar verbalizar cada um desses termos nos diferentes domínios sociais relacionados aos conflitos e disputas geradas entre os migrantes e empresários e/ou órgãos estatais, provavelmente teríamos diferentes reações, a depender dos locais e pessoas envolvidas nessas relações. Nesse sentido, utilizar o termo “invasão” dentro de uma sala com advogados da Comissão Justiça e Paz teria um efeito diferente de utilizar o mesmo termo para empresários do setor imobiliário e para os próprios “moradores”.

Além de ser associado a determinados grupos, tais termos estiveram associados também, a um determinado momento do processo histórico e social que resultou na institucionalização de um movimento de reivindicação por moradia e de legitimação um problema social enquanto problema de políticas públicas. No quadro 4 construído através da análise de 10 entrevistas e 21 recortes jornalísticos, têm-se nas 4 primeiras linhas 4 tipos de situações em que os diversos termos indicam tipos de disputa e legitimação de determinados pontos de vista.

* 17	Agentes, Órgãos e Situações	Categorias	Agentes
- ↓ +	Primeiros Conflitos 1970	Invasão	Proprietários/ empresários
			Famílias
	Especialistas	Ocupação Espontânea	IBGE
		Moradia	Advogados
		Ocupação	Assistentes Sociais
		Famílias	CEBs, Padres
	Órgãos Estatais e Federais especializados (SERPLAN, COHAB, BNH SURPLAN)	Habitação	Programas do Governo
	Disputas após década de 1980	Indústria da Invasão	Militantes e políticos

Quadro 4 – Termos Nativos e Institucionalização

De modo geral, o termo “invasão” parece ser o mais antigo e está relacionado diretamente à ideia de “ocupação ilegal”, e também aos primeiros problemas sociais gerados pela disputa de terrenos entre “proprietários” e as famílias instaladas nas áreas visadas. Para ter maior eficácia, por partes dos proprietários, o termo era apoiado pela utilização de documentos como escrituras e testamentos comprovados em cartórios.

Esse termo – geralmente utilizado com um tom pejorativo – parece trazer consigo a ideia de propriedade e defesa da mesma por meio da “violência”. Prova disso foram às situações de conflito nos bairros do Anjo da Guarda, São Bernardo, Vicente Fialho e Coroadinho¹⁸. Em todas houve o uso da violência, por meio tanto da polícia militar quanto de uma polícia privada, composta por homens que eram chamados nativamente de “jagunços”. Ocorriam também ameaças de uso da violência por parte dos “moradores”, que em algumas situações impunham facões e resistiam às pressões daquelas polícias que quase sempre, eram mais bem equipadas, com armas e tratores. Deste modo, o termo “invasão” e “ocupação

¹⁷ Indica o processo de construção social ao longo do tempo em relação as situações em que os termos ocorriam, a categorias nativas acionadas e os agentes envolvidos.

¹⁸ Matérias que ilustram: “SURPLAN volta a derrubar casas no Anjo da Guarda” (Jornal Pequeno 21/04/1981); “Violência e despejo no São Bernardo” (Jornal Pequeno 06/11/1982); “Militares Despejam Invasores. Criança morre em ação violenta” (O Imparcial 14 de outubro de 1987); “Ameaça Aramada no Coroadinho” (O Imparcial, 14 de abril de 1978).

ilegal” refletem tanto um conflito ocorrido, quanto um conflito verbal e, de alguma forma, pode ser pensado enquanto justificativa para a violência.

A palavra “invasão”, apesar de ser auto-explicativa e associada a um tipo de imagem ou representação social, adquiriu significados distintos que podiam ser percebidos através dos lugares a partir dos quais era verbalizada. Por exemplo, nas três notícias abaixo, que apesar de carregarem termos semelhantes, representam percepções diferentes:

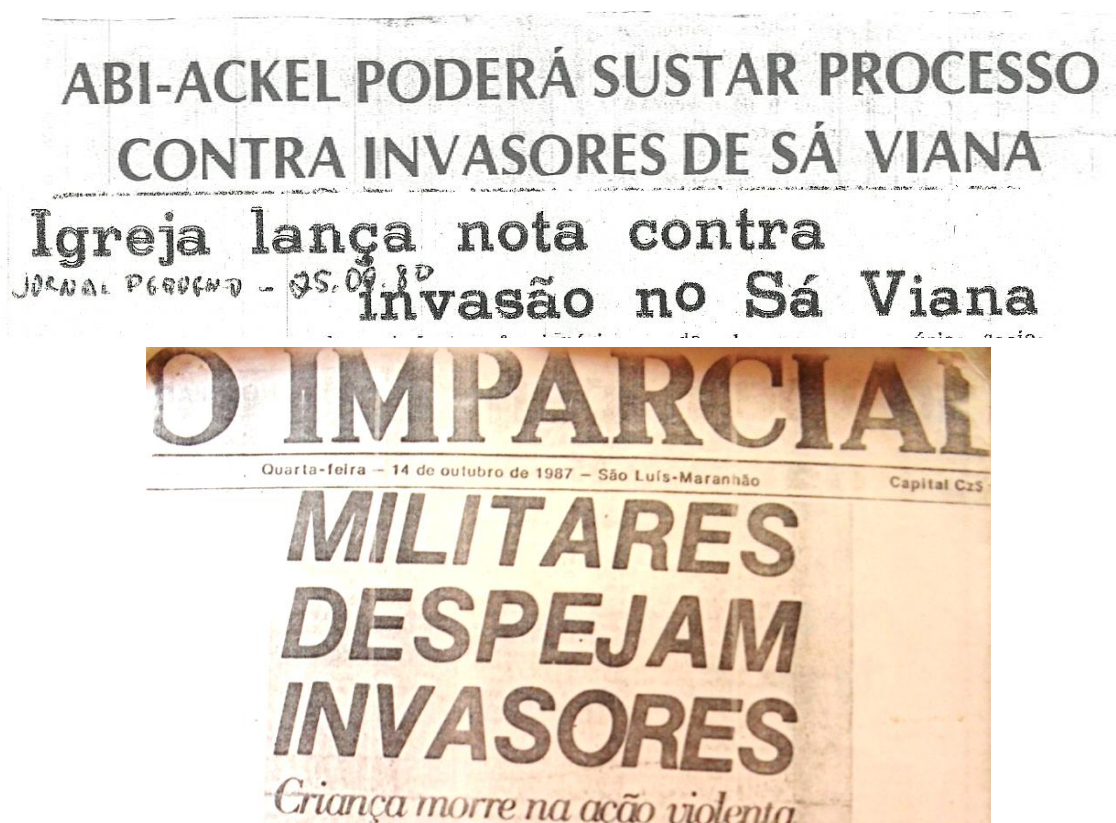


Ilustração1 – Montagem com recortes de títulos de manchetes

Fonte: O Estado do Maranhão17/10/80, Jornal Pequeno25/08/80, O Imparcial 14/1/1987

Na primeira reportagem é relatada a sustação de um processo contra invasores no Sá Viana. No decorrer do texto, as famílias desse bairro são referenciadas como “pessoas humildes acusadas de invadir o bairro do Sá Viana”¹⁹, ou seja, o termo “invasor” é problematizado e analisado de acordo com outros aspectos.

¹⁹ Ver mapa na página 46

Na segunda reportagem, esse mesmo termo é analisado como meio de defesa dos ocupantes e denúncia de casos de violência policial efetuada nas situações de despejos de famílias, no mesmo bairro. A notícia veiculada no Jornal Pequeno de 25 de agosto de 1980, explica que “cerca de 25 padres de São Luís assinaram um documento de protesto contra a invasão de policiais fortemente armados no bairro do Sá Viana”.

A terceira reportagem faz referência a uma situação ocorrida no bairro Vicente Fialho. Um terreno onde viviam cerca de 80 famílias foi reivindicado como propriedade de Augusto Nunes Freire - filho do ex-governador Nunes Freire. Nesse caso, marcado pelo confronto físico entre os oponentes, o termo “invasores” faz referência direta às 80 famílias que lá viviam.

Percebe-se, então, que a utilização do termo “invasão”, por mais sentidos que pudesse ter, era relacionada sempre às situações de conflito entre “proprietários” e “famílias”, independentemente do significado e dos agentes que faziam referência. É um termo que simboliza um processo de disputa de versões sobre os fatos conflituosos.

Vale ressaltar que os conflitos podem ser entendidos como *eventos mobilizadores*, que, segundo Santos (1981), são associados aos conflitos e caracterizados pela capacidade de delinear campos e arenas. Segundo o autor, o *evento mobilizador* funciona como uma força aplicada, em geral exercida por um ator de peso como o poder político (agente local do estado) ou alguém capaz de manejá-lo. Tais *eventos* são, geralmente, a expressão da negação de uma aspiração de consumo coletivo de uma facilidade urbanística qualquer.

Colocando em outros termos, o *evento mobilizador* caracteriza uma situação favorável a inserção de outros agentes externos (naquele ambiente) e dessa forma tem-se um tipo de contexto propício a atuação de determinados especialistas e *intermediários culturalmente favorecidos* (LENOIR, 1996), expondo explicações e soluções para o problema social enfrentado.

Nessa lógica, os termos “ocupação espontânea”, “direito à moradia”, “ocupação” e “palafitas” passaram a ser verbalizados em discussões, registrados em documentos oficiais e debatidos em reuniões de associações de moradores de bairro, com autoridades e especialistas do direito, serviço social, planejamento, etc. Os termos “ocupação espontânea” ou “assentamento espontâneo” possuíam uma utilização técnica e caracterizava um tipo de ocupação do espaço que não foi planejada. Nesse sentido, poderiam servir como fundamentação técnica para intervenções dos órgãos estatais de planejamento ou urbanismo.

Já a ideia de “direito à moradia” nasceu como ponto fundamental para um movimento de reivindicação por moradia. Ela surge a partir das inserções de advogados, de entidades vinculadas aos setores progressistas da Igreja Católica, que utilizavam uma linguagem composta de códigos jurídicos. Assim, pode-se afirmar que antes da atuação e presença desses especialistas não era possível pensar a ideia de moradia enquanto direito social a ser exigido. Nesse mesmo bojo, têm-se os termos “ocupação” e “palafitas” verificados em relatórios produzidos por assistentes sociais e difundidos por meio de entidades simpatizantes à “causa da moradia”.

Outro termo que carregou grande conteúdo moral foi o de “família”. Pode-se dizer que nessa relação de forças, o mesmo significou, mais fortemente, a voz dos setores progressistas da igreja católica. Através da observação de manuais de catecismos e também das próprias “campanhas da fraternidade” lançadas entre o final de 1970 e 1984²⁰, percebeu-se que a solidariedade e a defesa social da família caracterizaram, de maneira peculiar, uma inserção dessa instituição religiosa em assuntos relacionados a problemas sociais da época. Assim, para os setores progressistas da Igreja, a “família” é vítima, enquanto os invasores (como expõe a ilustração da página 25) eram quaisquer pessoas que desrespeitassem essa instituição “permeada por relações com o divino”²¹.

De modo geral, essas novas definições surgiram em oposição às anteriores, e forneciam outra possibilidade de interpretação dos problemas sociais relacionados à disputa entre proprietários e empresários contra “as famílias”, ou seja, representavam oposição ao termo “invasão” e todos os significados e grupos associados a esse termo. Ao mesmo tempo se constituem em um tipo de mobilização e ação coletiva que acaba dando maior visibilidade ao problema exercendo uma influência nos órgãos estatais, que passam a responder às demandas reivindicadas.

²⁰ 1977 Fraternidade na família começa em sua casa, 1978 Fraternidade no mundo do trabalho e justiça para todos, 1979 Por um mundo mais humano, Preserve o que é de todos; 1980 Fraternidade no mundo das migrações, Exigência da Eucaristia Para onde vais? 1981 Saúde e fraternidade, saúde para todos; 1982 Educação e fraternidade, a verdade vos libertará; 1983 Fraternidade e violência, fraternidade sim, violência não; 1984 Fraternidade e vida para que todos tenham vida, 1985 Fraternidade e fome, pão para quem tem fome e 1986 Fraternidade e terra de Deus, Terra de irmãos.

²¹ Algumas matérias em que colocam a “família” como principal vítima nos embates: “Violência na Remoção de Famílias da Areinha” (O Estado do Maranhão 13/12/78); a declaração publicada no Jornal Pequeno (17/ 01/ 1981), por uma União de Moradores do Bairro do Sá Viana, principalmente em trechos, como “Os funcionários, a mando do reitor, andam de porta em porta ameaçando de morte as famílias do Sá Viana caso não venham a receber tais indenizações pagas na Universidade”, que registravam o desrespeito às famílias.

Dessa forma, o termo “habitação” entra em cena associado às políticas públicas promovidas pelos programas dos governos municipal, estadual e federal. É importante ressaltar que por políticas públicas entende-se as ações dos governos capazes de produzir efeitos práticos facilmente observáveis nas representações sociais, valores, símbolos e percepções quanto às políticas específicas e relações de poder. (LARRATEA, 2004).

As siglas de programas como Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (CURA), Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR) e o Programa de Despalafitação, expressavam uma relação de forças, ou um tipo de resposta aos especialistas e seus termos. Tais programas surgiram em contraposição à existência das palafitas, que eram edificações erguidas em áreas alagadas, próximas aos rios. Colocando em outros termos, os governos tomavam para si a responsabilidade quanto ao problema e ao mesmo tempo, para garantirem a legitimidade da proposta, deveriam executar ações que reforçassem os termos como “habitação” e outros relacionados às obras básicas como luz, pavimentação, praças, escolas, em detrimento de termos como “palafitas” (principalmente), “invasão”, etc.

O termo “habitação” traz consigo o trabalho coletivo de outros tipos de especialistas, vinculados aos órgãos estatais. Nesses quadros, percebeu-se a presença de engenheiros, técnicos, dirigentes políticos, funcionários da COHAB e do BNH e dirigentes locais. Observando os planos de governo de Pedro Neiva, Nunes Freire e João Castelo, o termo “habitação” apareceu sempre como proposta de governo, como projeto a ser executado e como ideia de política pública, que faz crer que esse termo é por excelência o termo burocrático para tratar das questões sociais que envolvem a ocupação dos espaços dos bairros de São Luís.



Ilustração2 - Propaganda do Governo Castelo
Fonte: O Estado do Maranhão 29/08/1979

A ilustração propagandística do governo de João Castelo foi um exemplo de utilização do termo “habitação” feita por órgãos estatais que visavam determinadas políticas públicas.

A utilização do termo “indústria da invasão” é comumente relacionada a uma prática de ocupação, aquisição e depois venda de terrenos vinculados ao processo de disputa. No entanto, principalmente após a década de 1980, esse termo serviu também como meio de classificação utilizado pelas principais lideranças, ligadas à “reivindicação da moradia”, para discriminar agentes que utilizavam o problema da moradia como questão eleitoral. Ou seja, os agentes relacionados ao termo “indústria da invasão” eram geralmente excluídos dos agentes que pertenciam ao grupo dos especialistas que apoiavam as famílias envolvidas nos conflitos.

Embora essas categorias sejam utilizadas ao longo do texto, o objetivo principal da pesquisa é concentrado sobre o uso da categoria “moradia”, devido a sua vinculação com a mobilização de militantes e lideranças articuladas em torno desse “direito social” e igualmente responsáveis pela afirmação da mesma.

Organização do trabalho

A forma de organização da pesquisa tentou expressar as orientações teóricas e metodológicas apresentadas até agora. Nesse sentido, no capítulo 1 priorizou-se uma caracterização geral de São Luís, em que tentou destacar alguns aspectos quanto ao crescimento da cidade, a população e disputas por terrenos, tratando-se de um breve histórico do contexto onde são apresentados alguns condicionantes importantes e influentes na construção de problema social relacionado à moradia.

No capítulo 2 priorizou-se a descrição das condições de disputa. Dessa forma, busco-se expor como era possível a estruturação de um movimento de reivindicação, ou seja, que condições eram oferecidas a quem desejasse entrar na militância por direitos. Em outras palavras, foi o momento onde se tentou analisar de onde surgiam os recursos mobilizados, tais como assistência jurídica, educacional e política, nas ações coletivas.

No capítulo 3 focou-se os repertórios e ações coletivas. Para tanto, foram analisados os encontros ocorridos, nas quais eram debatidas as questões sobre moradia, situações de conflito entre policiais e ocupantes, onde eram ativados os repertórios, panfletagem e passeatas. Nesse tópico é explicada a importância dessas manifestações para o processo de formação e institucionalização de um movimento de reivindicação por moradia.

Por fim, no capítulo 4, foram analisadas quatro trajetórias de ex-militantes atuantes na reivindicação por moradia. Através da análise das características sociais desses agentes, tentou-se perceber: quais as motivações pessoais de cada um; quais os capitais ativados durante o confronto político; o desenvolvimento de acumulação de um capital militante e também a importância de cada um, para o processo de institucionalização da “reivindicação por moradia”.

1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DE SÃO LUÍS DURANTE A DÉCADA DE 1970-1980

No presente capítulo será traçado uma breve contextualização histórica sobre o processo de expansão urbana em São Luís²² do Maranhão. Elencou-se aspectos considerados importantes no que se refere às percepções encontradas sobre o processo de “ocupação” das terras na cidade e no que concerne à composição social das populações que estiveram no centro da disputa por terras nas áreas periféricas de São Luís-MA. Para tanto, foram cotejadas informações como, local de origem, renda econômica, profissões e principais motivações que favoreceram a instalação na cidade.

O objetivo é fornecer uma visão geral a respeito da conjuntura urbana correspondente ao período das décadas de 1970 e 1980, buscando entender a forma como foi se desenhando um cenário apropriado a diferentes “projetos” de ocupação do espaço e como isso pode ser pensado a partir das relações de confronto e articulações entre diferentes agentes. Desta forma, tais informações são relevantes na medida em que possibilitam entender aspectos estruturais importantes para a compreensão das condições em que ocorria a inserção de agentes e dos discursos relacionados ao um problema social que emerge desse contexto.

Entre as décadas de 1970 e 1980, São Luís foi palco de inúmeras situações de conflito entre agentes que se posicionavam em relação à melhor forma de configuração das áreas periféricas da capital²³. No mapa é possível visualizar seis áreas onde ocorreram conflitos, durante as referidas décadas.

²² É importante dizer que São Luís é a capital do Estado do Maranhão e localiza-se na Ilha do Maranhão, juntamente com os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A Ilha de São Luís possui uma área total de 1.453,1 Km², sendo que mais da metade corresponde ao Município de São Luís (831,7 Km²). São José de Ribamar tem 436,1 Km², Paço do Lumiar, 121,4 Km² e Raposa, 63,9Km² (IBGE, 2005).

²³ Nas manchetes da época coletadas para a presente pesquisa, eram utilizadas imagens de policiais e tratores em situações de despejo de famílias em locais como a Vila Padre Xavier, Sá Viana, São Bernardo, Ilhinha (no São Francisco), João de Deus, Floresta, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vera Cruz e Liberdade. Por exemplo: “Surplan derruba casa no São Francisco” (O Estado do maranhão 13/09/77); “Padre Marcos ia sendo assassinado / grave conflito de terras no Tirirical” (Jornal Pequeno 23/04/1981); “Guerra pelas terras: tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo” (Jornal Pequeno 8/05/1981); “Surplan volta a derrubar casas no anjo da guarda”



Mapa 1- Principais locais de Conflito Durante as décadas de 1970 e 1980
Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>, 2010.

No círculo três (verde) tem-se a região Itaquí- Bacanga que atualmente é composta pelos bairros Sá Viana, Vila Embratel, Anjo da Guarda, Vila Nova e Mauro Fecury. Toda essa área foi ocupada após a década de 1970, com a construção da barragem sobre o Rio Bacanga. Já no círculo um (vermelho) tem-se os processos de assentamento espontâneo e de ocupação mais antiga de São Luís-MA, pois remontam a década de 1960. No mesmo período, iniciou-se a ocupação na área destacada no círculo dois(marrom), que corresponde aos atuais bairros da Liberdade, Camboa e Floresta. A área do círculo quatro (laranja) foi ocupada com maior intensidade, também na década de 1970, com a construção da ponte José Sarney, que liga o centro de São Luís ao bairro do São Francisco. O círculo 5 (cinza) corresponde ao atual bairro da Vila Padre Xavier, e o sexto aos bairros do São Bernardo e João de Deus. Com exceção do Coroadinho, cujos conflitos datam da década de 1970, todas as áreas citadas foram marcadas por conflitos durante a década de 1980.

Essas disputas, então, sinalizavam para diferentes projetos e concepções de planejamento para essas áreas. Nesse sentido, pode-se apontar, por um lado, uma perspectiva

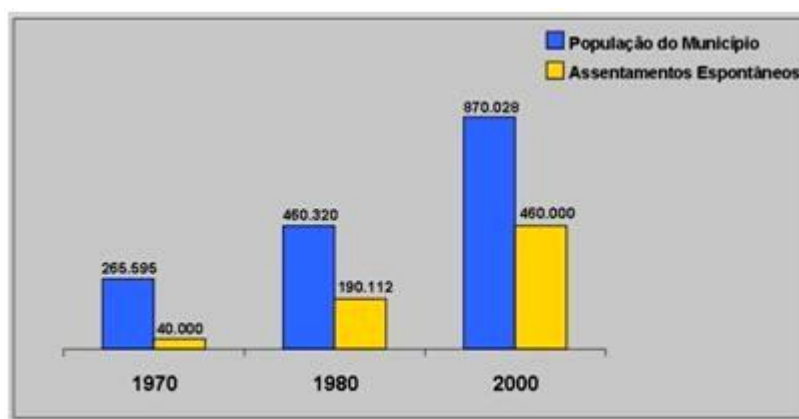
(Jornal Pequeno 21/04/1981); e, “Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta” (Jornal Pequeno 25/05/1982).

de modernização da capital, defendida por alguns dirigentes políticos e que era pautada na ideia de que havia a necessidade de construção de uma infra-estrutura para o recebimento de indústrias e para a implementação de programas de habitação definidos pelo governo federal. Como exemplo, é possível citar o Plano de Transportes e Desenvolvimento de São Luís (de 1975), que visava ampliar a infra-estrutura urbana e viária e favorecer as necessidades da indústria e crescimento da cidade (BONTEMPO, 2008); a instalação da Amazônia Mineração S.A (AMZA), em 1981; a criação do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), em 1982; e a atuação de várias imobiliárias sobre os terrenos da cidade.

Por outro lado, há uma concepção de planejamento que se apresentava como centrada na ideia de que seria necessário considerar as aspirações e desejos dos milhares de habitantes que enxergavam São Luís como lugar em que teriam acesso a serviços como educação, saúde e também oportunidades de emprego. Essa ideia de cidade enquanto possibilidade de melhores condições de vida esteve relacionada diretamente a um aumento populacional e, conseqüentemente, ao maior número de construções no processo de expansão urbana, já que muitas das famílias que vinham para São Luís alojavam-se em terrenos vazios próximos ao centro da cidade.

O encontro entre essas duas perspectivas sintetizava-se na concepção, preponderante na década de 1970, de que a ocupação de áreas vazias da capital ocorria aos moldes das necessidades de grande número de imigrantes atraídos por oportunidades de emprego nas indústrias e/ou expropriados de suas terras nas áreas interioranas do estado. Assim, quase sempre se tratavam de ocupações sem infra-estrutura, chamadas pelo IBGE de “ocupações espontâneas”.

Os dados do IBGE (2006) indicam que essas ocupações representavam cerca de 15% nos anos 1970, de 42% nos anos 1980 e de 51% nos 2000. Em termos quantitativos, o percentual de crescimento de 1970 a 1980 foi de 370%, e dos anos 1980 para 2000 foi de 137%, demonstrando, assim, um super crescimento no índice dessas construções, entendidas pelo IBGE como “assentamentos espontâneos” (como será possível verificar no gráfico seguir), ou seja, da chegada de pessoas para habitar e locais disponíveis na cidade sem estarem enquadradas em algum projeto de planejamento urbano mais amplo.



Fonte: IPLAN e IBGE

Gráfico1 - Assentamentos Espontâneos
Fonte: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade e IBGE (2006)

Fazendo uma retrospectiva sobre o processo de formação dos bairros da capital, é possível dizer que as primeiras construções remontavam às décadas de 1950 e 1960, sendo intensificadas na década de 1970. Como exemplo, pode-se citar os casos de locais como o Coroadinho, Areinha e Liberdade, cujos processos de formação ocorreram nessas três décadas, com grande intensidade de situações de expropriação e despejo, que, segundo registros encontrados, foram sempre situações dramáticas e marcadas por confrontos violentos.

Fossem nas áreas próximas aos rios Anil e Bacanga (como os casos do Sá Viana, Floresta, Ilhinha no São Francisco, Liberdade, Vila Padre Xavier, Coroadinho) ou em áreas um pouco mais distantes (como São Bernardo, João de Deus, Vera Cruz e Anjo da Guarda), tais ocupações apresentaram características comuns. Dentre elas: a precariedade das habitações e infra-estrutura básica de serviços urbanos, o perfil sócio-econômico das populações ali residentes e também a situação de conflito contra oponentes mais bem aparelhados, o que nos possibilita pensar os bairros associados a essas respectivas áreas como produtos de um processo de confronto político.

Nas ilustrações abaixo (03 e 04), que registram imagens das áreas do Coroadinho e da Liberdade, os jornais em que foram divulgadas destacam a precariedade nas construções, erguidas em estruturas de madeira e cobertas de palha e barro, bem como a ausência de infra-estrutura básica de saneamento, água encanada, rede de coleta de lixo (já que os terrenos estão sem asfalto, cobertos de mato e cortados por filetes de água). Na segunda imagem, é ressaltada a presença dos ocupantes, três mulheres caminhando com baldes e bacias sobre a cabeça, uma criança e três homens caminhando sobre o terreno alagado.



Ilustração 3 - Coroadinho
Fonte: Folha do Maranhão 23/07/1982



Ilustração 4 - Liberdade
Fonte: Imparcial 03/08/1979

Ao traçar um panorama geral dos ocupantes das áreas chamadas de “ocupação espontânea”, percebeu-se que, inicialmente, muitos eram provenientes de cidades do interior do estado. Por exemplo, no Coroadinho, notou-se que muitas pessoas provinham de Barra do Corda, Santa Inês, São Vicente Ferrer, Icatu, Alcantara e outras. Já na área da Liberdade, a ocupação estaria historicamente associada com as atividades navais relacionadas à cidade de Alcântara (MOTA, 1990; CARDOSO, 2008).

Por meio da imprensa local e de entrevistas com lideranças, percebeu-se, de modo geral, que essas pessoas desenvolviam atividades profissionais enquanto como vigias, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, donos de pequenas mercearias, eletricitas e carroceiros. Tal informação vai ao encontro de um contexto geral sobre os tipos de atividades realizadas na cidade, já que, em 1987, mais da metade da população compunha-se de trabalhadores da construção civil (4,1%), trabalhadores autônomos (2,5%), serviços domésticos (40,1%) e desempregados e biscateiros (21,9%) como demonstra Gisterlink no quadro sobre a população economicamente ativa de São Luís em 1987.

Categoria	peessoas	%
indústria	14.500	4,5
construção	13.500	4,1
comércio	15.000	4,6
serviços (educação particular, saúde, transporte, comunicação, bancos)	20.000	6,2
Administração pública	52.000	16,1
federal	5.000	
estadual*	35.000	
municipal	12.000	
profissionais liberais, trabalhadores autônomos	8.000	2,5
sub-total	123.000	38,0
serviço doméstico	130.000	40,1
desempregados, bisco- teiros	71.000	21,9
total	324.000	100

* Há 54.721 funcionários públicos estaduais, dos quais aproximadamente 35.000 em São Luís.

**Ilustração 5 – População economicamente ativa e tipos de atividades
Exercidas em São Luís – 1987.**

Fonte: Gisterlink, 1980.²⁴

Além de nos possibilitar uma ideia da composição social, essas atividades profissionais indicam quase sempre o trânsito desses agentes para outras áreas da cidade, e isso enseja a reflexão sobre uma espécie de organização espacial ou divisão sócio-espacial. Eram pessoas como a Dona Inês, que levava carvão e arroz do Coroadinho para a área comercial do bairro do João Paulo; “O seu Basílio e Dona Serrão, da Liberdade, que desenvolviam as atividades de carpintaria, construção civil e alfabetização primária em outros bairros da cidade; o eletricitista Noé Diniz Costa, da Areinha, que se deslocava todas as manhãs para a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR); o biscoiteiro Ismael Diniz Costa, que nunca chegou a ganhar 1 salário mínimo; e o carroceiro Cândido Ewerton, que “ganhava a vida” transportando produtos por vários locais da cidade; Francisco Martins Cabral e Daires

²⁴ Essa tabela foi elaborada a partir de um levantamento realizado junto a Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) e sindicatos.

de Abreu da Ilhinha, que trabalhavam como guarda de segurança da Telecomunicações do Maranhão (TELMA) e empregada doméstica²⁵.

Assim como nas áreas da Liberdade e Coroadinho, grande parte da população residente na região Itaqui-Bacanga (área localizada na outra margem do rio Bacanga) se compunha de imigrantes e, inicialmente, muitos desenvolviam relações de produção com a terra, de acordo com práticas que desempenhavam em seus locais de origem. Para se ter uma noção geral sobre essa população, ao analisar uma amostra de 24 famílias (131 pessoas)²⁶, verificou-se diversas origens geográficas (Belém-PA, Piauí-PI, São Bento, São Domingo, São João Batista, Icatu, Alcântara, Primeira Cruz, Viana). Dessas, mais de 50% eram de São João Batista, do interior da Ilha ou de outras regiões da capital. Havia também deslocamentos dentro da própria capital, como foi o caso das famílias oriundas das “expropriações” ocorridas nas áreas alagadas próximas ao centro de São Luís (Madre de Deus, Areinha, Bairro de Fátima...), por conta da construção da estrada que compõe o Anel Viário²⁷.

Essa pequena amostra demonstrou um perfil composto de várias atividades profissionais como: vendedor ambulante, biscateiro, vigilante, doméstica, borracheiro mecânico, peão, soldador, costureira, fiscal de peões de construtora, carpinteiro, quitandeira, mencionar que entre todas as atividades desempenhadas por essas populações, a construção civil²⁸ merece certo destaque (14%).

Tais informações convergem com a interpretação de que a migração geralmente está associada à busca de melhores oportunidades²⁹ de serviços na capital e que os imigrantes inseriam-se em atividades caracterizadas, grosso modo, por grande utilização de trabalho físico e baixa especialização por meio de uma educação formal.

²⁵ Pessoas verificadas em reportagens intituladas: “Violência na Remoção de Famílias da Areinha do jornal” (O Estado do Maranhão 13/12/78); “Despejo foi dramático no São Francisco” (Estado do Maranhão 12/12/78) e também na: “Moradores da Ilhinha Culpam DNOS por derrubada de Casas” (Jornal de Hoje 11 /07/1982).

²⁶ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas de Equipes de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981.

²⁷ Corresponde a uma avenida de 7 km e 700m que circula a região central de São Luís, cortando os bairros da Areinha, Camboa, Praia Grande e Desterro.

²⁸ Perceberemos mais a frente que algumas lideranças dispunham dessa habilidade para questionar e buscar intervir sobre os projetos habitacionais resultantes dos governos da época. Esse é o caso da Vila Padre Xavier em que um líder local indagou na imprensa o secretário do trabalho e ação social, deputado Bento Neves, sobre a possibilidade dos próprios moradores construírem as casas com financiamento do governo, barateando assim os custos. Matéria: “Moradores da Vila Padre Xavier respondem ao secretário” (Jornal Pequeno 02/09/1981).

²⁹ Um exemplo que ilustra bem essa situação é o do morador chamado Josemar, que vivia da rua Bom Sucesso do Bairro Anjo da Guarda. Josemar veio de Bacabal para São Luís para cursar graduação em física e resolveu situar-se na região do Anjo da Guarda a fim de construir uma granja e estudar.

Sobre as atividades desempenhadas pelas populações imigrantes, Mota (1990) verificou, no caso do Coroadinho, a presença de três grupos, que seriam: *os de renda quase inexistente*, onde se encaixariam os biscateiros, lavadeiras e trabalhadores braçais em geral, *os possuidores dos próprios meios de produção e de um capital a mais*, nesse caso inserem-se os pedreiros, carpinteiros, pescadores e donos de mercearias, e, por último, *os que recebem renda fixa*, caracterizados nos funcionários assalariados, vigias e soldados.

Vale destacar que, em situação antagônica à precariedade de recursos (de diversas naturezas) presentes nessas áreas citadas, percebeu-se também outro tipo de expansão, associado à grande produção econômica e maior concentração de serviços básicos. Localizada em uma das margens do rio Anil, o bairro do São Francisco³⁰, por exemplo, contou com o apoio da SUCARP- Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital no loteamento o ordenamento da área do São Francisco (494.645 metros²) em 1.340 lotes de 12x 10 metros, o que sinaliza outra perspectiva de ocupação do espaço, apoiada e incentivada pelos órgãos públicos.

Em termos econômicos pode-se dizer que essa região contribuiu decisivamente para que, no decurso do decênio setentista, a construção civil alcançasse mais de 50% do PIB do Estado, (MOREIRA apud RIBEIRO, 2001), gerando assim grande movimentação de capital e fornecimento de tributos para a administração pública da época. Além dos grandes investimentos nos passaram uma ideia do nível econômico dos ocupantes dessa área, temos a informação de que, com a criação desse novo pólo residencial, grande parte dos moradores de alta e média renda das áreas centrais se deslocou rumo a esses novos espaços (BURNETT, 2008), o que caracteriza um padrão diferente de ocupação. O que se quer enfatizar com isso é que, apesar do crescimento urbano ter significado, em muitos casos, a precarização da condição de vida do “imigrante”, significou também a produção e concentração de capital econômico na cidade. Nesse sentido, é importante destacar o interesse das imobiliárias, que visavam obter lucros com a expansão das novas áreas urbanas, influenciadas, sobretudo, pela implementação de novas indústrias na capital.

Tal fato impulsionou a disputa por espaços urbanos, trazendo à tona nomes de imobiliárias, como foi o caso da Imobiliária Americana LTDA, disputando a área do São Bernardo localizada as margens da Avenida Guajajaras, e também o surgimento de “antigos

³⁰ Surgidos após a construção da ponte José Sarney em 1970.

donos” como foi o caso de Antônio Sandoval Pimentel, que se apresentava enquanto antigo proprietário da área do Coroadinho³¹.

Na reportagem intitulada “Ameaça armada no Coroadó”, que enfatiza o atrito entre ocupantes e proprietários, a imagem divulgada é do chamado “capataz” (à esquerda) e do “ocupante” Luís Carlos Nascimento (à direita). O posicionamento das iconografias, em lados opostos, somado ao contexto conflitivo, traduziria a rivalidade em torno da propriedade do terreno .



Ilustração 6 - Conflito pelo solo urbano no Coroadinho
Fonte: Imparcial 14/04/1978

Segundo a reportagem, o ocupante Luís Carlos declara ao jornalista: “se um trator de Sandoval invadir e derrubar minha casa, que eu construi em dois anos de suor, ele ficará sem tratorista” (O Imparcial, 14 de abril de 1978). As ameaças verbais de uso da violência feitas por Luís Carlos, eram aparentemente único recurso existente naquele contexto. Tal fato demonstra a forma como se desenrolavam as relações conflituosas em torno da posse e propriedade dos terrenos em disputa.

Além desses conflitos mais individuais e pontuais entre “proprietários” e “ocupantes”, havia também grupos organizados com características paramilitares, como foi o caso da conhecida “Equipe Capeta”, constituída de seguranças da empresa Maranhão Segurança Técnica (MASTER), que prestava serviço de segurança privada a COHAB-MA.

³¹ Mais informações ver MOTA, Antonia da Silva, **Coroadinho**. São Luis, 1990. Monografia de conclusão da graduação em historia – UFMA.

Na reportagem intitulada “Equipe Capeta sai da Clandestinidade” (Folha do Maranhão, 30/05/82), o proprietário da empresa, Sr. Ivon de Oliveira, buscou justificar a violência dos seguranças para com os ocupantes da “Malvinas” (localidade próxima ao bairro Vinhais), alegando a existência de um contrato entre esta empresa e o governo do estado para defender o patrimônio da Companhia de Habitação do Maranhão (COHAB-MA).



Ilustração 7 – Equipe Capeta
Fonte: Folha do Maranhão, 30/05/1982.

Vale ressaltar que não só “jagunços” ou seguranças agiam com violência nas atividades de “derrubada”³², pois na reportagem intitulada “SURPLAN derruba casa no São Francisco” (Estado do Maranhão, 24/11/77, p. 9) é possível constatar a ação do órgão municipal de planejamento urbano atuando da mesma forma. Essa matéria referia-se ao episódio que resultou na destruição da casa de um encanador, por um trator daquela empresa que; teria causado “revolta na população local quando presenciou as crianças e esposa do encanador, essa por sinal gestante derramado muitas lágrimas pedindo que não derrubassem...”.

Outro exemplo de conflitos sobre o espaço da cidade pode ser observado na área do São Bernardo, onde a Imobiliária Americana LTDA, com auxílio dos aparatos jurídico e policial, realizou uma ação de desapropriação dos terrenos. Nessa mesma, foi registrado o momento antes do confronto direto entre ocupantes e policiais, os policiais em menor número, porém bem equipados, concentrados em fila, no interior da paisagem, enquanto os moradores,

³² Expressão utilizada para as ações em que as casas eram destruídas.

em maior número, concentravam-se no sentido oposto (será demonstrado a seguir, na ilustração 8).



Ilustração 8 – Momentos antes do confronto entre “moradores” e policiais
Fonte: Jornal Pequeno 8/05/1981

Na região Itaqui-Bacanga o embate territorial ocorreu entre ocupantes e a AMZA (Amazônia Mineração S.A). Sobre essa situação, tem-se a informação³³ de que a AMZA carimbava as casas as quais forneceria indenização e protelava por bastante tempo o referido pagamento. Enquanto essa situação não era resolvida, a empresa proibia os moradores, através de seguranças armados, de fazerem reparos e retirarem qualquer tipo de recursos naturais da área, tais como palha, madeira, barro, proibindo também de fazerem plantações. Dessa forma, havia uma forte pressão para que os moradores abandonassem suas áreas em troca de qualquer valor que os tirassem, mesmo que momentaneamente, daquela situação.

Nessa mesma região, especificamente na área do Sá Viana (na época conhecida como sítio Sá Viana), localizado atrás da Universidade Federal do Maranhão, também houve embates, principalmente quando se iniciou o plano de desenvolvimento físico do campus universitário implementado pelo reitor José Maria Cabral Marques. Este teria contado com o

³³ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas por uma equipe de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981.

apoio policial e com procedimentos junto à Justiça Federal para derrubar cerca de 40 casas na referida área.³⁴

A discrepância de recursos existentes entre ocupantes modestamente equipados e oponentes bem equipados foi amenizada por conta de articulações entre agentes de diferentes domínios sociais participando das mesmas questões. Uma primeira articulação observada por BORGES (1998) foi a “frente de luta”, que se trata justamente da participação de agentes de diferentes domínios em um tipo de reivindicação específica, funcionando, assim, como uma estratégia de somar forças. Um resultado das “frentes de luta” é que elas tornam possível a inserção do agente em qualquer tipo de movimento reivindicatório, garantindo assim um aspecto heterogêneo aos movimentos. Vale ressaltar que, a ideia de heterogeneidade em um grupo é explicada por Tarrow (2009), quando percebe que, ao se constituírem movimentos maiores, a homogeneidade de classe diminuía e podia inibir a solidariedade. Dessa forma um grupo de reivindicação mais amplo necessitaria de fortes estruturas conectivas informais entre os grupos sociais e localidades heterogêneas e interdependentes. Com essas estruturas o movimento adquire força, já que aumentam as possibilidades de obtenção de recursos. Na expressão de Tarrow (2009), trata-se de uma situação de laços fracos e movimentos fortes.

Um exemplo dessa articulação pode ser observado na coordenação e desenvolvimento do IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA, realizado de 13 a 15 de julho de 1984³⁵. No referido encontro, observou-se a participação de agentes de diferentes espaços, atuações e especializações. Foram Médicos, Engenheiros, Universitários, Jornalistas, Vereadores, Deputados Sindicalistas, Professores e Padres, representando as mais diversas organizações, como partidos políticos (PCB e PMDB), organizações sindicais (como a Central Única dos Trabalhador-CUT), as Comissões Pastorais da Terra e da Juventude (ligadas a determinados seguimentos da Igreja Católica), Associações de Bairro, Centro de Cultura Negra (CCN), União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH). Os principais temas debatidos foram o “direito a moradia”,

³⁴ Informações contidas na reportagem “Agressões no despejo e casas são destruídas” Jornal Diário do Povo (21/09/80) e no Procedimento Cautelar m°1.716/80, remetido ao Juiz Federal do Maranhão José Tavares Vieira da Silva.

³⁵ Encontro relatado em documento da Delegacia de Ordem Política e Social. (2° seção do Informe n° 032/82-PM/2/PMMA). Como “palafitas” são chamadas as habitações lacustres ou ribeirinhas.

o cumprimento do “usucapião especial”³⁶, o “título definitivo de propriedade do solo” e intervenção do Banco Nacional de Habitação nas áreas palafitadas³⁷.

Com esse grau de mobilização, não tardou para que ocorresse um posicionamento dos dirigentes políticos no que concerne às políticas públicas a serem adotadas para solucionar, o que se configurou como um “problema social” grave na época: “habitação” e “ocupação do espaço”. As ações governamentais que produziram mudanças materiais observáveis, porém, bem pontuais, em algumas áreas da capital.

Fazendo uma retrospectiva em termos de governo municipal, destacaram-se dois projetos, primeiramente o Programa de Despalafitação, em 1973, implementado durante a gestão de Haroldo Olympio Tavares (1971-1975). O programa surgiu de um convênio estabelecido entre a prefeitura e o Banco Nacional de Habitação e visou alcançar 8 mil palafitas, fornecendo infra-estrutura básica para o crescimento ordenado da cidade. O resultado efetivo desse programa foi o deslocamento de cerca de 20 mil pessoas de zonas alagadiças para o bairro da Areinha³⁸.

Outro programa com intuito semelhante foi implementado já no final da década de 1970 e início de 1980, o chamado “Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada” (CURA), planejado durante a 1ª gestão de Mauro de Alencar Fecury (1979-1980) e efetivado no decorrer da gestão de Roberto de Pádua Macieira (1980-1983). O referido programa visava a construção de obras básicas e seria realizado através de um planejamento e de estudos elaborado por pesquisadores que atuavam em locais como Anjo da Guarda, Areinha, Bairro de Fátima, João Paulo, Coroadó, Redenção e outras áreas periféricas de São Luís.

De fato, o programa que ganhou mais visibilidade foi o PROMORAR (Programa de Erradicação de Favelas), já na década de 1980, não apenas por tratar-se de um programa ambicioso de grande investimento federal, mas também pela forma como foi conduzido na área da Liberdade, produzindo uma série de situações de conflitos associados à expropriação da área. Segundo o documento oficial da época:

³⁶ O termo “Usucapião especial” pode ser observado nos artigos 183 e 191 da Constituição Federal de 1988, grosso modo ele valoriza a função social da terra e garante a propriedade à pessoas que nela viverem com suas famílias em um prazo de 5 anos sem reclamações por parte dos donos.

³⁷ Se observarmos que muitos desses participantes eram oriundos das primeiras turmas dos cursos de Serviço Social (1953), Faculdade de Ciências Médicas (1958); Faculdade de Direito (1945) mais tardes unificadas, em 1977, sobre o gerenciamento da Fundação Universidade do Maranhão (FUM), pode-se inferir a existência de uma relação entre mercado de diplomas e modalidades de engajamento políticos, que em outras palavras significa dizer que alguns militantes se utilizavam do conhecimento técnico nas modalidades de intervenção.

³⁸ Prefeito do século XX (O Estado do Maranhão, 01/10/2000).

O PROMORAR visa atender, numa primeira etapa, 10 mil famílias (60 mil pessoas), através de cinco núcleos distribuídos nos bairros de São Francisco, Camboa, Liberdade, Alemanha, Vila Palmeira e Coroadinho, beneficiando exclusivamente as populações de baixa renda (até 3 salários mínimos), com financiamento especial fora das linhas convencionais do BNH e pelo qual a prestação máxima não ultrapassará 10% do SM regional. O Programa PROMORAR \ São Luís prevê a construção de casas de taipa, em lotes de 7x 14m (98m²), podendo os beneficiários, inclusive, quando for o caso, ficar responsáveis pelo andamento dos serviços. A Universidade Federal do Maranhão executará, com recursos do DNOS, o cadastro geral de todas as famílias residentes em áreas palafitadas. A previsão de investimentos é de Cr\$2.035.000.000.00 para a aplicação no período 1980/1983 e a grande inovação do projeto é a implantação de áreas e espaços comunitários em que o percentual é bem mais elevado que o verificado em conjuntos populares convencionais. (Plano de Governo de João Castelo. 1981, p.105- 106)³⁹.

Apesar desse programa ter sido voltado para populações de baixa renda (famílias com até 3 salários mínimos), não foram poucas as reclamações e denúncias contra trechos da própria citação que apresenta o programa. Nesse aspecto, o Jornal Folha do Maranhão⁴⁰ apresentou-se enquanto um canal de manifestação de voz, uma possibilidade de exercer pressão e protesto, ou seja, de desenvolver a *ação política* (HIRSCHMAN, 1973).

Na edição de 23 de junho de 1982 este jornal estampou, com bastante destaque o título da manchete, “Promorar não é aceito pelo povo”, na qual os “palafitados” acusavam o programa de ser uma “jogada eleitoreira” e de fornecer casas pequenas e mal construídas, comparadas pelos mesmos, como caixas de sapato. A reportagem enfatiza que haveria interesses de especulação imobiliária sobre o bairro da Liberdade.

Com essa aproximação entre corpo editorial e “palafitados” o jornal “Folha do Maranhão” expressava uma tendência de jornalismo popular similar ao desenvolvido pelo concorrente, “O Jornal Pequeno”. Portanto, se para os “palafitados” existiam vantagens relacionadas ao espaço de expressão e pressão contra o governo, para a empresa jornalística existia também uma repercussão em relação aos concorrentes, aos posicionamentos vinculados ao jornal, e provavelmente nas vendas.

³⁹ Mensagem do governador João Castelo Ribeiro Gonçalves à Assembléia Legislativa. SIOGE – São Luís-MA (MARANHÃO MCMLXXXII) P. 105- 106

⁴⁰ Sobre esse jornal. Tem-se a informação de que foi fundado pelo jornalista Ruy Barbosa, na década de 1970. Ele era formado pela Universidade Federal do Maranhão e residiu na rua Santa Rita (centro de São Luís) até falecer em 2010, aos 55 anos. Durante a década de 1990 foi comprado pelo deputado estadual Manoel Ribeiro e chegou a alcançar 1º lugar em exemplares vendidos em São Luís.



Ilustração 9 - PROMORAR não é aceito pelo Povo.
Fonte: Folha do Maranhão 23/06/1982.

Pesquisando sobre essa discussão entorno das críticas ao PROMORAR, foi obtido o depoimento do presidente da Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade, o senhor Basílio Costa Durans. Nas suas palavras:

O governo, o governo tinha o seu ponto, que ele queria do jeito deles e a gente queria do jeito que fosse melhor para a população. A gente nunca aceitava do jeito que eles queriam, aceitava do jeito que ficasse melhor pra gente. O tamanho das casas, a gente conseguiu mudar, o modelo das casas, a largura das ruas... Consegui mudar muita coisa porque a gente morava aqui, é, aqui era nosso setor” (Basílio Costa, entrevista realizada em 20/03/2010).

Essa crítica do porta-voz legítimo dos “moradores” daquele bairro indica a existência de um comportamento contestador, já expresso pelo jornal, e que sinalizava um tipo de modalidade de intervenção, a de voz ativada como forma de *luta*, por excelência em situações de protesto⁴¹.

De forma semelhante ocorreram ações e “respostas” entre os “palafitados” e a implementação do PROMORAR, quando houve o despejo de moradores de uma área da Liberdade, conhecida como Floresta. Nas manchetes abaixo são enfatizadas as situações de violência policial:

⁴¹ Conforme Albert Hirschman (1973:40), a contestação pela voz trata-se de “qualquer tentativa de modificação, em vez de fuga, de um estado no qual se pode fazer objeções, através de petições individuais ou coletivas à administração diretamente responsável, apelos a autoridades superiores, com intenção de pressionar a direção ou, vários tipos de ação e protesto, inclusive os destinados a mobilizar a opinião pública”.



Ilustrações 10 e 11: Violência na Floresta

Fontes : Folha do Maranhão de 29/05/ 1982 e de 30/05/1982

De maneira similar, foi no bairro do São Bernardo, pois quando a polícia agiu, com armas e tratores, durante o processo de “despejo” de moradores, logo surgiram lideranças e porta-vozes contestando tais ações.

Tantos os casos de ações isoladas como os de manifestações com grupos, ocorridos em diversos pontos da cidade, demonstram, entre outras coisas, que a resistência pela permanência e contra a expropriação de terrenos foi desencadeada, grosso modo, por populações com um perfil semelhante (imigrantes com pouca renda) versus oponentes com mais recursos (empresa de mineração, órgãos estatais e grupos armados). Entre eles, aparecem grupos heterogêneos constituídos da articulação de agentes de diferentes domínios sociais.

Daqui em diante, se buscará entender as dimensões da *luta política* que encorajaram as pessoas a se engajarem nos confrontos, sobretudo, que fatores foram fundamentais para que essas populações locais, imigrantes e de baixa renda, constituíssem lideranças próprias e organização de ações coletivas de confronto.

2. ATORES E OPORTUNIDADES: UMA ANÁLISE DE PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO DA “LUTA POR MORADIA”

O presente capítulo visa compreender as condições de disputa em torno da “causa da moradia” em São Luís do Maranhão. Para isso, propõe-se analisar as oportunidades conjunturais e os recursos disponíveis que eram mobilizados por diferentes agentes inseridos em contextos de conflito. Nesse sentido, este capítulo está organizado em três subtópicos que tem como pano de fundo situações relacionadas à implementação da Amazônia Mineração S.A (AMZA) e do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), respectivamente nos bairros do Anjo da Guarda e Liberdade.

O objetivo neste momento é, por um lado, compreender mais especificamente as articulações e a importância dessas mesmas para o processo de institucionalização de um movimento de “reivindicação pela moradia” e, por outro lado, de fornecer elementos para que possamos compreender os processos que estruturavam a elaboração dos repertórios de luta.

Segundo Tarrow (2009), as primeiras abordagens sobre os movimentos sociais numa perspectiva mais politizada foram iniciadas com os norte-americanos durante a década de 1960, através do esquema explicativo conhecido como *estruturas de oportunidades*, no qual um dos principais expoentes foi Charles Tilly. Analisando a ação coletiva, esse autor elaborou um conjunto de condições para a mobilização que explicam os movimentos sociais, entre as quais, as oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação-repressão das autoridades.

As facilidades e dificuldades de acesso a meios de reivindicação, somadas a determinadas condições, como o apoio de aliados fortes, ou rupturas interna na elite dominante e ampliação dos acessos na política e nas oportunidades de expressão, sinalizam pontos importantes na compreensão do engajamento de “pessoas comuns” em causas coletivas. Nesse processo, é preciso considerar também o trânsito dos agentes pelos diferentes espaços e a ativação de relações informais e/ou institucionais, o que indica a importância das noções de *rede* e de *mediação* como elementos de estímulo à entrada na contestação política nesses momentos (McADAM, 2004; DIANI, 1997).

Nesse sentido, buscar-se demonstrar algumas condições que favoreceram pessoas, como os moradores Luís Carlos, Dona Inês, Seu Basílio, Ismael Diniz, Dona Serrão e tantos outros, a se engajarem na resistência contra os opositores mais fortes e como tais condições essas favoreceram o desenvolvimento das ações coletivas de confronto.

Como verificado no tópico anterior, a resistência desenvolvida por “moradores” dos bairros afetados frente às expropriações, conhecidas popularmente como “derrubadas”, ocorreu em situações isoladas, através de ocupantes que defendiam o interesse próprio, e também por meio de representantes que “carregavam a palavra da comunidade”. Esses dois tipos de ação podem ser compreendidos por meio da ativação de recursos (como assessorias jurídica, educacional, política e material) disponibilizados aos agentes, nos determinados contextos em que estavam inseridos.

Nessa perspectiva, nota-se que as populações locais dispunham de diferentes meios de obtenção de recursos, como por exemplo, os recursos políticos, por meio da mediação dos presidentes de associação; educacionais e jurídicos, por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); e também agiam de forma direta, dialogando com órgãos e dirigentes locais.

Um dado interessante é que, tanto pelo discurso de inserção dos militantes entrevistados e mapeados, quanto na bibliografia a respeito dos movimentos sociais (SADER,1988; DOIMO,1984; WARREN,1993) percebe-se que a década de 1970 foi um período decisivo para os movimentos sociais ou *novos movimentos sociais*. Foi o momento da entradas dos novos personagens vinculados às CEBs, ao sindicalismo à universidade ,etc..

Sistematizando esse discurso consagrador dos “novos personagens” e dos movimentos sociais tem-se um período anterior à década de 1970 caracterizado por associações controladas por políticos, cujo assistencialismo e as ações individuais eram as principais características. Num segundo momento, na década de 1970 surgiriam os “novos personagens” cujas especializações profissionais e as matizes discursivas seriam os pontos ressaltando em relação ao primeiro momento e por fim a consagração do movimento social, por meio da elaboração de canais institucionais de reivindicação, como demonstra o quadro 5.

Situações	1°	2°	3°
Período	Década de 1960	Década de 1970 -1980	1990
Canais	Associações de bairro	CEBs e ONGs	Canais institucionais e Ongs
Tipo de ação	Assistencialismo	Educação e assistência jurídica	Políticas Sociais
Envolvidos	atuação políticos	Atuação de diversos profissionais e políticos	Órgãos do governo
Tipos de reivindicação	Satisfação de necessidades individuais	Satisfação de necessidades coletiva	Reivindicação de direitos

Quadro 5 - Possibilidades de obtenção recursos e reivindicar

Com certa flexibilidade em relação aos períodos recortados, este trabalho centra-se nos na análise da primeira e da segunda situação, Buscando entender quais os interesses, alianças, mediações e disputas que sustentavam essa periodicização, comum entre militantes e alguns especialistas, assim como continuidades existentes no decorrer dessas décadas. Para tanto, analisar-se a seguir as associações de moradores, CEBs e ONGs, visando demonstrar o significado das mesmas para o contexto de “reivindicação por moradia” e para os atores envolvidos. Em seguida será analisado um exemplo de formação de associação de moradores, no qual se articulam agentes de vários domínios sociais e são acionados *repertórios* relacionados aos diferentes domínios e temporalidades.

2.1. As Associações de Bairro: espaços privilegiados de intervenção

Em 1963 foi realizado na capital o 1° Congresso Comunitário de Bairros de São Luís, contando com a participação de 10 entidades de bairros. Esse evento resultou na criação da Federação de Uniões de Moradores de Bairros do Estado do Maranhão (FUMBESMA).⁴²

⁴² Sobre os encontros promovidos entre associações e uniões de moradores em São Luís vale destacar, grosso modo, o **I Congresso Comunitário de Bairros de São Luís**, em 1963, organizado pela União de Moradores de São Luís, que contou com a participação das uniões de moradores da Floresta; Lira; São Francisco; Retiro Natal; Madre Deus; Nossa Senhora da Vitória; Nossa Senhora de Fátima; Camboa; Vila Passos e Vila Nova; e São Vicente. O **II Congresso da União dos Moradores de Bairros do Estado do Maranhão**, em 1966, realizado

O estudo de Costa (1984) foi pioneiro em salientar o aspecto político dessas associações, destacando os interesses eleitorais que circundavam tais organizações, posto que as associações eram percebidas, por determinados políticos, como uma forma de obter votos em certos bairros. O interesse sobre essas mesmas pode ser constatado nesse trecho do jornal o “Estado do Maranhão”, de propriedade da família Sarney como demonstrado abaixo:

O deputado Sarney Filho todos os fins de semana aproveita para visitar os bairros de São Luís. Mantendo contato constante com os líderes, procurando com essa atitude, assim, assumir a liderança política da ilha rebelde, que parece está desfalcada de uma liderança arenista. Apesar do trabalho que vem sendo desenvolvido por ele nesse setor, Sarney Filho age cuidadosamente afim de não penetrar nos redutos dos seus colegas de bancada. (O ESTADO DO MARANHÃO 17/05/1979, p. 2)

Com utilização do próprio recurso familiar, o jornal “O Estado do Maranhão” o deputado Sarney Filho colocou-se enquanto *porta-voz* das associações e “liderança política da ilha rebelde” Entre outras coisas, isso significa uma utilização política do jornal com vista à construção de uma base política junto às associações.

Se o Jornal “O Estado do Maranhão” exaltava a atuação do deputado frente às associações, um dos principais concorrentes, “O jornal Pequeno” oferecia outra versão sobre a inserção do deputado junto às associações. Por exemplo, sobre a atuação desse político no bairro do São Bernardo, uma reportagem intitulada “Sarney Filho é vaiado no São Bernardo” afirma:

O deputado Sarney Filho, que tem utilizado uniões de moradores de bairro para **fins eleitorais**, contanto com a colaboração do deputado Bento Neves, secretário de trabalho e ação social, ataca mais uma vez, a exemplo do Sá Viana. Na última quinta feira, Sarney Filho compareceu ao bairro do São Bernardo, onde cerca de dezoito mil pessoas a ser ameaçadas de despejo por Benedito Reis Pinheiro, concretizando-se ainda o despejo de dezesseis famílias que retornavam as suas casas graças a suspensão da decisão judicial ordenada através de **mandato de segurança** requerido pelos moradores junto ao tribunal de justiça do Estado pelo advogado **Josemar Pinheiro**, que ingressou inclusive com ação rescisória para anular a sentença dada contra as pessoas residentes no local. (...) Não satisfeito com a formidável vaia levada no bairro do São Bernardo, Sarney Filho recomendou à reportagem do jornal de seu genitor “O Estado do Maranhão”, para pegar

sob a responsabilidade da FUMBESMA na Escola Técnica de São Luís, nessa ocasião participaram as uniões da: Camboa; Madre Deus; Lira; Vila Passos e da Vila Nova; Retiro Natal; Coréia; Matoudouro; Caratátua; Alemanha; Vila Ivar Saldanha; Nossa Senhora de Fátima; São Vicente; Monte Castelo; Filipinho; Barés; Sacavém; Cruzeiro do Anil; São Francisco; Dezoito; Jordoa; Apicum; e Santo Antônio. Já na década de 1980 houve o **Congresso de União de Moradores**, também promovido pela FUMBESMA. Contudo já com apoio do Governo do Estado, Universidade Federal do Maranhão; CEMAR (Centrais Elétricas do Maranhão), SIOGE (Serviços de Empresas e Obras Gráficas do Estado); Secretária de Saúde do Município de São Luís, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FEBEM, e a Empresa Produtora do Café Maluf – o que nos indica que na década de 1980 a situação apresentava um quadro diferenciado de relações entre associações e órgãos públicos, algo que pode ser explicado pela inserção de novos agentes, como veremos no decorrer do trabalho.

depoimento de pessoas do bairro do São Bernardo, distorcendo as declarações dadas por duas senhoras e mentirosamente afirmando que o secretário de trabalho e ação social havia autorizado aos moradores a permanecerem no local, quando se sabe que as medidas judiciais tomadas é para que isso aconteça. (JORNAL PEQUENO 02/09/1981, grifos meus.)

Evidencia-se que “os fins eleitoreiros” além de indicarem um princípio existente na relação entre política partidária e associações, servem também como argumento de ataque, que pode ser utilizado na disputa entre as principais empresas jornalísticas da capital. A relação entre o político e o “jornal de seu genitor”, também é utilizada como forma de ataque direto à credibilidade jornalística do “O Estado do Maranhão”.

A relação entre os políticos e associações pode ser interpretada como um tipo de ponto de convergência, associados às alianças locais entre moradores e políticos; à disputa no ramo jornalístico e também à disputa política. Em termo de mobilização política e de uma racionalização na obtenção de recursos, a citação sinaliza duas possibilidades: uma possível aliança entre políticos e “moradores” e também entre advogados e “moradores”. Se essas alianças traziam benefícios em termos de votos, também deve-se considerar o prestígio profissional dos advogados que engajavam-se nessa “causa”.

Nesse sentido, ressalta-se que, o advogado Josemar Pinheiro citado na reportagem, nasceu em São Luís em 1951, estudou o 2º grau no colégio Marista e formou-se em direito e comunicação pela Universidade Federal do Maranhão. A militância desse advogado junto aos “moradores” não pode ser dissociada dos trabalhos de acessórias prestados pelo mesmo junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Comissão de Justiça e Paz (CJP), em 1980. Além de integrar parte de uma rede na qual estavam as organizações vinculadas aos setores progressistas da igreja, esse agente também desempenhou o papel de assessor do Desembargador Moacir Sipaúba da Rocha, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, entre 1977 e 1979, o que demonstra que as redes políticas eram amplas, havendo diferentes possibilidades de canais de intervenção.

Entre outras coisas, as inserções profissionais desse agente, junto às comissões da Arquidiocese, para apoiar os “moradores” do São Bernardo oferecem sentido à descrição elaborada pelo próprio, quando fornece uma auto-descrição profissional. Nas duas primeiras

linhas da sua página pessoal⁴³ desse mesmo, lê-se: “Com atuação profissional ligada às causas ambientais e sociais, é pioneiro na defesa da Ecologia e dos Direitos Humanos.”

Fosse pelos advogados, pelos “moradores” ou políticos, as associações de bairro caracterizaram, entre outras coisas, um espaço privilegiado de intervenção, onde eram estabelecidas alianças, relações sociais e acionados repertórios de atuação política. Representou um importante espaço de inserção profissional e discursiva, ou seja, eram locais que podiam ser associados aos discursos de defesa dos “direitos humanos”, da “sagrada família” e da democracia.

Criticando a reportagem do jornal “O Estado do Maranhão” e a inserção interesseira de algumas pessoas, o jornal “O Imparcial” entrou no debate através de um texto intitulado “Interesses Externos” que relatava a situação ocorrida no São Bernardo. Segundo o mesmo,

Tão logo saiu a decisão de não despejar moradores do São Bernardo e da Vila João de Deus, inúmeros personagens entraram em cena para reivindicar para si a responsabilidade pela protelação. Políticos passaram a visitar amiudadamente as duas favelas, pretensos políticos, advogados que nunca levantaram uma pena pela causa e candidatos declarados... (O IMPARCIAL 22/11/1981)

Além da crítica, o trecho demonstra uma situação caracterizada por uma lógica pautada na relação direta entre inserção na “luta por moradia” e vantagens políticas e profissionais, que indica uma possibilidade de interpretação não apenas para o fato particular do São Bernardo e vila João de Deus, mas também para outras situações semelhantes ocorridas na cidade de São Luís.

Os bairros ludovicenses, principalmente por conta do aumento populacional, foram interpretados como espaços propícios para obtenção de votos, e em muitos casos, foram atribuídos aos seus moradores concepções relativas à “alienação” e falta de instrução, que podem ser compreendidas enquanto justificativa da necessidade de afirmação de pessoas voltadas para a defesa desses mesmos moradores. Fossem políticos, ou a imprensa que denunciava o “uso eleitoral” feito pelos “políticos”, ou uma série de outras organizações e lideranças que procuraram apontar as “reais carências” que “deveriam” ser supridas, sublinha-se que o resultado desse processo foi a formação de lugares específicos de reivindicação ou formulação de demandas com seus pretensos porta-vozes.

⁴³ <http://josemarpinheiro.blogspot.com/2010/09/mais-sobre-josemar-pinheiro.html> acessado em 5 de dezembro de 2010, às 15:57

No entanto, na década de 1980 – quando existiam por volta de 43 entidades constituídas por 31 associações ou uniões de bairro e 12 entre clubes de mães e grupos de jovens de determinados bairros – alguns militantes e estudiosos⁴⁴ perceberam que era característica de muitas dessas entidades o fato de que os moradores dos bairros não as reconheciam como “suas”. Muitas delas nem eram conhecidas pela denominação oficial e eram identificadas pelos nomes de seus dirigentes, como foi o caso do Anjo da Guarda, onde havia as associações do Sr. Zequias, Sr. Jaime, Sr. Carlos e Sr. Marcelino. Esses “donos de associações”, destacados por seus valores éticos e políticos, podem ser considerados como os primeiros intermediários situados entre as “populações locais” e algumas autoridades políticas que buscavam prestígio e apoio político.

O fato das Associações adotarem, em algumas situações, uma postura assistencialista, com grande penetração política e voltada para interesses de determinados membros, seja uma vaga na escola pública ou uma consulta no médico, deve ser compreendido à luz das condições sociais que a constituíam. Por meio da caracterização geral das condições sociais das populações que viviam nas áreas onde ocorriam os conflitos em torno dos terrenos, percebeu-se que se tratavam de pessoas vindas de outras localidades, com baixa renda, que quando não desempregadas, exerciam atividades que exigiam grande esforço físico e viviam nessas áreas com grande carência de serviços públicos básicos. Diante disso, pode-se inferir que conseguir algum recurso básico através de um “dono de associação” poderia significar o caminho mais adequado e possível.

É importante destacar que a prática de aproximação entre associações e políticos não foi algo exclusivo das décadas anteriores a de 1970, pois como veremos mais adiante, mesmo os agentes vinculados aos setores progressistas da igreja, também adotavam essa estratégia. Contudo, a distinção que se faz, é em relação à forma como os parlamentares “apoiadores” se apresentavam no contexto de disputa política, uns, por exemplo, se diziam de “esquerda” e acusavam outros de serem “oligárquicos”, outros se aproximavam dos setores progressistas católicos, enquanto outros da situação política dominante. De fato, não se pode generalizar o uso do termo “políticos” todos os posicionamentos dos mesmos e a importância que possuíam, principalmente nos momentos de justificar as inserções junto aos “moradores” e associações.

⁴⁴ Ver VAN DAMME, Jean Marie. «Conselhos Populares em São Luís do Maranhão: contribuição para refletir o movimento popular» (documento sem data).

Sobre a atuação das associações, localizou-se quatro situações de ação dessas, uma da década de 1970 e três na de 1980. A primeira verificada, ocorreu no Sá Viana em 1976, por meio da elaboração de um ofício assinado pelo presidente da associação, Sabino Euzébio Frazão, que visava buscar apoio jurídico contra as pressões do reitor, José Maria Ramos Martins, sobre aquele bairro. Tratava-se de um conflito motivado pelos planos de expansão e desenvolvimento do campus do Bacanga, da Universidade Federal do Maranhão, e pelo desejo de permanência dos “moradores” nas áreas destinadas para a expansão da Universidade.

Na década de 1980⁴⁵ a mesma associação se posicionou, mais uma vez contra o reitor da UFMA, na época José Maria Cabral Marques. Por meio do “Jornal Pequeno” a “União de Moradores do Bairro do Sá Viana” lançou uma nota oficial que continha o seguinte trecho:

Os funcionários, a mando do reitor, andam de porta em porta ameaçando de morte as famílias do Sá Viana caso não venham a receber tais indenizações pagas pela Universidade. (...) O Sr. Reitor não tem poderes para mandar derrubar as casas dos moradores do bairro Sá Viana e só a justiça pode assim fazer. Pedimos ainda mais aos moradores do bairro Sá Viana que só assinem documentos, intimações vindas da justiça por intermédio do Sr. Oficial de Justiça.
Resistiremos Unidos e unidos venceremos!
Manoel de Deus Ferreira
Presidente
(JORNAL PEQUENO 17/ 01/ 1981)

Esse trecho da nota do presidente da União de Moradores poderia ser interpretado da seguinte forma: “Nosso inimigo é forte, mas conhecemos a justiça. Vamos nos unir para vencer essa luta”. A mensagem enfatiza a necessidade de união, o que reforça a representatividade e força da União de Moradores. Vale ressaltar que, se o presidente expressava esse pronunciamento de força e representatividade no “Jornal pequeno”, no “Imparcial” (20 de setembro de 1980) havia um texto assinado pelo próprio reitor, que fazia a acusação ao presidente daquela associação e ao vereador local Severino Ramos Brito, de visarem à obtenção de lucros “invadindo” os terrenos, por meio de terceiros. Dessa forma, o confronto ganhava, explicitamente, espaço nos impressos de São Luís.

Nessa mesma década, a “Comissão de Moradores da Vila Padre Xavier”, também utilizou o “Jornal Pequeno” para criticar o Secretário do trabalho e ação social, deputado

⁴⁵ No capítulo 4 analisaremos mais detalhadamente o caso do Sá Viana

Bento Neves, por conta de suas notas publicadas no jornal “ O Estado do Maranhão”. Segundo a reportagem intitulada “Moradores da Vila Padre Xavier respondem ao secretário” (Jornal Pequeno, 02/09/1981) o referido secretário publicou no jornal “O Estado do Maranhão” um texto no qual se colocava como a pessoa responsável pela permanência dos “moradores” naquele local

1 Em primeiro lugar, quem nos garantiu na terra em que moramos foi nossa união e decisão da justiça ao nos dar ganho de causa. Não aceitamos, portanto, que o Sr. Secretário se coloque como tendo solucionado o nosso problema de moradia.

2 Na relação ao PROMORAR, o projeto, que agora está sendo jogado em cima de nós como solução definitiva de nossos problemas temos a dizer que:

A Não conhecemos o projeto que estão querendo aplicar e, por isso não podemos nos assinar em carta fechada.

B Qualquer projeto que tenha o objetivo de nos favorecer casa própria, deve nos fornecer, em primeiro lugar, tijolos e telhas, pois a maioria de nós é operário na construção civil ou, pelo menos sabemos trabalhar na profissão.

C não aceitamos de forma alguma ficar subordinados aos planos de pagamento do BNH, pois não queremos ficar o resto da vida pagando por 4 paredes e 5 telhas enquanto nossos filhos passam fome, ficam doentes, sem podermos comprar um vidro de remédio, ou seja, queremos uma casa que possamos pagar e não que nos bote para fora por falta de pagamento.

Por ultimo reafirmamos nosso direito de termos uma vida digna para nós e nossos filhos. . . .

Fizemos, no ano passado, uma proposta ao Sr. Secretário Bento Neves, mas apesar de nossa proposta sair mais barata para o governo, pois seria para nos fornecer material de nossas casas, não recebemos resposta até hoje.

Quem não tem para onde ir, fica onde está

Comissão de Moradores da Vila Padre Xavier.

Além da crítica direta ao secretário e ao jornal concorrente do “Jornal Pequeno”, foram elencadas críticas à forma como o PROMORAR iria ser implementado, à política habitacional do BNH e sugerida uma possibilidade alternativa de construção de casas no bairro, por meio do aproveitamento da mão de obra local. Nesse ponto, o trecho nos dá indicações da composição social estabelecida naquele bairro, e também da existência de um processo de socialização com outros agentes pertencentes às pastorais da Igreja, não apenas pelo nome da Vila, que faz referência ao padre Xavier Gilles de Maupeou d'Ableiges, que era coordenador da Comissão Pastoral da Terra e havia sido coordenador das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) do Maranhão, mas também pela frase “Quem não tem para onde ir, fica onde está” que passou a ser utilizada como “palavra de ordem” no encontro⁴⁶ promovido pela Comissão Justiça e Paz em 1982.

⁴⁶ Mais detalhes no capítulo 3

Por fim, evidencia-se em 1989, uma disputa entre a Associação das Entidades Comunitárias das Favelas do Coroadó e Redenção e a União dos Moradores do Bairro do Coroadó. Mais uma vez, o “Jornal Pequeno” foi utilizado como canal de expressão entre essas duas organizações. No texto publicado nos dias 06 e 07 de setembro de 1989, a primeira organização pública uma ata de reunião em que critica a União dos Moradores do Bairro do Coroadó e nomeia uma “junta governativa” para tomar a frente da representação do bairro.

Considera-se que uma associação, qualquer que seja, possuía um significado completamente diferente do propagado no senso comum ou entre especialistas, que remonta à ideia de representatividade (própria à exaltação dos valores democráticos), principalmente por conta de peculiaridades locais importantes para a compreensão das ações e percepções em torno das associações.

Tem-se um contexto em que a percepção em torno das associações, de um modo geral, combinava sentidos atribuídos pela maioria dos moradores como uma forma de obtenção de recursos materiais e serviços almejados, para lideranças dos próprios bairros, tem-se a disputa pela ocupação do posto atrelada às vantagens de retribuições simbólicas e materiais; para os setores progressistas de igreja e ONGs (após 1970), havia um sentido moral e pragmático, de “conscientização” e “luta por direitos”. A primeira e a segunda percepções são relacionadas ao fato de que a pessoa que estivesse no controle dessa organização detinha influência e capacidade de obter recursos materiais, através de relações externas estabelecidas com políticos.

Sendo assim, principalmente durante a década de 1960, tem-se um modelo de associação de bairro caracterizado por ações assistencialistas, de mediação com políticos locais e relacionado à satisfação de necessidades imediatas ou pessoais. Contudo, isso não exclui a possibilidade de se pensar em termos de continuidade de algumas práticas, principalmente pelo fato de nas décadas posteriores ser possível verificar situações de alianças entre associações e políticos- como será e evidenciado mais adiante. Assim, embora essa situação fosse criticada por porta-vozes de diferentes meios (inclusive universitários), que nas décadas posteriores estimularam a participação política nesses locais, também era utilizada, pelos mesmos, como meio para obtenção de recursos.

2.2. A atuação das Comunidades Eclesiásticas de Base nos conflitos

De um modo geral, na área Itaqui Bacanga, localizada a cerca de 3 ou 4km do centro de São Luís, houve uma série de mudanças no decorrer das últimas décadas, que sinalizavam a pretensão industrial para a região do Anjo da Guarda: a construção da barragem do Bacanga em 1970, a inauguração oficialmente o porto do Itaqui, em 1971, e a instalação da (Amazônia Mineração S.A (AMZA), em 1979.

Graças a esses empreendimentos, não tardou para que a população dessa localidade sofresse as pressões decorrentes dessas mudanças, pois os terrenos que compunham toda a região eram pensados, pelas administrações públicas locais, em função da implementação de um distrito industrial, caracterizando aqueles espaços como “áreas vitais” para a efetivação do grande projeto industrial que estava em andamento, o Projeto Grande Carajás. As principais estratégias utilizadas para agir sobre essas populações eram a oferta de indenizações e/ou intervenções de cunho mais agressivo, como proibições de acesso às áreas fornecedoras de recursos considerados importantes para o projeto.

Os primeiros contatos entre as chamadas populações locais e agentes externos deu-se com os setores progressistas da Igreja por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), que eram grupos que fomentavam a discussão religiosa contextualizando-a com os problemas sociais locais. Essas comunidades foram gestadas no Concílio Vaticano II e foram consolidadas principalmente com o advento do Conselho Episcopal Latino Americana (CELAM) em Medellín, em 1968. Naquela ocasião, foi discutido o documento final sobre estas comunidades, e concluído que essas comunidades eram especialmente apropriadas para os pobres, causa através da qual seus aderentes poderiam testemunhar sua fé e tomar posições sociais e políticas compatíveis (MAINWARING, 2004).

Segundo Soares (2001) tanto o Concílio Vaticano II quanto a Conferência Episcopal de Medellín incentivaram as CEBs a rever, dentro da igreja, uma estrutura piramidal e autoritária que cerceava a participação popular e impunha decisões “de cima para baixo”. Essas comunidades objetivavam a maior participação dos leigos e um processo mais participativo na tomada de decisões. “Ao redor da imagem que a Igreja é povo de Deus, como caracterizou o Concílio, e não mais sociedade hierárquica, as comunidades sentiram-se parte ativa na construção do Reino de Deus”. (SOARES, 2001, p.39).

Tais mudanças ocorridas durante a década de 1960 devem ser pensadas à luz dos acontecimentos da década anterior, ou seja, um momento em que houve uma transição da Ação Católica, que seguia o modelo italiano, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. Esse novo modelo foi decisivo no surgimento de grupos como: as Juventudes Católicas dentro de suas específicas realidades: a Juventude Agrária Católica (JAC), nas zonas rurais; a Juventude Estudantil Católica (JEC), nos movimentos de jovens secundaristas; a Juventude Operária Católica (JOC) no campo operário; a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), nos meios universitários(SOARES, 2001).

O modelo belga-francês-canadense estimulou entre outras coisas, a formação de espaços privilegiados onde a socialização de códigos e habilidades foi fundamental na formação de lideranças em vários domínios sociais. Dentro da estrutura eclesiástica, possibilitou a formação de padres mais preocupados com as questões sociais e políticas, em contraposição ao modelo italiano, centralizado e hierarquizado, mais para as atividades doutrinárias.

As atividades das CEBs em São Luís-MA iniciaram-se com os padres redentoristas na paróquia de São Cristovão, no bairro do Tirirical, que na época eram responsáveis por assistir a uma área correspondente à metade da ilha de São Luís. Segundo Borges, (2008) na década de 1970, parte delas assumiu os preceitos das Teologia da Libertação, a partir do método *ver, julgar e agir*, associando suas práticas caritativas a questões de organização sindical e política.⁴⁷

Tem-se registros de que em 1975 já haviam atividades dessas comunidades na região do Anjo da Guarda.⁴⁸ O trabalho desenvolvidos pela CEBs, na região do Anjo da Guarda, instigou a politização e organização popular que pode ser percebida na existência de formas de organização e constestação, como o Movimento Comunitário Católico do Anjo da Guarda,

⁴⁷ Segundo o advogado, professor, padre e primeiro coordenador estadual das CEBs, Victor Alessim: “Foi uma bela experiência na minha vida. Viver a experiência da uma Igreja inserida na vida do povo.” Victor Alessim nasceu em Quebec, no Canadá e chegou Maranhão no dia 31 de julho de 1966. Foi, também, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra no Brasil e o fundador da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão. Em 1982, lançou o livro *Grilagem, Corrupção e Violência em Terra do Carajás*. Foi criador do conselho de segurança Cidadã e recebeu, em 2009, o título de cidadão Maranhense, pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Informações extraídas de <http://www.limitedaterra.org.br/imprimeNoticia.php?id=297> e www.al.ma.gov.br/diario/diario05-10-09.pdf acessados às 01h45min de 9 de dezembro de 2010

⁴⁸ Informações coletadas através de entrevistas com o ex-pároco do Ano da Guarda em 1975.

Associação Itaqui-Bacanga e Conselho Popular da área Itaqui-Bacanga, os grupo de Teatro Grita e clubes das mães.

Comumente essas CEBs serviam como espaço de mediação entre as comunidades e outras organizações também vinculadas à Arquidiocese de São Luís ou à Igreja de forma mais ampla, como são os casos da Comissão Justiça e Paz- CJP, Associação da Saúde da Periferia (ASP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Caritas.

Pensando em termos de redes sociais, a situação é bem mais ramificada, já que essas organizações compunham-se de agentes ligados a diferentes atividades profissionais (advocacia, jornalismo, serviço social, professores e padres), possibilitando, assim, a ativação de importantes recursos, manifestados quase sempre nas assessorias jurídica, educacional, sindical, etc.

Para se ter noção dos quadros profissionais dessas organizações, pode-se citar os exemplos da Comissão Justiça e Paz e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. A primeira contava entre seus membros com o sociólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão, José Carlos Sabóia, com a assistente social Ozanira Silva e Silva, que era professora da mesma instituição, com a psicóloga chamada Naiara e a advogada e jornalista Helena Barros Heluy. Faziam parte da SMDH, na época, o professor Eurico Fernandes da Silva, o médico Jackson Klepper Lago, o cinegrafista José Murilo M. dos Santos, o advogado Luís Carlos dos Santos Cintra, as antropólogas e professoras da Universidade Federal do Maranhão Maristela de Paula Andrade e Elizabeth Maria Bezerra Coelho, o economista Haroldo Freitas Pires de Sabóia, entre outros.

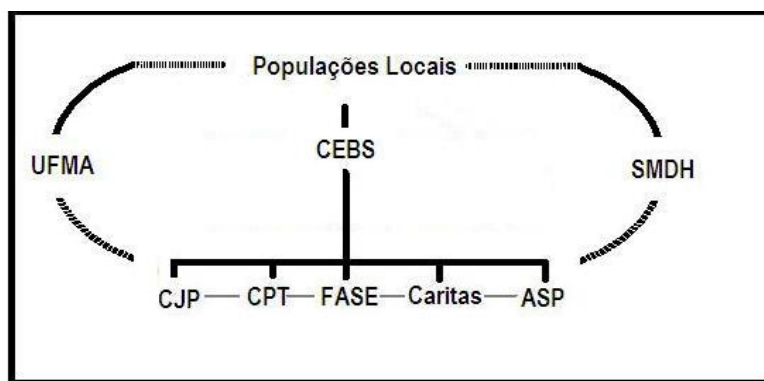


Gráfico 2 - Relações entre as populações das áreas afetadas e entidades
Relações entre as populações das áreas afetadas e entidades

O esquema acima, de forma geral, indica alguns dos elos estabelecidos entre as diferentes instâncias que garantiam às “populações atingidas” pelos conflitos a obtenção de assessorias jurídica, educacional, apoio material e outros. Alguns desses apoios eram possibilitados pela intermediação das CEBs e a partir do contato direto entre determinadas lideranças e os “moradores”. Uma complexa rede de relações institucionais e pessoais constituía-se a partir do “movimento por moradia”, e a observação do caso da Liberdade é exemplar. Nesse mesmo, houve a atuação da Universidade Federal do Maranhão, realizando pesquisas utilizadas para a implementação do PROMORAR e também da Comissão Justiça e Paz, vinculada a Diocese de São Luís. Identificou-se o emaranhado dessas relações através da narrativa de uma liderança local da época. Sobre as relações com agentes externos à comunidade da Liberdade. Segundo ele, naquele contexto:

Tinha o pessoal da Igreja, o pessoal da Universidade. Tinha o pessoal da política... entrava na onda para poder ganhar prestígio né. Tinha sempre alguns. Tinha vereador Aldenor Salgado que sempre dava apoio pra gente aqui. Os Heluy sempre deram apoio pra agente, através da diocese... Porque eles eram contratados para fazer a pesquisa e o cadastramento do pessoal. Daí que começou. (...). Não tinha quase assistente social. Encheu mais de assistente social desse período pra cá. Então, quando eles chegaram, se o trabalho deles era social eles tiveram que (...) é (...) **eles não ficavam só do lado do governo. Eles faziam o trabalho deles, mas também davam uma palhinha pra mostrar o caminho pra gente.** Eles não podiam resolver porque estavam contratados, mas pelo menos dava uma idéia, uma dica por onde era e gente.... E a gente realmente precisava de combater, então... o **pessoal da Igreja** era nosso apoio e o **pessoal da Universidade** era nosso **adversário, mas a gente trabalhava tudo em conjunto** né. (...) (Basílio Costa, entrevista em 20/03/2010, grifos meus.)

Percebe-se na citação acima uma relação dupla entre a comunidade e o “pessoal da Universidade”. Se, de um lado, eles representavam institucionalmente a Universidade Federal do Maranhão, através da realização do cadastramento das pessoas que moravam na área que depois veio a constituir o bairro da Camboa, de outro lado, no depoimento da liderança (nascida daqueles conflitos nos bairros), há a indicação de uma possível “simpatia” daqueles em relação a “bandeira de luta” da comunidade local, fornecendo instruções importantes para a mesma. De forma mais explícita, em um dos casos, o agente mantinha vínculos tanto com a Universidade quanto com a CJP, ocupando espaço de pessoa responsável pela pesquisa que diagnosticava as condições para implementação do

PROMORAR e auxiliando os “populares” na reivindicação contra as expropriações ocasionadas por esse mesmo programa.

No âmbito desses vínculos e relações, o vigário Jean Marie Van Damme desenvolvia suas atividades, designadas por ele como de educação popular, transmitindo importantes informações para os moradores pressionados pela AMZA, na região do Anjo da Guarda. O jornalista Luíz Pedro de Oliveira e membros da FASE (organização nacional existente desde 1961 e que, em 1973, implementou uma equipe em São Luís, que contava com 8 técnicos que atuavam, inicialmente, no litoral ocidental do Maranhão, na ilha de São Luís e nos subúrbios da capital) também atuavam junto às CEBs do Anjo da Guarda.

Alias, é importante ressaltar que a chegada desse novo vigário Jean Marie Van Damme foi relativamente significativa para o desencadeamento do processo de mobilização local. Sobre ele, teve-se a informação de que nasceu em Antuérpia (Bélgica), em 1942, numa família cujo pai era operário e tradutor (inglês, francês, flamengo e alemão) e a mãe dona de casa. Os avôs maternos vivam de um pequeno comércio de material de construção e o avô paterno era secretário numa loja de venda de carvão.

Desse ambiente familiar, duas características parecem ter sido marcantes no processo cognitivo desse agente. Primeiramente, o gosto pela leitura e uma percepção negativa sobre a indústria, adquirida por meio do incidente do falecimento do pai, que, após perder o emprego numa empresa norte americana de montagem de automóveis, sofreu grande pressão e acabou tendo um infarto. Nas suas palavras:

Na noite de sua morte, ele chegou cansado e sentou na poltrona, não jantou e ficou lá calado descansando. Pela madrugada Jean Marie (irmão mais velho) foi acordado por sua mãe com a notícia de que seu pai não estava se sentindo bem. A família só ficou sabendo da demissão através do médico que era conhecido do enfermo e de outros amigos de trabalho, que freqüentavam a mesma igreja. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010)

A relação entre a imagem da indústria que preocupa-se apenas com o lucro e a experiência do falecimento do pai, associada de certo modo a isso, parece caracterizar a base para a permanente crítica desse agente em relação aos projetos industriais na região do Anjo da Guarda. Sobre os mesmos, ele afirma:

Então os grandes projetos financeiros que vem com empresas multinacionais, mesmo brasileiras, mas são multinacionais. Então eles passam por cima da população feito um rolo compressor. Então a AMZA naquele tempo era do mesmo jeito. Em nome do desenvolvimento. Desenvolvimento para não se quem porque a população nunca se desenvolve. A população do Anjo da Guarda continua pobre como era antes. Não há benefício. Toda essa mega estrutura da Vale do Rio do Doce, nada nada nada vai para a população do Anjo da Guarda (Jean Marie Van Damme entrevista realizada em 10/02/2010).

Embora entre o vigário e os moradores do Anjo da Guarda houvesse em comum uma situação de experiência negativa com as indústrias, é necessário entender que a atuação desse agente nas CEBs daquele bairro pode ser relacionada às experiências do mesmo em organizações coletivas. Até os 24 anos, Jean Marie Van Damme participou da Juventude Estudantil Católica, onde trabalhou como monitor de crianças e chegou a ser promovido como representante regional desse mesmo grupo.

Em termos de escolaridade, vale destacar que ingressou na Universidade Católica de Lovaina, onde cursou o Bacharelado em filosofia, em teologia e mestrado em ciências éticas. Na mesma instituição de ensino defendeu sua tese, justamente sobre as CEBs. Durante o período de estudo, vivenciou as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano de 1965 sobre a teologia, principalmente o surgimento de uma interpretação crítica com viés marxista e, até mesmo política, sobre a bíblia.

Com uma ideia de que o Brasil era um dos países que mais solicitava ajuda e de que seria um local onde não ficaria preso em qualquer congregação, esse agente veio, em 1975, para São Luís do Maranhão e foi morar no bairro do Anjo da Guarda. Trabalhou, então, nas Comunidades Eclesiásticas de Base e atuou em conflitos ocasionados devido à instalação da Amazônia Mineração S.A (AMZA), em 1981, naquela região. Concomitantemente às atividades das CEBs, esse agente participou da CPT, de 1977 até 1986.

Sobre as atividades exercidas para resistência frente às investidas da AMZA, na região do Anjo da Guarda, ele relatou que eram realizadas dramatizações teatrais entre os moradores e pessoas do movimento para simular situações de interação entre representantes e técnicos da AMZA e lideranças comunitárias. Sobre essas atividades, afirmou:

A gente organizava a população para ter argumentos para negociar (...). E, então, uma das atividades era instruir, dar argumentos. É experimentar com essas pessoas, como se comportar diante dos representantes da AMZA, que eram advogados, que eram engenheiros, que eram gente formada. Então agente instruía a população a gente acompanhava a população de como tem que argumentar, como se comportar.

Não aceitar pura e simplesmente os discursos das pessoas instruídas. Ensinava para nunca assinar nada nem botar o dedo se não soubesse o que tava escrito lá. A gente calculava com eles o valor exigível e racional pelas suas bem feitorias. A gente ajudava calcular, porque a gente fazia tipo aula de matemática, embora, não sendo aula de matemática, mas a gente instigava as pessoas a calcular. Ai a gente ensinava pra eles a calcular o valor de um pé de manga. Um pé de manga produz quantas mangas por anos. Se você for plantar agora, quantos anos demora para uma mangueira produzir de novo. Então calcule isso aqui, cada manga é 10 centavos. Cada ano, ela produz vamos dizer 2000 mil mangas então é 200 reais para aquela mangueira durante tantos anos, que vocês não vão ter. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010).

Segundo o Pe. Van Damme, como havia uma dificuldade de publicações instrutivas, o material de apoio para essas atividades era geralmente mimeografado, e o “principal ator presente nesses confrontos era a Igreja”, que teria contribuído para a formação da Associação Itaqui-Bacanga e o Movimento Comunitário Católico. Sobre a região do São Bernardo, utilizou conhecimentos jurídicos como recurso mobilizável nos momentos de confronto, como é possível observar no trecho abaixo:

Em todos os episódios que presenciei, a população ocupava mansa e pacificamente uma área inclusive áreas como o São Bernardo, a população já tava vivendo lá com casa feita a mais de 4 5 anos e ai que de repente chega alguém e diz, essa área é minha, consegue com o governo municipal e estadual, o apoio e manda a polícia fazer desocupar. Quem é que faz a violência? Não é a população não. Inclusive no código civil. Tem um texto assim que a gente usava naquele tempo. Não lembro mais o artigo, eu sabia de co, no antigo código civil. Que as pessoas tinham o direito de usar a mesma violência para se defender aquela com que era agredida. Era isso que a gente ensinava para a população sim. Que tem o direito de se defender. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010)

Observa-se a ênfase na “comunicação” e “educação” no repertório de atuação do agente, que, somadas à estrutura da instituição católica expressada nas CEBs, significaram incentivos ao engajamento dos moradores nas reivindicações e resistência. Esses últimos poderiam contar com apoio em termos de organização, conhecimentos jurídicos, teológicos e educacionais contra os inimigos tidos como mais poderosos, caracterizados nas grandes empresas e imobiliárias.

A trajetória do agente foi marcada, desde cedo, por experiências sociais e políticas que contribuíram para a sua concepção militante e religiosa que, somadas a sua alta escolarização, compunham um rico *background*, expresso nas atividades de educação popular

e na influência desfrutada junto aos membros de postos mais altos na hierarquia da igreja. Trunfo esse que, segundo Jean Marie Van Damme, também era utilizado em favor das “comunidades”.

Em termos de conjuntura histórica, não se pode perder de vista que a inserção desse agente na Juventude Estudantil Católica e nos cursos de teologia ocorreu em um momento de grande mudança na estrutura da igreja, principalmente com o Concílio Vaticano II que, entre outras coisas, influenciou o surgimento e novas teologias onde era possível discutir sobre política, fazer leituras marxistas da bíblia e do contexto sócio cultural.

2.3. ONGs : Investimentos, Assessorias e Gratificações

No que se refere às Organizações Não Governamentais, considerou-se o importante estudo de Landim (1998), quando problematiza a emergência das ONGs no Brasil, sobretudo no decorrer da década de 1980, graças aos investimentos de agentes e entidades com perfis e interesses específicos.

Em São Luís, o surgimento dessas organizações também não foi diferente. Muitas delas foram formadas na década de 1970 e conseguiram obter uma visibilidade maior na década de 1980, principalmente na atuação junto aos “moradores” dos bairros periféricos de São Luís. É possível pensar essas organizações em São Luís-MA a partir de três características que mais se destacam no que diz respeito a sua formação estrutural e em relação aos agentes envolvidos. Tratam-se dos aspectos relativos aos investimentos variados, às assessorias adquiridas e às gratificações obtidas que podem ser associados a esse termo.

No quadro 6, a seguir, será visto que os investimentos são associados à terceira e quarta coluna que induz a pensar que uma ONG se compõe por pelo menos dois tipos de investimentos: um realizado pelos próprios agentes, por meio do tempo e da utilização dos conhecimentos acadêmicos e outro, realizado pelo apoio financeiro disponibilizado por outras organizações internacionais.

ONGs	Ano de formação	Especializações profissionais	Financiador	Trabalhos realizados
SMDH ⁴⁹ ou SMDDH	1979	Engenheiros, jornalistas, Advogados Economistas, Antropólogos Assistentes Sociais Engenheiros agrônomos. .	Miserior	Assessorias jurídica e trabalhos educacionais
CJP	1981	Sociólogos, advogadas Assistente social	Miserior	Assessorias jurídica e trabalhos educacionais
ASP	1975	Assistente sociais Teólogos	Miserior, Caritas	trabalhos educacionais
FASE	1973	Engenheiros agrônomos Economistas		trabalhos educacionais

Quadro 6 - ONGS e suas características gerais

A observação das profissões dos membros dessas organizações sinaliza que um requisito básico para a inserção na militância se traduz na aquisição de títulos escolares, já que 100% dos membros pertencentes as quatro entidades destacadas no quadro possuíam, no mínimo, graduação. Tais agentes podem ser interpretados enquanto parte fundamental das ONGs, pois a presença dos mesmos possibilitava a existência das assessorias relacionadas às atividades profissionais de cada um deles. Em termos de investimentos externos percebemos que os investimentos financeiros de grande parte dessas organizações provinham de uma organização alemã chamada MISEREOR (Obra Episcopal de Cooperação para o Desenvolvimento), que se trata de uma organização originada dos setores progressistas da Igreja Católica e que existe desde 1958. Outra fonte de financiamento, no caso específico da ASP, foi a Cáritas Internacional, que se trata de uma “rede de igrejas católicas de atuação social e composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma”⁵⁰.

O importante é perceber que ambos os tipos de investimentos (pessoais e institucionais) são interdependentes, na medida que a elaboração dos projetos para obtenção de recursos junto às organizações internacionais caracteriza a mobilização de uma saber técnico dos agentes das ONGs locais, exigindo assim, a utilização dos conhecimentos profissionais de cada agente.

Em termos de uma lógica de rede, esses investimentos possibilitam pensar em pelo menos dois tipos de conexões, uma caracterizada entre as organizações de São Luís e

⁴⁹ Inicialmente a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos utilizava a Sigla SMDDH que logo foi modificada para SMDH

⁵⁰ <http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>

organizações internacionais, e outra entre as ONGs e a universidade, que pode expressar um tipo de recrutamento.

Em termos de assessorias, houve um foco principal nas atividades de “educação de base” e assessorias jurídicas, que se compunham principalmente nos trabalhos que incluíam desde a alfabetização de moradores até a realização de cálculos das indenizações dos “moradores despejados” pela AMZA ou outros projetos. No âmbito jurídico, tem-se a elaboração de petições, a própria ideia de direito social e as ações contra os casos de violência. Embora essas atividades, que exigiam a atuação de professores, pedagogos e advogados, fossem mais visíveis, não se pode desconsiderar a importância de outros agentes nas atividades de elaboração de projetos, de estatutos e na produção gráfica de panfletos, jornais, cartilhas e oficinas de arte, teatro, etc.

É importante dizer que os investimentos pessoais de cada agente estiveram relacionados a determinadas gratificações, ou seja, realizaram-se por meio de relações sociais capazes de produzir benefícios que podiam ser utilizados pelos agentes envolvidos, em outras arenas de disputa. Para a compreensão, é necessário compreender e caracterizar os agentes envolvidos, entendendo suas inserções nos diversos domínios sociais que compõem as respectivas trajetórias.

Nesse sentido, um tipo de gratificação simbólica retirada do engajamento dos advogados, “na causa da reivindicação por moradia” é a denominação de “advogado do povo” atribuída aos advogados atuantes junto aos “moradores” pressionados, em São Luís na década de 1980, pela AMZA, PROMORAR e outras situações de conflito ocorridas em bairros periféricos da capital. Nos domínios acadêmicos, o engajamento poderia significar, entre outras coisas, o investimento em pesquisas e na produção intelectual, o que nos remete a ideia de prestígio acadêmico. Na política, o engajamento poderia significar mais popularidade e, conseqüentemente, mais votos. Contudo, as vantagens também eram visualizadas por meio da formação de lideranças locais, nos próprios bairros, que por meio do processo de socialização, adquiriam e acumulavam habilidades e códigos importantes na criação de repertórios de intervenção e de uma linguagem comum entre militantes.

Destacando aspectos importantes da história de algumas dessas ONGs em São Luís, é possível que, em 1980, já sediada no Anjo da Guarda, a recém criada Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (criada em 1979) inaugurou suas primeiras ações, através da execução do “Projeto Anjo da Guarda” que envolvia um trabalho educacional, de

assistência jurídica, de denúncias, debates, passeatas e acompanhamento dos cálculos de indenização das famílias prejudicadas pela AMZA e depois em outros locais da capital. Todavia, essa atuação na capital desenvolveu-se até 1985, quando a entidade passou a atuar em questões de conflito agrário no interior o Estado.

Alguns exemplos destas atividades, executadas pela SMDDH no bairro do Anjo da Guarda, podem ser visualizadas nos relatórios de atividades dessa organização (ANEXO III), como se pode observar nos seguintes trechos:

Pela manhã, á sede da SMDDH, no Anjo da Guarda compareceram o casal Gregorio Brito e sua Espoca Carmelita Ferreira Brito, que, orientados pelos membros da equipe que visitou o bairro no dia anterior, solicitaram assistência jurídica para os seguintes casos: I Pedido de aposentadoria por invalidez (...) II Problema referente a compra de um terreno.⁵¹

Em relação a situação de D. Maria da Vila Bom Sucesso, junto a AMZA, ficou certo para o acompanhamento do advogado, com as pessoas interessadas ao escritório da referida empresa no bairro do João Paulo(...). Ao chegar ao escritório da AMZA fomos recebidos pelo Dr. Horácio, a quem tomamos as seguintes informações: - Quando a AMZA indenizará D. Maria e os demais moradores da área? - Com ordem de quem os guardas estão proibindo os moradores de consertar suas casas e fazer plantações? O Dr. Horácio, nos deus os seguintes esclarecimentos: “A AMZA ainda não indenizou as casas do Bom Sucesso porque não tem outro lugar para fazer o remanejamento dos moradores indenizados” Mas afirmou que seria ainda neste ano. Quanto a proibição de consertar as casas explorar a terra, o Dr. Horácio negou conhecimento por parte da AMZA de determinadas ordens. No final houve o seguinte dialogo entre moradores e o advogado da AMZA: Então para que guardar nossa área? Para evitar nova invasão (respondeu) Podemos plantar e consertar nossas casas? – Podem.⁵²

As citações demonstram que as assistências jurídicas serviam não só para os assuntos relacionados à posse da terra naquele bairro, mas também para problemas individuais vividos pelos “moradores”, como foi o caso do senhor Gregório Brito, e que existiam advogados que eram *mediadores* dos “moradores” e advogados que falavam em nome das empresas.

Já na área do Sá Viana, conhecida na época como “Sítio Sá Viana” localizada atrás da Universidade Federal do Maranhão, percebeu-se a presença da Comissão Justiça e

⁵¹ Trata-se de uma assistência jurídica realizada no dia 17/02/1981. Sobre o pedido de aposentadoria é relatado: O senhor Gregório Brito, lavrador inválido, mão esquerda paralisada, sofre de hérnia... Mesmo apresentando estes problemas de saúde, por duas vezes que se submeteu a perícia para recorrer a aposentadoria por invalidez, foi negado pelos laudos dos médicos do INAMPS. Depois da última tentativa, o lavrador recorreu ao superintendente da entidade beneficiária, Dr. Rubens, ficando marcada por este, a data de 10 de março de 1981, quando será dado encaminhamento para outra perícia. Ficou certo o acompanhamento do advogado com o lavrador junto ao superintendente do INPS. Sobre o problema com a compra de terra, tratava-se de uma compra de um terreno já vendido. Seu Gregório pedia a devolução do dinheiro e o caso já esteve na delegacia.

⁵² Trata-se de uma assistência jurídica realizada no dia 09/02/1981

Paz (CJP) atuando por meio de assessoria jurídica e denúncias, junto às famílias pressionadas pelo plano de desenvolvimento físico do campus universitário. Sobre as formas de atuação dessa organização, vale destacar que, sobre o conflito ocorrido no Sá Viana no dia 20 de setembro de 1980, esta mesma possuía 15 declarações e 4 relatos de “moradores” que poderiam ser utilizadas tanto juridicamente, quanto como forma de sensibilização da opinião pública. Nessa comissão, foram destacadas a atuação de pessoas como os arcebispos Dom Motta e Dom Paulo Fontes. Este último, segundo a entrevistada, logo manifestou o desejo de conhecer as áreas de ocupação. O recrutamento dos advogados que prestavam assessoria jurídica por essa comissão priorizava jovens advogados do curso de direito da UFMA que já possuíam algum engajamento e simpatia pela “causa dos pobres” ou pelos movimentos vinculados aos setores progressistas da igreja.

Com lógica semelhante, a Caritas Regional do Maranhão prestava assistência jurídica nos conflitos ocasionados na área do São Bernardo, localizada nas margens da Avenida Guajajaras, e a CJP e ASP na área da Liberdade, assessorando juridicamente e tecnicamente algumas associações existentes naquele local.

Sobre a FASE tem-se a informação de que, instalou seu escritório em São Luís-MA a partir de janeiro de 1973 e que constituiu uma equipe de oito técnicos, trabalhando em áreas do litoral ocidental do Maranhão, na Ilha de São Luís e em subúrbios da capital, principalmente o Anjo da Guarda.

Sobre o aspecto das relações estabelecidas entre essas organizações, pode-se ressaltar que a aproximação entre as CEBS e a FASE era extremamente forte, já que essa última foi criada e financiada através da confederação dos bispos norte americanos, com objetivo de ajudar organizações dedicadas à assistência social e educacional, através da prestação de assessoria técnica. O fato de ser gestada dentro de uma organização religiosa, com o objetivo de prestar serviços de apoio a projetos desenvolvidos por outra entidade, garante sentido e razão de existência para o trabalho da FASE, e garante (hipoteticamente) um trabalho de base junto aos moradores, sempre associado às iniciativas anteriores.

Entretanto, nem sempre as relações entre os agentes ocorriam de forma harmoniosa ou sem disputas. Entre as entidades, SMDH e FASE, notou-se, através da citação a seguir, algumas tensões quando ambas buscaram atuar na mesma área do Anjo da Guarda:

Como está claro no nosso projeto inicial, havíamos escolhido o bairro do Anjo da Guarda justamente por não estar presente, naquele local, nenhuma outra entidade, como Caritas ou Fase. Após o início do trabalho, **alguns elementos da Fase** aproximaram-se do bairro, numa tentativa de boicote ao trabalho da SMDDH, apresentando-se para cuidar de casos de assistência jurídica e também para dar cursos de direitos humanos (...). Além disso, a entrada daquela entidade dá-se, como de costume, através dos canais, como a igreja, ou seja, há sempre um aproveitamento de trabalhos já existentes. No nosso caso, apesar de desejarmos um bom relacionamento com todos os grupos do bairro, queremos montar um trabalho próprio. Deste modo, a atitude pirata de **alguns elementos da Fase** não nos atingem, à medida que não baseamos todo o nosso trabalho em cima de intermediários. De qualquer modo, denunciamos a atitude pouco ética desses companheiros e chamamos a atenção para o fato de que a cidade é grande, são inúmeros os bairros descobertos, onde não existe nenhum trabalho de qualquer entidade- como a SMDDH, Caritas, Fase- onde os políticos do PDS, **como Sarney Filho e Nãn Souza** manipulam as uniões de moradores, no entanto, os companheiros vêm se colocar justamente em um bairro onde já existe equipe trabalhando. Chamamos ainda a atenção para o fato de que esta atitude em relação à SMDDH no bairro do Anjo da Guarda já ocorreu em outras ocasiões, e em outros bairros, em relação a outros grupos, como é o caso do Comitê de Oposição prá valer no bairro do Coroadinho. O sectarismo dos companheiros da Fase faz com que persigam trabalhos semelhantes ao seu exatamente porque são semelhantes, embora independentes. Os companheiros não suportam a independência e preferem perseguir **grupos de esquerda**, a tentar neutralizar o trabalho de manipulação operado pelo PDS junto aos moradores da periferia da cidade.⁵³ (grifo meu)

Tais tensões conduzem a uma análise através de uma perspectiva relacional (BOURDIEU, 2004 e ELIAS, 1994), ou seja, de que uma entidade se definiu em relação as outras e através da relação de disputa buscavam se afirmar com características próprias que as diferenciariam. A auto-definição da SMDH a partir dessa prática pode ser interpretada em sob três aspectos: a característica de independência, associação aos grupos de esquerda e a necessidade de trabalho naquela área.

Enfim, não foi à toa que as ONGs brigaram para delimitar seus espaços de atuação, pois a necessidade e a legitimidade de cada entidade estava intrinsecamente relacionada com à execução das atividades desenvolvidas pelas mesmas. Em outras palavras, o sentido de existência de uma organização de direitos humanos seria defender dos direitos humanos em determinada comunidade, assim como a de uma organização de assistência social e educacional necessitaria realizar atividades de educação e outras assistências.

As expressões, “membros da FASE”, “elementos da FASE”, “políticos do PDS, Sarney Filho e Nãn Souza”, demonstram uma perspectiva mais específica do confronto, pontuando agentes relacionados a determinadas organizações e partidos. Nota-se então, um

⁵³ Informações obtidas em documentos produzidos pela SMDH: “Relatório da equipe de trabalho-período dezembro de 1980 a fevereiro de 1981 na área do Anjo da Guarda”.

processo de interação entre agentes e disputa, importante na delimitação e definição das próprias ONGs, onde os agentes apropriam-se de determinadas posições ideológicas e sociais - expressas em termos como “grupo de esquerda”, “grupo de direita”- importantes no processo de busca de legitimidade das práticas dessas organizações, por parte dos agentes.

Essa observação nos remete, também, ao estudo de Landim (1998) quando ao analisar a nomenclatura ONGs, nota que essa é construída socialmente por meio de um conjunto específico de agentes e entidades na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade (...), para essa autora:

A expressão ONGs traduz uma polissemia que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – é, portanto, pode-se constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos. (LANDIM, 1998, p.25)

As disputas evidenciam, também, a importância das comunidades para a existência das entidades, e das entidades para existência das comunidades, sinalizando assim que as gratificações obtidas com a relação entre moradores e ONGs beneficiavam ambos, oferecendo retribuições materiais, prestígio profissional e mesmo ascensão social. Um exemplo, foram os conhecidos “advogados do povo”⁵⁴ que nas décadas posteriores lograram prestígio pela atuação nas questões sociais.

Os agentes pertencentes às entidades (CPT, FASE, Caritas e CJP) vinculadas às CEBs e a Arquidiocese, contavam também com o apoio do arcebispo local Dom João José da Motta Albuquerque, que afirmou em declaração feita no jornal O Imparcial (08/06/1982):

Quando entram em jogo os direitos naturais e inalienáveis da pessoa humana, a igreja, tem o direito e o sagrado dever de se fazer presente no processo histórico de construção da pátria. Eis a razão de sua missão profética – missão de quem fala em nome de Deus que criou o homem a sua imagem e semelhança.(...) Cabe a Igreja, junto ao povo de Deus, questionar aspectos éticos de um sistema pecaminoso se constituir a razão de ser do Estado.

Nas palavras de Dom João José da Motta Albuquerque, que refletem bem o “espírito” do Concílio Vaticano II e expressam o papel e sentido da mobilização dos setores

⁵⁴ Em entrevista o deputado Flávio Dino se referia as Advogados do povo como advogados do movimento pela moradia que atuaram durante a década de 1980, nas situações de despejo. Entre os quais destacou, com admiração. Então, havia uma admiração pela Helena, Doutor Heluy I, o Amílcar Gonçalves Rocha (Filho, 2008).

progressistas, que puxavam para si um papel crítico perante o Estado. Dessa forma, o apoio dado às comunidades periféricas reafirmava uma valorização religiosa e ganhava também um sentido político. Nesse âmbito, não podemos deixar de comentar que ambas as partes envolvidas (setores progressistas e populações locais) nas relações foram gratificadas de alguma forma, fosse simbolicamente, por meio de prestígio, realização pessoal e conquista de espaços de atuação, ou materialmente, por meio da conquista da regularização dos terrenos e lucros gerados da atuação profissional, beneficiadas por meio das redes de contato.

Portanto, com o apoio dessa *estrutura de mobilização* (Tarrow, 2009), composta de diferentes profissionais e recursos mobilizáveis, pode-se ter um avanço no desenvolvimento do processo de “reivindicação pela moradia”. É inegável a importância desta como uma alternativa nas ações coletivas de confronto contra oponentes mais poderosos, como os já citados no tópico anterior, contudo, diferenciando-se do primeiro momento, por ser mais favorável às ações coletivas em vez de individuais, já que tanto o “espírito” do trabalho das CEBs quanto as articulações resultavam em atividades de grupo.

A variedade de recursos mobilizáveis construída na relação entre as diferentes entidades vinculadas à reivindicação pela “moradia”, ofereceu bons resultados como pode ser observado no próprio Encontro de Favelados e Palafitados, ocorrido em São Luís entre de 13 a 15 de julho de 1984, que contou com a colaboração da Arquidiocese de São Luís na disponibilização de um sítio da igreja – Sítio Pirapora-, da assessoria jurídica da Comissão Justiça e Paz (CJP), bastante útil nas discussões sobre direitos e com a colaboração de diversos outros agentes ligados a Universidade Federal do Maranhão que auxiliaram na coordenação.

Outro exemplo dessas entidades no sentido de promoção do debate sobre a questão da moradia e na organização popular pode ser percebido na área da Liberdade – local de onde emanou a maior representatividade popular, em termos de reivindicação. No próximo tópico, será abordado, com mais detalhes, esse caso exemplar.

2.4. Liberdade: análise de um caso de institucionalização de uma Associação de Moradores

Apresentam-se neste tópico alguns aspectos importantes para a compreensão do processo de formação e manutenção da Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade. Tomando os relatos dos agentes e as relações travadas por eles para a construção da referida organização, pretende-se sublinhar a importância de se analisar o trabalho de organização necessário para a criação de uma associação a partir da forma de aglutinação que materializa a existência de um grupo (ALMEIDA E MORENO, 2009, p.60)⁵⁵.

Se fosse possível viajar no tempo até o bairro da Liberdade, em pleno ano de 1980, e perguntar a algum morador qual era o significado da sigla MDFP-MA provavelmente não se teria resposta. Tal sigla só ganhou significado ao longo da metade daquela década por meio do trabalho de pessoas, da articulação de várias entidades e também das manifestações coletivas publicizadas na imprensa local.

O bairro Liberdade é próximo ao centro da capital e possui um histórico de ocupação que remonta à década de 1960. Em termos populacionais, essa área representava, para toda São Luís, cerca de 23% de uma população que vivia em áreas alagadiças, em casas construídas nas margens do rio Anil, conhecidas como palafitas. Observando o relatório elaborado pela Universidade Federal do Maranhão (1981), teve-se a informação de que as famílias eram constituídas em média por 6 pessoas e mais da metade dessas famílias, cerca de 53,63%, eram oriundas do interior do estado do Maranhão, enquanto 31,02% provinham de outros bairros da capital e 9,04 % eram imigrantes de outros estados.

Tem-se a informação de que os primeiros trabalhos de organização dessas populações iniciaram-se com o apoio de agentes ligados aos setores progressistas da Igreja, por volta de 1979 - ano em que o tema da campanha da fraternidade versava sobre educação popular para a saúde. Tanto na Paróquia do Divino Espírito Santo (responsável pelas áreas da

⁵⁵ Analisando um grupo de jovens Rappers, Almeida e Moreno (2009) percebem que apesar de esses jovens possuírem uma composição social semelhante e uma percepção de mundo que os estimulavam ao investimento e engajamento no rap enquanto meio de inserção social, um passo importante foi o contato dos jovens com um vereador do PT. Essas autoras perceberam que, por meio da mediação do vereador foi possível identificar investimentos importantes e fundamentais para a formação de uma associação, o fornecimento de espaços para a realização dos eventos e investimentos específicos na aquisição de habilidades e competências por meio da socialização com sindicalistas e militantes partidários.

Liberdade Floresta e Fé em Deus) quanto na paróquia Nossa Senhora dos Remédios (responsável pela Camboa), eram realizados estudos bíblicos e também discussões com grupos de jovens e moradores locais.

Com base nessas discussões, teriam conseguido uma organização em nível de ruas, de forma que em determinadas ruas eram realizadas reuniões onde se discutiam questões referentes à implementação do programa PROMORAR. Tal iniciativa parece ter tido grande importância no engajamento de algumas pessoas da comunidade, como é possível verificar nas palavras de Basílio Costa Durans (ex-coordenador do MDFP-MA), quando relata o próprio momento inicial de engajamento:

Já nos anos 80 foi quando chegou o PROMORAR aqui, 81, 82, aí eu fui convidado para uma reunião e lá nessa reunião eu me interessei de saber realmente a finalidade da reunião, pra que servia e o que se deveria fazer. E essa reunião foi provocada pela **Diocese** de São Luís, não é, lá da Igreja da Sé. Eu e teve umas 3 pessoas no meio de umas 200 pessoas. A gente se destacou nas perguntas. Eles disseram. Para vocês começarem ter força para lutar contra, o que era o projeto PROMORAR né, você tem que formar uma **associação de moradores**. (Basílio Costa, entrevista em 20/03/2010, grifos meus).

Tal estímulo para a formação de uma associação logrou êxito, sendo o próprio Basílio Durans o presidente da primeira gestão da Associação de Moradores da Liberdade. Assim, destaca-se a importância da implantação do PROMORAR e os seus efeitos, principalmente na influência que exerceu para que a diocese de São Luís promovesse debates e conseqüentemente estimulasse algumas pessoas que viviam no bairro da Liberdade a mobilizarem-se; relações e os investimentos feitos por determinados agentes no sentido da organização coletiva, o que viabilizou a afirmação de lideranças locais.

Pode-se afirmar que a formação da Associação de Moradores do bairro da Liberdade não pode ser pensada sem o apoio da estrutura da diocese presente naquela localidade – que disponibilizava espaços para reuniões e também de assessorias jurídica e técnica –, nem tão pouco sem o processo de socialização entre agentes da Arquidiocese dentro do próprio bairro, o que ocasionou um compartilhamento de códigos imprescindíveis para a construção de um tipo de linguagem comum, importante no processo de politização de algumas daqueles porta-vozes locais.

Um exemplo desse processo pode ser verificado na própria trajetória de vida do primeiro coordenador da referida associação, o senhor Basílio Costa Durans. Ele nasceu em

1950, numa região entre os municípios de Pinheiro e Perimirim (MA), numa família de pais e avôs maternos lavradores. Sobre sua família, pode-se destacar que os pais eram católicos, a avó, e um tio avô, eram umbandista e não alfabetizados. Em 1960 mudou-se para o bairro da Liberdade (área de recepção de grande número de migrantes), onde começou a trabalhar com carpintaria. Essa atividade que pode ser interpretada como uma alternativa importante de inserção social por parte do agente, já que, com pouca escolarização, exerceu essa atividade em um contexto de crescimento urbano que exigia mão de obra no ramo da construção civil. Na década de 1970, ingressou no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Luís – local de aquisição de habilidades, códigos e competências importantes, por conta dos debates, reuniões, reivindicações, negociações e serviços básicos prestados pelo sindicato.

Como já foi mencionado, pode-se dizer que o contato entre agentes da Arquidiocese e Basílio da Costa Durans foi fundamental na produção de condições sociais para o engajamento deste último na “reivindicação por moradia”.

A partir desse contato, o agente acumulou determinadas habilidades, entre as quais se pode destacar a obtenção de uma linguagem especializada sobre a “reivindicação” – construída no processo de socialização entre advogados, padres estrangeiros, professores universitários e políticos.

No início da década de 1980, já como presidente da Associação de Moradores da Liberdade, ele investiu na educação formal e sistematizada, por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) disponibilizado pela mesma organização. Nessa mesma década, ele ingressou e concluiu o 2º grau (atual ensino médio) em contabilidade no Sindicato dos Comerciários João Guilherme de Abreu, em São Luís. Desses fatos, percebe-se que a relação entre o engajamento e a escolarização foi bastante direta, sendo a segunda opção uma consequência da inserção do agente na militância local.

Sobre a escolaridade, Basílio Durans narra:

Eu comecei o Mobral aqui na União de Moradores. Fiz o primeiro grau no Colégio Estado do Pará e fiz o 2º grau no sindicato dos comerciários que era o colégio comercial João Guilherme de Abreu, lá eu fiz contabilidade(...). Encontrei dificuldade de encontrar escola pública, aí tinha essa escola que tinha fundado lá no sindicato e pagava só uma taxa. Então eu fiz o 2º grau. (Basílio Costa, entrevista em 20/03/2010).

Através da citação percebe-se que a União dos Moradores (Associação) e o Sindicato dos Comerciários são tomados, pelo agente, como alternativas de obtenção de escolaridade; a primeira organização, bastante próxima do agente, e a segunda, com certa

aproximação, já que o mesmo também possuía inserção sindical, o que poderia de alguma forma se constituir em um trunfo.

Se, inicialmente, o carpinteiro Basílio Costas Durans apresentava um perfil semelhante à composição social geral daquele bairro, após as inserções no sindicato e nas reuniões promovidas pela Arquidiocese, esse agente inicia um processo de aceleração no acúmulo de capitais sociais, culturais, econômicos e militantes que lhe possibilitaram destaque e a ocupação de postos importantes frente aos outros moradores.

Também não se pode perder de vista as gratificações associadas ao posto de presidente de uma associação de moradores que se encontrava em pleno processo de confronto com empreiteiras e policiais (nas situações de “despejo”). Quanto a isso, pode-se dizer que a presidência da associação significou, entre outras coisas, um espaço de *mediação* entre as pessoas da comunidade e organizações tidas como progressistas, que forneciam recursos (educacionais, assistencialistas, religiosos, etc.), ou seja, era um posto carregado de prestígio e de poder, principalmente pelo aspecto conectivo – de levar e trazer informações sobre demandas, programas de ajuda etc.

Nesse sentido, no momento em que falava em nome da “comunidade”, ele próprio passava a definir um movimento de reivindicação, constituindo-se, assim, como seu porta-voz que, entre outras qualidades, poderia reivindicar uma origem semelhante a das pessoas do bairro.

Todos esses trunfos foram direcionados na inserção de Basílio Costa Durans na política partidária. Ainda na década de 1980, ele iniciou-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) dando apoio ao candidato local Aldenor Salgado. Apesar de não termos conhecimento da trajetória de Aldenor Salgado, entende-se que ambos os agentes possuíam uma aliança caracterizada por objetivos e posições sociais comuns, já que os dois possuíam origem social modesta e objetivavam galgar posições mais fortes⁵⁶. Como observa Moreno e Almeida (2009), alianças desse tipo podem sinalizar uma estratégia dos agentes frente a concorrências locais.

⁵⁶ Depois disso, elegeu-se vereador pelo PDT, onde foi presidente do conselho de ética onde permaneceu até 1995, quando migrou para o partido aliado PPS. Atualmente é presidente do clube cultural de Boi de Zabumba e tambor de crioula do Maranhão e membro do conselho municipal de cultura. No início da década de 1980, antes de ingressar na política partidária,

A posição de presidente da associação, pensada numa lógica de espaços heterônomos (BOURDIEU, 1982), significou a possibilidade de inserção em outros espaços e manutenção do capital adquirido e acumulado. Outra expressão de prestígio e importância dessa posição refere-se à capacidade de mobilizar recursos, principalmente às assessorias prestadas pelos agentes “simpatizantes” com a “causa” e também os da Arquidiocese de São Luís. Um exemplo pode ser percebido no momento em que foi preso, durante uma desapropriação de terreno feita na Vila Gourmet – Floresta.

Me prenderam lá na Vila Gourmet, quando tavam derrubando a Vila. Eu tava na Camboa e ouvi a notícia, rapaz os policiais tavam em peso lá na Floresta. Mestre era mais de 100 policiais armados a ponto de guerra. Fui lá e perguntei quem era o comandante, a gente se acha né (sorriu). Ai o cara disse vêm cá e tu é o que. Eu digo, eu sou o presidente da comunidade. É tu que nos estamos atrás. Ai me prenderam. Rapaz eu digo, meu Deus e agora (...). Ai de lado assim eu olhei o Juiz Doutor Heluy, Helena Barros Heluy, Aldenor Salgado, Haroldo Sabóia. Tavam tudo assim do lado. Ai veio o policial e disse: ‘libera ele, libera ele que ele é gente boa’. Quem era o cara eu não sei né. Ele disse: ‘é, libera, mas tu sai sem olhar pra traz’. (Basílio Costa, entrevista realizada em 20/03/2010).

Ao relacionarmos as pessoas citadas com suas respectivas atividades, percebe-se que o “Doutor Heluy e Helena Barros Heluy” eram advogados da Comissão Justiça e Paz (CJP), Aldenor Salgado era um vereador local pelo MDB e Haroldo Sabóia era deputado estadual pelo mesmo partido e membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Todos estavam envolvidos com algum tipo de engajamento relacionado a “problemas sociais” e assessoravam as chamadas “comunidades carentes”.

O apoio fornecido por esses diferentes agentes leva a concluir que a inserção de Basílio Costa Durans, via Arquidiocese, em ações de reivindicação, o colocou em contato com uma rede mais ampla, importante no processo de manutenção e institucionalização da associação de moradores “Palafitados do Bairro da Liberdade”. Do mesmo modo, esses elementos contribuíram para o processo de cognição do próprio Basílio Costa Durans e nos posicionamentos do mesmo frente aos demais moradores do bairro da Liberdade.

Sobre os apoiadores citados, também temos que considerar que eles retiravam suas gratificações simbólicas desses investimentos, como prestígio, popularidade e respeito.

Um exemplo disso pode ser comprovado no texto biográfico⁵⁷ do referido deputado citado por Basílio Costa:

A trajetória política de Haroldo Sabóia o credencia como uma liderança de **esquerda autêntica** que nunca fez concessão ao senador José Sarney e seu grupo. Com diploma na Sorbone-Paris, Haroldo regressou a São Luís por volta de 78, época ainda dos anos de chumbo da ditadura militar. Integrou-se aos movimentos populares que bradavam contra o militarismo. Bom orador e de conversa envolvente, Haroldo alçou-se à condição de líder popular. Na época pipocavam em São Luís as ocupações de áreas ociosas por famílias paupérrimas enxotadas do interior do Estado pela instalação dos grandes projetos agropecuários e pelo latifúndio bruto. Estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) uniram-se nessa cruzada de protesto. A Luta para restabelecer a meia-passagem foi o ponto alto da revolta popular, que no fundo era um protesto contra o regime militar. Nessa onda de insatisfação, Haroldo elegeu-se deputado estadual pela legenda do MDB em 78. Sua calorosa atuação contra o militarismo e seu desprendimento em comparecer no palco dos conflitos sociais fizeram dele em 82 o deputado estadual mais votado de São Luís com 18 mil votos, um recorde percentual e absoluto que depois de 20 anos ainda não foi batido.

⁵⁸ (grifo meu)

Além de expor os *capitais culturais* e de *notoriedade* do agente, o texto acima demonstra a relação direta entre engajamento, liderança e número de votos e, principalmente, que o mesmo estava imerso em uma disputa política com outra liderança. Nesse sentido, sua aproximação das associações de Palafitados representa, entre outras coisas, um fortalecimento político através da conquista de espaço nas bases. Pensar a aliança Haroldo-Basílio significa considerar a existência de retribuições para ambos e a consolidação da Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade.

Sobre o “Doutor Heluy”, tem-se apenas a informação de que era membro da CJP, juiz de direito aposentado e candidato a vereador nos anos 1970 e a prefeito em 1988, pelo PT. Essas poucas informações sinalizam motivações éticas e políticas para o engajamento em causas sociais consideradas como relevantes.

⁵⁷ Fonte: <http://www.jornalpequeno.com.br/2004/9/28/Pagina5649.htm>

⁵⁸ Embora o fragmento contenha muitas informações biográficas de Haroldo Freitas Pires de Sabóia, não podemos desconsiderar que o mesmo carrega uma forte crítica aos candidatos do PT local e nacional, por conta das alianças realizadas com políticos da família Sarney e também pelo fato de Haroldo Sabóia apoiar a candidatura do jornalista Emilio Azevedo (PCB) em vez de apoiar alguém do próprio partido (o PT). Esse agente nasceu em 16 de junho de 1950 em São Luís, filho do ex deputado, jurista, jornalista, professor da antiga faculdade de Direito de São Luís e ex secretário de justiça no governo Nunes Freire, José Pires de Sabóia Filho. Haroldo Sabóia estudou na Univ. Paris I Pantheon-Sorbonne, (1971-1977), onde fez graduação e mestrado em Economia. Em 2008 ingressou no mestrado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão. Na política elegeu-se Deputado Estadual (1979-1983) pelo MDB; Deputado Estadual (1983-1987) pelo PMDB; Deputado Federal (1987-1991) pelo PMDB; Deputado Federal (1991-1995) pelo PDT e Deputado Federal (1996-1999) pelo PT.

Sobre a esposa dele, Helena Barros Heluy, sabe-se que alguns pontos podem dar sentido ao engajamento. Ela nasceu em 1941 na cidade de Barão de Grajaú, em meio a uma família cujo pai era um telegrafista concursado aos 18 anos de idade, que foi deputado estadual e integrou o quadro das “oposições coligadas” no final dos anos 1940 e 1950. Sua mãe era dona de casa e possuía um engajamento religioso por meio da Congregação das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração e nas Legionárias de Maria.

Tanto o matrimônio quanto a vivência familiar⁵⁹ não podem ser desconsiderados enquanto características favoráveis na elaboração de motivações para um inserção cada vez maior na vida pública seja via política, jurídica ou religiosa.

Na década de 1960, ela ingressou na Faculdade Federal de Direito⁶⁰, especializando-se posteriormente em criminologia. É importante ressaltar que, em 1972, ingressou no Movimento de Concílios de Crisandade, criado em São Luís desde 1971, engajamento relacionado diretamente com sua atuação, anos mais tarde, na Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís. Antes da década de 1970 atuou no “Jornal do Povo”⁶¹, que, segundo a entrevistada, foi “uma grande escola de militância e de jornalismo”. Atuou também no jornal “Correio do Nordeste”, em 1973 no departamento de cultura do Estado do Maranhão e na mesma década ingressou no ministério público estadual onde permaneceu por 25 anos, até se aposentar.

Na década de 1980, fez o curso de comunicação social na Universidade Federal do Maranhão e, em 1981, foi aprovada em concurso federal, tornando-se professora do departamento de Direito. Nessa mesma década integrou o grupo fundador da Comissão Justiça e Paz e o movimento pela Constituinte. Na carreira política, filiou-se ao PMDB, em 1985, no ano seguinte ao PDT e, em 1988, ao PT, onde permanece ocupando um mandato na assembleia legislativa. Sublinha-se a importância das inserções militantes na carreira política de Helena Barros Heluy.

Quanto à “questão da moradia”, ela afirma:

⁵⁹ Segundo a entrevistada, os pais eram “uma referencia de seriedade, responsabilidade”. Quanto aos avôs, ela fez menção ao avô paterno, criador da primeira casa comercial de Barão de Grajaú. (Helena Barros Heluy, entrevista realizada em 30/03/2010).

⁶⁰ Naquela época tinham as faculdades Federais de Direito, Odontologia e Farmácia, e as particulares que integravam a arquidiocese, depois as federais e as da igreja foram reunidas para criar a Universidade Federal do Maranhão.

⁶¹ Segundo o site <http://www.academiamaranhense.org.br/academicos/ocupantes/16.php> acessado em 8 de setembro de 2010 às 02:12 “esse jornal foi fundado por Neiva Moreira em abril de 1950 e silenciado em abril de 1964, tornando-se, desde a fundação, o maior porta-voz das oposições maranhenses, assim como conferiu a seu dirigente e principal redator a posição de mais importante líder político de São Luís”

E aí já tinha a Comissão Justiça e Paz, como espaço de denúncia braço profético da Igreja e aí que se dá esse engajamento aí em defesa do Direito da moradia, mas também acompanhando aqueles que tiveram coragem de resistir na luta pelo reconhecimento dos seus direitos, daí o surgir de vários bairros. Há muito tempo que a questão da moradia em vez de ser tratada como uma questão social e de direito mesmo é como se fosse uma questão meramente policial ou policialesca. Tudo isso foi um trabalho dentro da linha do ser Igreja no mundo. (Helena Barros Heluy, entrevista realizada em 30/03/2010).

O depoimento apresenta dois aspectos que podem ser ressaltados: um tipo de legitimidade para a atuação da CJP na defesa do direito a moradia e a inserção da própria noção de direito social que, a partir dos encontros, panfletos e passeatas, passa a ser verbalizada por grande parte dos militantes.

Não se pode desconsiderar também que esse discurso jurídico é acompanhado por um discurso moral de ordem religiosa, que pode ser explicado por conta de uma formação católica, e da inserção em movimento de concílio de cristandade e posteriormente numa entidade mantida pela Arquidiocese de São Luís-MA.

Os três agentes mencionados na citação de Basílio da Costa Durans, trazem no bojo de suas experiências de vida, motivações relacionadas a outras arenas de disputa política, e do mesmo modo, motivações profissionais e morais que dão sentido aos investimentos empenhados na Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade, organização que serviu como importante espaço de socialização de códigos e politização, na formação de lideranças locais.

Com tal *estrutura de mobilização* (TARROW, 2009), não tardou para que a referida associação passasse a representar cerca de outras 42 associações do estado recebendo, assim, o título de Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (ver lista das associações no anexo IV). Na verdade, tratou mais de uma função desempenhada pela associação do que propriamente um novo movimento. Ou seja, a Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade (AMPBL) obteve a responsabilidade de representar o Maranhão em Encontros Nacionais realizados por uma articulação chamada Movimento de Defesa dos Palafitados de caráter nacional. Dessa forma, a associação da Liberdade inseriu-se num espaço mais amplo de contatos e possibilidades.



Ilustração 12 - AMPBL
Fonte. Imparcial 04/11/1991 e



Ilustração 13- AMPBL
Jornal do MDF 01/1990

Nas ilustrações anteriores, observa-se a Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade e a sede do MDFP-MA. Na segunda imagem, há um cartaz com o anúncio do dia nacional de luta pelo direito à moradia, 25 de fevereiro – dia escolhido em homenagem aos favelados de Vila Socó (Cubatão), que morreram na explosão dos gasodutos da Petrobras.

Sobre as ações da associação, pode-se ressaltar que, contando com apoio técnico da CJP, a AMPBL elaborou um projeto de organização, legalização e melhoria das áreas de ocupação de São Luís, em 1988, e pretendeu realizar um levantamento geral das áreas de ocupação da capital, uma caracterização da população e dos níveis de organização sobre problemas específicos. Destacamos dois trechos do projeto:

Esse levantamento será desenvolvido diretamente pela central de militantes do MDF e o assessoramento de profissionais e entidades democráticas de São Luís (A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís) já definiu a possibilidade de oferecer apoio e assessoramento sistemático a todas (...). As atividades desse projeto serão assumidas por militantes do MDF e grupos de moradores das áreas atingidas, devendo contar com apoio e assessoramento de entidades que apresentem compromisso efetivo com as lutas do MDFP, além de contar com o assessoramento de um profissional especializado (trata-se da professora Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, que apresenta uma longa prática de assessoria a movimentos Sociais populares e na metodologia da Pesquisa-Ação) que já vêm apoiando o movimento desde a sua implantação em São Luís (1988)⁶².

Na citação percebe-se que, ao referir-se a um projeto mais amplo, os militantes fazem referência ao MDF e enfatizam o corpo técnico presente no projeto, destacando a

⁶² O trecho entre parêntese encontrava-se no rodapé do projeto

presença de uma professora e pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão. Nesse sentido, vale ressaltar que a utilização de uma linguagem metodológica que faz referência à “pesquisa-ação” já sinaliza a valorização do aprendizado e da socialização militante entre os agentes.

A aliança entre a professora e os agentes da associação é um elemento importante para compreensão do processo de afirmação da liderança e da associação, tanto no que se refere à assinatura e elaboração de projetos para a obtenção de recursos junto a organismos internacionais (como o MISERIOR) quanto pelos resultados individuais usufruídos por diversos agentes.

Nesse sentido, é importante enfatizar que apesar de relevantes para a associação, a inserção e os investimentos de Maria Ozanira na “reivindicação por moradia” também podem ser interpretados em relação à trajetória da mesma.

Assim como Basílio da Costa Durans, Maria Ozanira da Silva e Silva também era imigrante. Nascida em 1947 em uma família cujo pai era comerciante e a mãe dona de casa, ambos da cidade de Bacabal-MA, onde completou o ensino médio e participava das atividades religiosas da cidade. Entre 1963 e 1966 fez a graduação em Serviço Social (UFMA), período em que foi presidente do diretório acadêmico do curso e participou de reuniões e congressos nacionais da União Nacional de Estudantes - UNE. Durante a década de 1970 realizou especialização em Planejamento Educacional e Acadêmico (UFMA) e o mestrado em Master Of Social Work (Western Michigan University). Na década de 1980 fez mestrado e doutorado em Serviço Social (PUC/SP) e passou a integrar a Comissão Justiça e Paz. Na década de 1990, realizou o pós-doutorado (UNICAMP). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, segue abaixo o texto informado no seu currículo lattes:

Maria Ozanira da Silva e Silva possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1966), cursou Master of Social Work pela Western Michigan University (1976), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987). Desenvolveu estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudo de Políticas Públicas da Universidade de Campinas (1995-1996). Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social; coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (www.pgpp.ufma.br); é coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza GAEPP (www.gaepp.ufma.br) na Universidade Federal do Maranhão. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 1A. Membro do Corpo Editorial de 07 Revistas de abrangência nacional e internacional. Foi representante Adjunto na Área de Serviço Social na CAPES nos períodos 2001-

2004 e 2005-2007; membro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social no CNPq no período 2003/2005 e voltou a ser membro titular do mesmo Comitê com mandato de 07/2008 a 06/2011. Até agosto de 2010, publicou 38 artigos em periódicos especializados e 51 trabalhos completos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Possui 23 capítulos de livros; 08 livros textos integrais e 08 livros organizados ou coordenados publicados. Orientou 15 dissertações de mestrado e co-orientou 01; Orientou 11 teses de doutorado e co-orientou 02, na área de Políticas Públicas. Entre 1991 a 2009 coordenou 11 projetos de pesquisa. Atualmente coordena 03 projetos de pesquisa. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Avaliação de Políticas e Programas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Pobreza, Políticas Sociais, com destaque à Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda. (<http://lattes.cnpq.br/1435259707895948>)

Observa-se o forte investimento no espaço universitário e a conexão com a inserção no engajamento político e assistência social, sendo, portanto, impossível discernir a atuação acadêmica da atuação militante de Maria Ozanira.

Com pertencimento ao catolicismo, herdado dos pais, inseriu-se nos trabalhos da Comissão Justiça e Paz – uma das organizações mais presentes no auxílio junto à AMPBL.

Nas palavras da entrevistada:

Eu tinha participação em movimentos sociais. Então a militância muito grande nos movimentos sociais de moradia, né. Então a Comissão Justiça e Paz tinha trabalhos nos bairros. Eu fui membro da Comissão Justiça e Paz e participei durante muito tempo. Daqui da Comissão Justiça e Paz já foi na década de 80 e início de 90. A participação nos movimentos de moradia a nível aqui do Maranhão e Nacional foi na década de 80 e 90. (Maria Ozanira da Silva e Silva, entrevista realizada em 06/04/2010).

Os princípios cristãos herdados de família e a inserção em uma organização vinculada à Arquidiocese de São Luís somam-se a uma percepção de produção acadêmica engajada que definem a trajetória dessa liderança. Quando perguntada sobre os motivos que a levaram a se inserir na militância por moradia, a resposta vem em três aspectos. Primeiramente, a forma como ela se percebe nesse processo, depois a percepção de universidade e, por fim, a própria ideia de militância. Sobre o papel da universidade e da sua atuação como pesquisadora, declara:

Aí era mais como pesquisadora da Universidade e sempre eu entendi que a Universidade deveria estar militando. Que a universidade deveria estar presente nos movimentos, participando dos movimentos. Então a temática urbana, a temática da moradia foi a temática que eu privilegiei no âmbito da pesquisa durante algum tempo e no âmbito da militância também. (Maria Ozanira da Silva e Silva, entrevista realizada em 06/04/2010).

A ideia de uma postura de pesquisadora- militante parece ser a chave para a lógica de inserção dessa agente, principalmente pelas gratificações alcançadas na mediação do fluxo de informações entre os diferentes domínios sociais. A atuação da agente, a depender do domínio de onde se interprete, pode ser entendida como pesquisa, mas ao mesmo tempo trabalho militante e também trabalho de solidariedade, isso por conta do trânsito que ela faz questão de realizar e ressaltar entre os ambientes, acadêmico, militante e cristão. Essa capacidade de circulação e de transação de saberes pode ser considerada como um trunfo importante passível de ser acionado, a depender da situação.

A *heteronomia* das instituições e o caráter multidimensional das lógicas sociais possibilita, por meio do estabelecimento de alianças, um número de gratificações que também extrapola os domínios sociais específicos, garantindo diferentes formas de reconhecimento para os militantes (CORADINI, 2003; REIS, 2008). A Associação de Moradores Palafitados da Liberdade foi relacionada à Maria Ozanira, tanto como um campo de pesquisa quanto como local onde se realizava “o desenvolvimento da consciência política dessas pessoas” (Maria Ozanira da Silva e Silva, entrevista realizada em 06/04/2010), ou seja, justificativa e dava sentido a sua atuação militante. De maneira implícita, tem-se um discurso e uma prática que combinam pesquisa – militância, consciência política, âmbitos que compõem um tipo de classificação que fornece sentido à atuação dessa porta-voz.

Os agentes destacados ao longo da AMPBL permitem perceber a associação não apenas enquanto um espaço de solidariedades, mas também como meios de realizações pessoais, de alianças e teias sociais que possibilitam vantagens para todos os envolvidos e a existência da própria Associação.

A possibilidade de realizar assessorias na elaboração e/ou execução dos projetos foram de grande importância na constituição da estrutura dessa entidade. Um exemplo pode ser observado em um ofício do MDFP-MA solicitando material de apoio para a execução de uma reunião na associação de moradores do bairro da Brasília, como é possível verificar a seguir:

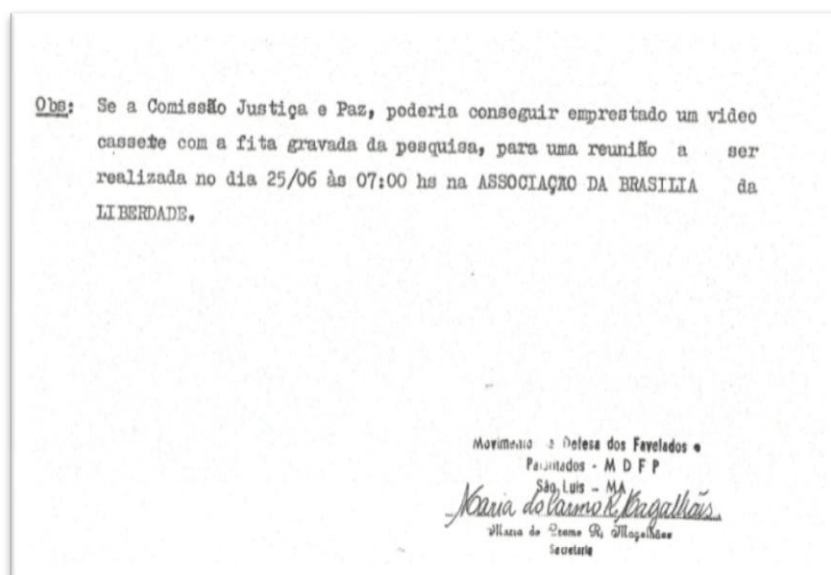


Ilustração 14 - Solicitação de equipamento feita por membros do MDFP-MA
Fonte: Arquivo da Comissão Justiça e Paz

Além dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela Comissão Justiça e Paz, percebeu-se também o envolvimento de agentes da Associação de Saúde da Periferia na elaboração de documentos e estatutos. O documento acima remete ao depoimento dado pelo ex-presidente da Associação de Moradores da Liberdade, Basílio Costa Durans (ver página 89), no qual se detecta a importância dos setores progressistas enquanto *estrutura da mobilização* (TARROW, 2009) fundamental para a existência de uma organização dos moradores dos bairros da Liberdade e Brasília.

Examinando esta entidade a partir de quatro atas de reunião, produzidas na década de 1982, observa-se que a quantidade de participantes era variável de acordo com o período (pois em tempos de desapropriações dos terrenos chegavam a comparecer mais de 50 pessoas nas reuniões, enquanto nos períodos mais calmos o número não ultrapassava 10 participantes). Verificou-se, igualmente, a presença de membros de outras entidades, como a do advogado Amílcar Gonçalves Rocha, que, na reunião de 28 de maio de 1982, realizada na Floresta, ofereceu a assessoria jurídica da Comissão Justiça e Paz para as famílias prejudicadas com uma ação de expropriação de terreno ocorrida na área da Floresta. Já na reunião de 11 de junho de 1982, parte das atenções voltava-se para o estabelecimento de alianças com lideranças políticas a fim de obter tanto a presença das mesmas nas áreas de ocupação como também recursos econômicos para a construção de casas, como pode ser verificado nos dois recortes da primeira e segunda folha do relatório da reunião.

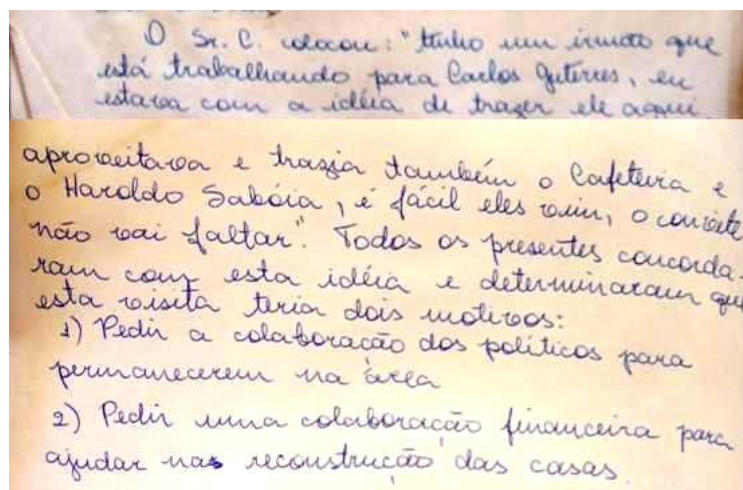


Ilustração 15 - Trechos de ata de reunião do MDFP-MA 1982
Fonte: Arquivo pessoal de ex-membro do MDFP-MA

Na ata percebemos os nomes de pessoas influentes na política local, como Carlos Guterres Moreira, que já havia sido 1º secretário da Câmara Municipal de São Luís⁶³, Secretário do Governo do Estado, ocupando o cargo da SEDEL (Secretaria de Desportos e Lazer) e eleito deputado federal, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1974; Haroldo Pires Sabóia, que foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1978, em 1982 havia sido o deputado estadual mais votado⁶⁴ (em reeleição), com 18mil votos e, Epitácio Cafeteira, que havia sido reeleito deputado federal em 1982.⁶⁵

O envolvimento entre políticos e lideranças do bairro não pode ser dissociado da ideia de obtenção de certos recursos, já que, por meio da ata de reunião do MDF, é explícito o desejo de colaboração política e financeira por parte dos líderes da Associação de Moradores da Liberdade. Neste caso destaca-se novamente a presença candidato Haroldo Pires Sabóia, caracterizado pelos veículos de comunicação local como um político engajado em questões sociais e mais votado em 1982. Seu envolvimento dava-se via SMDH ou individualmente,

⁶³ Cf. fontes: http://www.cmsl.ma.gov.br/pagina_legislatura/pagina_09a_legislatura.html; acessado em 12 de outubro de 2010 às 10:03 e **Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países, FGV 2002 FAPERJ.**

⁶⁴ Segundo o Jornal Pequeno (Setembro de 2004) essa grande votação esteve associada ao comparecimento do político em nos conflitos sociais que ocorriam n contexto da época. Acessar: Fonte: <http://www.jornalpequeno.com.br/2004/9/28/Pagina5649.htm> acessado em 7 de abril de 2010 às 10:38.

⁶⁵ Embora os três pertencessem ao MDB, no cenário político local, os mesmos apresentavam-se, em algumas situações, em contexto de disputa. Por exemplo, na 1º convenção do MDB para a escolha de candidatos a prefeito de São Luís, Haroldo Sabia e Carlos Guterres, apresentaram-se em posições opostas.

direcionando seu engajamento a uma área de crescente número populacional e, conseqüentemente, representativa em termos eleitorais.

Além de contar com o apoio de pessoas influentes, inseridas nos quadros de entidades vinculadas à diocese, e com políticos do MDB, PC do B e PT, havia ainda ligações com o MDFP Nacional, do qual eram retirados valores simbólicos. Por exemplo, pode-se mencionar o fato de ser associado a um movimento mais abrangente de nível nacional e ao Dia Nacional de luta pela moradia (25 de março). Sobre o significado desse dia, percebemos através das palavras do dirigente local, Basílio Costa Durans, que o dia 25 de março era relacionado à tragédia ocorrida em no dia 24 de março de 1984, na Vila Socó em Cubatão, quando um duto de gasolina que atravessava essa vila explodiu, incendiando milhares de pessoas.

Com forte assessoramento e, conseqüentemente, facilidades na obtenção de recursos (apoio jurídico, técnico e material), as lideranças conseguiram até um ônibus para levar militantes de São Luís para o 3º Congresso de Favelados e Palafitados na Bahia, de onde trouxeram o 4º Encontro para São Luís. Como já citado, o 4º Encontro dos Favelados e Palafitados em São Luís também contou com apoio da igreja e de professoras da UFMA e de membros da CJP na coordenação e organização do evento. Como se pode perceber, havia uma forte estrutura de apoio que fornecia base às chamadas lideranças populares.

A realização desses eventos e principalmente, as assessorias jurídica e educacional, contribuíam na constituição de uma linguagem comum, um tipo de linguagem especializada através da qual se elaborou a própria ideia de “moradia” e reivindicação por “moradia”, ou seja, esse serviço básico era concebido, pelos advogados, como um tipo de direito a ser exigido. Entre outras coisas, essa noção vai contra a utilização da “moradia” como um recurso político trocado por votos, levando à uma tensão entre uma concepção de política pautada na “troca de favores” por uma perspectiva burocratizada de política e direitos sociais.

Deixar de falar em favores pessoais para passar a dialogar com base em “direitos” é um fato de múltiplas interpretações, podendo ser pensado enquanto uma nova ferramenta de reivindicação e ao mesmo tempo como diversificação de recursos mobilizáveis nos confronto político. Trata-se de uma contribuição na institucionalização do movimento de reivindicação por moradia. Uma forma de analisar melhor os diversos efeitos gerados pela socialização dos agentes na consolidação da entidade reivindicatória e na afirmação de espaços profissionais, é

por em foco as ações coletivas das entidades e analisar as principais trajetórias dos membros envolvidos nesse mesmo contexto.

O MDFP-MA foi um exemplo⁶⁶ de organização popular constituída de inúmeras relações estabelecidas entre agentes da Arquidiocese (vinculados direta ou indiretamente a outras entidades como CEBs, CJP, ASP...) com as populações locais já caracterizadas no primeiro tópico que também foi instigado por um problema local – implementação do PROMORAR⁶⁷.

Desse modo, a Arquidiocese de São Luís pode ser interpretada como uma entidade de mediação, ou ponto de encontro e ramificação, com mobilização de recursos de outras entidades e agentes vinculados ou simpatizantes às causas das famílias que viviam situações de conflitos nos referidos bairros. Os *quadros interpretativos* (TARROW, 2009), isto é, o “nós” e os “outros”, eram definidos com base nos discursos pertencentes à cada entidade e agentes, de forma que a “luta” poderia ser identificada como uma busca por direitos, por igualdade ou por justiça social.

As definições entre movimento de reivindicação, “multinacionais defensoras do capitalismo excludente” e estado repressor estavam diretamente associadas ao processo de construção de uma identidade comum, expressa na linguagem produzida por meio das relações estabelecidas entre os diferentes agentes, interligados através de estruturas conectivas, como associações de moradores e entidades vinculadas à Arquidiocese de São Luís.

Percebeu-se que uma associação não surge da noite para o dia, “como num passe de mágica”, e nem possui uma existência concreta e real que possa dissociá-la das relações sociais e interesses que a constituem, sendo produto de uma série de fatores, entre os quais destacando-se as redes de relações, contexto histórico propício e um quadro de agentes especializados.

⁶⁶ É importante frisar que nem todos os movimentos existentes na capital foram gestados com essa estrutura e que existiam as associações mais antigas e/ou que carregavam outras características, geralmente de aproximação com setores progressistas e da esquerda política, nos momentos de obtenção dos terrenos, e depois com políticos da direita, nos momentos de exigência de outros benefícios.

⁶⁷ O PROMORAR pode ser tomando enquanto elemento contextual e pode ser entendido como um *evento mobilizador* (SANTOS, 1980), que marca uma ruptura com “ordem” e caracteriza momento propício a inserção de diferentes agentes, e também como associados a uma *estrutura de oportunidades* (TARROW, 2009), já que propicia incentivos e restrições à determinados agentes e também a possibilidade

No próximo capítulo, será discutido um elemento primordial que caracteriza, entre outras coisas, uma forma de atuação de uma associação, e elemento fundamental para a compreensão do processo de formação de um movimento social de reivindicação por moradia. Trata-se das ações coletivas e dos repertórios utilizados nos momentos de confronto político.

3. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E REPERTÓRIOS DE CONFRONTO

Se existe um momento em que as estruturas social, cultural e política são mobilizadas em torno de uma questão, pode-se dizer com certeza, que se trata do momento de *ação coletiva*. Tal situação pode ser considerada uma das fontes mais preciosas para a compreensão dos processos de constituição de um movimento social, isso porque traz consigo as principais características das composições sociais dominantes e pertencentes ao movimento que constitui.

Considerando que a *ação coletiva de confronto* (TARROW, 2009) é a base dos movimentos sociais, posto que se constitui, quase sempre, como único recurso que pessoas comuns têm contra opositores melhor equipados ou contra estados poderosos, que também pode ser caracterizada como protestos ou revoltas realizados por pessoas que geralmente não possuem acesso regular a instituições e que agem em nome de exigências novas ou não atendidas, pretende-se expor algumas ocasiões importantes em que foram evidenciadas de forma mais explícita tais ações através de seus repertórios de confronto e resistência.

Sobre as *ações coletivas de confronto* observadas, foram identificados encontros, denúncias, passeatas e ações de resistência frente aos policiais, em situações de expropriação. Esses diferentes tipos de ação estavam voltados para uma única questão e para isso contavam com a participação de agentes que traziam consigo, uma série de capitais sociais, culturais, econômicos e militantes. Contavam também com o apoio de toda a estrutura dos setores progressistas da igreja, de simpatizantes e agentes de outros domínios sociais. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é demonstrar a relação entre as já abordadas “condições de lutas” e os repertórios ativados, por meio da análise dos encontros, das situações de conflito, da produção de panfletos e das passeatas. Ao final serão apresentados a partir de um caso de conflito ocorrido no bairro do Sá Viana, no qual elencaremos alguns aspectos que demonstram as relações de disputas, repertórios e como o conflito era reproduzido por outros grupos.

3.1. ENCONTROS E CONFRONTOS

Verificou-se que dois tipos de encontros foram fundamentais para a institucionalização de um movimento de reivindicação por moradia: 1) reuniões entre párocos progressistas, grupos de jovens e também com as “famílias” atingidas pela implementação dos projetos de “habitação”, industriais e imobiliários; 2) encontros mais amplos, com o intuito de promover debates entre entidades ou com órgãos e dirigentes locais.

Como já se sabe, desde 1975 (aproximadamente) havia a atuação das CEBs em alguns bairros de São Luís. Existia nesse contexto, uma ligação muito íntima entre o espaço religioso e o de discussão política e social. Para se ter noção, em algumas áreas como a do Anjo da Guarda as reuniões com a “comunidade” eram realizadas após as missas⁶⁸: Segundo o jornalista Luiz Pedro, que na época atuava junto a CEB do Anjo da Guarda:

A gente ia lá pra discutir com a AMZA a questão da indenização, que eles tinham que pagar para o pessoal, porque eles tavam tirando de lá. Quer dizer o pessoal muito sem conhecimento e tal e a gente ia lá fazer reuniões..Eu lembro que a gente fazia reuniões né, e foi nessa época que eu conheci também o Jean Marie e ele naquele trabalho lá na região do Itaqui Bacanga e tal. Então muitas lideranças populares que existiam lá e que a gente começou a fazer contato e que começou a conhecer e você fazia as missas e depois das missas a gente ia lá discutir com o pessoal, fazer reunião e tal entrava assim pela noite. Então foi um momento muito rico na História política aqui do Maranhão. (Luiz Pedro de Oliveira e Silva, entrevista realizada em 15/03/2010)

Através da citação percebe-se que os encontros de caráter social e religioso transformavam-se em encontros políticos, onde debatiam-se propostas para solucionar o problema do pagamento de indenizações para as famílias “despejadas”. Tais reuniões serviam como justificação da atuação dos agentes especializados, que teriam o objetivo de esclarecer a população, e como meio de socialização entre agentes, como pode-se observar quando o agente relata o encontro com um dos militantes atuantes na CEB do Anjo da Guarda. O trecho demonstra que o agente começa a assumir um posicionamento de *intermediário* entre as populações do Anjo da Guarda e a AMZA, através da negociação de indenizações justas.

Um exemplo da atuação de padres considerados progressistas pode ser observado no Informe nº127/32/83 (29 de julho 1983) que versava sobre o comportamento de um padre

⁶⁸ Luiz Pedro de Oliveira e Silva (Entrevista realizada em 15/03/2010)

italiano chamado Pe. Maria Paloni, o da paróquia Menino Jesus de Praga, no bairro da COHAMA. Segundo o documento, durante uma cerimônia religiosa, o padre, juntamente com um grupo de jovens, afirmava palavras como “injustiça social”, “salário de fome”, “favelados”. Sobre essa atuação na área do Anjo da Guarda, o Padre Chagas, que na época era secundarista e participava dos grupos de jovens da Igreja, aponta:

Na realidade, a Igreja dá um suporte grande, na verdade é a Igreja Católica que dá. Tem os padres também canadenses, belga, italiano. Então aqui é muito forte essa coisa dos padres e eles eram muito angustiados com injustiça. Principalmente os padres italianos e, mais forte, os canadenses.⁶⁹

Outras fontes também indicavam que a atuação dos padres estrangeiros na discussão de problemas sociais e políticos foi imprescindível para o desenvolvimento das CEBs e, conseqüentemente, para a formação de lideranças locais como, o próprio padre Chagas, que, de jovem membro de grupos da CEBs (do Anjo da Guarda) chegou a ser padre e a desenvolver liderança em outras discussões sociais⁷⁰, e Dona Maria José Serrão, que, de participante do grupo de Jovens da Igreja do Divino Espírito Santo, chegou a fazer parte da direção do MDFP-MA, entre outros. Essa primeira perspectiva de encontros ou reuniões estava mais associada aos processos de formação das lideranças. Foi o momento chamado de “instigamento da crítica social”.

Havia também encontros dentro das associações e entre as associações de diferentes bairros, que ocorriam quase semanalmente. Segundo Maria José Serrão⁷¹, havia reuniões entre membros das uniões e associações de palafitados da Camboa, Brasília, Floresta e São Francisco. As pessoas se deslocavam para os locais onde essas reuniões eram marcadas e lá debatiam acordos, trocavam experiências e buscavam fortalecer o movimento de reivindicação, como é possível verificar no trecho do relatório de uma reunião ocorrida em 12 de junho de 1982 no salão da igreja da Liberdade.

⁶⁹ Francisco das Chagas Pereira (Entrevista realizada em 03/03/2010).

⁷⁰ Atualmente o mesmo participa de discussões sobre questão da reforma agrária e políticas públicas na região do Baixo Parnaíba. (Francisco das Chagas Pereira ,entrevista realizada em 03/03/2010).

⁷¹ Maria José Serrão (Entrevista realizada em 09/03/2010).

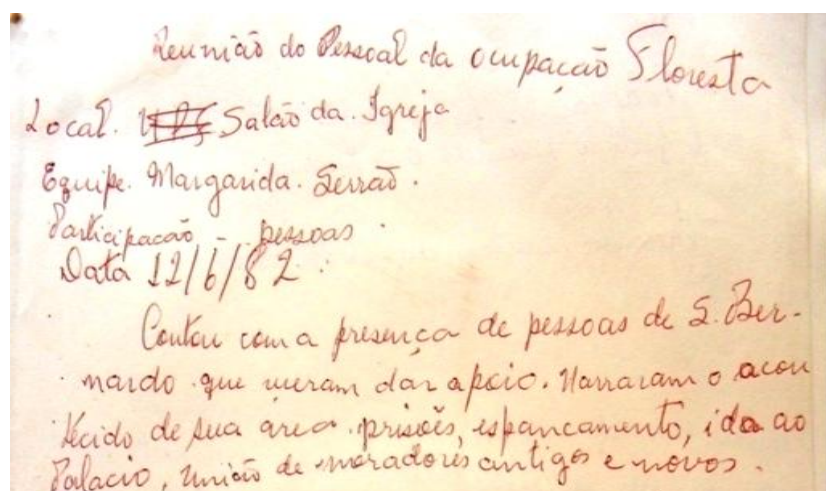


Ilustração 16 - Trechos de ata de reunião do MDFP-MA 1982
Fonte: Arquivo pessoal de ex-membro do MDFP-MA

No trecho recortado percebe-se a utilização da estrutura física da igreja católica, reafirmando a importância da mesma na constituição do “movimento”, e também a presença de pessoas do São Bernardo que relatavam as violências ocorridas naquele bairro. Crê-se que tais reuniões entre representantes de diferentes bairros contribuíram para a socialização de experiência e modalidades de ação. Com essas mobilizações, tais organizações se fortaleceram e instituíram uma representatividade maior através do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão. Era garantida, assim, uma complexificação cada vez maior dos encontros e das relações estabelecidas.

Além desses, a pesquisa utilizou-se do contato com registros de dois encontros de grande importância para a publicização e institucionalização do movimento de reivindicação por “moradia” em São Luís. Trata-se dos IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA, realizado de 13 a 15 de julho de 1984, no sítio Pirapora, localizado na Avenida Santos Dumont, e do Debate sobre ocupação do “Solo Urbano”, realizado em 31/08/1982 no Auditório do Colégio Marista.

No registro do primeiro observou-se, na prática, o poder do trabalho de articulação das entidades envolvidas. Segundo informações da DOPS⁷², esse Encontro contou com aproximadamente 300 pessoas oriundas dos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

⁷² Informe nº 032/82-PM/2/PMMA.

Tal evento ocorreu em um sítio da Igreja e contou com a participação de entidades e partidos políticos simpatizantes⁷³. Entre os participantes encontravam-se pessoas como Maria José, médico e militante do PCB; José Augusto, engenheiro e membro do sindicato dos engenheiros do Maranhão; José Maria de Souza, membro da Tribuna da Luta Operária (TLO); Maria José - Mazé membro da TLO; Heloisa Ferreira, acadêmica de farmácia e representante da união nacional dos Estudantes (UNE), Vitório Serra, membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT); João Otavio, membro do PCB e representante da Sucursal do Jornal “O popular democrático”; Aldionor Salgado Silva (Porquinha), vereador pelo PMDB/MA; Haroldo Pires Sabóia, deputado Estadual pelo PMDB/MA; Ananias Justino Neto, vereador pelo PMDB; José Ribamar Cordeiro vereador pelo PMDB.

Apesar dos agentes atuarem em diferentes domínios sociais, percebe-se que muitos estão entrelaçados por características bem próximas. Por exemplo, alguns colaboravam com o jornal Tribuna da Luta Operária, outros eram filiados ao Partido Comunista, à Central Única dos Trabalhadores, ou mesmo estudantes e simpatizantes dos posicionamentos políticos considerados de esquerda para a época, etc.

Os temas debatidos e as falas dos representantes de outros estados refletiam bem o processo de construção de uma linguagem militante, utilizada para reivindicar e se posicionar diante do contexto político da época. Através da observação, tanto dos títulos dos temas como do pronunciamento de 6 lideranças de diferentes estados⁷⁴, percebe-se que ambos demonstram bem a inserção e presença de códigos jurídicos (como “usucapião”, “título de propriedade”) na linguagem dos militantes e também de expressões presentes na linguagem sindical ou de políticos do PC do B. Uma situação que ilustra esse fato pode ser observada nas palavras de Arlindo Sodré, presidente da Associação dos Palafitados do bairro da Camboa, quando disse: “Companheiros e autoridades aqui presentes, quero trazer ao conhecimento deste grande plenário que nós temos direito à moradia, ao usucapião e a melhores condições de vida para o trabalhador.”⁷⁵

Das palavras do dirigente local é possível interpretar códigos da linguagem jurídica, sindical e, o mais importante, evidenciar, com base no desenvolvimento de uma linguagem comum, uma concepção de “moradia” enquanto direito contrária ao termo

⁷³ Já citados na página 10.

⁷⁴ Informe n 32 / 84 PM/ 2- PMMA (Encontro dos palafitados). Presente na pasta 169 intitulada Federação das Uniões de Moradores de Bairro.

⁷⁵ Informe n 32 / 84 PM/ presente na pasta 97 intitulada Problemas do menor e de moradia do Arquivo da DOPS-MA.

“invasão”, utilizado pela imprensa escrita, contra “ocupações”, utilizado por órgãos estatais e algumas vezes presentes nos próprios relatórios de militantes. A associação entre “pobre” e “sem moradia” era feita de forma direta, o que facilitava a aglutinação das diferenças e constituição de unidade. Na verdade, verificou-se que esse encontro, entre outras funções, garantia um sentido de coesão e de existência do movimento de reivindicação de moradia.

Buscando entender um pouco mais sobre a formação dessa linguagem, que conectava diferentes agentes, teve-se contato com um documento⁷⁶ que descrevia a execução de um curso de formação sindical promovido por um membro do “núcleo de educação popular” da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tal curso contou com a presença de 120 pessoas e foi realizado nos dias 1,2 e 3 de fevereiro de 1985, em um sítio de propriedade da Arquidiocese de São Luís, localizado no bairro do Maracanã, e teve participação de agentes vinculados a organizações de professores, sindicais, progressistas da igreja, dos “palafitados” e partidos políticos.

A promoção de encontros pode indicar um fator de colaboração para a produção de uma linguagem comum, já que nessa situação muitos agentes compartilhavam dos mesmos códigos e estavam submetidos a condições de transmissão de ideias, valores, conceitos que passariam a compor os *repertórios de mobilização* dos mesmos.

Eventos desse porte sinalizam um elevado grau de articulação, pois os mesmos contaram com a colaboração da Arquidiocese de São Luís, fosse na disponibilização do sítio no Maracanã para o curso de formação sindical, fosse do sítio Pirapora para a realização do Encontro Nacional dos Palafitados. Contaram também com a assessoria jurídica da Comissão Justiça e Paz (CJP) e com a colaboração de diversos agentes ligados à Universidade Federal do Maranhão, que auxiliaram na coordenação.

Retomando a descrição e análise do IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA, notou-se que os temas debatidos (usucapião, título de propriedade e crítica à política do BNH) sinalizavam a existência de um tipo de *quadro interpretativo* (TARROW, 2009), já que a preparação para as intervenções junto ao Banco Nacional da Habitação e a regularização de títulos de propriedade do solo feita junto à prefeitura expõem a ação das lideranças engajadas contra “opositores” considerados mais fortes representados nas ações de expropriação promovidas pelos órgãos públicos e privados,

⁷⁶ Informe n°002/85-PM/2-PMMA.

como a própria prefeitura ou pela implementação de programas de moradia efetivados de forma agressiva.

Tal exercício pode ser entendido como uma forma de criação de identidade composta pela diversidade de agentes contra um inimigo mais poderoso. Esse processo de construção emergia em meio as críticas realizadas às políticas do Banco Nacional de Habitação, aos dirigentes políticos, à violência policial, aos latifundiários e uma reivindicação fundamentada na noção de direitos sociais e políticos, ou seja, almejando casa própria, educação, alimentação e o direito de votar. Todos esses elementos evidenciam que a história social de movimentos de resistência às expropriações e reivindicações foi construída nas relações entre agentes de diferentes domínios. Iniciou-se no momento em que esses agentes, com diferentes especialidades e inseridos em variados domínios sociais, uniram-se às populações das áreas de conflito, incitando ali diferentes habilidades que favoreciam o engajamento de membros da população local. Essa situação de interação pode ser pensada enquanto uma *estrutura de oportunidade* (TARROW, 2009), já que as diferentes contribuições e também a soma de forças dos agentes, atuantes sob condições históricas específicas, podem ser interpretadas como pontos favoráveis ao engajamento de novos militantes.

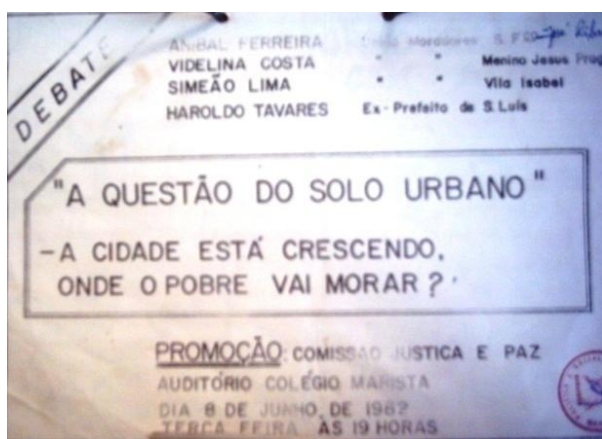


Ilustração 17 - Onde o pobre vai Morar?
Fonte: Pasta 97 Cód 7 . Debate Violência Não! Moradia Sim!
2º sec. informe 0150/SI/SSP/DOPS/MA/1982

O outro registro, também muito importante para nossa pesquisa, foi o debate (panfleto na foto acima) realizado no auditório do colégio Marista em 31 de agosto de 1982, que contou com aproximadamente 600 pessoas e foi apresentado pela advogada Helena de Barros Heluy, integrante da Comissão Justiça e Paz, contando também com a participação do

ex-prefeito Haroldo Tavares, do deputado pelo PMDB, Haroldo Sabóia e dos representantes de bairro, Vidilena Costa, José Ribamar Costa, Simeão Lima e Arlindo Sodré, respectivos aos bairros Vila Menino Jesus de Praga, São Francisco, Vila Izabel e Camboa. No debate em que as palavras de ordem eram, “Violência Não! Moradia Sim! Quem não tem para onde ir, fica onde está!” , todas as atenções estiveram voltadas para as denúncias de violência policial ocorridas nas ações de expropriação.

Naquela ocasião, o deputado pelo PMDB Haroldo Sabóia leu diversos recortes de jornais mostrando a todos os presentes a arbitrariedade e a violência policial. Relatou que, na maioria das vezes, nos crimes que são praticados no Maranhão, estão envolvidos policiais civis e militares, o que gerava um clima de intranquilidade para a população. Já os membros da Comissão de Justiça e Paz, disseram que a entidade estava disposta a sair às ruas de São Luís, mostrando à população maranhense os problemas do povo palafitado. Os representantes dos bairros denunciaram a violência praticada por policiais e funcionários da Superintendência de Planejamento (SURPLAN) nas ações de despejo, e prisões de padres e “moradores”. Já o ex-prefeito se defendeu afirmando que na administração dele o programa PROMORAR servia para beneficiar a população ao contrário do ocorrido relatado no debate. Segundo Helena de Barros Heluy, que foi coordenadora e organizadora do debate, aquele “foi o momento assim em que o povo começou a falar mesmo, dentro ainda da ditadura, trazendo os seus problemas”⁷⁷.



Ilustração 18 – Encontro de Entidades
Fonte: Jornal de Hoje 13/01/1989

⁷⁷ (Helena Barros Heluy, entrevista realizada em 30/03/2010).

Já em 1989, há registros de que o MDFP-MA promoveu um encontro com as entidades das áreas de ocupação de São Luís visando elaborar uma proposta comum a ser encaminhada aos governos municipal e estadual. No recorte de jornal acima é possível visualizar a chamada da manchete e ao lado da imagem de uma ponte em meio às palafitas. Tal encontro já representa uma tentativa de diálogo com o poder público, através da elaboração de um documento relatando os principais problemas detectados em 14 áreas cadastradas no MDPF. Do mesmo modo, elabora críticas ao programa federal “Fala Favela” que, segundo os militantes, não passou de uma “enganação”.

Acompanhando cronologicamente, é possível perceber que tais encontros apresentam diferentes níveis de importância se pensados numa perspectiva de processo de institucionalização de um movimento por moradia, pois, observando algumas lideranças do MDFP-MA, como a de Maria José Serrão, por exemplo, notou-se que parece haver diferentes fases que começam com encontros de formação de jovens católicos e culminam em encontros de militantes de nível nacional e na elaboração de documentos. Dessa forma, conclui-se que do processo de socialização de códigos e habilidades esses encontros significaram, entre outras coisas, uma forte influência no *capital militante dos* agentes, que construíram, através de suas relações, um movimento de reivindicação popular.

Uma vez que esses encontros fortaleciam os agentes (politicamente, intelectualmente) que faziam o movimento e aglutinavam entidades fortes como a igreja (em seus setores mais progressistas) e movimentos de nível nacional, as lideranças locais também ganhavam força para reivindicar frente às instituições públicas. Tais encontros significaram também grandes avanços, no sentido de constituição de uma identidade coletiva, formada através do processo de socialização de códigos e, conseqüentemente, a união de forças contra oponentes mais poderosos.

A formação desenvolvida através da heterogeneidade evidencia que, analiticamente, é bem mais fácil falar sobre o movimento de reivindicação por moradia em termos de *coalizão* (TARROW, 2009), já que a força mobilizadora do movimento também advinha de outros espaços com capacidade de recrutamento, tais como a igreja, a imprensa escrita e as associações. Por conta do grande poder de comunicação dessas instituições, e até mesmo por terem sido parte da estrutura fundamental, era de se esperar a inserção cada vez

maior de pessoas cujos laços com os ocupantes não fundamentavam-se no fato de pertencerem a comunidade ou ter características sociais semelhantes.

Uma questão é que a complexificação dos encontros também foi acompanhada de um número cada vez maior de participantes, como foi possível notar. Foram desde reuniões de grupos de jovens até reuniões com participação de dirigentes de outros estados. Sobre as diversas perspectivas que essas sociabilidades podem adquirir, Tarrow explica:

Associações primárias e contatos face a face geram solidariedade para os movimentos sociais entre pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras. Mas imprensa, associação e campanhas de coalizão constroem estruturas conectivas entre um número maior de pessoas e possibilitam a difusão dos movimentos para novos públicos. Permitem, assim, a formação de coalizões sociais frouxas, freqüentemente contingentes, lidando com questões afins ou paralelas e originando ciclos maiores de movimento. (TARROW, 2009, p. 78)

A citação chama a atenção para a complexificação do movimento social através de estruturas conectivas capazes de projetar os movimentos sociais para outras esferas. Pelo observado nos relatórios, percebe-se que “os encontros” desde os mais locais até os de nível nacional, cumpriram a função de difusão e definição do movimento, gerando reuniões de 15 até 600 participantes e contribuindo para a formulação de uma linguagem militante cada vez mais especializada.⁷⁸

O aumento de participantes e o foco na reivindicação por moradia evidenciam que esses encontros eram capazes de produzir estruturas conectivas definidas em relação aos objetivos comuns almejados pelos diferentes agentes e também por um tipo de solidariedade que atribuiu importância de cada agente em relação aos outros, fornecendo unidade e força ao movimento.

Além das *estruturas conectivas* (TARROWS, 2009) como associações e panfletos, que contribuíam para o aumento de participantes nos encontros, por meio da divulgação e convocação de participantes, deve-se considerar a influência dos conflitos no número de participantes⁷⁹, pois nos períodos “calmos” a participação local não passava de 6 pessoas, enquanto nos períodos de conflito ultrapassava 50 participantes. Para exemplificar a

⁷⁸ O historiador E.P Thompson (1987) ao analisar a Sociedade Londrina de Correspondência deparou-se com uma situação em que tal organização iniciada com 9 membros, apresentavam-se com 2.000 ao longo de 1 quinzena de existência. Para dar conta do perfil heterogêneo de tantos membros, essa organização funcionou como *ponto de junção* na medida em que uniu várias agitações em um movimento comum.

⁷⁹ Cf. página 105

relação entre reuniões e conflitos, basta tomar a reunião ocorrida em 28.05.1982, da qual se extraiu a seguinte informação:

Esta reunião aconteceu **no dia da derrubada** de todas as casas da área denominada “invasão”. Assim, **é que contou com a presença de vários grupos representantes da cidade, além dos moradores prejudicados.** (...)

Foi ainda nesta ocasião lançada a proposta da Comissão Justiça e Paz por Amílcar, desta entidade de fornecer através de seu quadro jurídico a opção para que os prejudicados acionassem o poder judiciário, através de uma Ação de manutenção de posse e ao mesmo tempo com uma representação criminal contra a secretária de Segurança Pública do Estado pela prisão ilegal dos moradores e dos padres, o que foi aceito pelos demais. Outra proposta que foi lançada, esta por um morador, foi de reconstruírem as casas: “o negócio é esse cair e levantar” (ARQUIVO PESSOAL DE EX- MEMBRO DO MDFP-MA)

Do primeiro trecho têm-se dois pontos importantes: primeiramente, a reunião ocorreu no mesmo dia do conflito; o segundo ponto é que, o número de participantes foi variado e não contou apenas com pessoas do próprio bairro. Tais indícios sugerem que as reuniões, entre outras coisas, podem ser pensadas enquanto reação ou resposta às ações realizadas no sentido de expulsar “os moradores” dos locais onde viviam.

Percebe-se inicialmente um cuidado com a utilização do termo “invasão”, registrado entre aspas, o que indica, no mínimo, uma apropriação diferenciada do termo, que também era utilizado por representantes de imobiliárias e “donos” que reivindicavam terras por meio de escrituras ou documentos antigos. Percebeu-se que dois tipos de propostas sinalizam fortemente a relação entre forma de atuação e perfil social. Por exemplo tem-se uma proposta especializada da CJP, que indica o fornecimento de recursos jurídicos para reivindicar “direitos” por meio da “Ação de manutenção de posse e ao mesmo tempo com uma representação criminal contra a Secretaria de Segurança Pública do Estado pela prisão ilegal dos moradores e dos padres”. Na mesma situação, tem-se outra proposta de resistência por meio da reconstrução das “casas”. Essa proposta do morador demonstra que a ideia de “casa” caracteriza aquele espaço geográfico de maneira diferente do PROMORAR, que caracterizava essa mesma área afetada enquanto área de palafitas. Difere da ideia jurídica de moradia, associada aos direitos sociais, humanos e também da ideia de moradores Palafitados da Liberdade, registrada no próprio nome da associação de moradores daquele bairro.

Embora, essas reuniões buscassem soluções coletivas, não se pode negar que as situações de conflitos estimulavam as motivações individuais daqueles diretamente afetados pelas ações de despejo. Tal situação acarretava um aumento no número de participantes nos

encontros e reuniões, favorecendo assim um maior número de interesses e maior diferenciação de opiniões quanto à forma de ação, reivindicação e estabelecimento de alianças.

Se os conflitos geravam aumento no número de membros presentes nas reuniões de bairro, a condição econômica dos participantes apresentou-se como principal justificativa para o esvaziamento das reuniões que ocorriam rotineiramente, independentes da situação de conflito. Em uma reunião realizada no dia 2 de junho de 1982 na Associação dos Moradores Palafitados da Liberdade tem-se o seguinte registro:

A reunião foi iniciada com o questionamento sobre a presença dos outros moradores, já que a frequência está cada vez mais decaindo, os moradores tentaram justificar esta constatação:

- Claudiomor: “Acho que é problema financeiro, todo mundo tem que procurar o seu pirão.”(isto porque as reuniões estavam acontecendo sempre no horário da tarde)

Ma Vieira: “Eu to ainda com o mesmo pensamento de lutar até vencer.”

S.Raiumndo: colocou que a sua esposa perdeu o serviço por causa das faltas, mas que ele agora arrumou um trabalho de vigia no bairro do Tirirical no horário da noite, mas que ele, como membro da comissão, tem faltado, no entanto está pronto para acatar com as decisões dos demais companheiros.

Como observa-se nas palavras de pessoas que viviam no bairro da Liberdade, o trabalho, a incompatibilidade de horários e as condições financeiras caracterizavam um motivo para o esvaziamento das reuniões que ocorriam no período vespertino. As condições necessárias para a participação podem ser interpretadas, assim, como uma forma de elemento diferenciador entre os “moradores” e sua inserção em diferentes modalidades de intervenção. Nesse sentido, percebeu-se que a noção de *contestação* é pertinente a todos daquele bairro, já as noções de *militantismo* e *engajamento* (REIS, 2008, p.109-110) são limitadas aos portavozes locais.

Em relação aos períodos em que as reuniões ocorriam, haviam as rotineiras, uma vez por semana, e que contavam com um baixo número de participantes e não estavam imediatamente influenciadas pelas situações dos conflitos; existiam também as reuniões que podem ser interpretadas como um tipo de resposta ou reação mais diretamente relacionada ao conflitos, cujo número de participantes eram maior. Os encontros e reuniões caracterizaram um tipo de repertório importante em pelo menos seis pontos: contestação contra oponentes mais fortes, formação de identidades coletivas, compartilhamento de códigos, articulação entre agentes de diferentes domínios, visibilidade de problemas sociais existentes e institucionalização de uma “causa”.

A complexidade e tamanho dos encontros dependeram fundamentalmente da existência de *estruturas conectivas e de mobilização* (como associações, panfletos etc.) entre os agentes. Dependeu também de fatores como as características sociais e econômicas dos participantes e também da existência ou não das situações de conflito. A seguir, Será abordado esse último fato, buscando entendê-lo também enquanto momento oportuno para a mobilização de outros repertórios de ação coletiva.

3.2. OS CONFLITOS E ATIVAÇÃO DOS REPERTÓRIOS

Por mais que pudessem existir especificidades no caso de cada área e heterogeneidade entre agentes militantes de uma mesma causa, existiu um elemento comum em todos os casos, não só de São Luís ou do Maranhão, mas também em outros estados. Trata-se das situações de violência, percebidas em várias denúncias publicizadas na imprensa local e também nos debates promovidos por Associações e Comissões nas quais os militantes faziam parte.



Ilustrações 19 e 20 – Violência em ação de despejo
Fonte: Estado do Maranhão 13/12/1978 e 26/12/77



Ilustração 21 – Conflito no São Bernardo
Fonte: O Imparcial 30/07/81

As manchetes acima demonstram, em três pontos da cidade situações de conflito pela propriedade dos terrenos. Nas matérias do jornal “O Estado do Maranhão” a ênfase dada as “famílias”, tanto na escrita quanto nas imagens, indica claramente o posicionamento da reportagem enquanto meio de denúncia. No entanto, não se pode desconsiderar que, no plano da política estadual, nesse período, havia uma disputa acirrada entre dois grupos políticos; um ligado ao então governador, Osvaldo da Costa Nunes Freire com o apoio do ex-senador Vitorino Freire, e outro do então senador José Sarney. (MEIRELES, 2001). Em termos municipais tem-se um contexto em que o prefeito Lerenio Nunes Freire Neto⁸⁰ havia sido indicado pelo governador Osvaldo da Costa Nunes Freire. Nesse sentido, não se pode ignorar que as denúncias do “O Estado do Maranhão” possuíam também repercussões políticas, já que demonstravam fragilidades do governo liderado pelo grupo oposto ao do proprietário do jornal.

Tempos mais tarde, no “O Imparcial” há uma menção à presença de presidiários, contudo a reportagem afirma que se tratava de uma informação não confirmada. Há uma denúncia forte a utilização da violência e também é registrada a presença de padres. Segundo o texto:

A operação (...) começou às nove horas com a demolição dos casebres , com garantia dos policiais, fortemente armados de fuzis e metralhadores. Como houve reação dos ocupantes da área a operação passou a ser feita com maior violência e dezenas de casebres de palha passaram a ser incendiados, causando pavor e revolta dos posseiros. Alguns religiosos estiveram presentes à demolição, mas nada conseguiram fazer para impedir a destruição. Os moradores ficaram com os objetos no meio da área livre e à tarde, dentro de um caminhão, se deslocaram para a prefeitura sem contudo nada conseguir
(O Imparcial 30/07/81)

Além de descrever a situação e fornecer uma ideia de como ocorriam as situações de violência, ao final da reportagem, foi inserida a figura do prefeito em relação à busca de soluções para o fato ocorrido, o que não deixa de sinalizar uma crítica ao então prefeito Roberto de Pádua Macieira⁸¹, ressaltando a imobilidade do mesmo perante o conflito entre “moradores” e policiais.

⁸⁰ Foi prefeito de São Luís entre 13/09/1979 e 14/03/1979.

⁸¹ Vale esclarecer que esse prefeito era o irmão mais novo de Marly Sarney, esposa do então senador José Sarney, que não por acaso era dono do jornal “O Estado do Maranhão” principal concorrente do “O Imparcial” Roberto de Pádua Macieira foi prefeito de São Luís entre 1980 e 1983. Período caracterizado pela implementação do PROMORAR, que era apoiado por esse prefeito, e também por um programa municipal chamado CURA- Comunidade Urbanas de Recuperação Acelerada que segundo os entrevistados não teve muita expressão. Ainda em termos de políticas urbanas tem-se nesse período a conclusão da ponte Bandeira Tribuzzi e a Instalação do Distrito Industrial. Entre outras coisas ele,

Independente dos usos políticos dessas fontes tem-se a certeza de que a violência era traço comum. Tal situação será considerada a partir da ênfase sobre as ações de resistência desenvolvidas pelos agentes engajados, pretendendo-se assim analisar os repertórios de atuação.

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreram sete situações de conflito por terrenos urbanos na capital. Foram situações em que houve a atuação de organizações como a Associação Saúde da Periferia (ASP), Comissão Justiça e Paz (CJP), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Caritas e os CEBs, atuando junto às associações dos bairros afetados. Notou-se também a inserção de organizações de caráter sindical e estudantil como a Associação dos Professores Universitários do Maranhão (APRUMA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), e também a presença de políticos. De modo geral, todas essas organizações compunham um tipo de rede de solidariedade.

Se for pensado um *enquadramento interpretativo* (TARROW, 2009) em relação às organizações citadas, têm-se, no sentido oposto, os policiais militares, guardas particulares conhecidos como jagunços, funcionários de empresas em fase de implementação, como foi o caso da AMZA, funcionários da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) associados ao programa PROMORAR, já que este só se realizaria com o deslocamento de famílias – e funcionários da Superintendência de Planejamento (SURPLAN), que era uma secretaria responsável pela urbanização e planejamento da cidade.

Na disputa entre as partes, os principais repertórios ativados pelos agentes defensores dos “moradores” das áreas disputadas constituem-se, principalmente, de denúncias na imprensa escrita, organização de vigílias e utilização de símbolos nacionais, reivindicação por canais institucionais, cartas direcionadas às autoridades, passeatas, reuniões e elaboração de abaixo assinados. Todas essas ações objetivavam sempre a permanência dos “moradores” nas áreas disputadas, e também a implementação de serviços urbanos básicos. No quadro 7 (p.157) é possível visualizar algumas das principais características dessas situações de conflito.

Embora a “violência” possa ser considerada uma traço forte denunciado na imprensa escrita da época⁸², essa não deve ser tomada como valor moral e independente da

⁸² Militares Despejam Invasores. Criança morre em ação violenta. (O Imparcial, 14/10/ 1987)
Polícia prende Padres e Acaba com Palafitas (Jornal de Hoje, 29/05/1982)
DOPS Armada expulsa e agride posseiros (Folha do Maranhão, 28/05/1982)
Cenas de Violência nos despejos de dezembro (Estado do Maranhão, 31/01/79)

forma como se estrutura o movimento. Em vez de enxergar a violência como valor moral, associada à defesa do discurso de Direitos Humanos e Civis proclamados pelos militantes, é preferível aqui interpretá-la como um elemento que dá sentido ao movimento e à união de todos em torno de um único objetivo, sendo possível dizer que o movimento de reivindicação por moradia também se caracteriza pela oposição à violência manifestada por agentes do estado, já que, muitos dos colaboradores, como já percebido nas ações do arcebispo local, erguiam a bandeira dos direitos civis e humanos.⁸³

Sobre essa forma de abordar a “violência” caracterizada nas situações de despejo, seguimos a orientação de Neiburg (2001), quando critica a forma normativa de perceber fenômenos sociais violentos, ou melhor, enfatiza a necessidade de compreensão sociologicamente positiva da violência política, a fim de descartar interpretações pautadas em polaridades e antagonismos morais. Esse autor indica que a percepção normativa é relacionada a determinadas teorias naciocêntricas da cultura e da sociedade, que trazem em seu bojo uma ideia de homogeneidade, equilíbrio de limites bem estabelecidos e de boa sociedade.

Pode-se dizer que a lógica das teorias *naciocêntricas* foi um elemento que permeou o discurso militante a respeito da violência e possibilitou uma plataforma para outro tipo de disputa que ocorria na imprensa local, por meio de um tipo de repertório caracterizado nas denúncias feitas na imprensa jornalística, ou pelo recolhimento de relatos onde fossem verificadas situações dramáticas de violência, como será possível verificar na ilustração 22:

⁸³ Sobre a forma naturalizada de perceber fenômenos sociais violentos Neiburg (2001) percebe a palavra violência é carregada de conteúdos negativos. Na linguagem ordinária, jornalística ou jurídica, a qualificação de um ato como violento comporta uma condenação,

DEPOIMENTO DE UMA MORADORA

A gente tava em casa, por volta de 5 horas da manhã veio uma porção de soldados, aí eles ficaram em pé na ladeira, não deixando ninguém passar para ir ao serviço. Eles chegaram em casa e disseram: "Olha moça, faça o favor de retirar suas coisas que a gente vai meter a máquina". Aí mamãe disse assim: "Pelo amor de Deus deixe ao menos eu tirar minhas coisas". Eles responderam: "Não! A gente não tem tempo a perder", ela disse de novo - pelo amor de Deus não façam isso, eles responderam, vá chamar seu Josafá seu Maneco (presidente e vice da união dos moradores do bairro) e XXXX Brito (vereador sem partido) que foram eles quem mandaram vocês construírem casas, que agora eles venham impedir. Depois dessa conversa os soldados começaram a derrubar a casa, como dona Analéia ainda tentou tirar alguma coisa de dentro os soldados começaram a discutir com ela, caindo ainda um pedaço de telha em sua perna, ferindo-a.

Dona Analéia está grávida de 5 meses, com a discussão com os soldados, - chegando a ser ameaçada com metralhadoras, ela não resistiu e desmaiou, sendo levada por populares ao hospital.

Depois que mamãe desmaiou e foi levada ao hospital, chegou a notícia aqui no bairro que ela tinha morrido, com isso todos nós começamos a chorar e eu não aguentei e desmaiei, onde fui levada ao hospital pelo vigário daqui do bairro.

Com a destruição da casa de mamãe nós não tivemos tempo de tirar nada de dentro, porque o trator derrubou a casa por cima das nossas coisas.

São Luís, 28 de setembro de 1980

Ielanda do Socorro Campos
Ielanda do Socorro Campos - 13 anos

PS. - Durante o depoimento da menina Ielanda, tivemos que sintetizar algumas partes, mas a maior parte do depoimento são palavras textuais da mesma

Ilustração 22 -Depoimento sobre despejo Fonte:Comissão Justiça e Paz, 1980

Esse depoimento, recolhido por membros da Comissão Justiça e Paz junto à uma criança de 13 anos que teve a casa destruída e a mãe morta durante uma ação de despejo ocorrida no Sá Viana, pode ser entendido como um tipo de repertório na medida em que promove o ataque às instituições envolvidas no despejo, por meio de uma série de valores morais relacionados a uma concepção de infância, maternidade e feminilidade violadas por meio da violência, também sensibiliza pessoas e congrega novos militantes simpatizantes com os direitos humanos, proteção da instituição familiar e dos direitos sociais.

Excluindo o valor normativo e naciocêntrico da "violência", percebe-se que as situações em que ela ocorreu contribuíram para o delineamento e desenvolvimento do movimento de reivindicação por moradia, insuflando cada vez mais a produção social de uma necessidade de discussão jurídica sobre direitos os associando a "luta por moradia" à "luta contra repressão" e, ainda mais, por direitos humanos. Se a ausência de habitação e condições

de existência já podiam ser consideradas violações de direitos, a violência policial identificava ainda mais a questão da moradia com uma discussão mais ampla e que estava em pauta no setores considerados mais progressistas à época.

Entendendo a “violência” como utilização da força física na regulação das relações sociais e por violência política aquela realizada em situações públicas (NEIBURG, 2001), pode-se focalizar as relações sociais existentes em situações de conflito. Nesse sentido, convém ressaltar os estudos realizados por Georg Simmel (1983) quando analisa a *natureza sociológica do conflito* e percebe que o conflito modifica ou produz fenômenos sociais como grupos de interesses, uniões, organizações. Segundo esse autor:

O conflito pode não só elevar à concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. (SIMMEL, 1983, p.157)

Em concordância com esse raciocínio, constatou-se que as situações de conflito tiveram importância na aglutinação de agentes e na formação de associações, como foi o caso da associação de moradores e Palafitados do Bairro da Liberdade, que teve seu surgimento relacionado ao conflito existente entre famílias alocadas na área e as ações de despejo promovidas pela prefeitura, em favor da implementação do programa PROMORAR. Em outras palavras, é um elemento importante para entender a união entre padres, advogados, políticos, líderes sindicais, professores e outros, na atuação conjunta contra um oponente comum.

Considerando a bibliografia da antropologia urbana, tais situações poderiam ser entendidas também enquanto *evento mobilizador*⁸⁴ (Santos, 1981, p.219) que, grosso modo, significa um momento oportuno para a inserção de diferentes agentes externos nas situações conflituosas, favorecendo a complexificação do fenômeno social analisado.

Motivados por valores morais, profissionais, ideológicos ou políticos, diferentes agentes vinculados à igreja, ao direito, ao pensamento marxista ou à política clandestina do PC do B entraram no “jogo” apoiando as pessoas de “condição modesta”, na disputa. Definindo um ponto de vista sobre a violência, construíam uma importante estrutura conectiva entre os diferentes agentes cujo propósito comum era combatê-la durante as situações de desapropriação de terrenos (conhecidas também como derrubadas).

⁸⁴ Cf. página 40.

Num mapeamento realizado na hemeroteca do Arquivo Público do Estado do Maranhão e junto à sede de um jornal local, foram identificados e agrupados os eventos de “derrubadas” em sete momentos principais (ver quadro 7 p. 126) ocorridos entre 1977 e 1982. Entre as entidades envolvidas nas ações de resistência frente às “derrubadas” nas áreas da Floresta, São Bernardo, Anjo da Guarda, Coroadinho, São Francisco, Sá Viana e João de Deus, estavam todas aquelas, já citadas, vinculadas à Arquidiocese de São Luís, às uniões de associações locais, organizações estudantis e parlamentares.

Quadro 7 - Mapeamento dos Principais Confrontos

Confronto	São Francisco	Sá Viana	João de Deus	São Bernardo	Floresta	Areinha/Coroadinho	Anjo da Guarda
Período	1977- 1982	1980- 1981	1980	1981	1982	1977- /1979	1981
Entidades de Contestação e Resistência	MDF	DCE. CJP CEBs União de Moradores, APRUMA	Caritas	Caritas, políticos, CEBs	CJP, ASP, UFMA, MDF, CEBs	CEBs	SMDH, CEBs. FASE Partidários PC do B
Entidades de Coerção	SURPLAN. Juíz, policiais militares	Funcionários da UFMA, policiais	Policiais, jagunços	Policiais. Jagunços	SURPLAN. Implementação do PROMORAR	SURPLAN. Jagunços	SURPLAN, Funcionários da AMZA
Repertórios (ações)	Denúncia na imprensa	Denúncia na imprensa. Organização de Vigília e utilização de símbolos nacionais Reivindicação por meios institucionais	Denúncia na imprensa Reivindicação por meios institucionais	Denúncia na imprensa Reivindicação por meios institucionais	Passeata, reuniões, Denúncia na imprensa. Encontros Nacionais Reivindicação por meios institucionais	Denúncia na imprensa, abaixo assinado	Reuniões, Denúncia na imprensa
Propósito Comum	Permanência no local	Permanência no local	Permanência no local	Permanência no local	Permanência no local e implementação de serviços públicos	Permanência no local	Permanência no local
Mobilização (recursos ativados)	Assessoria do MDF	Assessoria jurídica, política projetos e extensão universitária,	Assessoria do MDF	Assessoria do MDF	Assessoria jurídica, Política	Assessoria Política de vereadores	Assessoria jurídica,

A violência policial recriminada pelos princípios cristãos, pelo Código civil, pela Constituição Federal e pelos Direitos Universais do Homem pode ser interpretada como elemento de conexão entre diferentes agentes que eram motivados por questões de domínios sociais específicos, pois haviam militantes oriundos de movimentos políticos, como MDB jovem, que recriminavam a violência enquanto reflexo do autoritarismo político, estudantes de direito que criticavam a arbitrariedade da polícia e padres apoiados nos princípios cristãos e no “direitos humanos”⁸⁵.

Nesse contexto, a “violência” foi determinante quando contribuiu para que todos esses segmentos atuassem num “propósito comum” e definindo assim uma “bandeira de luta” capaz de aglutinar diferentes agentes. Pode-se dizer então que um estudo sobre a violência presente nas situações de expropriação é importante na medida em que ajuda a compreender a organização da pessoas que sofriam essas ações, ou seja, como a ação violenta estimulava a ativação dos repertórios, a mobilização de recursos e modalidades de ação.

É importante destacar que, como indicado no quadro, os repertórios de atuação sinalizavam a diversidade nas inserções. São identificadas vigílias e orações onde havia a presença maior de padres da ASP e CPT, denúncias através de jornais e panfletos produzidos por jornalistas da SMDH e CPT, mandados de segurança, elaboração de documentos e defesa de direitos realizados, por advogados da CJP e Caritas, a utilização de símbolos como a bandeira nacional, peças religiosas e até mesmo armas como facões e espingardas, por parte dos populares. Nas imagens abaixo é possível perceber (à esquerda) manifestantes do Bairro do São Bernardo com as bandeiras do Brasil e Maranhão. Na mesma manifestação tem-se, na segunda imagem, o destaque para um popular segurando um facão, instrumento bastante associado às atividades agrícolas, principalmente a colheita.

⁸⁵ Segundo o informe 0323 de 10 de agosto de 1977 da Assessoria de Segurança e Informações. Em 5 de agosto do mesmo ano houve no Seminário Santo Antonio, conhecido como centro de formação de líderes, uma conferencia cujo tema era a Igreja na promoção dos Direitos Humanos ministrada pelo bispo Dom Candido Padin da cidade de Bauru -SP



Ilustração 23 – utilização de Bandeiras
Fonte: O Imparcial 23/10/1981



Ilustração 24 - Utilização de Facões
Fonte: Imparcial 31/10/1981

Além desse repertório no São Bernardo é importante salientar que nosso estudo aponta para o fato de que esse tipo de ação não ocorria apenas nesse bairro, sendo comum em outras partes da ilha a obtenção de registros de atitudes semelhantes com relação à utilização de símbolos nacionais ou relacionados às origens da população. Nesse sentido, convém destacar que no bairro do Sá Viana⁸⁶, localizado, praticamente, no outro lado da ilha, percebeu-se modos semelhantes de atuação frente às investidas de desapropriação feitas pela Universidade Federal do Maranhão. Tal semelhança na forma da ação confirma a importância da socialização de experiências desenvolvidas nas reuniões entre associações (como pode ser observado na pág. 108).

O hasteamento de bandeiras significa, no mínimo, uma ação politizada, na qual pode-se interpretar sinais de reivindicação de pessoas que também se colocam enquanto integrantes da pátria e do estado, ou seja, pode ser entendida como uma reivindicação pautada no direito, o que não seria algo estranho à época, já que essas populações contavam com a assistência jurídica proveniente das CEBs. Assim, convém expor que, nas situações de expropriação de terrenos, também era comum a presença de agentes de organizações católicas progressistas vinculadas à Arquidiocese e/ ou partidos de esquerda, como é possível notar no trecho a seguir

⁸⁶ Sá Viana: povo faz vigília e hasteia Bandeira Nacional. O Imparcial 24/04/1980

Foi realizada às 7:00hs do dia 28.05.82, a derrubada de casebres na invasão “floresta” por funcionários da Secretária de Urbanismo e Planejamento (SURPLAN). À frente dos invasores estavam o Dep. Haroldo Pires de Sabóia, líder do PMDB, os Padres Xavier, Gilles de Mapeau D’Ábicioss, presidente da Comissão Justiça e Paz, Bráulio Aires, Jaldemir Vitorio, Antonio Barenio e uma advogada não identificada por este OI. Por ocasião da derrubada foram detidos pela polícia militar os padres acima citados, por orientarem os invasores a não saírem de suas casas.

A citação demonstra um pouco do suporte fornecido às ações dos “moradores”. Nota-se a presença de padres franceses, do presidente da Comissão Justiça e Paz e do deputado estadual Haroldo Sabóia, agentes presentes não apenas na organização e participação de encontros, mas também no cerne da violência, ou seja, em meio às ações da polícia e dos tratores na execução das expropriações no bairro da Floresta⁸⁷ - vizinho ao bairro da Liberdade. Analisando essa mesma situação através da reportagem intitulada “Polícia Desrespeita Governo” o repórter Ademar Cavalcanti narra que:

Ao presenciar o padre Xavier, presidente da comissão Justiça e Paz, ser agredido e preso por policiais militares no bairro da floresta, o repórter Ademar Cavalcanti exclamou pateticamente: “ontem as 20 horas, o chefe do gabinete do governador, Dr. Muniz, garantiu que a polícia militar ou agentes da secretaria de segurança só participariam da demolição de casebres ou despachos de terrenos se fossem solicitados pela justiça. Essa declaração do jornal saiu espontaneamente quando presenciou o padre Xavier ser preso e agredido por um oficial que não usava crachá e saiu empurrando o sacerdote como se ele fosse o mais perigoso marginal (...) **Enquanto os padres cantavam, hinos e rezavam para aliviar a dor das famílias que viam cerca de 300 soldados protegerem a destruição de seus casebres, os oficiais da polícia militar prendiam grosseiramente os padres Bráulio, Vitorio, Baroni e Xavier e os jogavam em infectos camburões sob a mira de metralhadoras e fuzis. Mas também não foram somente os padres as vítimas da polícia militar.** Várias senhoras foram arrastadas pelos policiais militares e lançadas também nos camburões.. Os quatro padres foram recambiados para o DOPS e depois levados à presença do coordenador geral de segurança CEL. Neon Pereira, que procurou, de maneira gentil, justificar a violenta ação policial. (JORNAL PEQUENO, 28/05/82, grifos meus)

O repórter da citação se referiu à declaração feita pelo governador, que um dia antes do ocorrido havia declarado que “os órgãos de segurança do Estado só despejarão os moradores da Floresta se forem requisitados pela justiça e nunca cumprindo ordens de quem quer que seja⁸⁸”. Além da ação do repórter frente às agressões realizadas contra o padre Xavier, a própria chamada da reportagem se apresenta de forma estratégica, buscando

⁸⁷ Tais expropriações eram motivadas pela obtenção de terreno para a implementação do PROMORAR.

⁸⁸ “Ivar Proíbe a Polícia de Derrubar Casas no Maranhão” (Jornal Pequeno 27/05/82).

denunciar as ações policiais confrontando-as com a declaração do governador. Através do trecho é possível notar o caráter de denúncia, que possibilita caracterizar a imprensa escrita como um tipo de recurso mobilizável frente à violência desenvolvida nas ações de expropriação.

Hinos e rezas contra fuzis e metralhadoras, a oposição entre essas modalidades, ao mesmo tempo, pacíficas e violentas de ação, caracteriza dois extremos que para muitos pode representar o “espírito” da época de ditadura militar, de truculência policial e violação de direitos civis. Sobre essa discussão existe uma ampla produção voltada para os aspectos “anti- democráticos” do regime militar. Contudo o que interessa para o presente estudo é entender como essas estratégias de ação, dos militantes, se sustentaram firmemente diante do arsenal bélico dos policiais.

O engajamento e atuação dos “moradores” frente as tropas de policiais armados não deve ser compreendida apenas como um valor moral pautado no ideal democrático e de defesa do direitos humanos. Embora muitos estivessem imbuídos desses princípios, houve a necessidade de um suporte mais amplo para que isto pudesse ocorrer, para que resultasse na atuação de padres rezando, de pessoas hasteando bandeiras e fazendo frente a grupos de policiais bem armados.

Os padres contavam com o poder da instituição católica, que segundo Della Cava (1988) naquele contexto era a única que dispunha de uma rede e de quadros espalhados por toda a nação e um sistema de comunicação com capacidade integradora. Para o autor tratava-se de uma organização de escala mundial e por isso com forte influência na elaboração de audiências internacionais. Em outras palavras, isso significa que padres e bispos, nos momentos mais difíceis, poderiam contar com apoio de quadros (profissionais) pertencentes a essa instituição. Um exemplo disso pode ser verificado na situação da prisão dos padres Bráulio, Vitorio, Baroni e Xavier ocorrida na área da Floresta.

Atuando contra a prisão dos padres, percebemos a mobilização da CNBB, da imprensa escrita e do arcebispo de São Luís, Dom João José da Motta Albuquerque. Na reportagem intitulada “Igreja condena prisão de padres” esse arcebispo, juntamente com outros 16 padres condenaram, através de uma nota lida em todas as igrejas de São Luís, as ações violentas ocorridas no bairro da Floresta, a principalmente a prisão dos padres.



Ilustração 25- Posicionamento do Arcebispo do Maranhão
Fonte: O Imparcial 08/06/1982

Na reportagem (figura acima) o arcebispo reafirma a opção pelos pobres e expõe que por conta desta, a igreja local passou a ser alvo do mesmo “mecanismo repressor” que agia contra as famílias da área da Floresta. O arcebispo fez referência ao art. 153 da Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao Código Penal, para explicar a inviolabilidade de direitos concorrentes a vida e também os casos de detenção dos padres. Segundo um dos entrevistados⁸⁹, houve momentos em que Dom Motta compareceu à Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS para libertar membros da igreja. Os Advogados da Comissão Justiça e Paz e políticos de partidos clandestinos também forneciam suporte nessas situações de prisão, como será exemplificado adiante, uma situação em que a prisão de um dos coordenadores do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados mobilizou os advogados da CJP e políticos do PC do B.

Outra forma de resistência, frente às expropriações, era efetivada através de canais institucionais, por meio de documentos e denúncias enviadas às principais autoridades políticas e administrativas, como demonstra a carta de “abaixo assinado”⁹⁰ ou assinaturas a seguir.

⁸⁹ Entrevista com Padre Francisco das Chagas Pereira realizada em 03/03/2010, às 7h30, na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

⁹⁰ Segundo Briggs e Burke(2004) os usos políticos do letramento para pessoas comuns é uma prática que remonta o século XVI e XVII quando nas guerras camponesas na Alemanha ou no começo da Revolução Francesa, as rebeliões eram acompanhadas de queixas escritas

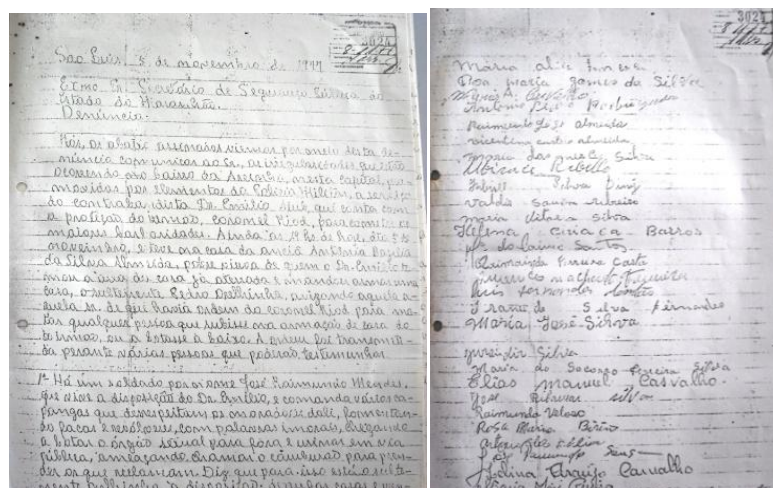


Ilustração 26- “Abaixo- assinado” de moradores da Areinha
Fonte: DOPS-MA

Tal forma de ação pode ser observada desde 1977, como se pode verificar nesse “abaixo- assinado” dos moradores do bairro da Areinha, a fim de denunciar as ações violentas de expropriação desenvolvidas por policiais em ações comandadas, segundo eles, pelos irmãos Emílio Ayoub Jorge e Riód Ayoub Jorge. Em reportagem intitulada “Grilagem Urbana de São Luís Repercute em Brasília” (Estado do Maranhão 05/11/1977) enfatizava-se que essa situação ganhava repercussão em Brasília

Nessa reportagem, era enfatizado o esforço do prefeito da época Ivar Saldanha⁹¹ no combate a “grilagem” promovida pelo advogado Emílio Ayoub Jorge e do Coronel da Polícia Militar Riód Ayoub Jorge. Ressaltava também o trabalho do presidente da Sociedade de Urbanismo e Melhoramento da Capital (SUCARP), Luís Augusto Cassas de Araújo, no apoio ao abaixo assinado dos moradores de Areinha.

Se no jornal, o louros, das denúncias e mobilização, caíam sobre Ivar Saldanha e Luís Augusto Cassas de Araújo, um inquérito policial⁹² demonstrou que o processo de mobilização local foi incitado por um vereador chamado Valdivino Diniz Castelo Branco. Esse vereador parecia ter exercido a intermediação entre os populares e a Secretaria de Segurança, prestando depoimentos nessa mesma instituição e levando o documento contendo

⁹¹ Embora Ivar Figueiredo Saldanha pertencesse ao mesmo grupo relacionado a Vitorino Freire e Osvaldo Nunes Freire, este político já havia sido prefeito duas vezes, deputado estadual e desligou-se da prefeitura (justamente nesse período da boa relação com “O Estado do Maranhão”) para candidatar-se mais uma vez na Assembléia Legislativa. Dessa forma esse mandato elogiado durou pouco mais de um ano, ocorrendo entre março de 1977 e agosto de 1978.

⁹² Inquérito policial instaurado por determinação do Exmo. CEL. Secretário de Segurança Pública, e pela portaria de nº 1059/77 e Protocolo nº 3024

denúncias e o “abaixo-assinado”. Segundo o Inquérito policial instaurado para apurar as denúncias, o vereador Valdivino Diniz Castelo Branco mantinha contato com alguns populares, pelos quais era solicitado para conseguir determinados benefícios, como liberdade de pessoas presas, orientação e entrega de documentos de denúncia.

A elaboração de documentos é um elemento de suma importância nesse tipo de reivindicação e traz consigo um registro de relações estabelecidas entre “moradores” e agentes especializados como advogados, assistentes sociais e políticos. Contudo, traz também uma disputa “externa” pelo processo de intermediação e conseqüentemente dos benefícios associados ao posto de intermediário.

Nos bairros do João de Deus, São Bernardo e Cidade Operária, esses tipos de intervenções obtiveram um importante êxito na permanência dos “moradores”. Entretanto, isso não poderia ser compreendido se não considerássemos a presença e atuação de um advogado militante da Caritas regional do Maranhão. Pode-se dizer que o êxito da reivindicação nesses bairros foi produto de um aprimoramento e execução do conhecimento jurídico e intervenção de Edimar Fernando Mendonça junto às associações locais.

Nascido na capital em 1954, em uma família cujo pai era comerciante, a mãe secretária executiva do jornal O Imparcial, as avós domésticas, o avô materno chacareiro e o paterno oficial da polícia militar, esse agente, aos 16 anos, já tinha contato com a literatura de Karl Marx, que, segundo ele, teria influenciado sua “visão de mundo” na época. Em 1975 ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e depois fez a transferência para a Universidade de Brasília (UNB), onde concluiu o curso em 1979.

O espaço acadêmico parece ter sido fundamental na sua formação política, uma vez que nele que teve contato com o Movimento Comunitário Cristão (MCC) que, segundo ele, foi preponderante para seu ingresso no MDB jovem de São Luís. Tal situação evidência uma grande aproximação entre as discussões religiosas e políticas, característica da época. Tais inserções não podem ser dissociadas de sua atuação frente à “reivindicação por moradia” muitas vezes associada à promoção e defesa da democracia.

É bom destacar que a esposa do entrevistado também participava do MDB, só que no estado de São Paulo, e também possuía o nível superior em Pedagogia, pontos que provavelmente podem ter sido favoráveis numa perspectiva de reprodução ideológica e de engajamento na política.

Em 1980, trabalhou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na Caritas, atuando junto a trabalhadores rurais com uma perspectiva de educação popular de Paulo Freire. Em 1981 teve contato com a questão fundiária urbana, especificamente em conflitos ocorridos nos bairros do João de Deus, São Bernardo, Japão e Cidade Operária.

3.3. A PRODUÇÃO DE PANFLETOS

Geralmente entende-se por panfleto, uma pequena produção impressa caracterizada por uma linguagem fácil e de grande impacto pela forma satírica como é desenvolvida. Tal produção fornece ideias sobre o tema debatido e quase sempre contradiz uma ideia dominante. O panfleto é um gênero historicamente circunscrito como, observa BRIGGS e BURKE (2004) quando percebem que desde os séculos XVI e XVII tais impressos instigavam uma consciência política popular, atraindo pessoas para o debate e reivindicação, ou seja, fornecem estruturas conectivas entre um número maior de pessoas e possibilitam a difusão dos movimentos para novos públicos (TARROW, 2009).

Segundo Tarrow (2009), tanto na Europa quanto na América, a expansão da alfabetização foi de grande importância para o surgimento da política popular. Sem essa habilidade dificilmente os insurgentes potenciais saberiam das ações dos outros com reivindicações semelhantes, isto significa que, de forma complementar aos encontros e às situações de conflito, os impressos cumpriram função informativa importante para a organização popular e definição de um *quadro interpretativo* que já vinha se constituindo com os repertórios já analisados. Essa definição entre o “nós” e o “eles” dentro da estrutura do conflito advém daquilo que Weber (1992) busca entender na imprensa, as relações de poder percebidas através de diferentes posicionamentos e visões de mundo.

Considerando essas características, observemos o panfleto que relata o momento de expropriação de terrenos na área da Floresta por conta da implementação do PROMORAR, situação em que houve a prisão de padres e populares acusados pelo DOPS–MA de orientar os populares a permanecerem nas casas.

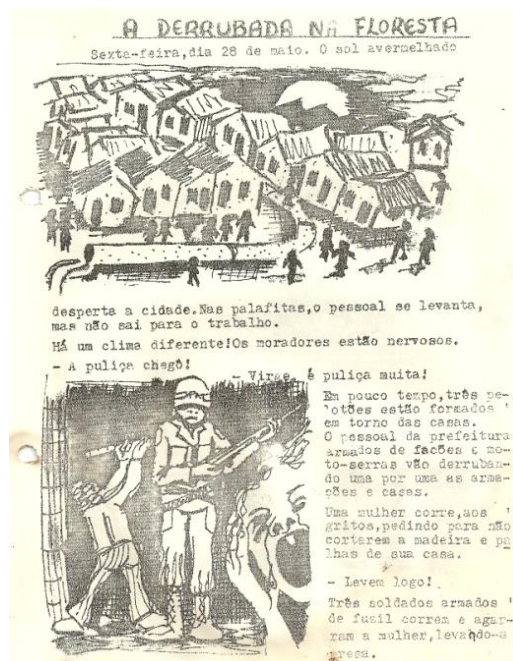


Ilustração 27- panfleto do MDFP-MA
Fonte: Arquivo pessoal de ex-membro do MDFP-MA

Nota-se, através da leitura do impresso, o diálogo direto com outros materiais produzidos sobre a mesma situação ocorrida. Esse documento ia contra a narração registrada na Delegacia de Ordem Política e Social, e parecia complementar a reportagem publicada no *Jornal Pequeno* (ambos referidos no tópico anterior) que, através da ênfase dada ao grande número de policiais, colocou em cheque a declaração do governador Ivar Saldanha sobre a atuação policial nos trabalhos de expropriação. Ao mesmo tempo, o impresso reforçava as palavras de ordem “Violência Não! Moradia Sim!” verbalizadas no encontro ocorrido no dia 31 de agosto de 1982 no auditório do Colégio Marista e, ao dar destaque à violência da situação, constituiu um tipo de *ponto de Junção ou estrutura conectiva* (THOMPSON, 1987, TARROW, 2009) capaz de aglutinar diferentes motivações e recursos em um propósito comum. De fato, essa produção impressa inseriu-se num conjunto de esforços a fim de fornecer maior visibilidade, exposição de ideias e ataque à situação ocorrida na área da Floresta.

Panfletos dessa natureza eram comuns em outros pontos da cidade, como por exemplo na Vila Padre Xavier ou no Sá Viana, locais onde também ocorreram situações de expropriação acompanhadas por forças policiais

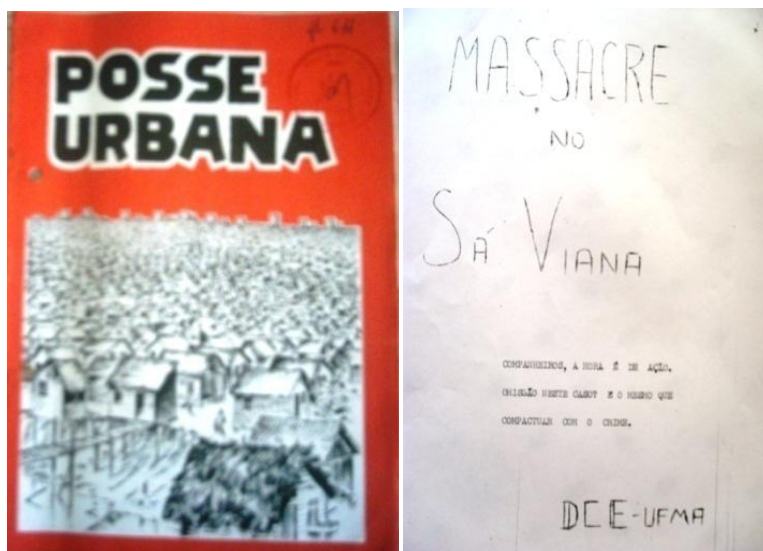


Ilustração 28 e 29 – Panfletos da FASE e DCE
Fonte: Pasta 97 Cód 7 . Debate Violência Não! Moradia Sim!
2º sec. informe 0150/SI/SSP/DOPS/MA/1982 e Arquivo da CJP

Com características narrativas bem semelhantes, esses impressos denunciavam a violência policial, enfatizavam o aspecto jurídico da terra enquanto direito e representam esforços que podem ser melhor entendidos de acordo com as situações reportadas, os agentes envolvidos e outras produções impressas já publicadas. No caso da ilustração (28 e 29) vale destacar que ambos demonstram a inserção de diferentes agentes na discussão sobre habitação, pois foram financiados por diferentes organizações, o primeiro pela FASE (1982) e o segundo pelo DCE (20/09/1980).

O primeiro faz referência à situação de embate entre “moradores” e a implementação do PROMORAR, na área que compreende os bairros da Floresta, liberdade Camboa. É importante notar que na ilustração referente ao primeiro panfleto tem-se o desenho de um grande número de casas rústicas, com telhados de palha, o que indica uma percepção da situação urbana desses bairros onde ocorriam os conflitos. De forma geral, eram enfatizados os aspectos mais frágeis da população local, o que não deixa de ser coerente. Contudo, é bom destacar que, as características desse documento estão inseridas num contexto de disputa, e que, essa ênfase dada aos aspectos mais frágeis era utilizada e objetivada em um tipo de ataque às autoridades locais, responsáveis pelos serviços urbanos.

O documento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão se detém sobre a desapropriação ocorrida no bairro do Sá Viana (localizado atrás da Universidade Federal do Maranhão) no dia 20 de setembro de 1980.

Analisando o documento verificou-se que esse pode ser interpretado através de alguns pontos principais: enfatizavam a violência policial, lançavam crítica ao governador e o papel da universidade, principalmente ao reitor José Maria de Cabral Marques, chamando-o de “reitor biônico” e fechando o texto (sobre o Sá Viana) com a frase “fora Cabral”.

O documento além de repudiar a violência policial com os “moradores” do Sá Viana e comunicar que o DCE estava funcionando como um serviço de coleta - de roupas, comida, dinheiro e materiais que seriam destinados às pessoas prejudicadas com o fato ocorrido, carregava também uma crítica política que não deve ser pensada fora do contexto de eleição dos delegados locais que participariam do congresso da União Nacional dos Estudantes e do período de avaliação do movimento estudantil do Maranhão. Essas intervenções traziam benefícios materiais, simbólicos, políticos, etc. para os “moradores” e também para os estudantes envolvidos. Embora a intervenção fosse externa aos muros da Universidade, a mesma provavelmente ocasionava repercussões na política estudantil dessa instituição.

No trabalho coletivo de produção de impressos, percebeu-se que estavam envolvidos estudantes, advogados, padres, professores universitários e jornalistas, já que as publicações eram realizadas através da estrutura fornecida, principalmente, pelas organizações vinculadas aos setores progressistas da igreja (FASE, CPT, CPT...). Dessa forma, os quadros de funcionários eram aproveitados, sendo comum observar alguns agentes⁹³, presentes nos encontros ou em conflitos, atuando através da prestação de assessoria de comunicação junto a essas organizações.

Ao observar os quadros de profissionais presentes nessas organizações é imprescindível destacarmos a atuação dos jornalistas, tanto por conta da habilidade com códigos referentes à comunicação acessível a um grande contingentes populacional, quanto, por imprimirem em seus impressos opiniões compartilhadas, posicionamentos políticos e outras características que evidenciam a relação entre o produtor do registro e o registro produzido, no contexto de militância.

⁹³ Alguns jornalistas como Luiz Pedro de Oliveira e Silva e Francisco Gonçalves da Conceição ilustram esse tipo de agente engajado em várias atividades, pois, atuavam respectivamente na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, na confecção do jornal campos- cidades e nas pastorais sociais com o jornal Novos Tempos e ao mesmo tempo foram observados em cursos, partidos políticos e, no caso do primeiro, em situações de conflito na Região do Anjo da Guarda.

Para esclarecer melhor estas relações, convém explicitar um pouco da experiência vivida por um jornalista militante do PC do B e engajado na SMDH que na época assessorava “moradores” do Anjo da Guarda, inclusive era conhecido do Padre Jean Marie Van Damme.

Luiz Pedro de Oliveira e Silva nasceu em fevereiro de 1956, na cidade de Juazeiro do Norte-Ceará. Nasceu em uma família cujo pai era policial militar reformado como coronel e técnico em contabilidade, e sua mãe professora do estado do Ceará e formada em Direito. O entrevistado destaca que o pai possuía uma liderança e foi presidente do clube dos oficiais diversas vezes e que seus avôs maternos eram médicos; avô paterno era ferroviário e a avó paterna dona de casa. Os avôs não possuíam nenhum tipo de engajamento.

A esposa é graduada em administração e já foi candidata a vereadora e prefeita na cidade de Pirapemas e os filhos engajados no movimento estudantil. Tal ambiente familiar, em geral, fornece incentivos para que o agente busque a aquisição de capitais culturais e políticos.

Estudou o ginásio no colégio Cearense e no Colégio Marista de Fortaleza e no Liceu do Ceará, local onde participou do movimento estudantil e de onde foi expulso. Conclui o ensino médio no colégio fundado pelo professor Solano Rodrigues, localizado no centro, atrás do Colégio Costa Rodrigues. Em 1973 ingressou no curso de jornalismo da UFMA.

Desde o tempo de estudos no colégio Cearense, esteve envolvido no grêmio do colégio e participou do Centro do Estudante Secundarista do Ceará (CESC) que era um tipo de entidade que congregava todos os estudantes secundaristas do Ceará. Em 1967, participou dos encontros que o CESC, realizados em cidades do interior do estado; o principal foi no município de Crato. Entre os anos de 67 a 71 se envolveu em movimento comunitário no bairro de Fortaleza, chamado Antonio Bezerra, onde fundou um jornalzinho chamado “O Mara” e tentou reativar grupos de jovens dessa área, onde passou a residir.

Tais situações evidenciam a importância do ambiente escolar no processo de politização do agente, e também sua primeira intervenção por meio da linguagem jornalística. Assim como nos casos do Juiz Fernando Mendonça e do Padre Jean Marie, Luiz Pedro de Oliveira também teve contato com as leituras marxistas como relata no trecho abaixo:

Eu lembro que tinha um livro chamado princípios fundamentais de filosofia que eram aulas dadas pelo George [Lukács], que criou um curso de Marxismo para o operariado Francês, que foi assim, uma coisa bem didática, bem elementar mesmo, mas que, vamos dizer assim, foi minha baseada minha leitura de minha introdução nesse mundo. (Luiz Pedro de oliveira e Silva, entrevista realizada em 15/03/2010)

Tais leituras influenciaram suas formas de atuação, seguindo essa orientação política e ideológica. Em dezembro 1978, ele esteve em um município do interior do Ceará chamado Aratuba, onde ministrou um curso, orientado pela pedagogia de Paulo Freire, para lavradores do referido município. Dessa ocasião, recorda do apoio dado pelos padres progressistas daquela região, padre Zé Maria em Aratuba, Padre Moacir Leite em Palmacea, que solicitavam esses cursos para que os lavradores fossem alfabetizados de uma forma mais “libertária”. Entre outras coisas, essas atuações não podem ser pensadas sem considerar o acúmulo de *capitais sociais e culturais* e de *notoriedade* associados às relações sociais que mantinha com membros da igreja, do movimento estudantil, às leituras marxistas e também às posições ocupadas ao longo desse período em que viveu no Ceará. A boa relação com os padres progressistas pode ser percebida não apenas pelas palavras desse entrevistado, mas também pelo próprio Jean Marie Van Damme que faz questão de citá-lo como militante engajado na “reivindicação por moradia”.

Em São Luís suas primeiras atividades políticas ocorreram no movimento estudantil na Universidade Federal do Maranhão, onde, já no curso de jornalismo, participou da primeira eleição do DCE. A escola e a Universidade caracterizam-se, então, como locais onde o agente obteve formação política, munida de códigos e habilidades como, por exemplo, fazer propostas, negociações, aliança, se posicionar diante do adversário, desempenhar o papel de intermediário.

Em 1978 finaliza o curso de jornalismo e ingressa no curso de direito que acabou ficando em segundo plano por conta de seu engajamento na candidatura Jackson Lago pra deputado Federal e Haroldo Sabóia pra deputado Estadual, político que Assessorou o presidente da Associação de Moradores Palafitados da Liberdade, Basílio Costa Durans, no momento de sua prisão na vila Gournet.

Nessa atuação política, o entrevistado elaborou jornal chamado “o rumo” que divulgava a campanha de Jackson Lago e que também refletia um pouco essa questão do movimento da moradia. Tal material congrega pelo menos dois tipos de intenções, uma de promoção política e outra de denúncia, podendo ser usufruído enquanto arma política, tanto pelos candidatos, quanto pelos moradores.

Entre 1979 e 1980 trabalhou na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, na produção de um jornal chamado Campos/Cidade. Através desse jornal fez contato com sindicatos de trabalhadores onde também prestava assessoria.

O acúmulo de capital cultural via diploma universitário, e de capital social, através dos contatos estabelecidos com pessoas, da política e dos setores progressistas, possibilitou uma atuação com imbricação profissional e política expressa na produção de jornais para várias situações, fosse em trabalhos de organização de grupos em Fortaleza, fosse na campanha de um “camarada de partido” ou de direitos humanos. É importante destacar também que, na trajetória desse agente, as fronteiras da política, da formação profissional e da militância não eram bem definidas, havendo uma série de motivações que se complementavam e só podem ser entendidas se consideradas todas as inserções do agente em diferentes espaços. Pode-se exemplificar tal situação através do trecho,

E ao mesmo tempo a gente fazia o nosso, vamos dizer assim, proselitismo político e chamava as pessoas para o PC do B e tal, a gente organizava muito essa questão do PC do B dentro dessas ocupações. Eu lembro que a gente tinha uma base formada na Vila Padre Xavier, Vila Padre Xavier não minto, se bem que na .. lá na Vera Cruz, um companheiro de lá e Santa Cruz. Companheiros inclusive operários tens uns que tão aí atuantes. (Luiz Pedro de Oliveira e Silva, entrevista realizada em 15/03/2010)

Além de expressar diferentes lógicas, que motivam a ação, tal relato fornece sentido ao posicionamento crítico do entrevistado quando relata a aproximação entre populares e políticos vinculados aos partidos, considerados de esquerda. Segundo ele,

Aí chegou um determinado momento em que houve uma profissionalização e (...) quem é que a gente pode colocar assim como símbolos disso aí, o Luizão da Vila Luizão, o Jairzinho, o vereador Jairzinho. Ai já era, vamos dizer assim, uma forma de (...) de que você já não tinha tanto aquela pressão, mas era uma pressão natural, que você vê hoje São Luís até hoje é uma questão muito séria. Mas aí o caras já faziam aquilo com objetivo político, não era ao movimento espontâneo em que você dava uma certa canalização. Já era o que (...) não vamos ocupar aquela terra lá, com objetivo, principalmente eleitoral, Então as ocupações deixaram de ser de esquerda e tal para ser de direita mesmo. (Luiz Pedro de oliveira e Silva, entrevista realizada em 15/03/2010).

Tais palavras evidenciam que as reivindicações por moradia também simbolizam uma *arena de disputas* onde eram estabelecidas relações de forças, cujas principais formas de ataque e posicionamentos podem ser entendidas com base na tendência política dos agentes envolvidos. Bem como na melhor utilização de uma linguagem pautada nos direitos humanos e em um discurso marxista que prega a consciência de classes.

Enfim, a trajetória desse agente pode nos demonstrar algumas possibilidades de usos sociais do conhecimento jornalístico e com isso pode significar a obtenção de

determinados trunfos pessoais e ao mesmo tempo contribui para o processo de institucionalização de uma causa.

A inserção via jornalismo, entre outros resultados, propiciou por meio da produção de panfletos e produtos jornalísticos a difusão de uma linguagem comum percebida nos pronunciamentos feitos nos encontros, nas ações promovidas pela Arquidiocese para combater a violência policial e promover direitos humanos, civis e constitucionais. Se as reuniões caracterizaram os locais de socialização de códigos, a produção jornalística caracterizou o registro, difusão e recrutamento de mais militantes. Tudo isso resulta de um processo de socialização mais amplo, com compartilhamento de códigos e habilidades, percebidos em estudos como possibilidade de acúmulo de capitais e produção de capital militante. (REIS, 2008; ALMEIDA E MORENO, 2009; SEIDL, 2009).

Nos panfletos esse processo ganhou forma escrita, fotográfica e caracterizou-se como *estrutura conectiva* e/ou *ponto de junção* eficiente entre diferentes agentes.



Ilustração 30 - Poema sobre o problema da Moradia
Fonte: Arquivo pessoal de ex-membro do MDFP-MA

No panfleto (acima) intitulado “Onde está a democracia?”, percebe-se uma utilização política do documento, através de trechos que narravam a violência policial, lançavam crítica ao governador Ivar Saldanha e à implementação da ALCOA. Para tanto utilizaram uma paródia da Canção do Exílio de Gonçalves Dias, acusando de antidemocrática a forma como os recursos naturais, inclusive a terra, estavam sendo divididos. Além do texto

vale destacar o poder da iconografia, que traz o registro de uma mulher sentada numa cama, ao ar aberto, observando os destroços de uma casa derrubada.

O impresso sugere que a “luta por moradia” tenha o mesmo significado (ou significado muito próximo ao) da promoção de democracia, de defesa de direitos e dessa forma reforça o aspecto heterônomo, abrindo possibilidade de inserção de pessoas simpatizantes com essas questões e também militantes vinculados a diversos tipos de reivindicação. Por meio dessa vinculação entre moradia e democracia, a militância por moradia adquiria um aspecto explicitamente político e mais abrangente na agregação de diferentes entidades e agentes.

Em um texto⁹⁴ intitulado “A lei é para todos”, valendo-se de códigos como *ação cautelar*, *possessória* e *art. do código de processo civil*, foi elaborada uma análise da situação da expropriação do Sá Viana, sendo demonstrados juridicamente alguns pontos frágeis nos argumentos lançados na reivindicação do Reitor José Maria Cabral Marques para a aquisição dos terrenos do bairro do Sá Viana.



Ilustração 31 - Panfleto de chamada para reunião
Fonte: Arquivo pessoal de ex-membro do MDFP-MA

Além de denunciar, lançar críticas e informar sobre direitos, os panfletos cumpriam função primordial na divulgação de eventos, ao passo que buscavam explicá-los ao

⁹⁴ Pertencente a um panfleto chamado *25 de março* produzido pelo Padre Marcos Passerini.

leitor de forma simples e direta, como é possível observar na ilustração que expõe uma reunião entre as entidades das áreas afetadas pelas expropriações.

Embora a mensagem principal dessa ilustração fosse a convocação de populares para uma reunião entre organizações de bairro, onde seriam discutidas propostas para serem encaminhadas para o governo, o desenho nos fornece duas informações importantes: os termos “áreas de ocupação” e “garantia de direitos” demonstram um suporte jurídico útil no ataque a termos como “invasão” e à própria organização entre entidades, que demonstram o desenvolvimento no processo de institucionalização da reivindicação feita por essas comunidades.

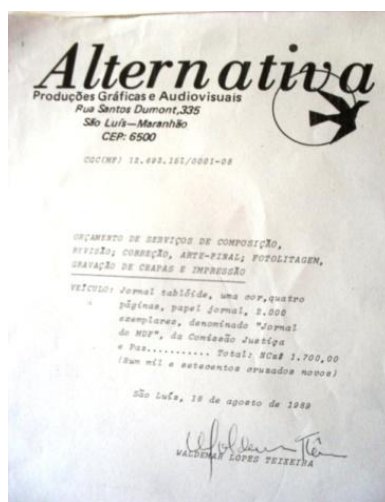


Ilustração 32 – Ordem de serviço para jornal do MDFP-MA

Fonte: Arquivo da CJP

Percebe-se algo bem organizado, que se evidencia pela utilização dos recursos materiais gráficos e humanos. Além da contribuição dos agentes simpatizantes com a causa, havia também a busca de serviços profissionais prestados por empresas, como bem mostra uma nota de orçamento fornecida pela Alternativa Produções Gráficas e Audiovisuais para os Jornais do Movimento de Defesa dos Palafitados-MA e Comissão Justiça e Paz.

Observou-se a utilização de panfletos em duas situações distintas. Entre as pessoas diretamente envolvidas nas mobilizações, pela existência de panfletos oriundos de entidades de contestação de outros estados, como por exemplo, o Movimento Nacional de Defesa dos Favelados e Palafitados, e também panfletos produzidos localmente e destinados a um público local. As informações dos primeiros possuíam um caráter mais didático e de

assessoramento a constituição de um movimento de reivindicação, já as informações produzidas localmente representavam um tipo de ação direta sobre situações de conflito.

Embora não seja possível inferir algo concreto sobre a abrangência e poder de persuasão e convocação desses materiais, não podemos ignorar que os panfletos possuíam uma linguagem mesclada de códigos jurídicos, literários, técnicos. E que, ao mesmo tempo, possuíam uma escrita bem explicativa e didática, provavelmente por conta da inserção de professores universitários, o que garantia-lhes capacidade de alcance de diferentes tipos de leitores. Nesse sentido, o panfleto pode ser interpretado tanto como *estrutura conectiva* (TARROW, 2009) que materializava e aglutinava o esforço de agentes de diferentes domínios em torno de uma questão comum, quanto como uma tentativa de materializar uma percepção de sociedade associada às posições militantes.

3.4. A REALIZAÇÃO DE PASSEATAS

Através da leitura de um relatório da DOPS-MA⁹⁵ a respeito de um debate intitulado “Moradia sim! Violência Não!” que ocorreu no auditório do colégio Marista em 31 de agosto de 1982, já se tem conhecimento da importância das passeatas enquanto repertórios de ação política. Segundo o relator: “Por ocasião dos Debates a Comissão de Justiça e Paz, afirmou que está disposta a sair às ruas de São Luís, mostrando à população maranhense os problemas do povo palafitado.”

Tal situação demonstra não apenas uma consciência relativa à utilização dessa modalidade de intervenção como toca em um importante ponto estrutural, que é a forma como é promovida a manifestação, e quem são as pessoas capazes de puxar outras milhares, sob o grito de suas palavras de ordem e sob que condições isso é possível?

Primeiramente é importante entender que sem as reuniões, sem panfletagem e sem os eventos críticos provavelmente as passeatas não teriam a força que tiveram durante aquele período, já que, na verdade, representam outra dimensão do mesmo fenômeno,

⁹⁵ Informe nº0150/SSI/SSP/DOPS/MA/1982 Data 02 setembro de 1982.

caracterizando-se assim por fortes laços de interdependência. O relato abaixo expõe um pouco da abrangência desse repertório,

Pra tu ter uma idéia de como isso ficou forte nesse período de 85 até 88 é que **nos mobilizávamos rapidinho** 1000 pessoas, 5000 pessoas. Nós reunimos umas 7 a 8 mil pessoas no **palácio do governo** ate culminar na regularização da Cidade Operária em que o governo através da pressão popular, o governo definiu que faria um novo cadastramento dos moradores. Dentro desse novo cadastramento nos emplacamos 2.400 famílias de sem teto, no cadastro e que permaneceram lá porque já estavam lá. (Fernando Mendonça entrevista em 30/03/2010, grifos meus)

A passeata descrita no pequeno trecho ocorreu na década de 1980 por conta de reivindicações de propriedade de terra no bairro da Cidade Operária. Além do grande número de pessoas que participavam, observa-se outros dois pontos importantes, primeiramente o local bem estratégico e com grande poder simbólico que era Palácio do Governo do estado. Notou-se também a evidência de um agente mobilizador ou aquilo que Bourdieu (2004) chamaria de *homem político*, ou seja, aquele que deve a sua autoridade específica no campo político à força de mobilização que ele detém, quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização partidária ou sindical (...) (IBIDEM, 2004, p.190). A força de mobilização além de ser a força motriz de uma passeata e sustentada por um poder delegado dos milhares que participam, motivados pelas palavras do porta-voz e também por diversos estímulos materiais, sociais e históricos.

De outra situação ocorrida no bairro da Liberdade tem-se a seguinte informação:

Aí o João Alberto queria fazer essa Avenida Litorânea. Nesse período. Aqui nesse tempo era uma bacia e ele queria fazer. Nós não aceitamos. E o João Alberto é um cabra borçal mestre. O governador tirou o paletó e convidou seu Dedé pro murro brabo. Ele tirou o paletó vinha a comitiva dele. Falou tu é homem vamo se agarrar aqui fora! Seu Dedé, saiu voado aí nós se ajuntamos aqui a noticia começou a correr e o pessoal foi encostando, nos fomos mais **ou menos umas 3000 pessoas em passeatas lá pra porta do palácio**. Chegou na Porta do palácio, aí o jornalista, eu ele não conhecia, mas, conhecia mais seu Dedé, saiu e o policial saiu atrás de seu Dedé, ele desceu por ali desviou. Aí o jornalista veio me perguntou vem cá vocês não querem para fazer a avenida então o que que você querem ? Eu disse rapaz, o que que o governador ta querendo fazer com essa galeria que vai terminar de afogar o pessoal da Liberdade,Camboá,Floresta e Adjacências ele pode fazer uma galeria que liga da Vila Bangu ao Rio Anil e pode fazer uma Caminho da Boiada pro Rio Bacanga e da Vila Cesa, que ai sim ele resolve o problema de saneamento. Rapaz com 8 dias tava as maquinas fazendo. 8 dias as maquinas fazendo, então foi uma luta do MDF. (Basílio Costa, entrevista em 20/03/2010).

Mais uma vez, percebe-se uma grande quantidade de pessoas se posicionando em frente ao Palácio dos Leões, símbolo máximo do governo do estadual do Maranhão. Nota-se

também a presença de uma voz autorizada, mais evidente, que representa os anseios gerais dos 3000 participantes da mobilização. As duas situações reforçam o poder político do porta-voz e auxiliam no processo de construção de um movimento de reivindicação frente aos representantes do estado.⁹⁶

Observou-se também, através de fontes jornalísticas, o registro visual de uma passeata ocorrida em 1981, no centro da cidade de São Luís e motivada pela decisão judicial de despejo das famílias do bairro do São Bernardo. Em tal situação, os cartazes expressavam a união entre os bairros e manifestações de apoio aos ocupantes, também chamados de “posseiros”, já que detinham a posse dos terrenos, mas não a propriedade legal.



Ilustração 33 - Passeata no centro de São Luís-MA.

Fonte: O Imparcial 23/10/1981

Por mais que a década de 1980 seja caracterizada, de forma geral, por uma ideia de redemocratização, as passeatas podem ser interpretadas como uma ação de extrema oposição a toda uma concepção associada ao extinto Ato Institucional 5 e a um grupo de dirigentes que, “momentos” antes, posicionavam-se junto aos defensores dessa mesma

⁹⁶ Consideramos que “Os responsáveis pela mobilização e pela manifestação do grupo que, pela palavra ou por todas as outras formas de representação verbal ou de ação, teatral, fazem passar os mal estares e os sofrimentos tácitos, as aspirações e esperanças não expressas, do estado implícito ao estado explícito, à opinião expressa, tornada pública, *offentlichkeit*, dispõem de um poder absoluto de criação, porque de certa forma, fazem existir o grupo como tal, dando-lhe um corpo, o seu próprio, um nome, uma sigla, substituto quase mágico do grupo, à maneira do *sigillum authenticum*, o selo que garantia a validade dos atos solenes do poder real, palavras que são palavras de ordem capazes de manifestá-lo. Para produzir esse feito, eles devem deter um poder sobre o grupo que recebem do grupo, poder de mobilização como poder de manifestar o grupo como grupo visível e eficaz, que deve ao grupo mobilizado sobre o qual esse poder se exerce.” (Bourdieu, 2004, p.77-78)

concepção. É, entre outras coisas, um tipo de repertório que, embora fosse motivado por um propósito comum relacionado à moradia, também era multifacetado de ideais políticos.

Enfim, as mobilizações e ações coletivas dependeram diretamente de determinadas condições sociais e históricas relacionadas ao processo de crescimento da cidade e formação dos bairros; da *estrutura de mobilização* fornecida por CEBs e outras organizações e instâncias, bem como pela atuação de agentes de diferentes domínios sociais, vinculados a estas entidades. A seguir será tratado um caso exemplar, no qual serão expostas algumas noções trabalhadas no decorrer desse capítulo, e no próximo capítulo, serão enfatizadas analiticamente as trajetórias de quatro militantes, que se dedicavam de forma mais sistemática, justamente por possuírem condições sociais que lhes favoreciam essa modalidade de intervenção.

As estratégias e recursos ativados nas situações de confronto eram variados, iam desde o apoio de desembargadores simpatizantes com os setores mais progressistas da Igreja até a exploração de brechas nas ações judiciais utilizadas pelos pretensos donos das áreas ocupadas. Para o advogado e juiz Fernando Mendonça, a utilização das referidas “ferramentas jurídicas” nessas situações era algo difícil para a época, então, tal contexto também representava um momento de descobertas de uma utilização específica do direito, visto como algo novo para o entrevistado. A mobilização desse recurso “jurídico” teria possibilitado reverter a situação difícil da propriedade da terra no bairro João de Deus, favorecendo assim as famílias estabelecidas naquela localidade.

O nosso trabalho era um trabalho essencialmente político, o trabalho da CPT das Caritas era essencialmente no sentido de fazer despertar, conscientizar as populações dessas áreas para a necessidade de conhecerem a realidade social onde viviam e também o seu direito. Agora a parte jurídica era a parte de defesa do direito né. (Fernando Mendonça, entrevista em 30/03/2010)

No relato acima o agente deixa claro uma associação entre experiência profissional a serviço de uma causa sustentada política e ideologicamente, o que pode conferir sentimento de realização às ações empreitadas nessas experiências e sentido a própria trajetória de vida. Porém, não se pode perder de vista que as experiências de conflito pela terra em São Luís significaram o momento de ativação dos diversos capitais acumulados (político, social e cultural) e de construção de um espaço de atuação especializada. Da articulação de todo esse *background* do agente com a mobilização de outros recursos, obteve-

se um nível de liderança propício ao desencadeamento de ações coletivas, como explicita o entrevistado,

Pra tu ter uma ideia de como isso ficou forte nesse período de 85 até 88, é que nós mobilizávamos rapidinho 1000 pessoas, 5000 pessoas. Nós reunimos umas 7, 8 mil no palácio do governo até culminar na regularização da Cidade Operária. Através da pressão, o governo definiu que faria um novo cadastramento dos moradores. Dentro desse novo cadastramento nós emplacamos 2.400 famílias de sem teto e que permaneceram lá porque já estavam lá. (Fernando Mendonça entrevista em 30/03/2010).

Tal situação se desencadeou devido à distribuição aleatória das residências, algumas já ocupadas, por parte do governador da época, João Castelo. Nessa situação, o entrevistado relata que elaborou um documento no qual aglutinou diferentes reivindicações da população da Cidade Operária e obteve com isso um tipo de unidade da população local. Depois desse momento, disse que passou a atender toda São Luís com o apoio jurídico na organização e formação de associações junto a pessoas engajadas socialmente.

Se os encontros projetaram os ideais defendidos pelos militantes para outros domínios, agrupando mais pessoas e contruindo uma identidade baseada num propósito comum materializado na “bandeira de luta” erguida em favor do direito a moradia, as situações de expropriação demonstravam ainda mais a efetivação das coalizões através das ações coletivas de resistência que podiam ser pensadas, como provenientes da relação entre populares com agentes pertencentes aos domínios da política, da religião e do direito.

Através desse raciocínio, é possível entender o desempenho de algumas associações de bairro e as palavras de um ex coordenador da associação do bairro da Liberdade, quando fala “ a Associação tinha muita força. Ela conseguia barrar a polícia, até o governador chegou aqui nesse período, tudo entulhado, era uma bacia, a gente via lama pra todo lado.”⁹⁷

⁹⁷ Basílio Costa, entrevista em 20/03/2010.

3.5. SÁ VIANA: disputas, Interesses e as múltiplas dimensões da “luta”

No presente tópico expõe-se uma possibilidade de interpretação para o conflito ocorrido no bairro do Sá Viana na manhã de sábado do dia 20 de setembro de 1980. O objetivo é demonstrar que, esse fato bem recortado no espaço e no tempo foi reproduzido por meio de diferentes lógicas e disputas, que podem ser tomadas como objeto das operações sociais de *nomeação* e os ritos de instituição através dos quais elas se realizam, bem como os efeitos dessas classificações no mundo social e os processos de disputa social por classificações legítimas. (BOURDIEU, 2002).

Para tanto, utilizou-se de uma contextualização histórica que possibilitasse entender um pouco o processo de ocupação do espaço e os motivos fundamentais do conflito. Depois analisou-se uma seleção de quatro reportagens, já que essas continham os posicionamentos de políticos, padres e policiais. Busca-se demonstrar quais eram as versões, inserções e disputas existentes nessas fontes. Complementando análise utiliza-se três documentos (ANEXO V) produzidos por estudantes e professores da Universidade Federal do Maranhão, para tentar entender como o conflito ocorrido era relacionado às discussões pertencentes a outras arenas de disputas. Por fim, demonstra-se uma forma de atuação da Comissão Justiça e Paz, naquele bairro, analisando assim as fontes produzidas pela mesma a respeito do fato ocorrido.

A área do Sítio Sá Viana, que corresponde ao bairro do Sá Viana, antes de 1970 era um tipo de colônia agrícola, isolada de São Luís por conta do Rio Bacanga. Segundo Mendonça (1923), a referida área seria destinada à construção de um leprosário, cuja construção até chegou a ser iniciada em 1920, porém abandonada em 1927. O destino dessa área foi totalmente modificado com a construção da barragem sobre o rio Bacanga. Segundo Ribeiro Junior (2001), essa construção possibilitou a ocupação de uma região de fraca densidade demográfica, transformando-a numa zona periférica composta pelos bairros, Anjo da Guarda, Vila Nova, Fumacê, Vila Embratel, Sá Viana e parte da Vila Maranhão, que foram erguidos nas margens ou próximos da rodovia de 9km que liga o centro de São Luís ao porto do Itaqui, inaugurado em 1971. Segundo Ribeiro Junior (2001), toda área denominada Itaqui-Bacanga foi cedida ao Estado, pela União, através do regime de aforamento. Trata-se de um Decreto Federal (nº 66.227 de 18 de fevereiro de 1970) que disponibilizava essa área com o

objetivo de servir para a execução de um plano de desenvolvimento urbanístico da área metropolitana.

Em termos de localização, o bairro do Sá Viana é praticamente o primeiro bairro após a barragem e localiza-se às margens do rio Bacanga e atrás da Universidade Federal do Maranhão, cuja implementação nessa área iniciou-se em 14 de novembro de 1972, com a inauguração da primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco”. Diante dessa localização paralela, não tardou para que, tanto o crescimento do bairro quanto a expansão da Universidade gerassem os primeiros atritos, que culminaram com o fato ocorrido no sábado, 20 de setembro de 1980, quando aproximadamente 200 policiais militares destruíram cerca 41 casebres.

Segundo o procedimento Cautelar nº1.716/80, remetido ao Juiz Federal do Maranhão Alberto José Tavares Vieira da Silva pelo Reitor da Universidade, José Maria Cabral Marques

O suplicante⁹⁸ tem o domínio útil do “Sítio Sá Viana”, como provam a inclusa escritura pública e a certidão de matrícula no registro imobiliário (docs nºs 3 e 4), somando-se a esses domínios a posse, desde a doação que lhe fez a Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS, quando da constituição da Fundação Universidade do Maranhão. Esse domínio útil provém, no seu mais próximo encadeamento, do Estado do Maranhão que o adquiriu de Heráclito Gonçalves dos Reis e sua mulher, por escritura pública lavrada em notas do tabelião Adelman Brasil Corrêa, em 20 de abril de 1920, transcrito sob nº 2.714 às fls. 202 do livro nº 3- E, em 30 de abril de 1920(Docs. Nº 4 e 5). Dele passou para a SOMACS e desta para a suplicante. Depois disso, autorizado pelo Decreto do Governo Federal nº66.227 de 18 de fevereiro de 1970, o Serviço de Patrimônio da União-SPU fez cessão dos terrenos localizados na área Itaqui-Bacanga, ao Estado do Maranhão, sob o regime de aforamento.

Os terrenos do domínio útil da suplicante no aludido “Sítio Sá Viana”, aos quais estão incorporados as terras limítrofes do “Sítio Belmont”, e no lado norte e nordeste, há pouco tempo adquiridas, têm agora novas confrontações estabelecidas pelo Estado do Maranhão e constantes do doc. Nº5, apresentando uma área de 2.800.656.54 m². Dentro dessa área está o campus Universitário e se implanta o seu PLANO DIRETOR, sob a coordenação da PREMESU- órgão de desenvolvimento das instalações do Ensino Superior no MEC. Precisamente na parte nordeste desta área, deverão situar-se as unidades previstas na programação orçamentária do corrente exercício.

Se a suplicante tiver suas terras desimpedidas e desocupadas, poderá implantar várias unidades do seu plano de desenvolvimento físico ou iniciar sua construção no corrente exercício. Se não tiver desocupadas as plataformas escolhidas na área mencionada, perderá certamente a oportunidade de prosseguir na construção de seu CAMPUS, no ano corrente, o que redundará, por certo, na perda de verbas federais dificilmente recuperáveis a curto ou mesmo a longo prazo.

⁹⁸ O suplicante é o Reitor. (O Documento encontra-se no anexo VI)

Tal documento fornece um breve histórico da posse da área até tornar-se propriedade da Universidade Federal do Maranhão e apresenta um dos principais motivos da tensão ocasionada pela posse da área, a implementação do plano de desenvolvimento físico do campus universitário. Entre outras coisas, esse documento encaminhado ao Juíz Federal foi fundamental no convencimento da Justiça Federal e conseqüentemente na elaboração do mandato judicial expedido pela mesma, que para ser executado, contou com o apoio da polícia federal.

Sobre a organização e repertórios utilizados pelos moradores, tem-se a informação de que existia naquele bairro, a União de Moradores do Bairro do Sá Viana, fundada em 17 de setembro de 1970, ou seja, desde o início da ocupação relacionada à construção da barragem. Tratava-se de uma entidade civil legalmente registrada como organização de assistência social, e em 1976 contava com cerca de 3000 residentes daquele bairro, como é possível verificar no trecho abaixo:

A união de Moradores do bairro Sá Viana, entidade civil, legalmente registrada como organização de assistência social, aos seus membros componentes, abrigando mais de 3000 associados todos residentes no bairro Sá Viana, vem perante V. Sr. expor as ocorrências verificadas em nossa sede social, através do cidadão de nome Lúcio Cunha, que diz alto dirigente da Fundação Universidade do Maranhão, acompanhado de dois ou três elementos dizendo-se membros da polícia Federal, quando na residência da senhora Olga Marlene Lindoso, secretária desta União apossou-se de um dos livros de registro de sócios, em termo agressivo, resolveu do próprio punho, rasurar o livro sob a alegação de que não mais poderia ser registrado um só sócio a partir daquela pagina (fotocopia anexa), como se fará ele autoridade autorizada para assim proceder.

Diante da atitude insólita e agressiva daquele cidadão, que embora se diz alto dirigente da Universidade, vem protestar de maneira incontente, mesmo porque não foi dessa maneira que o magnífico Reitor, professor José Maria Ramos Martins, que antes de ser elevado, a tão alto posto, já era como é advogado dos mais atacados em nosso Estado, vem tratando do problema da moradia n bairro do Sá Viana, onde, milhares de família residem com suas esposas e filhos, merecendo por isso, um tratamento humano para o caso, pois não é possível que dentro da política social desenvolvida pelas autoridades revolucionárias, surjam elementos como o senhor Lúcio Cunha, que pondo de lado toda a instrução, se diz portador e vem invadir e violentar livros documentos de uma entidade legal e que vem merecendo amparo das autoridades constituídas do Estado e Município.⁹⁹

⁹⁹ Registro. N°... Cart. de... e Doc. N° 1508, Livro n A e B em 12 10 70. São Luís, 16 de junho de 1976. Of circ. N° 01\76

Esse texto oriundo de um ofício de 16 de junho de 1976, apesar de não conter a identificação do destinatário, sinaliza uma solicitação de apoio judicial e ao mesmo tempo uma relação de conflito com pessoas supostamente ligadas à Universidade Federal do Maranhão. O trecho demonstra a utilização da violência física como meio de coerção, e também, que as tensões naquela área remontam a gestão do reitor José Maria Ramos Martins (1975-1979), não sendo exclusivas do período da gestão do reitor José Maria Cabral Marques (1979-1988).

Nesse segundo período de gestão, era possível observar o prolongamento do conflito entre o presidente da União de Moradores do Sá Viana, por meio de dois impressos locais, o que caracterizava alguns jornais, como verdadeiras *arenas*, nas quais os intermediários disputavam, desenvolviam ataques e buscavam conquistar a opinião pública, que entre outras coisas, poderia significar importantes apoios. Em reportagem intitulada “Moradores antigos do Sá Viana não serão despejados” (Imparcial 20/09/1980)

Os moradores antigos do Sá Viana não serão molestados por nenhum despejo, isso porque o que a Justiça Federal julgou procedente foi uma ação cautelar de embargo de obras que estão em execução por cerca de 40 pessoas, em áreas distintas do bairro. Entre elas, estão enquadradas pessoas que nunca estiveram antes, no Sá Viana; outras que já haviam sido indenizadas e voltaram a construir casas e uma outra categoria que está invadindo o bairro a mando de terceiros, como é o caso do presidente da União dos Moradores do Sá Viana Velho e do vereador Severino Ramos de Brito. Foi isso que declarou ontem, numa fonte oficial da Universidade Federal do Maranhão, acrescentando que os velhos moradores não têm por que se preocuparem, já que tudo fora acordado antes será cumprido- ou seja, só sairão após serem devidamente indenizados. Por outro lado, o Secretário de Segurança Pública, Raimundo Marques, confirmou, também, que a Justiça Federal solicitará, através de ofício, força policial para garantir o cumprimento da ação de cautela, embargo e destruição dos “novos invasores” do Sá Viana, e que tal contingente, estará à disposição tão logo seja marcada a data. Segundo ainda a UFMA, os “novos invasores” estão espalhados em áreas do Sá Viana Velho e novo. Quando começaram a construção, a Universidade apelou para a Justiça Federal. Apesar de serem citados, os responsáveis resolveram não tomar conhecimento da advertência judicial e prosseguiram Daí porque a Justiça decretou a ação. Mas não vai haver despejo, porque não há moradores nas casas a serem destruídas, adiantou a fonte.

A situação descrita acima fornece novas informações que complexificam a situação, possibilitando identificar os “moradores” de acordo com três modalidades, “o morador antigo”, “o invasor” e o “mandado por terceiros”. São citados o presidente da União dos Moradores do Sá Viana Velho e o vereador Severino Ramos de Brito, o que sinaliza tanto a relação entre política e “ocupação” de terras, quanto a existência de dois tipos de “ocupação”: um mais antigo e outro recente, provavelmente associado aos “invasores” nos

quais o reitor faz menção. A utilização do canal institucional para reivindicações sinaliza um tipo de repertório que depende, entre outras coisas, do conhecimento dos códigos jurídicos.

Meses depois era possível acompanhar um tipo de resposta (já citada na p.72) dada por Manoel de Deus Ferreira, presidente da União dos Moradores do Bairro do Sá Viana. Segundo a nota publicada no Jornal Pequeno de 17 de janeiro de 1981:

Os funcionários, a mando do reitor, andam de porta em porta ameaçando de morte as famílias do Sá Viana caso não venham a receber tais indenizações pagas na Universidade.

É sabido que a Universidade Federal do Maranhão não é proprietária das referidas terras e sim a União. Tanto assim que a referida Universidade esta tentando na Justiça Federal um aforamento das terras do bairro do Sá Viana.

Não conseguimos compreender que uma entidade máxima da cultura e dos ideais de justiça tenha na pessoa do Sr. Reitor um comportamento tão desprezível e violento contra as famílias do Sá Viana.

Responsabilizamos o senhor reitor da Universidade Federal do Maranhão por qualquer violência física que venham sofrer os moradores do bairro do Sá Viana em defesa de suas posses mansas e pacíficas desde dezenas de abis porquanto ali existe um bairro que chegou a ter 3.501 famílias, mas que após as ferozes perseguições desencadeadas pelo senhor reitor só já resta cerca de 1.500 famílias.

Pedimos aos moradores de Sá Viana que não se deixem iludir com as indenizações oferecidas pelo reitor porquanto o caso está na Justiça.

O Sr. Reitor não tem poderes para mandar derrubar as casas dos moradores do bairro Sá Viana e só a justiça pode assim fazer.

Pedimos ainda mais aos moradores do bairro Sá Viana que só assinem documentos, intimações vindas da justiça por intermédio do Sr. Oficial de Justiça.

Resistiremos Unidos e unidos venceremos!

Manoel de Deus Ferreira

Presidente

Tal declaração contradizia toda a declaração dada, quatro meses antes, pelo reitor. Segundo o presidente da União de Moradores, as indenizações eram aceitas por meio da coercitividade dos funcionários do reitor; a propriedade da terra pertencia à União e não à UFMA, como dizia a medida cautelar entregue ao Juiz Federal; a violência era uma característica comum a todos, não havendo distinção de pessoas. Diante disso, o presidente finaliza a declaração expondo que cabe à justiça retirar ou não, dessa forma demonstra um esclarecimento sobre o processo legal, e conclama todos os moradores a “resistirem unidos”. Por meio dessa última afirmação, pode-se interpretar a elaboração de um *enquadramento interpretativo* (TARROW, 2009) que, entre outras coisas, poderia fortalecer uma ideia de unidade contra um oponente que é tido como mais forte, certamente gera mais força para a União de Moradores do Sá Viana e mais prestígio para o presidente, uma vez que reivindica assim, a posição de porta-voz autorizado.

Além desses arquivos, que possibilitam a identificação da utilização de documentos como um tipo de repertório de confronto, e também uma noção da temporalidade e motivos, o conflito de dia 20 de setembro de 1980 também pode ser acompanhado através da imprensa escrita. Através da análise de quatro entrevistas relacionadas ao conflito, tentaremos perceber algumas inserções de novos agentes e as relações e interesses existentes entre os mesmos.

Nº	Data	Jornal	Título
1	04/10/1980	O Estado do Maranhão	Abi Ackel poderá sustar processo contra invasores de Sá Viana
2	05/10/1980	O Jornal Pequeno	Sarney Filho Fatura votos com o caso do Sá Viana
3	25/09/1980	O Jornal Pequeno	Igreja Lança nota contra invasão do Sá Viana
4	25/09/1980	O Imparcial	Polícia Federal relata operação no Sá Viana

Quadro 8 – Manchetes jornalísticas: relações e versões sobre conflito

Analisando essas quatro reportagens relativas ao referido conflito no Sá Viana, destacam-se dois aspectos interessantes: demonstram a inserção de diferentes agentes no debate sobre o fato, e que as ações desses mesmos repercutem tanto sobre os “moradores”- sobre forma de apoio e interferência e sensibilização da opinião pública- quanto repercutem também em outras disputas relacionadas aos domínios sociais a que pertencem.

A primeira reportagem (Abi Ackel poderá sustar processo contra invasores de Sá Viana) ilustra esse tipo de repercussão em vários espaços, já que relata a intervenção do deputado estadual Sarney Filho junto ao ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel em favor dos “moradores” do Sá Viana e também dos estudantes universitários que se envolveram no conflito. No jornal “O Estado do Maranhão” (pertencente à família do mesmo) era enfatizado o apoio do parlamentar:

Ao justificar sua posição, Sarney Filho disse não pretender contestar a justiça, “mas fazer ver ao ministro Abi Ackel os aspectos humanos do problema.” Ontem Sarney Filho acompanhou moradores do Sá Viana, durante o depoimento que prestaram à Delegacia da Polícia Federal. O requerimento de autoria do deputado Sarney Filho foi subscrito por diversos parlamentares

No dia seguinte à publicação dessa reportagem, houve a veiculação da segunda manchete do quadro (Sarney Filho Fatura votos com o caso do Sá Viana) que, pela observação do seu título, pode-se interpretar como sendo uma resposta, direta, à do dia anterior. Segundo o texto desta,

O Deputado “Zequinha Sarney” está aproveitando o caso do Sá Viana para fins políticos. Ele quer faturar votos. “Zequinha” “vivaldino” já começou a providenciar, nos cartórios de São Luís, as escrituras definitivas aos 48 moradores do Sá Viana. Cada escritura custa de 1.200,00 a 1.500.000. Se a UFMA deu o terreno e o Estado fez a terraplanagem e o poço artesiano, cabia à oposição agir habilmente, conseguindo as escrituras definitivas. Promovia até mesmo pedágio a fim de arrecadar dinheiro e pagar os cartórios.

Na segunda reportagem é demonstrado o aspecto da disputa política em torno do “caso do Sá Viana”, sendo exposto que o “Zequinha Sarney” (José Sarney Filho) foi hábil, que os opositores dele, no fornecimento das escrituras definitivas que garantiam a propriedade dos terrenos, e que isso possivelmente estaria relacionado a determinados interesses eleitoreiros.

Na terceira manchete, é citado um documento contendo 25 assinaturas dos padres de São Luís. Segundo o texto, esse documento representaria “o posicionamento da Igreja Católica sobre a invasão ocorrida por policiais”. Segundo o texto do Jornal Pequeno:

Ameaças judiciais de liminar de despejo, proibições de concentração, presença multiplicada de policiais até repetidas vezes com aparato ostensivo, prisões, detenções e interrogatórios tornaram-se fatos rotineiros da vida da cidade de São Luís. O despejo realizado no Sá Viana chama nossa atenção, pois o referido despejo, como tudo indica, foi encaminhado e planejado a pedido da Universidade Federal do Maranhão, órgão educacional máximo do Estado; se as autoridades da UFMA não chegaram a situar o problema do Sá Viana numa análise de contexto mais amplo de São Luís e Maranhão e por isso usou os mesmos mecanismos que os autores da repressão usam, nos interrogamos sobre sua capacidade de competência de preparar homens e mulheres, educadores a serviço de uma população e de uma sociedade justa. Estaria a Universidade como um todo- professores, estudantes, funcionários- de acordo com o método empregado para reivindicar seus direitos? Em todas as nossas hesitações, procuramos como sacerdotes e religiosos, um compromisso de maior fidelidade ao homem, idealizado por Deus, como sua imagem, sujeito e objeto das transformações necessárias.(...)

Por meio do texto, os 25 padres reivindicam a representatividade de toda a igreja, dessa forma acionam o pertencimento à instituição, a seu discurso, provavelmente para obter mais prestígio e força. Em seguida, lança críticas à Universidade Federal do Maranhão por

uma suposta ligação com os fatos ocorridos e por fim, expõe o aspecto religioso e moral que sustenta a intervenção exposta na elaboração do documento. Se num plano mais externo houve uma crítica à situação de violência propagada pelos “autores da repressão” e também a Universidade Federal do Maranhão, dentro da própria igreja essa atitude sinaliza o posicionamento progressistas em relação aos posicionamentos mais doutrinários centrados unicamente na pregação religiosa e, em termos de mobilização de recursos, o apoio dado pelos setores progressistas da igreja católica aos “moradores” é muito significativo quanto às assessorias jurídica, educacional, etc fornecidas pelas pastorais.

No mesmo dia da publicação da manifestação dos religiosos, o leitor também poderia encontrar, nas bancas, outra versão para o fato ocorrido no Sá Viana. Na reportagem intitulada “Polícia Federal relata operação no Sá Viana” era enfatizado o aspecto jurídico da ação e não havia menção de violência. Segundo trechos do relatório publicado

Deslocamo-nos, juntamente com as equipes escaladas, para o bairro do Sá Viana, nesta Capital, a fim de garantir a execução do mandado judicial expedido pela Justiça Federal. Às 6:20 horas teve início o desenvolvimento da operação, sendo que ela transcorreu conforme o que foi estatuído pela ordem escrita. Os oficiais de justiça, em número de três, inicialmente indicaram as casas, e, nas circunstâncias das que eram habitadas, ordenaram a completa desocupação, sendo que os componentes da equipe de demolição ajudaram na retirada dos pertences dos moradores.

Contrariando as versões que enfatizam a violência física, os policiais federais demonstravam, por esse registro, ter uma postura diferente. Em vez de retirada pela violência “os componentes da equipe de demolição ajudaram na retirada dos pertences dos moradores”.

Enfim, os quatro trechos veiculados demonstram que a situação de conflito ocorrida no sábado de 20 de setembro de 1980 pode e deve ser entendida dentro de uma lógica mais ampla, na qual diferentes interesses relacionam-se com disputa por uma representação do social legítima para o fato.

Se, fora da Universidade os jornais expressavam diversos posicionamentos sobre o fato ocorrido, dentro do Campus verificou-se manifestações do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA) e dos Alunos de Serviço Social. Esses documentos, além de representarem determinados segmentos, eram sempre iniciados com a descrição do conflito, eram enfatizados o grande contingente de policiais e a violência na ação dos mesmos. Em seguida tocavam em pontos mais específicos como o papel da assistente social para a sociedade, o

papel da Universidade para a democracia, para a comunidade e nas atividades de extensão e lançavam também críticas mais incisivas, como foi o caso do DCE, que criticava diretamente a atuação do reitor José Maria de Cabral Marques, chamando-o de “reitor biônico”. Abaixo é possível visualizar trechos das críticas dos três documentos:

Companheiros (...) A atitude do reitor arrasou com o único compromisso que tem a universidade e a ciência que, enquanto existirem só podem ter um objetivo: “aliviar a cansaça da existência humana”. Não aceitamos esta atitude incoerente, que foge dos princípios de nossa instituição. Devemos, portanto, ter plena consciência da nossa força pois, enquanto peça fundamental podemos organizar nossa própria direção independente. Não precisamos de uma direção imposta de cima para baixo e muito menos de um reitor biônico. Fora Cabral (DCE)

...Sabemos, num país como o nosso e num Estado como o Maranhão, quais as causas de onde estão os problemas sociais mais graves. (...) O espantoso é ser justamente esta universidade a se colocar contra uma população cujos problemas não foram por estas criados e cujas soluções urgentes superem qualquer argumentação do tipo legalista, sempre utilizada pelos donos do poder no momento oportuno. O nosso dever, como parte da comunidade acadêmica, é perguntar: Onde está o compromisso da universidade com a democracia? Onde está o seu compromisso com a comunidade? Que política de Extensão é esta que se coaduna com atos de violência no próprio CAMPUS UNIVERSITÁRIO (APRUMA,1980)

Diante dos fatos ocorridos, nós estudantes do curso de serviço social, queremos nos posicionar diante da situação de conflito por que passa a nossa sociedade, uma vez que próprio curso é comprometido com causas populares. Como futuras assistentes sociais reafirmamos esse compromisso com a realidade social saindo das limitações teóricas. Mesmo estando com os olhos vendados, bocas amordaçadas e braços algemados, estaremos sempre ao lado dos que são oprimidos e explorados! Conclamamos os estudantes de nossa categoria e a população em geral, que ainda não tomaram conhecimento do fato, que se sensibilizem e procurem se inteirar do que ocorreu e vem ocorrendo, e passe à participar efetiva nos diversos atos de solidariedade que estão sendo levados por entidade democráticas e populares. Somos contra a exploração do homem.(ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL,1980)

Embora todos os documentos possuíssem similaridades quanto ao posicionamento a respeito do conflito no Sá Viana, analisando-os com mais calma evidencia-se outro debate, composto por outros agentes. Embora não se tenha um estudo profundo sobre os *enquadramentos interpretativos* (TARROW, 2009) dos papéis e posições situados dentro do espaço acadêmico daquele contexto, é possível perceber que os documentos significam, entre outras coisas, ataques diretos e indiretos dirigidos contra o reitor, contra o governo, e ao mesmo tempo buscam justificar as próprias inserções dos agentes no debate, por meio dos vínculos institucionais. Se todas as manifestações de apoio sinalizavam relações nos domínios aos quais esses pertenciam, as mesmas possuíam significado simbólico e material para os “moradores”, já que muitos passaram a usufruir das atividades de extensão da Universidade,

de apoio de organizações representativas dos estudantes e professores, que por sua vez, possuíam outras vinculações e contatos que poderiam fornecer outros benefícios.

Por meio da análise de dez entrevistas notou-se que na Universidade havia grupos como a Juventude Estudantil Católica (JEC), o Movimento Comunitário Cristão e também professores que pertenciam à Comissão Justiça e Paz, ou seja, eram inserções que significavam a possibilidade de mobilização de recursos para os “moradores” do Sá Viana.

Sobre a atuação da Comissão Justiça e Paz nesse bairro, foram encontradas 15 declarações e 3 relatos no arquivo dessa organização. As declarações colhidas nos traziam a informação de que a ação policial ocorrida no dia 20 de setembro foi uma ação conjunta das polícias civil, militar e federal havendo a demolição total das residências dos declarantes. Uma informação interessante é que em todas as 15 declarações, as casas não possuíam número, o que demonstra que até 1980 não possuíam quaisquer cadastros na prefeitura de São Luís. Abaixo um modelo das declarações colhidas.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que no dia 20 de setembro de 1980, fui despejado de minha casa, situada à Rua Angela Sales, S/V no Bairro, Sá Viana, pela ação conjunta das polícias Civil, Militar e Federal.

A ação do despejo se deu, através de 'demolição integral' e se iniciou por volta das 6:00 hs.

São Luís, 28 de setembro de 1980

Maria do Rocio Silva

Ilustração 34 - Declaração de despejo
Fonte: Arquivo da CJP

A coleta dessas declarações pela assessoria jurídica da Comissão Justiça e Paz sinaliza a produção e objetivação de documentos enquanto repertórios de atuação via canais institucionais, por meio da justiça. Dos relatos colhidos de um morador que não quis se identificar, provavelmente por medo de represálias, de uma mulher e uma criança de 13 anos (já citada na página 123), pode-se destacar dois aspectos importantes: primeiramente a lógica de produção desses relatos, ou seja, perceber que tais relatos possuíam uma valorização dos

fatos violentos e grande capacidade de sensibilização, o que os caracteriza tanto como uma forma de ataque diante da postura policial quanto como um mecanismo de sensibilização da opinião pública e mobilização da mesma.

Um segundo ponto, relacionado ao primeiro, é a riqueza de detalhes narrados sobre o fato. As versões dadas pelos três “moradores” contradizem a versão oficial fornecida pela Polícia Federal, que enfatizava a não utilização da violência, e são similares a todas as outras versões dados pelos padres, estudantes, professores, etc. Abaixo é possível conferir trechos de dois relatos de moradores do bairro:

No dia 20 a polícia chegou a minha porta dizendo que iam derrubar minha casa, só nesta rua ficaram 200¹⁰⁰ soldados, impedindo os moradores de saírem de suas casas, aqueles que queriam desobedecer as ordens eram ameaçados. Deuzete, moradora da rua Alberto Sales, disse: A polícia chegou a minha porta e perguntou se eu era dona da casa, respondi que sim, eles disseram: então tire suas coisas de dentro que vamos derrubar a casa; como eu disse que não ia tirar eles entraram e tiraram uma mesa, algumas tábuas e outras coisas, depois disso eles pediram que eu me retirasse do local e o trator começou a derrubar a casa.

Eles chegaram em casa e disseram: “olha moça, faça o favor de retirar suas coisas que a gente vai meter a máquina”. Ai mamãe disse assim: “Pelo amor de Deus deixa ao menos eu tirar minhas coisas”. Eles responderam: “Não! a gente não tem tempo a perder”, ela disse de novo: pelo amor de Deus não façam isso, eles responderam, vá chamar seu Josafá seu Maneco (presidente e vice da união dos moradores do bairro) e Brito (vereador sem partido), que foram eles quem mandaram vocês construírem casas, que agora eles venham impedir. Depois dessa conversa os soldados começaram a derrubar a casa, como dona Analéia ainda tentou tirar alguma coisa de dentro os soldados começaram a discutir com ela, caindo ainda um pedaço de telha em sua perna, ferindo-a. (...) Depois que mamãe desmaiou e foi levada ao hospital, chegou a notícia aqui no bairro que ela tinha morrido,

As citações expressam as *ações sociais* estabelecidas entre “moradores” e policiais, ou seja, uma tentativa de resistência acompanhada do uso da violência física e simbólica, realizada pelos policiais. Tratava-se de comportamentos orientados por dois sentidos e desenvolvidos na relação existente entre os agentes. Por meio da violência empregada na situação do segundo trecho, há um desmerecimento dos papéis de dois agentes que poderiam ser os porta-vozes daquele bairro, o presidente e vice da união dos moradores do bairro e um vereador sem partido. Ao final do segundo relato é exposta, por uma garota de 13 anos, a consequência fatal das investidas policiais. Tomando essa informação como inserida numa

¹⁰⁰¹⁰⁰ Consideramos que esse número exato de policiais indique uma assessoria na construção do texto, ou que represente um número aproximado, uma vez que, numa situação de conflito seria complicado para o morador contar e conferir 200 policiais, enquanto sua casa era destruída.

lógica de disputa, provavelmente ela consiste numa forma de sensibilização. Enfim, este material produzido sobre o fato, indica a existência de uma retaguarda forte para os “moradores”.

A análise das fontes, além de demonstrar alguns *repertórios* utilizados e a *estrutura de mobilização* disponível, demonstra também que muito mais que um fato recortado no espaço e no tempo, o conflito ocorrido no bairro do Sá Viana, no dia 20 de setembro de 1980, foi reproduzido em diversos registros e resignificado de acordo com o pertencimento dos principais agentes que se manifestavam sobre o assunto, o que leva a considerar que, o fato ocorrido deve e pode ser analisado como um ponto de intersecção entre diferentes disputas e lógicas individuais, ou seja, é algo complexo que se constitui na disputa na forma como as informações repercutem nos diferentes domínios sociais e são relacionados aos contextos do conflito e também dos agentes que falam e nome do mesmo.

4. TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO: QUEM ERAM OS MILITANTES?

Considerando que até agora observou-se que o processo de construção da “reivindicação por moradia” dependeu da participação de agentes vinculados a entidades como A Comissão Justiça e Paz, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ou partidos políticos clandestinos como o PC do B, entre outros, o presente capítulo tem como objetivo apresentar alguns porta-vozes vinculados aos diferentes domínios e a inserção dos mesmos na construção de um processo de institucionalização da reivindicação por moradia. Enfatizando o próprio título do capítulo, mantém-se o foco sobre os agentes que, além do engajamento possuíam uma dedicação sistemática nas reuniões, passeatas, conflitos e quaisquer atividades relacionadas ao processo de institucionalização da reivindicação por moradia em São Luís.

Vale destacar que, sobre as características gerais dos 10 agentes, priorizou-se indicadores como: a profissão, o nível de escolaridade dos pais, do conjugue e dos filhos; itinerário escolar do agente; a atuação profissional e a participação em organizações variadas e movimentos de contestação. Primeiramente, serão expostas algumas características gerais e em seguida os casos serão abordados com mais detalhamento.

De início destaca-se que, apesar dos casos escolhidos apresentarem trajetórias completamente distintas em relação às origens sociais, aos capitais acumulados, à inserção na política e aos repertórios ativados, possuíam em comum a militância junto às populações dos bairros afetados pelos conflitos. Todos os agentes abordados transitaram por espaços privilegiados de discussão: a universidade, a igreja (nos setores progressistas) e também os sindicatos.

Quadro 9 – Origens dos Militantes

10 entrevistados	7 Maranhenses
	2 de outros estados
	1 Estrangeiro

Os entrevistados compunham-se de sete maranhenses, dois de outros estados do nordeste e um estrangeiro. Entre os maranhenses, vale destacar que apenas um era ludovicense, os outros 6 provenientes de cidades do interior do estado. A própria origem dos militantes indica uma tendência do período, de grande fluxo migratório, como foi observado tanto na pesquisa sobre o contexto geral quanto na primeira tentativa de identificação dos agentes. Essa tendência migratória pode ser percebida na primeira inserção em campo feita neste trabalho, quando verificou-se que 9 militantes, oriundos de outros estados, já não viviam mais em São Luís-MA.

Dos dez entrevistados, quase a metade provinha de famílias cujos pais eram trabalhadores rurais, e outros seis compunham-se de operário, militar, telegrafista, pedreiro e comerciantes. Já as mães alternavam-se entre atividades domésticas, agrícolas, de costura, a ensino e secretariado, como é possível observar, a seguir, no quadro 10

Quadro 10- Profissão dos pais.

Profissão dos pais	Pai	Mãe
Funcionário de fabrica	1	
Lavrador	4	2
Pedreiro	1	
Comerciante	2	
Militar	1	
Telegrafista	1	
Dona de casa		4
Secretária		1
Dona de casa e outra atividade		1
Costureira		1
Professora		1
Total	10	10

Analisando as profissões em função do nível de escolaridade dos pais, percebe-se que as mesmas podem ser analisadas em relação a uma inserção maior nas profissões técnicas ou que exigem baixa escolaridade, já que notou-se que havia 2 pais e 6 mães sem alfabetização, 2 pais e 1 mãe com o nível fundamental, o mesmo se repete para o nível fundamental incompleto e para o médio; dois foram definidos como autodidatas e 1 com nível superior, já em idade avançada. Abaixo segue o quadro 11 com as informações mais detalhadas.

Quadro 11- Escolaridade dos pais

Escolaridade dos pais	Pai	Mãe
Analfabeto	2	6
Fundamental	2	1
Fundamental incompleto	2	1
Médio	2	1
Autodidata	2	
Superior		1
Total	10	10

De forma geral, os entrevistados eram de famílias cujos pais possuíam modestos investimentos escolares. Em relação aos pais, os entrevistados apresentaram, de modo geral, um crescimento no nível de escolaridade, como é possível perceber no quadro 12.

Quadro 12- Escolaridade dos Militantes

Escolaridade dos agentes	Nº
Ensino Médio	2
Graduação	6
Mestrado	1
Doutorado	1

Notou-se que seis entrevistados possuíam graduação, dois possuíam investimentos ainda maiores, como doutorado e mestrado, e finalmente têm-se dois casos de agentes com educação em nível de ensino médio. Contudo, não se pode desconsiderar que estes últimos, por conta de outros engajamentos, como sindicatos e grupos de jovens da igreja, e também pelo contato direto ou indireto com os outros militantes, também apreenderam códigos e habilidades influentes na construção do capital militante acumulado. Metade das graduações foram concluídas na década de 1970, duas na de 1960 e uma graduação em 1980.

Quanto às áreas de atuação desses agentes, tem-se o número de 6 que atuavam na área da educação, em diferentes modalidades de docência. Constatou-se professores de todos os níveis de ensino (do 1º ao 3º), utilizavam a educação tanto como forma de sustento quanto de ação visando esclarecer moradores dos bairros afetados sobre direitos e possibilidades de

obter benefícios. Os professores com nível superior enfatizaram mais a segunda relação, enquanto os professores com nível básico não mencionavam a educação como forma de ação política. Vale ressaltar que mesmo os que não possuíam a formação nas licenciaturas também atuaram em atividades educativas e mencionavam a influência pedagógica de Paulo Freire nos trabalhos realizados junto a pessoas provenientes de estratos precarizados. Os agentes investigados estavam imersos num contexto mais amplo em que as palavras de ordem alternavam-se entre *repressão, censura e luta pela democracia*. Havia uma proliferação de discursos em torno de causas diversas que eram motivados, muitas vezes mesclados aos confrontos contra o regime militar, e marcados por uma multiplicidade de lógicas acionadas na prática contestatória (REIS, 2008a e 2008b; CORADINI, 1998). Tais agentes adquiriram, nos vários espaços de militância e formação, um discurso comum em relação às chamadas “políticas de habitação” promovidas pelo Estado, geralmente pautados pela crítica – quase sempre orientados por uma concepção que combinava elementos da religião e das leituras de Karl Marx – a uma ideia de “desenvolvimento” propagada nos discursos oficiais do poder executivo.

Quadro 13 - Deslocamentos por espaços de Socialização

Locais de Socialização	1960	1970	1980
Juventude Estudantil Católica	3	1	
Sindicato	2	1	
Grêmio estudantil	1		
DCE ou D.A	1	1	
Grupo de jovens	1	1	
Movimento Comunitário cristão		1	
Não participava de grupo	2		
Cursilhos de Cristandade		1	
CEBS		1	
CPT		2	
ASP			3
SMDH			2
Associação de Moradores			2
CJP			2
CPT			1
Não temos informação		1	

Aanalisando a inserção dos entrevistados em espaços de socialização e discussão, percebe-se que a década de 1960 pode ser considerada como o período de maior participação dos agentes em grupos vinculados à igreja católica, a organizações estudantis e sindicais. Na década de 1970, quando metade dos agentes frequentava os bancos da Universidade Federal do Maranhão, ainda houve o predomínio da influência dos grupos da igreja, contudo, com sinais da igreja progressista expressos na existência das CEBs e CPT. A década de 1980 pode

ser considerada a década das ONGs, já que, com exceção de dois agentes, todos era vinculado a um tipo de organização. É importante notar que o recrutamento dessas organizações obedecia a um tipo de continuidade, uma vez que quase todas as organizações da década de 1980 possuíam vínculo direto ou indireto com a Arquidiocese, que, por sua vez, possuía relação com grupos, como o movimento de concílios de cristandade, Juventude estudantil católica, movimento comunitário cristão e grupo de jovens das próprias paróquias locais.

De forma geral, a década de 1970 foi o momento de maior inserção de grande parte dos agentes examinados nos espaços em que havia discussões sobre direitos (trabalhistas, sobre a posse da terra), políticos e sociais através dos CEBs e, na década de 1980, o momento de maior aplicação de seus conhecimentos específicos através de assessorias jurídicas, educacionais e técnicas nos locais de tensão pela posse da terra.

Essa última década, mais ligada às assessorias, caracterizou o momento de engajamento dos agentes na “questão da moradia”. Pode-se dizer que se tratou de um *campo de possibilidades* (SILVA, 2002) no qual os agentes estavam inseridos em um contexto de conflito, relacionado ao processo de ocupação espacial de São Luís-MA, no qual poderiam mobilizar os capitais acumulados ao longo de suas trajetórias.

Nesse sentido, as trajetórias dos principais porta-vozes podem auxiliar na compreensão dos repertórios e recursos mobilizados nas situações de conflito, e possibilitam também trabalhar essa agenda de pesquisa pautada na relação entre os dois tipos de elementos: os contextos de ação em relação aos capitais acumulados. A seguir, serão analisadas 4 trajetórias de agentes que possibilitam perceber a combinação entre trajetórias individuais e engajamento em questões coletivas. Tratam-se de casos bem representativos de agentes, que embora transitassem por diferentes domínios sociais, possuíam em comum, o engajamento na “reivindicação por moradia” em determinado momento das próprias trajetórias.

Antes cabe ressaltar alguns pontos sobre o processo de obtenção de informação sobre os agentes. Foi considerada a relação entre entrevistado e entrevistador enquanto relação social, ou seja, que exerce efeitos sobre os resultados, e que nesse processo deve-se considerar os estímulos dados e provocados, e também a forma como os entrevistados se relacionam com a situação (BOURDIEU, 2007). Convém ainda destacar alguns pontos marcantes sobre as 4 entrevistas que deram origem a elaboração das trajetórias a seguir.

Uma primeira observação pode ser feita a respeito da forma como se estabeleceu as relações com os quatro entrevistados. No primeiro caso, pode-se dizer que a entrevista caracterizou um tipo de relação tanto entre conterrâneos quanto uma relação entre um estudante e um agente cuja narrativa trazia características do conhecimento técnico, administrativo e histórico. O acesso ao entrevistado esteve diretamente ligado à relação social estabelecida a partir de uma experiência anterior de estágio na SMDH.

O segundo entrevistado era sócio da SMDH, o que facilitou ainda mais o contato, uma vez que estava entre pessoas conhecidas. Quanto à relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, embora fosse difícil de ser caracterizada por conta dos diversos tipos de status envolvidos, pode-se dizer que consistiu basicamente em uma relação entre um estudante ex-estagiário e um militante que se definia pelo exercício religioso e pelo engajamento naquela organização.

A terceira entrevistada parecia sinalizar, constantemente, a seguinte mensagem: “Você não sabe nada sobre dificuldade ou pobreza!” Embora fosse sentido o resultado dessa diferença explicitada por gestos ou palavras, foi observado que pesquisadores mais renomados tinham acesso mais fácil a essa entrevistada.

A realização da quarta entrevista, foi beneficiada pela relação professor-aluno existente. Dessa forma, foi possível obter números telefônicos, junto aos departamentos da UFMA e, também, ser bem recebido e até presenteado com um livro.

Enfim, essa breve interpretação sobre as entrevistas significa, antes de tudo, uma parte do processo de obtenção de informações para as trajetórias apresentadas a seguir.

4.1 Militância e Assessoria Sindical

Eurico Fernandez da Silva nasceu em 1937 na região rural da cidade de São Lourenço da Mata- PE. Seu pai era trabalhador rural em engenhos de açúcar e sua mãe costureira, ambos possuíam uma participação religiosa nas cerimônias espíritas e católicas. Seu Avô paterno era um pequeno produtor agrícola e o materno, operário da oficina de uma usina de cana-de-açúcar, ambos eram devotos de Santo Amaro - Santo protetor de Pernambuco.

Antes de 1964 esteve envolvido em movimentos da igreja. Os estudos médios ocorreram próximos à fase adulta, durante a década de 1960, no Comercial de Ribeirão, onde foi presidente do grêmio estudantil. Após 1964 ajudou a reabrir o sindicato de Ribeirão, e trabalhou na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Na década de 1970 mudou-se para a uma cidade chamada Vitória de Santo Antão, onde licenciou-se como professor de estudos sociais, pela Faculdade de Formação de Professores de Vitória de Santo Antão (PE).

formado e com experiência em movimentos ligados à igreja, trabalhos sindicais e questões agrárias, mudou-se para São Luís- MA em 1977, onde atuou por sete anos como assessor sindical da Comissão Pastoral da Terra. Através da formação na área de educação trabalhou especificamente com a organização sindical, assessoria em eleições sindicais e em reuniões. Segundo o entrevistado, uma das principais motivações para essa atuação foram as experiências vividas anteriormente na cidade de Ribeirão e também a vontade de ajudar a construir a Pastoral da Terra em São Luís-MA. De fato, observa-se que as posições ocupadas na CPT não podem ser pensadas sem considerar uma produção anterior e acumulação de *capital militante* relacionado às posições ocupadas anteriormente.

Em 1979 filiou-se ao PC do B e na década de 1980 atuou na Associação da Saúde da Periferia - ASP, onde auxiliou na elaboração do estatuto do sindicato dos ferroviários, e também na criação do Sindicato dos funcionários públicos federais. Nessa mesma entidade assessorou o Movimento de defesa dos favelados a na campanha em favor de uma emenda popular para que o estado financiasse habitação de até 3 salários mínimos. Segundo o entrevistado,

E ai tinham vários movimento e a gente aqui tava ligado ao MDF, a gente assessorava o MDF e o movimento comunitário, então a gente participou desse trabalho ai da luta pela moradia, ai depois eles criaram o movimento próprio e a gente não acompanhou mais. (Eurico Fernandez da Silva, entrevista realizada em 04/03/2010)

Através das palavras do entrevistado pode-se pensar a ASP enquanto *estrutura de mobilização* para os agentes que pretendiam construir um Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados. Além desse suporte, percebe-se que tal situação não está desvinculada do fato de o agente entrevistado lançar mão, inicialmente, das habilidades adquiridas na cidade de Ribeirão para galgar posições frente à assessoria de movimentos de

reivindicação por moradia. Sobre a situação de reivindicação pela moradia naquele período, segundo a concepção do entrevistado ocorria a seguinte situação

A luta pela moradia aqui é mais, pelo que eu consegui relacionar a solo urbano. é é uma luta, o que mais fica claro é a luta entre as imobiliárias e os movimentos, né. Essa é a questão de fundo. As imobiliárias que foram acompanhando toda terra da ilha. Toda terra da Ilha são terras publicas, eram terras públicas. **As imobiliárias e o poder econômico** foi se apropriando das terras né e o pessoal foi ocupando essas terras na medida em que houve um grande exodo rural. Então foi ocupando os terrenos. Teve terreno que foi ocupado em conflito. (...). **Era a população contra os especuladores**, contra aqueles que se diziam proprietários, foi por isso que foi um impacto muito grande na questão dos cartórios para saber se. O pessoal inicialmente não tinha essa parte, depois ele **começaram a entender a parte de que precisava ir no cartório**, fazer o levantamento para saber se era legal ou não, para poder enfrentar e ter mais força na luta, né. E aí também, logo depois houve um fato importante porque o movimento se retirou e na medida que a coisa foi crescendo, ai partiu para as interferências políticas, da direita inclusive. **A esquerda se afasta um pouco, porque ate aí era um movimento de esquerda PT, PC do B, a Igreja etc...** depois vai o pessoal da direita como Jairzinho ai você vai lá e quando você olha lá uma nome por exemplo, Vila Lobão, Vila Cafeteira, foi elementos daquele poder ai que deu certo apoio aquele pessoal, deu certo apoio aquele pessoal. Aí era um advogado, era um padre, Padre Xavier entendeu, naquele tempo era padre, não era bispo. E aí sabiamente o povo pegava esses nomes exatamente para ter sustentação política. (Eurico Fernandez da Silva, entrevista realizada em 04/03/2010 grifos meus).

Através da citação percebe-se um tipo de *enquadramento interpretativo* que, segundo Tarrow (2009), relaciona-se com os descontentamentos expostos nas reivindicações e também possui a função de definir o “nós” e “eles. Uma questão interessante é a propagação desse enquadramento interpretativo em meios acadêmicos, desconsiderando sua função e utilidade na construção de um movimento de reivindicação. Outra questão é a relação entre populares com políticos, tanto da esquerda quanto da direita, que é apresentada de maneira bem instrumentalizada, para a obtenção de recursos materiais¹⁰¹ o que significa uma ruptura com qualquer classificação moralista de reivindicação, já que os interesses materiais se sobrepõem aos expostos nos discursos por direitos - até porque trata-se de uma importação de discurso sobre uma base social peculiar.

Tem-se a informação de que na década de 1980, o entrevistado participou de dois congressos nacionais do movimento de defesa dos favelados, um no Rio de Janeiro e outro em

¹⁰¹ Segundo Borges (1998) O distanciamento entre estes movimentos e os partidos de esquerda, dentre eles o PT, ocorria porque, uma vez consolidadas as ocupações, seus vínculos políticos preferenciais passavam a ser com agentes ligados ao Governo, inicialmente visto como opositor mas, nesta segunda fase, passava a ser visto como o único em condições de atender às reivindicações dos ocupantes: regularização da terra, água, iluminação, asfaltamento de ruas, transporte etc.

Alagoas. Sobre sua atuação nos congressos e no movimento de reivindicação por moradia ele afirma,

Eu era mais assessoria. Nós éramos assessoria pela entidade aqui. E nessa assessoria nossa participação era de auxiliar, de ajudar, planejar, preparar documentação, essas coisas. Nós éramos aqui, não tomávamos decisão. A nossa tomada de decisão era do movimento do pessoal da moradia, não era nosso. Nós não quisemos substituir o grupo. Dávamos apoio e sustentação ao movimento, a mesma coisa no campo na luta pela reforma agrária. (Eurico Fernandez da Silva, entrevista realizada em 04/03/2010)

Percebe-se que a principal modalidade de atuação constituía-se no planejamento e a preparação documental, ou seja, em tarefas administrativas e de orientação. Tal assessoria representa um recurso utilizado pelos militantes do MDFP-MA e também uma estrutura de mobilização, isto é, um tipo de “espaço” onde o referido movimento pode desenvolver-se através dessas assessorias, da obtenção de novos códigos por parte dos militantes e tirando proveito da estrutura fornecida.

Ainda na década de 1980 trabalhou na implantação do SUS e dos conselhos municipais e estaduais de saúde. Na década de 1990 atuou na área da agricultura familiar, especificamente através de posto no Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e depois, em 2008 na secretária estadual de direitos Humanos, onde promoveu conferências relacionadas a pessoas com deficiência, movimento GLBT e atualmente pertence a direção da executiva estadual do PC do B do Maranhão.

4.2. Militância e Comunidades Eclesiásticas de Base

Francisco das Chagas Pereira nasceu em novembro de 1959 na cidade de São Bernardo, numa família de lavradores, cuja principal participação em atividades sociais realizava-se por meio do engajamento religioso no período do festejo de São Bernardo. Os avôs maternos e paternos eram imigrantes do Piauí e Ceará, ambos eram pequenos proprietários e agricultores

Após a morte do pai em 1979, decidiu vir para São Luís, onde inicialmente morou com uma madrinha na Vila Passos, no centro da capital, e depois mudou-se para o bairro do Anjo da Guarda. Realizou o ensino fundamental no Centro Educacional do Maranhão (CEMA) e depois se mudou para o Colégio Japiáçu, localizados nesse mesmo bairro. Depois foi para o colégio Souza Martins em São Luís, onde concluiu o 2º grau. De toda a família, composta por pai, mãe e mais dez irmãos, Francisco das Chagas Pereira foi o único alfabetizado. Sobre essa formação educacional o entrevistado comenta mais detalhadamente que

Eu cheguei com 12 anos . eu estudei em Mobral do Anjo da Guarda, Eu fui alfabetizado pelo Mobral¹⁰² no Anjo da Guarda. Eu estudei no Mobral (falou mais calmamente) alfabetizado, porque eu não tinha documento para vim pra cá. Não tinha registro. E eu estudei também, não sei se você tem esse dado, Eu estudei num programa que tinha de 18:00 da tarde, Radiodifusão era um programa chamado projeto Minerva, era pelo radio e era questão do primeiro, antigo primeiro(grau). Então meu engajamento começou ali já naquelas salas de base, de escutar no radio. E Quando eu terminei tudo isso, fui estudar no Japiassu entendeu, e ai veio a questão, porque eu era o maior de todos na turma e como tinha estudado no Mobral. (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010)

Segundo o entrevistado, o fato de ser o mais velhos da turma e o único, entre os dez irmãos, que sabia ler e escrever, lhe gerava um certo incômodo, fato que lhe motivou a participar de um grupo de jovens da igreja católica que estudavam e discutiam questões da comunidade. Nesse grupo, ele teve contato com pessoas como Jean Marie Vam Damme, Irmão Cili e irmã DeJane da congregação irmãos de Montreal. É interessante relacionar o engajamento religioso do entrevistado com o ingresso, em 1982, no Centro de Teologia do Maranhão (CETEMA)¹⁰³, uma vez que existiam motivações pessoais relacionadas à questão educacional e também, contato com os padres, entre eles o Belga Jean Marie Vam Damme, cuja vinda ao Brasil deu-se primeiramente, por conta da docência nesse seminário de teologia. Tem-se aí uma estratégia baseada na utilização dos *capitais sociais* do agente para a obtenção de um *capital cultural* diretamente relacionado à posição alcançada e a forma como constrói uma percepção de militância fortemente moralista e baseada nos princípios cristãos.

¹⁰² Programa de alfabetização de jovens e adultos criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967

¹⁰³ Trata-se do atual IESMA- Instituto de Ensino Superior do Maranhão.

A questão educacional básica, idade avançada e realidade familiar, parecem ter sido a mola propulsora do entrevistado em um engajamento religioso e político. Autores como Miceli (2009) percebem que em famílias de origem social modesta a função dos seminários era fundamental, no sentido de possibilitar uma formação escolar livre de grandes investimentos.

Quanto às atividades exercidas pelo agente antes de ingressar no seminário, sabe-se que sua atuação era através da educação e instrução de pessoas da comunidade da área Itaquí-Bacanga. Sobre a natureza desses trabalhos e sua iniciação nas atividades do grupo jovem no bairro, entrevistado afirma

Era educativo e assim. E gente ia visitar a macaúba, aquela região que hoje é toda da Vale do Rio Doce. Era tudo povoado, Boqueirão Bonfin, a própria colônia do Bonfin na antiga Vila Nova. E daí a gente começou. . . Claro que no início era mais motivação de passear

Com a idade a gente vai tomando gosto pela questão. Ai depois chega a Vale do Rio Doce . a Vale do Rio Doce chega e começar a demarcar. A chamada AMZA que a era da serviço da Vale, começar então a demarcar as áreas e começa a mexer nos povoados e começar já proposta de tirar o pessoal. E nesse momento então a gente entra na luta. E daí começa essa luta da gente. (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010).

Através do trecho, percebe-se que a implementação da AMZA oferece um sentido à atuação desse agente na região do Anjo da Guarda. Trata-se de um estímulo para que o agente iniciasse sua inserção em trabalhos que auxiliassem as populações afetadas. Sobre esses trabalhos, o mesmo afirmou que ocorriam em forma de reuniões com as famílias afetadas e que quase sempre essas reuniões possuíam uma reflexão bíblica. Durante o seminário, ele atuou no setor de catequese da diocese de São Luís, de onde relembra o apoio dado pelo arcebispo Dom Motta.

Essas referências pessoais são importantes no entendimento de como esse agente pode tirar proveito das redes estabelecidas. Sobre uma situação de prisão na Vila Padre Xavier, por exemplo, o entrevistado relata

E a prisão da Vila Xavier que eu levei porrada ne. Então eles me chama de fí de uma egua , come cú de padre. Essa linguagem assim sabe. E uma coisa interessante é que no período é que eu tava na outra sala preso, acho que eles ia me dá outra sessão, quando eu ouvir a voz de Dom Mota, ai ele entrou cochichou. Quando eu sai, me espantei já tava na sala de Raimundo Marques já e Dom Mota entrou. Ele era uma

figura muito. ele ia mexeu coma gente ele ia Haroldo Sabóia também era um Aliadão. Helena Heluy. (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010)

Em tal situação percebe-se o auxílio do acerbispo Dom Mota, do economista da SMDH Haroldo Sabóia e da advogada da Comissão Justiça e Paz, Helena de Barros Heluy, o que demonstra não apenas o poder mobilizador da Arquidiocese, de onde o padre Chagas fazia parte, mas também a forma como isso era objetivado em ações de auxílio para os agentes pertencentes à aquele domínio social.

Tal discussão remonta diretamente a importância das CEBs dentro de uma estrutura maior de mobilização, ou seja, o fato de ter pertencido a uma Comunidade Eclesiástica de Base que é diretamente vinculada à Arquidiocese simboliza muito dentro do contexto de mobilização daquele período. Segundo o entrevistado a CEB auxiliava os trabalhos dos palafitados e destacou que a Dona Serrão, que era uma liderança popular do bairro da liberdade, também pertenceu a grupos ligados às CEBs.

Atualmente, o Padre Francisco das Chagas está envolvido na questão da reforma agrária, nas políticas públicas no Baixo Parnaíba e na realização do Fórum do Baixo Parnaíba onde são debatidos os impactos ocasionados pela implementação dos grandes agros negócios da Soja e do Eucalipto.

E embora reconheça que seu engajamento auxiliou a participação popular, percebe que,

um erro que se cometeu, foi a questão se só se trabalhar a questão econômica do pessoal. você esqueceu de trabalhar as relações de liderança. A questão de um projeto político. De um projeto aonde não é eu ter só a minha casa, eu preciso de um projeto político em que eu tenha minha casa, tenha educação, tenha um bairro sadio. Veja o que é o João de Deus hoje, o São Bernardo o Coroadinho. É é é vamos dizer um celeiro , um canteiro de produzir marginalidade na linguagem , não sei se a linguagem é essa, pra produzir essas pessoas que usam maconha, assaltantes. Porque nos não trabalhamos essa questão que não é só ter a casa é botar o pessoal para morar lá e a discussão das relações ali, do bairro,. A questão da casa, da água, da praça, da escola, quer dizer você começar a ocupar assim que nem espaço para lazer você deixa. Entendeu? (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010)

Dessa citação, é importante problematizar as condições sociais de reivindicação por moradia, ou seja, realmente as populações dos bairros onde ocorriam os conflitos

participavam das manifestações almejando apenas recursos materiais ou tratava-se de uma questão de percepção de mundo? Analisando as fragilidades de uma importação e sobreposição de discursos sobre determinadas condições sociais, percebe-se que os porta-vozes parecem simbolizar as âncoras de um navio naufragado, ou seja, o trabalho dos intelectualmente favorecidos (LENOIR,1996) não pode ser, de forma alguma, descartado da análise do processo de institucionalização de um movimento de reivindicação.

4.3 Militância Popular e Reafirmação pelas Origens

Maria José Serrão nasceu em março de 1938, na cidade de Bacurituba-MA, em uma família cujo pai era pedreiro e possuía o ensino fundamental, e sua mãe cuidava do lar e confeccionava redes. Sobre o engajamento de familiares, ela recorda de uma tia que morava em Bacurituba e era zeladora da igreja, ao mesmo tempo em que participava das discussões promovidas por essa instituição. Ressalta também o envolvimento do marido no sindicato dos ferroviários.

Alfabetizou-se com uma tia e logo foi para a cidade de São Bento-MA fazer o ensino básico em uma escola chamada Mora Junior. Aos 15 anos mudou-se para São Luís, indo morar no bairro da Liberdade e estudar no colégio São Vicente, no João Paulo, onde permaneceu até a quinta série. Com dificuldades financeiras, pois o trabalho de empregada doméstica de sua mãe não possibilitava o pagamento da escola; abandonou os estudos, retomando-os no colégio João Guilherme de Abreu, quando estava com mais de 30 anos.

Trabalhou com costura, venda de bolos, sendo também professora particular e da rede municipal por meio de contratos. Sua participação em atividades sociais iniciou-se em companhia de sua tia ainda em Bacurituba, quando, além de participar dos cultos, também visitava famílias necessitadas. Durante a década de 1970, participou do grupo de jovens da igreja do Divino Espírito Santo, na Liberdade. Segundo a entrevistada, tratava-se de um grupo orientado pela Caritas. No final dessa mesma década, participou das discussões promovidas pelo padre canadense Candout, a respeito da implementação do PROMORAR na área da

Liberdade. Nas palavras dela¹⁰⁴ “A gente visitava as comunidades, aliás ruas nos bairros aí pra colocar e pra saber assim o que era o PROMORAR tudo. já ia fazendo aos poucos fazendo o reconhecimento.”

Maria José Serrão participou ativamente das reuniões de debate sobre os problemas dos bairros. Sobre essas mobilizações, ela descreve:

Tinham as uniões de moradores das palafitas, palafitados na Camboa, na Brasília, na Floresta ,ta ,e no São Francisco. Então marcava hoje uma reunião no São Francisco, todo mundo daqui ia, os representantes ia pra lá. Lá a gente discutia os acordos tudo direitinho e marcava outra reunião. Era muito bom

Eu ia de noite pro João de Deus. eu sozinha Maria José Serrão e deus. Eu soltava na avenida subia depois pegava uma rua que so tinha arvores de lado e outro que era tudo escuro aí eu chegava e ia pra reunião. de nove e meia da noite eu fazia o mesmo percurso e não me acontecia nada. Eu soltava no São Bernardo e ia pra Vila Brasil que ônibus só ia ate o São Bernardo. As reuniões ou eram na igreja ou eram naquela escolinha de frente. (Maria José Serrão , entrevistas realizada em 09/02/2010).

Tais reuniões funcionavam como momento de compartilhamento de experiência e socialização de estratégias e modalidades de ação. Desse fato decorre a explicação sobre possíveis semelhanças de atuação de determinados agentes por diversos espaços da capital.

Uma forma de evidenciar a base de apoio e as redes de relações que estruturavam o processo de construção do movimento de reivindicação e atribuíam força aos militantes das próprias áreas pode ser pensado em relação as formas de apoio fornecidas aos mesmos. Nesse sentido, segundo a entrevistada havia a colaboração nada menos que,

O pessoal da UFMA, a gente tinha muito acesso. Até hoje a gente tem amizade com alguns professores da UFMA. Porque eles colocam as situações pra gente, as dificuldades. Quando a gente ia discutir com o governo é que gente já estava sabendo, das dificuldades E a gente era sempre assessorado, a professora Ozanira sempre assessorou a gente, foi uma pessoa constante.

A gente tinha o apoio da Igreja, fortíssimo. Nesse tempo a igreja era pé no chão. Ia lá no povo e dizia mesmo com clareza. Rapaz é isso que falta hoje, que não tem mais. E alguns políticos. .. Aldemar salgado Haroldo Sabóia

(Maria José Serrão, entrevista realizada em 09/02/2010)

Nesse trecho observa-se duas importantes instituições, a igreja e a Universidade Federal. Na situação em que a professora Ozanira é citada pode ser pensada uma *rede do tipo*

¹⁰⁴ (José Serrão , entrevistas realizada em 09/02/2010).

diádica (LANDÉ,1977) manifestada tanto por canais institucionais, quanto por informais construídos sobre o engajamento dessa professora nas ações da Comissão Justiça e Paz.¹⁰⁵

Um exemplo de mobilização construída por meio das redes pode ser observado no relato de desapropriação de terrenos na área da Floresta, como expõe o relato abaixo,

Lembro bem quando aconteceu a derrubada na Liberdade, na Floresta. Isso foi em maio de 82. eles dragaram toda a área para fazer o projeto PROMORAR, mas como as coisas são lenta, o povo começou a fazer as casas pra morar. Eles iam pra tirar o povo. Retirar o povo de lá.

Olha como Deus é tão bom. Aconteceu o velório de uma pessoa e o policial disse pra um representante da liberdade que eles iam ter que dormir no quartel porque no dia seguinte eles ia em peso pra Liberdade para retirar o povo. Ai nessa hora disse pra Bráulio e apegado na minha casa morava Amilca, que é juiz hoje, e Lourdes. Eles trabalham na comunidade no Grupo da equipe do divino, no qual eu fazia parte.

Então avisaram e lá em casa tinha telefone. Então ficamos lá em casa até 1:00 da manhã , sentados no chão, fazendo ligações pra todo mundo, avisando. O bispo daqui era Dom Mota e ele estava em Teresina. Nessa hora Bráulio ligou pra ele, para ele entrar em contato com o governo do Maranhão. Eu sei que a agente mobilizou .. esse políticos todos. Helena é uma pessoa muito presente há muito tempo. Então tava Helena. Haroldo tava conosco lá. Mobilizamos a imprensa inteira e de manhã cedo. Menino nesse dia foi uma figura. Prenderam os padres porque os padres das paróquias estavam lá. Nos reunimos, fizemos um circulo e ficamos rezando ta. Depois os padres mandaram a gente sentar. A policia chegou, pegou eles e botou no camburão. Tava Padre Bráulio, tava Xavier, tava padre vitorio, padre Demétrios, padre Antonio Baroni. Vários vários deles foram preso. Daí aos poucos eu acho que foram soltando porque eles se envergonharam. A imprensa em peso tava lá, em peso. Eu sei que isso aí rendeu, foi uma confusão danada. (Maria José Serrão, entrevista realizada em 09/02/2010)

Através da informação de um policial, todo um grupo de militantes ativou a maior autoridade religiosa do estado, a assessoria jurídica da Comissão Justiça e Paz representada por Helena de Barros Heluy, pelo político membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Haroldo Pires Sabóia, estimulando a ativação de capitais de notoriedade, político, social e cultural (BOURDIEU, 2004). É importante atentar também para os repertórios usados pelos padres, baseados em valores morais da não violência, propagadas pela cristandade. Em suma, o trecho caracteriza uma rede de relações sociais marcada pela ativação de variados recursos buscando concretizar um objetivo comum, que era a permanência das famílias no terreno.

¹⁰⁵ A pouca institucionalização e autonomia dos espaços sociais possibilitou a observação de determinados agentes em diversos domínios sociais que podem ser caracterizados por possuírem uma flexibilidade nos critérios de recrutamento, podendo ser manifestado através da tanto da profissionalização quanto por meio das relações pessoais.

Ela participou ainda do encontro nacional do MDF realizado na Bahia, em nome do MDFP-MA que era um tipo de representação que congregava todas as associações de moradores e palafitados, caracterizando-se como uma representação de nível estadual. Atualmente, continua frequentando a paróquia do Divino Espírito Santo, na Liberdade e participa de uma organização chamada União Por Moradia Popular, localizada na rua dos afogados, centro de São Luís, e que atua no fornecimento de assessorias jurídica às pessoas envolvidas em desapropriações e conflitos por terra em São Luís.

4.4 Militância e Pesquisa Acadêmica

Maria José Costa nasceu em novembro de 1946, na cidade de Araisos –MA, numa família cujo pai era criador de gado e possuía o nível fundamental e a mãe era dona de casa e analfabeta. Sobre a família, a entrevistada lembra que a mãe gostava de plantação, horta, criação de galinhas e que seu pai engajava-se nas atividades da igreja, onde era dirigente de grupos religiosos. Os avôs maternos e paternos eram analfabetos e dedicavam-se à agricultura e à família. O marido era agrônomo.

Estudou o nível fundamental em Parnaíba entre 1957 e 1961 e o nível médio em São Luís, no Colégio São Vicente entre 1964 e 1967. Em 1967, ingressou no curso de Serviço Social da UFMA, concluído em 1971. O primeiro engajamento em grupos ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 através da participação na Juventude estudantil católica que perdurou até a década de 1980, transitou pela Comissão Justiça e Paz e estabeleceu-se na ASP- Associação de Saúde na Periferia no Maranhão. As atividades desenvolvidas realizavam-se através do núcleo de educadores populares que organizavam as lideranças dos “movimento” e com eles realizavam capacitações, discussões e campanhas.

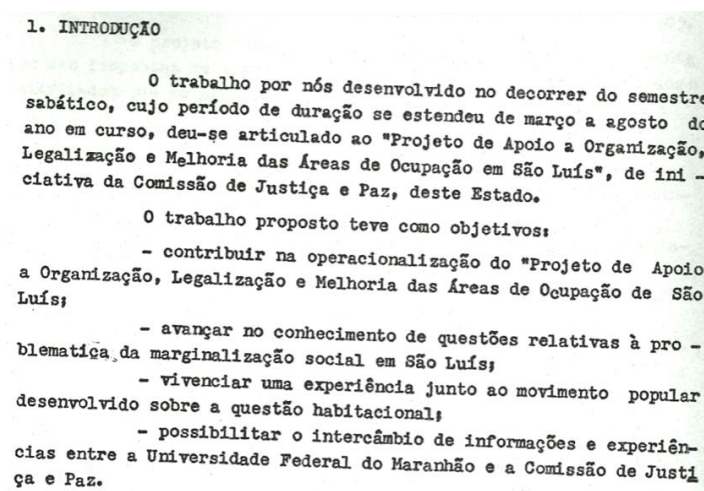
Durante a década de 1980 coordenou, junto com a professora Ozanira, um projeto da Universidade Federal. Tal projeto era uma parceria com o MDF- Movimento de Defesa dos Favelados e tratava-se de uma pesquisa participante sobre a questão da moradia, por essa mesma pesquisa realizavam reuniões, capacitações, reflexões com o pessoal do MDF e pessoas de outros bairros também. Sobre a atuação junto aos movimentos de reivindicação por moradia a entrevistada afirma,

A gente denunciava muito a situação da moradia, no país e no Estado. Denunciava nas entrevistas, com os jornais a gente fazia movimentação na praça. Tinha essa força da denuncia e também o Movimento de Luta por Moradia, a gente tava aqui por trás, a retaguarda assessorando. Eles participavam também quando tinha ocupação. Tentar segurar as ocupações das pessoas né, para que a polícia não viesse e despejasse. Eles que eram na verdade os protagonistas, a gente era uma assessoria que orientava. No tempo que Jackson foi prefeito tinha uma abertura pra gente ter audiências com o prefeito. Ai de vez enquanto a agente ia debate com o prefeito também essa questão da moradia. Tinha essa interlocução também com o poder público. Essa foi uma outra estratégia, usava aqui o enfretamento do movimento popular mesmo e usava essa interlocução com o poder público. (Maria José Costa, entrevista realizada em 13/03/2010)

Através do trecho é possível evidenciar a estrutura de mobilização que dava suporte ao movimento de reivindicação por moradia e também interlocução direta com os representantes políticos da época. Outro tipo de mobilização realizada era a coleta de assinaturas para a aprovação de projetos relacionados à moradia.

Entre outras coisas, pode-se dizer que a militância do agente constitui-se de uma atuação profissional com implicação política, o que fazia da reivindicação por moradia uma questão de assistência social, de assessoramento das populações para a reivindicação via mobilização política, através de “abaixo- assinados”, debates e reuniões.

A inserção como docente no departamento de serviço social da UFMA trouxe-lhe autoridade nos assessoramentos e capacidade de transpor questões de um domínio de reivindicação popular para um acadêmico, associado principalmente ao exercício profissional, mas que não excluía também os outros domínios sociais nos quais estava inserida. Um exemplo disso:



**Ilustração 35 – Relatório de atividades de semestre sabático
06 de setembro de 1989**

O trecho do relatório institucionalmente apresentado sobre a sigla da Universidade Federal do Maranhão e do departamento de Serviço Social representa um exemplo de pesquisa participante, cuja base fundamental foi caracterizada no intercâmbio de informações, o que sinaliza a necessidade de trânsito por domínios nos quais o agente já estava engajado e também de financiamento e apoio institucional do projeto por parte da Universidade Federal do Maranhão. Quando perguntou-se a respeito da percepção que o entrevistado tinha da própria atuação, complementarmente obteve-se a seguinte resposta:

Eu era uma pessoa de universidade, né. Então a minha inserção era muito nessa área de ser um assessor que ajuda as pessoas, que ajuda o movimento a refletir com os detalhes mais técnicos mais científicos, que você sabe que o saber popular ele vê a coisa imediato, que é necessário que é importante, mas quando cruza esse saber popular com o saber mais científico, isso acrescenta, os dois se acrescentam, nenhum é mais importante que o outro, mas os dois se acrescentam. (Maria José Costa, entrevista realizada em 13/03/2010)

Desde 1997 filiou-se ao PC do B e atualmente a entrevistada participa do conselho de segurança alimentar e foi superintendente de segurança alimentar do governo de Jackson Kepler Lago (2007-2009). Continua participando da ASP e se dedicando mais à EQUIPE (formação Zumbi dos Palmares).

EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

Todo trabalho apresentado até agora surgiu de uma inquietação inicial quanto à forma naturalizada com que os movimentos sociais são percebidos, seja como dados da realidade ou de forma normativa e moralista. Nesse sentido, tentou-se analisar “o movimento de reivindicação por moradia” enquanto um processo influenciado tanto por um contexto histórico, quanto por um trabalho coletivo, no qual agentes de diferentes domínios sociais engajavam-se numa “causa” comum.

Por meio de uma caracterização geral do contexto histórico e social de São Luís, entre as décadas de 1970 e 1980 percebemos que a composição social presente nas principais áreas periféricas eram originárias de outras cidades do estado e dispunham, grosso modo, de baixos recursos escolares e econômicos, o que resultou em ocupações que contrariavam a lógica das imobiliárias e grandes empresas. Nesse contexto apresentou-se as condições propícias para o conflito entre os principais segmentos envolvidas em algumas consequências como articulações entre agentes, inserção de organizações como as CEBs, SDMH, FASE e outros, às respostas do poder público, por meio dos principais projetos dedicados às famílias que viviam nessas áreas de conflito.

Uma vez demonstrados os principais eventos que contribuíram para a inserção de agentes nas ações coletivas de confronto e também as características gerais das famílias envolvidas nas situações de “despejo”, mostramos qual era a estrutura que dava suporte, tanto para os agentes, quanto para as “famílias”. Por meio de uma periodização, demonstramos que as diferentes formas de obtenção de recursos indicam o nível do processo de institucionalização da “reivindicação por moradia” e que, apesar da entrada de novos agentes, não houve uma ruptura no desenvolvimento de antigas práticas e estratégias. Verificamos ainda que a inserção e as relações sociais estabelecidas entre alguns agentes tiveram repercussão direta no processo de mobilização de recursos, para isso exemplificamos com o caso da associação dos moradores palafitados do bairro da Liberdade – tentando demonstrar que uma associação não surge da noite pro dia, e sim, por meio do trabalho coletivo de diferentes agentes.

Evidenciou-se que as alianças entre “moradores” e “aliados fortes” repercutiam tanto no cotidiano dos “moradores” dos bairros afetados, pois tiveram papel importante na

fermentação de uma estrutura de mobilização que gestou associações de moradores e porta-vozes locais capazes de falar sobre os próprios problemas vividos nessas áreas; quanto em outras arenas de disputa, nas quais os agentes externos estavam inseridos, ou seja, nas disputas políticas, acadêmicas e profissionais que coexistiam. Enfim, fosse por somar forças contra um inimigo mais forte e/ou por motivações religiosas, profissionais ou políticas, agentes de diversos domínios sociais envolveram-se em ações coletivas na defesa de uma causa.

Apenas explicitando toda a estrutura de mobilização, que dava suporte aos agentes, foi possível analisar os repertórios ativados nas ações coletivas de confronto. Dessa forma, demonstramos que repertórios como panfletagem, passeatas, encontros e reuniões sinalizavam tanto a estrutura de apoio, quanto a atuação de alguns porta-vozes importantes no processo de institucionalização da reivindicação por moradia. Nesse sentido, destacamos que tais mobilizações estiveram associadas tanto às habilidades de determinados agentes, que detinham conhecimento de códigos jurídicos, conhecimentos sobre comunicação etc. Quanto por uma questão mais “cultural”, associada à utilização de facões e foices pelos moradores, e de rezas realizadas pelos padres. Enfim, tem-se um conjunto de repertórios coletivos e individuais que foram delineados e ativados por meio da lógica que definia as relações sociais e alianças.

Através da periodização dos principais conflitos, buscamos elencar as principais características da situação de violência, concluindo que essas situações foram importantes enquanto elementos de motivação comum, na inserção dos diferentes agentes e também por serem o “palco” privilegiado onde eram desenvolvidas as redes de relações, os trunfos políticos, econômicos e sociais dos agentes envolvidos. Percebeu-se que a percepção sociológica sobre conflito possibilita uma contribuição no entendimento da formação de movimentos de contestação contra oponentes mais fortes. Enfim, notou-se que os repertórios acionados nos conflitos também indicavam a existência de segmentos sociais específicos e de uma estrutura de apoio.

Notou-se que toda a análise sobre as condições de luta e sobre as mobilizações indicavam a importância da compreensão das diferentes modalidades de intervenção e, nesse sentido, identificamos os principais militantes envolvidos no processo de construção social do problema aqui estudado. Uma breve sociografia demonstrou que grande parte eram imigrantes, obedecendo a uma tendência geral de época, que todos transitaram por espaços privilegiados de discussão como a igreja, as universidades, e os sindicatos; que as percepções

em torno da “luta por moradia” e das motivações que os levavam ao militância, demonstravam o cruzamento de duas lógicas nas quais tentamos construir nosso objeto - motivações pessoais e motivações institucionais ou históricas.

Observou-se o cruzamento entre as distintas formações profissionais e a formação de uma discussão comum que se apoiava numa crítica mais ampla sobre o contexto político da época. Assim, as habilidades, fossem jurídicas, educacionais ou políticas, também representaram um meio de engajamento, mesmo que de forma especializada, junto às famílias residentes nas áreas de conflito.

Em suma, “movimento de reivindicação por moradia” não é auto-explicativo, não surgiu unicamente de uma situação contextual, nem da vontade dos principais porta-vozes. Entendemos que a compreensão desse fenômeno significa, entre outras coisas, considerar que, da história da formação dos bairros da cidade de São Luís, emergiram, das situações de conflito, que articularam instituições variadas, agentes com recursos diferenciados, motivações distintas, uma série de laços formais e informais que possibilitaram pensar a reivindicação por moradia enquanto causa legítima.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI, Verena. Obras coletivas de história oral. **Tempo** - Revista do Depto. de História da UFF, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, p.206-219, jun. 1997.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, 2009. Acessado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt em 4 de outubro de 2010

BACHELARD, G **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BADIE, Bertran y PIERRE Birbaum (1994). Sociología del Estado: nuevas interpretaciones, Revista Internacional de Ciencias Sociales, nº 140, junio, Unesco.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. *São Paulo*: Edusp, 2002

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p.693- 732.

_____. Lições de Aula. São Paulo: Atica, 1988.

_____. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002b.

_____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BONTEMPO, Karina. *A contribuição do uso público para a conservação das áreas urbanas de interesse ambiental: a micro-bacia do Jaracaty em São Luís – MA*. Dissertação em Engenharia Ambiental Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BORGES, Arleth Santos. PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais. São. Luís: UDFMA. 2008.

BECKER, O. M. S. - “Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos”. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p.: 319-367

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

- BURNETT, Frederico Lago. Estado, interesses privados e a permanência da crise do “centro histórico”: políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão. In: Revista de Políticas Públicas V. 12, p. 93-102, 2008
- CARDOSO, Maria Suely Dias. SÓ VIVO DE PESCA: estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio - entre Alcântara e São Luís, Maranhão. Dissertação em Ciência Sociais, Universidade Federal Maranhão, 2008.
- CARLOS, A.F.A. Espaço - tempo na metrópole Editora Contexto, São Paulo, 2001
- CORADINI, Odaci Luiz. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Relatório de Pesquisa para CNPq. Porto Alegre, 1998.
- CORADINI, Odaci Luiz. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.
- COSTA, Raimunda Barbosa. Prática Social das Uniões de Moradores de São Luís do Maranhão. Dissertação apresentada no mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de São Paulo, 1984.
- COSTA, Ramon Bezerra. As origens do jornal O Estado do Maranhão. Trabalho apresentado no GT – Jornalismo e Produção Editorial, do Iniciacom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. 2008b
- COSTA, Yuri Michael Pereira . A outra justiça: a violência da multidão representada nos jornais. 1. ed. São Luís: Edufma, 2008c. v. 1. 238 p.
- DELLA, Cava, Ralph 1988 "A **igreja e a abertura**, 1974-1985," In: Stepan A, org. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988
- DIANI, Mario. “Networks and Social Movements: a research programme”. In: DIANI, Mario and McADAM, Doug. *Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action*. OXFORD, Oxford University Press, 2004, (p. 299-319).
- DOBRY, Michel. "Sociología de las crisis políticas". Madrid. CIS. 1988.
- DOIMO, Ana M. Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994
- _____. Introdução à Sociologia. Lisboa, Edições 70, 2008.

GAXIE, Daniel. “Économie des partis et rétributions du militantisme”. *Revue française de science politique*, Année 1977, Volume 27, Numéro 1. (p. 123-154).

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre a redes e os aglomerados de exclusão. In: Iná Elias de. *Et al: Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados. São Paulo: Perspectiva, 1973

IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais 2003, Rio de Janeiro: 2004.

GRILL, Igor Gastal. Múltiplas Dimensões de uma agenda comum de Pesquisas: Elites Profissionais e Lideranças Políticas in: Elites, Profissionais e Lideranças Políticas (RS e MA): pesquisas recentes / Igor Gastal Grill, Eliana Tavares dos Reis, José Barros Filho. -1 ed – São Luís: edufma, 2008

LANDÉ, Carl. As bases diádicas do clientelismo. S/ed. 1977.

LANDIM, Leilah "Experiência militante": histórias das assim chamadas ONGs, in: Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc., Landim, L. (org.). - Rio de Janeiro: NAU. 1998

LARRATEA, Marcelo Gomes. Representações sociais, atores e interesses: a formação das políticas públicas em habitação no Rio Grande do Sul (1999-2002). Dissertação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 59 -106.

KOSSOY, Boris. Iconografia e história. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. *Belo Horizonte: Humanitas*, 1999

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004

MATONTI, F & POUPEAU, F. O capital militante: tentativa de definição. Tradução de “Le capital militant: essai de définition”. In: actes de La recherche em sciences sociales, nº 155, 2005.

McADAM, Doug. “Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements”. In.: DIANI, M. and McADAM, D. *Social Movements and networks. Relational approaches to collective action*. OXFORD, Oxford University Press, 2004 (p. 281-298).

MENDONÇA, S. A lepra no Maranhão. In: CONFERÊNCIA AMERICANA DA LEPRAS. *Anais...* Maranhão: Livraria Soares, 1923.

MEIRELES, Mario M. História do Maranhão. Terceira edição atualizada. Ed. Siciliano, Rio de Janeiro. 2001.

MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 2009USP.

MOTA, Antonia da Silva, Coroadinho São Luis 1990 (monografia de conclusão da graduação em historia – UFMA)

MOURA, Joana Tereza Vaz de and SILVA, Marcelo Kunrath **Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva.** *Rev. Sociol. Polit.*, Ago 2008, vol.16, p.43-54. ISSN 0104-4478

NEIBURG, Federico. 1999. "O naciocentrismo das Ciências Sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social." In WAIZBORT, Leopoldo (ed.): *Dossiê Norbert Elias*, pp. 37- 62. São Paulo: Editora

OLIVEIRA, Wilson. J. F. de. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PEREIRA. Ariel Tavares. Um espectro ronda a ilha: O comunismo na imprensa de São Luís (1935-1937). Dissertação em Ciência Sociais, Universidade Federal Maranhão, 2010.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A; LACROIX, B (Org.). **Norbert Elias**: a política e a história. Editora Perspectiva, São Paulo, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. (tradução) Dora Rocha Flaksmam. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, N. 3, 1989, p. 3-15.
Disponível em; www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf

REIS, Eliana T. “Da Contestação à Profissionalização política: capital militante, capital social e capital política”. In: GRILL, Igor; REIS, Eliana e FILHO, José Barros. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas (RS e MA): pesquisas recentes*. São Luís: Edufma, 2008a.

REIS, Eliana T. “A ‘arte’ da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul”. In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.

_____. Em nome da “Participação popular”: Constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. In: *Revistas Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão*, V5, °9/10 São Luís EDUFMA, 2008c

RIBEIRO JR, José Reinaldo Barros. *Formação do Espaço Urbano de São Luís*. São Luís: Editora FUNC, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981), *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.1981.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

SIMMEL, Georg. 1983. “A natureza sociológica do conflito” in: SIMMEL, George. *George Simmel: Sociologia*. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ed. Ática, 1983

SILVA, M. K. . Cidadania e exclusão. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. v. 1.

SILVA, M. K. . De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 2-9, 2010.

SOARES, Paulo Celio. CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979). Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2001.

ROSANGELA Carrilo *Moreno* e Ana Maria F. *Almeida*. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. “*Isso é política, meu*

SKOCPOL, Theda. A imaginação histórica na sociologia. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, nº16, pp.07-29, 2004. Disponível em:

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, "A árvore da liberdade", vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

WACQUANT, Loïc e Calhoun, Craig J. “*Interesse, racionalidade e cultura*” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, 1991, pp. 76-100

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Revista Lua Nova* nº 55-56; São Paulo, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São. Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993

WOLF, Eric. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México”. In: WOLF, Eric. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

VAN, DAMME, Jean Marie. *Conselhos Populares em São Luís: Contribuição para refletir sobre o movimento popular*. ASP. São Luís

FONTES CONSULTADAS

Jornal “O Estado do Maranhão”

Areinha: um bairro entregue a sua própria sorte. **(11/02/77)**
Liminar de Juiz Garante a Derrubada de 84 casas no Bairro do São Francisco. **(06/12/1977)**
SURPLAN derruba casa no São Francisco. **(13/09/1977)**
Coronel é acusado de usar a polícia para derrubar casas e espancar os pobres moradores do Bairro Areinha. **(08/ 11/1977)**
O Estado do Maranhão de 17 de setembro de 1977 **(p.5)**
Grilagem Urbana de São Luís Repercute em Brasília. **(05/11/1977)**
Despejo foi dramático no São Francisco. **(12/12/1978)**
Violência na Remoção de Famílias da Areinha. **(13/12/1978)**
Bairro do São Francisco finalmente urbanizado. **(05/ 01/1979 p.4)**
Vai Jorrar o asfalto. **(07/01/1979)**
Abi Ackel poderá sustar processo contra invasores de Sá Viana. **(04/10/1980)**
Moradores do Coroadinho temerosos de um reinício na ação para expulsá-los. **(26/01/79)**
COHAB realiza pré Qualificação da Cidade Operária. **(04/09/1979)**
Palafitas confirmam o pagamento de impostos. **(23/05/1979)**
Andreazza afirma: Meta de Figueiredo é acabar com as palafitas. **(17/05/1979)**
Empresariado local será fortalecido pelo governo. **(17/06/1979 p.3)**
Mauro Fecury anuncia melhorias. **(04/05/1979 p.3)**
Coluna do Werber Lima. **(17/05/1979)**

O Jornal Pequeno

Nota oficial da União dos Moradores do Bairro do Sá Viana. **(17/ 01/ 1981)**
Padre Marcos ia sendo assassinado / Grave Conflito de Terras no Tirirical. **(23/04/1981)**
SURPLAN volta a derrubar casas no Anjo da Guarda. **(21/04/1981)**
Guerra pelas Terras: Tiroteio, Espancamento, Sangue e prisões no São Bernardo. **(8/05/1981)**
Moradores da Vila Padre Xavier respondem ao secretário. **(02/09/1981)**
Moradores da Vila Padre Xavier respondem ao secretário. **(02/09/1981)**
Sarney Filho é vaiado no São Bernardo. **(02/09/1981)**
Ivar Proíbe a Polícia de Derrubar Casas no Maranhão. **(27/05/82)**
Polícia Desrespeita Governo. **(28/05/82)**
Padre Xavier desabafa, ao deixar a CPT: Políticos safados impedem desenvolvimento do Maranhão. **(13/06/1982)**
Desapropriar o que? **(19/06/82)**
Violência e despejo no São Bernardo. **(06/11/1982)**
Preso e Algemado Ex líder dos moradores do Bairro do João de Deus. **(09/03/1982)**
Casas da Floresta voltam a ser derrubadas. **(02/06/1982)**
Policiais Armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta. **(25/05/1982)**
Sarney Filho Fatura votos com o caso do Sá Viana. **(05/10/1980)**

Igreja Lança nota contra invasão do Sá Viana.(25/09/1980)

Folha do Maranhão

Promorar não é aceito pelo povo. (23/06/1982)

Vitoriosa a luta da População da Floresta. (27/05/1982)

Palafitados Adoecem na Lama do Promorar. (24/07/1982)

DOPS Armada expulsa e agride posseiros. (28/05/1982)

Jornal de Hoje

Moradores da Ilhinha Culpam DNOS por derrubada de Casas. (11 /07/1982)

Entidades têm encontro sobre áreas ocupadas. (13/01/89)

Polícia prende Padres e Acaba com Palafitas. (29/05/1982)

Diário do Povo

Coroadinho as Vésperas do Despejo. (20/04/1979)

ANEXO I- ENTREVISTADOS

Nome	Perfil	Data
Basílio Costa Durans	Possui 60 anos de idade e é natural da cidade de Pinheiro-MA. Era carpinteiro, no bairro da Liberdade. Era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Luís-MA e destacou-se por ocupar a primeira coordenação da associação de moradores do bairro da Liberdade. Na associação fez frente a forma como o PROMORAR estava sendo implementado no bairro da Floresta. Na década de 1980 elegeu-se vereador pelo PDT e atualmente vive na Liberdade, onde possui uma pequena loja de materiais de construção. É presidente do clube cultural de boi de zabumba e tambor de crioula, e também, membro do conselho municipal de cultura.	20/03/2010
Edimar Fernando Mendonça	Possui 56 anos de idade e é natural da cidade de São Luís –MA. cursou direito, inicialmente, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e finalizou o curso na Universidade de Brasília (UNB). Nesses dois espaços teve contato como Movimento Comunitário Cristão (MCC) e com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na década de 1980 trabalhou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e depois na Caritas-MA. Nessas duas organizações, atuou em situações de conflito por habitação nos bairros do São Bernardo, João de Deus e Cidade Operária. Entre 1979 e 1984 foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi conselheiro da Ordem dos advogados, em 1988 e assessor da prefeitura municipal de São Luís, entre 1989 e 1991. Na década de 1990 ingressou na magistratura e em 2004 era juiz Direito da Vara da Execução Criminal em São Luís.	30/03/2010
Eurico Fernandes da Silva	Nasceu em 1937, na cidade de São Lourenço da Mata-PE. Trabalhou na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e licenciou-se como professor de Estudos Sociais na Faculdade de Formação de Professores de Vitória de Santo Antão. Em 1977 foi assessor sindical da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA). Em 1979 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Nesse mesmo período, fez parte da criação da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. No ano seguinte ingressou na Associação Saúde da Periferia (ASP), onde prestou assessoria ao Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP-MA). Na década de 1990 trabalhou no Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e em 2008 foi Secretário de Estado e Direitos Humanos do governo estadual do Maranhão.	04/03/2010
Francisco das Chagas Pereira	Possui 51 anos de idade e é natural da cidade de São Bernardo –MA. Em 1979 veio para São Luís-MA, no bairro do Anjo da Guarda, onde participou das atividades realizadas pelas CEBs, relacionadas aos conflitos existentes entre “moradores” e a AMZA. Formou-se em Teologia pelo Centro de Teologia do Maranhão, em São Luís. Atualmente é pároco de São Benedito do Rio Preto e coordenador do Fórum do Baixo Parnaíba.	03/03/2010

Helena de Barros Heluy	Nasceu em 1941 na cidade de Barão de Grajaú-MA. 1960 ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão e em 1980 no de Comunicação Social, dessa mesma instituição. Durante a década de 1970 participou do movimento dos concílios de cristandade e trabalhou no “Jornal do Povo” de Neiva Moreira. Na mesma década trabalhou no Correio do Nordeste e ingressou no Ministério Público Estadual. Em 1981 foi aprovada no concurso pra docente da Universidade Federal do Maranhão. Na mesma década fez parte do núcleo fundador da Comissão Justiça e Paz e por meio dessa, organizou encontros e participou de eventos relacionados ao “problema da moradia”. Em 1985 filiou-se ao PDT e em 1988 ao PT, onde permanece até hoje. Atualmente é deputada Estadual por esse mesmo partido.	30/03/2010
Jean Marie Van Damme	Nasceu em 1942 em Antuérpia-Bélgica. Participou da Juventude Estudantil Católica. cursou Bacharelado em Teologia, em Filosofia e fez o mestrado em Ciências Éticas na Universidade de Lovaine. Em 1975 tornou-se pároco no bairro do Anjo da Guarda, local onde organizou atividades das CEBs diante da situação de conflito entre os “moradores” daquele local e a AMZA. Em 1977 entrou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1986 foi acusado de ser comunista e por conta disso afastou-se dessa organização e ingressou na Associação Saúde da Periferia(ASP). Atuou na criação do conselho estadual de reforma sanitária em 1987 e em 1995 assumiu a docência no Centro de Teologia do Maranhão.	11/03/2010
Luiz Pedro de Oliveira e Silva	Nasceu em 1956 na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Em 1969 assumiu a direção do Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará. Entre 1967 e 1971 envolveu-se em um movimento comunitário do bairro Antonio Bezerra-CE e lá fundou um jornalzinho. Em São Luís ingressou no curso de jornalismo e participou da primeira eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entre 1979 e 1980 esteve na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, onde trabalhou na confecção de um jornal chamado campos-cidade. Nesse mesmo período atuou na região do Anjo da Guarda no conflito entre moradores e AMZA. Ingressou no PC do B em 1968 e em 1978 foi para o PMDB. Entre 1992 e 2008 esteve no PDT e atualmente é filiado ao PTC, onde exerce o mandato de deputado estadual.	15/03/2010
Maria José Serrão Silva	Nasceu em 1938 na cidade Bacurituba-MA. Participou de grupo de jovens da Igreja do Divino, no bairro da Liberdade. Era membro da Associação de Moradores do Bairro da Liberdade e participou dos encontros e atividades desenvolvidos pelo Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP-MA). Atualmente trabalha no Fórum popular pela Moradia e promove atividades como financiamento de casas e assentamentos de “famílias” em terrenos.	09/03/2010
Maria José Pereira Costa	Nasceu em 1946 na cidade de Areioses-MA. Em 1967 ingressou no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Participou a Juventude Estudantil Católica até 1980. Nessa mesma década, já como professora da Universidade Federal do Maranhão, coordenou um projeto que se realizava em parceria com o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do	13/03/2010

	Maranhão (MDFP-MA). Ainda na década de 1980 ingressou na Associação Saúde da Periferia(ASP). Atualmente é presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) e dedica-se a Equipe de formação União dos Palmares.	
Maria Ozanira da Silva e Silva	Nasceu em 1942 na cidade de Bacabal-MA. Fez a graduação em Serviço Social entre 1963 e 1966. Foi presidente do diretório acadêmico do curso e participou de congressos nacionais da UNE. Durante a década de 1970 fez mestrado na Western Michigan University e na de 1980, doutorado na PUC/SP. Nessa mesma década integrou a Comissão Justiça e Paz (CJP) e realizou projetos de pesquisa no bairro da Liberdade, especificamente junto à associação de moradores daquele bairro em relação à implementação do PROMORAR.	06/04/2010

ANEXO II – ORGANIZAÇÕES CATOLICAS PROGRESSITAS E NÃO GOVERNAMENTAIS

SILGA	DATA	DESCRIÇÃO
SMDH	1979	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos surgiu do esforço de um grupo de 54 sócios fundadores, entre os quais percebeu-se a presença de economistas, antropólogos, advogados, parlamentares, operários, arquitetos, compositores, médico, cineasta, jornalista, educadores populares e professores universitários. Teve sua primeira Sede no Anjo da Guarda e nesse mesmo bairro desenvolveu o projeto Anjo da Guarda(1980-1982) financiado pela MISERIOR, que é uma organização da Igreja Católica Alemã que tem como objetivo combater a fome e a pobreza. Em 1985, com um novo perfil de sócios, essa organização voltou seus trabalhos para as questões do campo. Em 1988 com o financiamento da fundação FORD e em parceria com o Centro de Cultura Negra, iniciaram o projeto vida de negro com o objetivo de traçar estudos científicos que resgatassem a trajetória de luta das comunidades negras do Maranhão.
CJP		Trata-se de uma organização vinculada a Arquidiocese de São Luís-MA, que foi fundada, nessa cidade, em 1981. Teve grande destaque na promoção de encontros relacionados à questão da habitação e na promoção de assessorias jurídicas junto aos moradores da Liberdade. Dessa organização que saíram os conhecidos “advogados do povo”. Contudo, apesar disso possui em seu quadro de assessores, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais e psicólogos. Tratava-se também de um espaço de recebimento de denúncias de violência e atuação na promoção de direitos.
FASE	1973	Essa organização em nível nacional existia desde 1961, com o apoio do Orgão de Conferência Nacional dos Bispos Norte Americanos. O Objetivo era ajuda organizações dedicadas a auxiliar instituições de assistência social e educacional. Em 1973, foi implementada uma equipe da FASE em São Luís. Essa contava com 8 técnicos que atuavam, inicialmente, no litoral ocidental do Maranhão, na ilha de São Luís e nos subúrbios da capital. Posteriormente passou a atuar em situações de conflito por terras no interior do Estado e fixou um escritório na cidade de Santa Luzia-MA.
CPT	1975	Foi criada em 1975 e coordenada aqui pelo Padre canadense Victor Asselin até 1980 e depois pelo padre francês dom Xavier Gilles de Maupeou d' Ableiges. Desde 1981, essa organização publica anualmente, relatório sobre problemas trabalhistas e de conflitos por terra no campo. Além de relatórios também forneciam assessorias jurídica e promoção de cursos, como por exemplo o curso de Especialização em “Direito Agrário” – ABRA e CPT, São Luís, promovido em 1982.
ASP	1982-1983	A Associação Saúde da Periferia surgiu em São Luís-MA, entre 1982 e 1983 e contava com o apoio da MISERIOR- organização de combate a pobreza e a fome, vinculada a igreja católica alemã. Em 1986 iniciou, em São Luís-MA, um projeto de educação de Jovens e Adultos. Em 1987 atuou junto com a prefeito Jackson Klepper Lago, na formação de um Conselho Municipal de Reforma Sanitária. Em 1982 destacou-se na prestação de assessorias para o Movimento de Defesa dos Palafitados e Favelados do Maranhão. Essa organização compunha-se de professores universitários, padres, políticos ,etc.
Cáritas	1966	Nacionalmente, surgiu em 1956 através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com apoio da Cáritas Internacional. Em 1966, a Cáritas Brasileira desligou-se oficialmente do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB e tornou-se uma entidade jurídica autônoma cuja ligação com a CNBB se fazia apenas pela linha filosófica e doutrinária seguida. Nacionalmente a organização trabalha com 8 eixos : políticas públicas, infância e juventude, economia popular, segurança alimentar, convivência com o semi árido, organização interna,

		emergências e catadores de recicláveis. Em São Luís essa organização existe desde 1966 e tinha os trabalhos centrados em 4 eixos de atuação: Políticas Públicas, Economia popular solidária, relação com a Igreja e organização interna. Em relação ao “problema da moradia” vale destacar que essa organização também prestava assessoria jurídica aos “moradores” das áreas de conflito
--	--	---

ANEXOS III- RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA SMDH

ANJO DA GUARDA 09 - 02 - 81

Em relação a situação de D. Maria da Vila Bom Sucesso, junto a ANZA, ficou certo para o acompanhamento do advogado, com as pessoas interessadas ao escritório da referida empresa no bairro do João Paulo.

Dia 09 - 02 - 81

Componentes: Darci, Maria, Ribamar

Ao chegar no escritório da Anza fomos recebido pelo Dr Horácio, a quem tomamos as seguintes informações:

- Quando a ANZA idenizará D. Maria e os demais moradores da área?

- Com ordem de quem os guardas estão proibindo os moradores consertar suas casas e fazer plantações?

O Dr horácio, nos deu os seguintes esclarecimentos :
" A ANZA ainda não idenizou as casas do Bom Sucesso porque não tem outro lugar para fazer o remanejamento dos moradores idenizados" Mas afirmou ser ainda este ano.

Quanto a proibição de cosertar as casas e explorar a terra, o Dr Horácio negou conhecimento por parte da ANZA de determinadas ordens.

No final ouve o seguinte diálogo entre os moradores e o advogado da ANZA:

- Então para que guardar nossa área?
- Para evitar nova invasão
- Podemos plantar e consertar nossas casas?
- Podem.

Ribamar

Pela manhã, à sede da SMDDH, no Anjo da Guarda compareceram o casal Gregório Brito e sua esposa Carmelita Ferreira Brito, que, orientados pelos membros da equipe visitada ao bairro no dia anterior, solicitaram assistência jurídica para os seguintes casos:

I - Pedido para aposentadoria por invalidez

Assunto:

O senhor Gregório Brito, lavrador inválido, mão esquerda paralizada, sofre de hernia, idoso... Mesmo apresentando estes problemas de saúde, por duas vezes que se submeteu a perícia para recorrer ao aposentadoria por invalidez, foi negado pelos laudos dos médicos do INAMPS. Depois da última tentativa, o lavrador recorreu ao superintendente da entidade beneficiária, Dr Rubens. Ficando marcada por este, a data de 10 de março de 1981, quando será dado encaminhamento para outra perícia. Ficou certo o acompanhamento do advogado com o lavrador junto ao superintendente do INPS.

II - Problema referente a compra de uma terra

Assunto:

O senhor Gregório comprou um terreno de Messias Barbosa, terreno este já vendido a outro. O suplicante quer devolução do dinheiro. A referida questão já esteve na Delegacia.

Ficou de se escrever uma carta ao Sr. Messias para comparecer ao escritório, tratar assunto de seu interesse (a carta ainda não foi remetida por falta de endereço do destinatário).

Ribamar

ANEXOS IV- LISTA COM ORGANIZAÇÕES CADASTRADOS NO MDFP-MA

MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS E PALAFITADOS DO MARANHÃO-MDFP/MA.

LISTAS DA ENTIDADES COMUNITÁRIAS QUE IRÃO PARTICIPAR do "I ENCONTRO GERA A SER REALIZADO NOS DIAS 07 e 08/01/1989 - (SABADO E DOMINGO)

ENTIDADES COMUNITÁRIAS CADASTRADAS

- 01 - Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade
End: 1ª Trav. N. Sra. Das Graças, 28-Liberdade
- 02 - Clube de Mães Seja Bem Vindo
End: 1ª Trav. N. Sra. Das Graças, 28-Liberdade
- 03 - Jovens Unidos da Liberdade-JUL
End: Rua Sta. Barbara, - Liberdade
- 04 - Grupo Organizados da Juvencio Filho
End: Rua Juvêncio Filho, - Liberdade
- 05 - Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Floresta
End: Rua N. Sra. Das Graças, 06 - Floresta
- 06 - Associação dos Moradores Dos Bairros Floresta/Fé Em Deus
end: 1ª Trav. Tomé de Sousa, S/N - Floresta
- 07 - União dos Moradores da Fé Em Deus
End: Rua da Alegria, - Fé em Deus
- 08 - Clube de Mães da Fé Em Deus
End: Rua Boa Esperança, 73 - Fé Em Deus
- 09 - Associação dos Moradores Palafitados do Bairro da Camboa
End: 2ª Trav. Da Rua Nova, 37 - Camboa
- 10 - Associação Comunitária São Jerônimo
End: Av. Camboa, S/N - Camboa
- 11 - União de Moradores da Vila Jaracati
End: Av. Bandeira Tribuzzi, S3na - Vila Jaracati
- 12 - Associação Beneficiente Educacional
End: Rua Dr. Pires Saboia, S/A - Alemanha
- 13 - Clubes de Mães Triunfante da Luta
End: Rua Luis de Carvalho, 74 - Alemanha
- 14 - União de Moradores Bairro Alemanha
End: Rua Luis de Carvalho, S/N - Alemanha
- 15 - Associação dos Moradores Palafitados da Brasília da Liberdade
End: Rua Sto. Antonio, 52 - Brasília da Liberdade
- 16 - Juventude Unida Cristã-JUC
End: Rua Augusto de Lima, - Liberdade
- 17 - Associação dos Moradores Bom Pastor
End: Av. Litorânea, S/N - S Francisco
- 18 - Comissão Permanente Representativa Área do Buriti
End: Trav. do Buriti, 61 - S. Francisco

- 19 - Associação dos Moradores da Vila Izabel Cafeteira
End: Av. Cafeteira, S/N - V. Izabel Cafeteira
- 20 - Associação Beneficente de Saúde do Bairro de São Bernardo
- 21 - Associação dos Moradores Cantinho do Céu
End:
- 22 - Associação dos Moradores do Bairro do Coroadinho
End: Rua da Vitória, 11 - Coroadinho
- 23 - Associação dos Moradores de São Bernardo
End: Rua São Sebastião, 77 - São Bernardo
- 24 - Associação dos Moradores do Bairro de João de Deus
End: Rua Três Corações, 12 - João de Deus
- 25 - União de Moradores do Bairro de João de Deus
End:
- 26 - Associação dos Moradores do Bairro do Sacavém
End.
- 27 - Clube de Mães da Camboa
End:
- 28 - Clube de Jovens da Rosa Branca
End.
- 29 - União dos Moradores da Rua Boa Esperança
End:
- 30 - Associação dos Moradores da Vila Cruzado
End:
- 31 - COPAIBA- Anjo da Guarda
- 32 - Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus
End:
- 33 - Associação dos Moradores Palafitados do Bairro Ipaca
End:
- 34 - Associação dos Moradores da Rua Formosa
End: Rua Formosa S/N-Mte. Castelo
- 35 - Associação dos Moradores da Ivesa
End:
- 36 - Associação dos Moradores do Rio da Prata/Peimirim (inferior)
Rua Sto. Antonio, 42 - Liberdade (representante)
- 37 - Associação dos Moradores XIXIX Palafitados do Bairro do São Francisco
End: Rua 11/Casa 36-São Francisco
- 38 - Associação Beneficente dos Moradores da Vila Ilhinha
End: Runda União, 21 - Ilhinha
- 39 - Clube de Mães N. Sra. Das Graças
End: Rua da União, 40-A - Ilhinha
- 40 - União dos Moradores do Bairro Ponta do Frol
End: Rua Coronel Amorim, 152 - Ponta do Frol

cont...

- 41 - Clube de Mães São Francisco de Assis
End: Rua 05/Casa 273 - São Francisco
- 42 - Clube de Mães Iracema Cardoso
End: Rua do Buriti, 61 - São Francisco
- 43 =

APRUMA

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BACANGA

CAIXA POSTAL - 418

65.000 - SÃO LUÍS - MARANHÃO

CGC 05760889/0001-29

OS FATOS DO SÁ VIANA:

UM SINAL DE ALERTA

No dia 26/09, força policial com cerca de 500 homens invadiu o CAMPUS Universitário do Bacanga a fim de cumprir determinação da Justiça Federal que, acionada pela Reitoria da UFMA., determinou o despejo de 38 famílias tidas como invasoras do Bairro do Sá Viana.

O despejo se transformou numa operação militar com requintes de violência e desrespeito aos princípios básicos da integridade humana. As famílias se viram impossibilitadas até mesmo de proteger os seus poucos utensílios. Uma criança de 5 anos foi atingida, no rosto, por um pontapé dado por um soldado. Uma senhora gestante desmaiou e foi levada, às pressas, para o hospital. O padre Rafael, pároco do bairro, foi ameaçado por policiais com metralhadoras.

Um homem de 74 anos, JOÃO FRANCISCO GOMES ao ver sua casa invadida por policiais, perdeu a fala, vindo a falecer 4 dias depois.

Esses fatos merecem, da comunidade universitária maranhense, uma reflexão:

Numa sociedade democrática deve encontrar-se uma Universidade cuja vida acadêmica e cultura esteja comprometida com a procura de respostas aos problemas que a vida social coloca.

Por outro lado, se a sociedade da qual a Universidade faz parte está envolta em obstáculos, medo, intolerância, cabe a ela apesar de também refletir as contradições da sociedade em geral, evitar e lutar contra as soluções drásticas que são uma afronta à inteligência e à humanidade.

A UFMA tem se proposto a fortificar as suas atividades de extensão, o que exige que a Universidade saia das suas salas e se comunique com toda a Sociedade, mostrando a ela quais conhecimentos estão sendo produzidos, que profissionais estão sendo formados.

Sabemos, num país como o nosso e num Estado como o Maranhão, quais as causas e onde estão os problemas sociais mais graves. A Extensão Universitária, obviamente, deve ir ao encontro deles, pois é justamente aí que ela pode e deve devolver à população o ônus com que tem arcado para que uma parcela mínima dela chegue ao Ensino Superior.

O espantoso é ser justamente esta Universidade a se colocar contra uma população cujos problemas não foram por esta criados e cujas soluções urgentes supe- ram qualquer argumentação do tipo legalista, sempre utilizada pelos donos do poder no momento oportuno.

Quem nosso dever, como parte da comunidade acadêmica, é perguntar:

Onde está o compromisso da Universidade com a democracia?

Onde está seu compromisso com a comunidade?

Que política de Extensão é esta que se coaduna com atos de violência no próprio CAMPUS UNIVERSITÁRIO?

A DIRETORIA

MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE

Os estudantes do curso de Serviço Social manifestam solidariedade às famílias atingidas pela "ação de despejo" (na verdade, foi uma investida de cerca de 500 policiais, entre polícia civil, militar e federal, armados, demolindo com tratores 41 casebres) do Sã Viana. Além das 41 famílias ficarem desabrigadas, coagidas pelo forte aparato repressivo policial, as famílias restantes da localidade tiveram as suas saídas impedidas, obrigando-as a perderem suas jornadas de trabalho e também impedidas de comprarem gêneros alimentícios.

A expulsão do campo, gerada pela grilagem, coloca centenas e centenas de pessoas na cidade em busca de emprego, alimentação, saúde e, sobretudo, de uma moradia. Essa única moradia conseguida nos cantos urbanos marginais, logo é reclamada por "grileiros urbanos", é o caso do Sã Viana, onde o "reitor" pretende expandir o campus. Mas que pretensões são estas, se mesmo o ensino, a pesquisa são precaríssimos pela alegada falta de verba? Verbas existem, mas são desviadas para atividades que não atendem aos reais interesses da comunidade universitária!

A única arma disponível é a voz, e mesmo essa é sufocada já há muitos anos! A população do Sã Viana sofreu repressão violenta de forma bem clara. Nós também sofremos a repressão levada pelo aparato estatal manifestado de outras formas. Os próprios policiais que ali cumpriam o ato de despejo e demolição, parecem não perceber a opressão a que eles são submetidos, quer através de um baixo salário, condições precárias de moradia, inclusive, quer através de uma rígida obediência sem contestação de ordens superiores aos atos que podem lhes parecer indignos e desumanos.

É chegada a hora de ver o que está acontecendo ao nosso redor, questionar as causas, despertar a consciência, partir para uma ação ativa e manifestar-se participando ativamente de todos os atos contra a arbitrariedade que impera.

Diante dos fatos ocorridos, nós, estudantes do curso DE SERVIÇO SOCIAL, queremos nos posicionar diante da situação de conflito por que passa nossa sociedade, uma vez que, o próprio curso é comprometido com causas populares.

Como futuras Assistentes Sociais reafirmamos esse compromisso com a realidade social saindo das limitações teóricas. NESMO ESTANDO COM OS OLHOS VENDADOS, BOCAS AMORÇADAS E BRAÇOS ALGEMADOS ESTAREMOS SEMPRE AO LADO DOS QUE SÃO OPRIMIDOS E EXPLORADOS!

Conclamamos os estudantes da nossa categoria e a população em geral, que ainda não tomaram conhecimento do fato, que se sensibilizem e procurem-se inteirar do que ocorreu e vem ocorrendo, e passe à participação efetiva nos diversos atos de solidariedade que estão sendo levados por entidades democráticas e populares.

SOMOS CONTRA A EXPLORAÇÃO DO HOMEM

SOMOS CONTRA A VIOLÊNCIA, VENHA DE ONDE VIER

SOMOS A FAVOR DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

SOMOS A FAVOR DO COMPROMISSO UNIVERSITÁRIO COM A SOCIEDADE

"OMITIR-SE É ACEITAR"

VAMOS À LUTA!

ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFMA

SETEMBRO DE 1980.

COMPANHEIROS

(PARTE III)

Estudantes, professores e funcionários, constituem peça fundamental de uma Universidade. Sem eles não existe Universidade. Como pode o reitor tomar decisões como esta, que compromete as posições de toda a comunidade universitária, sem consultá-la.

A atitude do reitor arrasou com o único compromisso que tem a Universidade e a ciência que, enquanto existirem só podem ter um objetivo: "aliviar a cansaça da existência humana".

Não aceitamos esta atitude incoerente, que foge dos princípios de nossa instituição. Devemos, portanto, ter plena consciência da nossa força pois, enquanto peça fundamental podemos organizar nossa própria direção independente. Não precisamos de uma direção imposta de cima para baixo e muito menos de um REITOR BIÔNICO, FORA CÁBRAL.

COMPANHEIROS

(PARTE IV)

Neste momento, o povo precisa de uma ajuda concreta. Na sede do DCE está funcionando um serviço permanente de coleta. Leve dinheiro, roupa, agasalho, etc. Passe na sede do DCE, converse com as crianças, sinta de perto o problema. Omissão em casos como este é crime.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

GESTÃO TAREFA

22 de setembro de 1980

P. S.

- a) Informamos aos companheiros que, em virtude deste caso de urgência não foi possível para a diretoria do DCE imprimir o relatório e as análises relativas à greve nacional dos três dias mas, em tempo oportuno tal documento estará com o conjunto dos estudantes.
- b) A partir de hoje, na sede do DCE, acham-se abertas as inscrições para delegados ao Congresso da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Cada curso pode eleger três delegados.
- c) O DCE já constituiu comissões para resolver o problema da falta de passes no Campus e para entrar em contato com a Taguatur, no sentido de que aquela empresa coloque mais ônibus na linha do Campus e que estes fiquem circulando até o encerramento das aulas.
- d) Aguardem divulgação de programação cultural e da questão do Regimento disciplinar interno para o corpo discente.
- e) Na próxima semana o DCE estará iniciando a luta pela meia passagem nos bairros localizados fora do município de São Luís.
- f) No próximo dia 27 acontecerá na sede do DCE uma reunião geral, com todas as entidades estudantis da cidade para uma avaliação do atual estágio do movimento estudantil do Maranhão.
- g) PARTICIPE DAS ATIVIDADES E LUTAS DO SEU DIRETÓRIO CENTRAL.

ANEXO VI- PROCEDIMENTO CAUTELAR ELABORADO PELO UFMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

M A N D A D O D E C I T A Ç Ã O

Procedimento Cautelar nº 1.716/80

O DOUTOR ALBERTO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA, MM, JUIZ FEDERAL NO MARRANHÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo que, em cumprimento ao presente mandado 'C I T E DALZIRA RODRIGUES DA SILVA, brasileira, solteira, comerciante, encontrada à Rua Nestor Ferreira nº 61 (ou na Vila Embratel, Quadra 43, Lote 18, Rua 31); IRINEU SILVA GOES, brasileiro, casado, comerciante, encontrado à Rua Nestor Ferreira nº 69 (ou à Rua Alberto Sales, nº 3); JOSÉ SÁ, brasileiro, casado, de profissão ignorada, encontrado à Rua Alberto Sales nº 13; WALDEMIR SOUSA (arrolado erroneamente como DULCIVALDO FERREIRA SAMPAIO, conforme petição de fls. 24), brasileiro, casado, profissão ignorada, encontrado à Rua Alberto Sales, 11; ANTONIO JOSÉ NUNES, brasileiro, casado, comerciante, encontrado à Rua Alberto Sales nº 57; FRANCISCO CARVALHO, brasileiro, estado civil e profissão ignorados, encontrado à Rua Alberto Sales nº 59; RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, brasileiro, estado civil e profissão ignorados, encontrado à Travessa do Mocambo nº 14; MARIA ROSA LUSO, brasileira, estado civil e profissão ignorados, encontrada à Travessa do Mocambo nº 16; REGINA RIBEIRO, brasileira, solteira, profissão ignorada, encontrada à Travessa Alberto Sales nº 14; ANA VIEIRA MARQUES, brasileira, estado civil e profissão ignorados, encontrada à Rua Alberto Sales nº 16, todos no Bairro "Sã Viana"-BACANGA; MARIA RAIMUNDA DA SILVA, brasileira, filha de José Silva e Dilce Braga Silva, Carteira de Identidade nº 332.970-SSP/MA; MURILO CÉSAR BRAGA FERREIRA, brasileiro, Carteira Profissional nº 63.923 - Série 3739; MARIA DO CARMO SILVA; JOANA FERREIRA; MARIA DOMINGAS SENA; FRANCISCA SOUSA; MARCOS PEREIRA e FLOR DE LIS SANTOS, todos de estado civil e profissão desconhecidas e residente na Vila Embratel-BACANGA; TEREZINHA RODRIGUES, brasileira, solteira, doméstica, residente à Rua D. Luiz s/n, E.I.T ;

P

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO Instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966

SÃO LUÍS - MARANHÃO

fls. 04

certamente a oportunidade de prosseguir na construção do seu CAMPUS, no ano corrente, o que redundará, por certo, na perda de verbas federais ' dificilmente recuperáveis a curto ou mesmo a longo prazo.

9. Os suplicados questionam e negam a propriedade ' da suplicante nas terras do aludido "SÍTIO SÁ VIANA" e da VILA EMBRATEL. Dizem ter ela perdido o seu aforamento, se algum dia o teve, e que as terras questionadas pertencem a eles e a outras pessoas. Por isso invadiram os lotes situados à Rua Nestor Ferreira, nºs 61 e 69; à Rua Alberto Sales nºs 11,13,14,16,57 e 59; à Rua do Mocambo, nºs 14 e 16. Tudo isso no "SÍTIO SÁ VIANA". Os demais suplicados negam a referida propriedade também na outra extremidade das mesmas terras, na faixa compreendida, como se disse, entre a BR-135 e Centro do Esportes da suplicante, na Vila Embratel ou adjacências.

10. Estão eles construindo, nos lotes e áreas invadidos, casas de palha, com paredes de taipa, cujas armações e coberturas ' estão sendo levantadas e se encontram em fases diversas. Tais serviços ' foram iniciados no dia 29 de agosto próximo passado, pouco depois de um comício realizado por LUIZ INÁCIO SILVA - o Lula, no Campus Universitário.

11. A conduta dos suplicados, sobre dificultar a execução orçamentária da suplicante, compromete e perturba a execução do seu PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO, causando - lhe prejuízo irreparável, como já disse. Além disso, parece obedecer a um plano traçado por alguém que não aparece e interessado em promover ' agitação e perturbar a administração da suplicante.

12. Para afastar os perigos da mora, garantir a execução e evitar os prejuízos dos quais fundadamente receia a suplicante , existem as MEDIDAS CAUTELARES. E como nenhuma dessas medidas nominadas, com procedimentos específicos, parece prevenir os males advindos da demora com as ações declaratória e reivindicatória que vão ser propostas,